



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "C" AO Nº 145 – QUARTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2014 – BRASÍLIA-DF

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

PROJETO DE LEI Nº 13/2014-CN
Mensagem 251/2014, na origem

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015

Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2015
(Mensagem nº 271, de 2014, na origem)

MENSAGEM PRESIDENCIAL
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

VOLUME I
Do inciso I ao inciso III

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70) Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23 Líder Humberto Costa - Bloco (116,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17 Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 0	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)

EXPEDIENTE	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Mensagem nº 271

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 10 do Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências”, encaminho a Vossas Excelências as informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2015, exclusivamente em meio eletrônico.

Brasília, 12 de setembro de 2014.

EM nº 00150/2014 MP

Brasília, 10 de Setembro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 10 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 - PLDO-2015, dispõe que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até 15 (quinze) dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo II do citado Projeto.
2. Nesse sentido, submeto à consideração de Vossa Excelência os demonstrativos referentes às informações em comento, a serem encaminhados ao Congresso Nacional, exclusivamente em meio eletrônico.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Eva Maria Cella Dal Chiavon



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2015
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
RELACIONADAS NO ANEXO II DO PROJETO DE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015.

VOLUME I

do inciso I ao inciso III

Brasília, DF
2014

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**MINISTRA DE ESTADO***Miriam Aparecida Belchior***SECRETÁRIA-EXECUTIVA***Eva Maria Cella Dal Chiavon***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS
ESTATAIS***Murilo Francisco Barella***SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL***José Roberto Fernandes Junior***SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL -ADJUNTO***Franselmo Araújo Costa***SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL - ADJUNTO***George Alberto de Aguiar Soares***SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL - ADJUNTO***Antônio Carlos Paiva Futuro***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DA ÁREA ECONÔMICA***Clayton Luiz Montes***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS***Marcos de Oliveira Ferreira***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA***Zarak de Oliveira Ferreira***DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS***Felipe Daruich Neto*

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

Art. 10. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até quinze dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo II.

ANEXO II

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015

ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
DE 2015

I - Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei;

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2012 e 2013, a execução provável em 2014 e o programado para 2015, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrando a memória de cálculo;

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2012 e 2013, e a execução provável em 2014, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;

VII - memória de cálculo das estimativas para 2015:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;

2. benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

3. Renda Mensal Vitalícia;

4. Seguro-Desemprego; e

5. Abono Salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

e) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando:

1. discriminação dos subsídios orçamentários e não orçamentários, primários e financeiros;

2. valores realizados em 2012 e 2013;

3. valores estimados para 2014 e 2015, acompanhados de suas memórias de cálculo; e

4. efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo;

VIII - demonstrativos:

a) das receitas de compensações, por item de receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e respectivos valores, arrecadadas nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, este mês a mês, até junho; e

b) dos efeitos, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando-se, separadamente, os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social;

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na Proposta Orçamentária de 2015, explicitando a metodologia utilizada;

X - demonstrativo da desvinculação das receitas da União, por imposto e contribuição;

XI - demonstrativo da receita orçamentária nos termos do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo o efeito da dedução de receitas extraordinárias ou atípicas arrecadadas no período que servir de base para as projeções, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos, destacando-se os seguintes agregados:

a) Receitas Primárias:

1. brutas e líquidas de restituições, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive aquelas referentes à contribuição dos empregadores e trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, neste caso desdobrada em contribuição patronal sobre a folha de pagamento, contribuição previdenciária sobre a receita bruta, compensação prevista na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e demais, com os exercícios de 2013 a 2015 apresentados mês a mês, destacando para 2015 os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação, inclusive das propostas de alteração na legislação, que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo, e dos demais fatores que influenciem as estimativas;

2. Concessões e Permissões, por serviços outorgados, apresentados mês a mês;

3. Compensações Financeiras;

4. Receitas Próprias (Fonte 50) e de Convênios (Fonte 81), por órgão; e

5. Demais Receitas Primárias; e

b) Receitas Financeiras:

1. Operações de Crédito;

2. Receitas Próprias (fonte 80), por órgão; e

3. Demais Receitas Financeiras;

XII - demonstrativo da previsão por unidade orçamentária, por órgão, por Poder, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, bem como o consolidado da União, dos gastos a seguir relacionados, contendo dotação orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, número de beneficiários, custo médio e valor **per capita** praticado em cada unidade orçamentária, especificando o número e a data do ato legal autorizativo do referido valor **per capita**:

a) assistência médica e odontológica;

b) auxílio-alimentação/refeição; e

c) assistência pré-escolar;

XIII - plano de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, contendo os valores realizados nos exercícios de 2012 e 2013, a execução provável para 2014 e as estimativas para 2015, consolidadas e discriminadas por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador dos empréstimos e fontes de recursos, evidenciando, ainda, a metodologia de elaboração dos quadros solicitados, da seguinte forma:

a) os empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, deverão ser apresentados demonstrando os saldos anteriores, as concessões, os recebimentos no período com a discriminação das amortizações e encargos e os saldos atuais;

b) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, os recursos próprios, os recursos do Tesouro

Nacional e os recursos de outras fontes; e

c) a definição do porte do tomador dos empréstimos levará em conta a classificação atualmente adotada pelo BNDES;

XIV - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais foram ou serão destinados diretamente recursos a título de subvenções, auxílios ou de contribuições correntes ou de capital nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, informando para cada entidade:

a) os valores totais transferidos ou a transferir por exercício;

b) a categoria de programação, detalhada por elemento de despesa, à qual serão apropriadas as referidas transferências em cada exercício;

c) a prévia e específica autorização legal que ampara a transferência, nos termos do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e

d) a finalidade e a motivação do ato, bem como a importância para o setor público de tal alocação, quando a transferência não for amparada em lei específica;

XV - relação das dotações do exercício de 2015, detalhadas por subtítulos e elementos de despesa, destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes e de capital, não-incluídas no inciso XIV deste Anexo, especificando os motivos da não-identificação prévia e a necessidade da transferência;

XVI - contratações de pessoal por organismos internacionais, para desenvolver projetos junto ao governo, na situação vigente em 31 de julho de 2014 e com previsão de gastos para 2015, informando, relativamente a cada órgão:

a) Organismo Internacional contratante;

b) objeto do contrato;

c) categoria de programação, nos termos do art. 5º, § 1º, desta Lei, que irá atender às despesas em 2015;

d) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração com amplitude de R\$ 1.000,00 (mil reais);

e) data de início e fim do contrato com cada organismo; e

f) valor total do contrato e forma de reajuste;

XVII - estoque e arrecadação da Dívida Ativa da União, no exercício de 2013, e as estimativas para os exercícios de 2014 e 2015, segregando-se por item de receita e identificando-se, separadamente, as informações do Regime Geral de Previdência Social;

XVIII - resultados primários das empresas estatais federais nos exercícios de 2012 e 2013, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2014 e a estimada para 2015, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos;

XIX - estimativas das receitas e das despesas adicionais, decorrentes do aumento do salário mínimo em 1 (um) ponto percentual e em R\$ 1,00 (um real);

XX - dotações de 2015, discriminadas por programas e ações destinados às Regiões Integradas de Desenvolvimento - Ride, conforme o disposto nas Leis Complementares nºs 94, de 19 de fevereiro de 1998, 112 e 113, ambas de 19 de setembro de 2001, e ao Programa Grande Fronteira do Mercosul, nos termos da Lei nº 10.466, de 29 de maio de 2002;

XXI - conjunto de parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, contendo ao menos, para os exercícios de 2014 e 2015, as variações real e nominal do PIB, da massa salarial dos empregados com carteira assinada, do preço médio do barril de petróleo tipo Brent, e das taxas mensais, nesses 2 (dois) exercícios, média da taxa de câmbio do dólar americano, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, em dólar das importações, exceto combustíveis, das aplicações financeiras, do volume comercializado de gasolina e de diesel, da taxa de juros Selic, do IGP-DI, do IPCA e do INPC, cujas atualizações serão encaminhadas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, em 21 de novembro de 2014;

XXII - com relação à dívida pública federal:

a) estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2015, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao mercado;

b) estoque e composição percentual, por indexador, da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal, junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro dos 3 (três) últimos anos, em 30 de junho de 2014, e as previsões para 31 de dezembro de 2014 e 2015; e

c) demonstrativo, por Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito dos órgãos "Encargos Financeiros da União" e "Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal", em formato compatível com as informações constantes do SIAFI;

XXIII - gastos do Fundo Nacional de Assistência Social, por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados, discriminados por serviços de ação continuada, executados nos exercícios de 2012 e 2013 e a execução provável em 2014 e 2015, estadualizando inclusive os valores que constaram nas Leis Orçamentárias de 2012 e 2013 na rubrica nacional e que foram transferidos para os Estados e Municípios;

XXIV - cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, título e descrição de cada uma das ações;

XXV - evolução da receita da União, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

XXVI - evolução da despesa da União, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

XXVII - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, evidenciando-se receitas e despesas primárias e financeiras, de acordo com a metodologia apresentada, identificando a evolução dos principais itens, comparativamente aos 3 (três) últimos exercícios;

XXVIII - demonstrativo com as medidas de compensação às renúncias de receitas, conforme disposto no inciso II do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XXIX - relação das ações relativas ao Plano Brasil sem Miséria por órgão e unidade orçamentária;

XXX - demonstrativo do cumprimento do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XXXI - diretrizes e critérios gerais utilizados na definição e criação da estrutura de Planos Orçamentários - POs, bem como a relação de POs atribuída a cada ação orçamentária;

XXXII - demonstrativo, por UO e projeto orçamentário, contendo o custo total previsto, a execução de 2013, o programado para 2014, o orçado para 2015 e as projeções para 2016 e 2017; e

XXXIII - atualização do anexo de riscos fiscais.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2015**

I - Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A DISCRIMINAÇÃO, NA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO, DO CÓDIGO IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO

I. Introdução

O art. 7º, § 4º, do PLDO 2015, exige, para todas as categorias de programação da despesa, a inclusão de código identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo, assim discriminados:

I - financeira (RP 0);

II - primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

- a) obrigatória, quando constar do Anexo III (RP 1);
- b) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 2); ou
- c) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 3); ou
- d) obrigatória decorrente de emendas individuais (RP 6);

III - primária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

- a) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 4); ou
- b) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 5).

Da mesma forma que para a despesa, o PLDO também exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza primária ou não primária (financeira). Nesse caso, para cada natureza de receita é vinculado código identificador “P” ou “F”, conforme sua natureza primária ou não primária (financeira), respectivamente, de acordo com a alínea “a” do inciso III do art. 9º da PLDO 2015.

Assim sendo, são apresentados a seguir os critérios para classificação, tanto das receitas, quanto das despesas, utilizados no PLOA-2015.

II. Receitas

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e não primárias (financeiras). O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Já as receitas não primárias (financeiras) são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito,

ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras mais. As fontes de recursos relativas a essas receitas encontram-se discriminadas no Anexo I.

III. Despesas

Do mesmo modo que as receitas, as despesas também podem ser classificadas em primárias e não primárias (financeiras).

Consideram-se como despesas financeiras, com código identificador “0” (inciso I do § 4º do art. 7º), aquelas que não pressionam o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam um direito ou extinguem uma obrigação, ambas de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. Essas despesas correspondem principalmente a:

- pagamento de juros e amortização de dívidas;
- concessão de empréstimos e financiamentos;
- aquisição de títulos de crédito;
- aquisição de títulos representativos de capital já integralizado; e
- para fins de programação orçamentária, as reservas de contingência, com exceção do montante de no mínimo 1% da Receita Corrente Líquida - RCL, considerado primário, conforme determinado pelo art. 13 do PLDO-2014.

No PLOA-2015, as referidas despesas são representadas pelos grupos de despesa “2”, “6” e “9”, referentes, respectivamente, a pagamento de juros, a amortização da dívida e à reserva de contingência (à exceção de sua parcela primária). Nos GND’s “1”, “3”, “4” e “5”, pelas despesas elencadas no Anexo II desse relatório.

As despesas que não se enquadrem no conceito do parágrafo anterior são denominadas despesas primárias, responsáveis por financiar a oferta de serviços públicos à sociedade. A elas é atribuído código identificador “1”, “2”, “3” ou “6”, conforme, respectivamente, sua natureza obrigatória, discricionária, discricionária destinada a financiar o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e obrigatória decorrente de emendas individuais.

As despesas obrigatórias são aquelas nas quais o gestor público não possui discricionariedade quanto à determinação do seu montante, bem como ao momento de sua realização, por determinação legal ou constitucional. Por possuírem tais características, essas despesas são consideradas de execução obrigatória e necessariamente têm prioridade em relação às demais despesas, tanto no momento de elaboração do orçamento, quanto na sua execução. Para maior transparência e análise orçamentária, as despesas obrigatórias são classificadas com código identificador “1” ou “6” e estão listadas no Anexo III.

As despesas discricionárias, por sua vez, são aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução. Tais despesas se referem às que não sejam financeiras ou obrigatórias. Essas despesas são classificadas com os códigos identificadores “2” e “3”.

O montante das despesas constantes do PAC, embora discricionárias, poderá ser deduzido da meta de resultado primário do Governo Central até o limite de R\$ 28,7 bilhões, segundo autoriza

o art. 2º, § 4º, do PLDO-2015, daí a importância de diferenciá-lo do conjunto das outras despesas discricionárias, a partir do código identificador “3”. As ações pertencentes ao PAC no PLOA-2015 e classificadas com código identificador “3” estão listadas no Anexo IV.

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO I
RECEITAS FINANCEIRAS

Código	Descrição da Fonte
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços
152	Resultado do Banco Central
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito
164	Títulos da Dívida Agrária
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
180	Recursos Próprios Financeiros
187	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
246	Operações de Crédito Internas - em Moeda
280	Recursos Próprios Financeiros
293	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO II
DESPESAS FINANCEIRAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação	
	Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa = 1) - Diversos Órgãos
00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
00H7	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira
	22000 Ministério da Agricultura e do Abastecimento
20G1	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF
2130	Formação de Estoques Públicos - AGF
	25000 Ministério da Fazenda
0023	Cobertura do Resíduo resultante de Contratos firmados com o Sistema Financeiro da Habitação
0467	Cobertura de Sinistros do Seguro de Crédito FUNDHAB
0617	Remuneração de Agentes Financeiros pela Administração do FCVS, do Seguro de Crédito e do Seguro Habitacional
	38000 Ministério do Trabalho e Emprego
0158	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES
	42000 Ministério da Cultura
006A	Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual
	52000 Ministério da Defesa
00M5	Aquisição de Terrenos para Emprego em Empreendimentos Imobiliários destinados ao Pessoal da Marinha do Brasil
	71000 Encargos Financeiros da União
00JJ	Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS
0605	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)
0809	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD (Lei nº 9.069, de 1995)
	74000 Operações Oficiais de Crédito
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
0021	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
0029	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste
0030	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste
0031	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste
0061	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras
006C	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006)
00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha
00IG	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES
00J4	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
00JE	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
0118	Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval
0343	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001)
0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001)
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)
0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001)
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
0454	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional
0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização
0505	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações
0534	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
0A81	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)
0A84	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
0B85	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991)
0E83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)
	90000 Reserva de Contingência - Diversos Órgãos
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta

ANEXO III
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*	
Benefícios ao Servidor - Diversos Órgãos	
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
Pessoal e Encargos Sociais - Diversos Órgãos (Exclusive Sentenças Judiciais)	
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis
0397	Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC
0536	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
0C04	Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União
Sentenças e Precatórios - Diversos Órgãos	
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor
0734	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraiadas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos
Diversos Órgãos	
0536	Benefícios de Legislação Especial
00OM	Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)
12000 Justiça Federal	
4269	Pleitos Eleitorais
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
14000 Justiça Eleitoral	
0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos
15000 Justiça do Trabalho	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
26000 Ministério da Educação	
0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
8744	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)
29000 Defensoria Pública da União	
2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão
32000 Ministério de Minas e Energia	
00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)
0264	Subvenção Econômica aos Consumidores Finais de Baixa Renda do Sistema Elétrico Nacional Interligado (Lei nº 10.604, de 2002)
0378	Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural (Lei nº 10.604, de 2002)
33000 Ministério da Previdência Social	
009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA
009W	Compensação Previdenciária
0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos
0E82	Benefícios Previdenciários Rurais

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta

ANEXO III
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*	
36000	Ministério da Saúde
20AB	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária
20AC	Incentivo Financeiro às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais
20AD	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
20AI	Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
20YE	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos
4370	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
8573	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família
8577	Piso de Atenção Básica Fixo
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
38000	Ministério do Trabalho e Emprego
00H4	Seguro Desemprego
0581	Abono Salarial
0643	Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de
39000	Ministério dos Transportes
0095	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
44000	Ministério do Meio Ambiente
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)
12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
2000	Administração da Unidade
20W1	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
	Ações financiadas com as fontes de recursos 116 e 183.
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
0623	Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de
08UQ	Quadro em Extinção dos Servidores Civis e Militares oriundos do Ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia (Lei nº
09IZ	Pagamento de Pessoal decorrente de Ingressos de Empregados, de Planos de Cargos e Empregos, de Acordos Coletivos/Dissídios, de Planos
	de Desligamento Voluntário e de Anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94 - Empresas Estatais
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)
51000	Ministério do Esporte
00H0	Transferências à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e a Clubes Sociais
52000	Ministério da Defesa
0179	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas
2120	Movimentação de Militares
213Z	Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa - Pecúnia
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento
2867	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
00H5	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa Idosa
00IN	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa com Invalidez
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
64000	Secretaria de Direitos Humanos

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta

ANEXO III DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*	
0734	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos
71000	Encargos Financeiros da União
000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/09 e 12.409/11
00FS	Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu (Decreto nº 7.506, de 2011)
00LI	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)
00M3	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)
00P4	Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (Lei nº 12.844, de 2013)
00OB	Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (Medida Provisória nº 615, de 17 de maio de 2013)
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
0044	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)
0045	Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)
0046	Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159)
0053	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios
0054	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)
0055	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)
00NS	Pessoal Inativo e Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
006M	Transferência do Imposto Territorial Rural
00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00H6	Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989)
00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00NT	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
0169	Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 9.615, de 1998)
0223	Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
0312	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal
0369	Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)
0546	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
0547	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)
0999	Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis
0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)
0C03	Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)
0C33	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
74000	Operações Oficiais de Crédito
009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007).
00EI	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Alcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012)
00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)
00GZ	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)
00JO	Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011)
0267	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
0281	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)
0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)
0297	Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)
0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
0299	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)
0300	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)
0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)
0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)
0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)
90000	Reserva de Contingência

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta

ANEXO III
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE PESSOAL E OCC

Órgão / Ação / Fonte de Recursos*	
0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária

* A fonte de recursos é critério identificador de despesa obrigatória somente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (todas as ações financiadas com recursos do MMA)

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
26000	Ministério da Educação
0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola
12KU	Implantação de Escolas para Educação Infantil
12KV	Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares
20RP	Infraestrutura para a Educação Básica
32000	Ministério de Minas e Energia
15BM	Implantação do Centro de Rochas e Fluidos
2050	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural
20L9	Informações de Alerta de Cheias e Inundações
20LA	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos
20LF	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica
20LG	Estudos de Expansão de Transmissão de Energia Elétrica
20LH	Estudos para Expansão da Malha de Gasodutos
213E	Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares
2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
36000	Ministério da Saúde
10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
12L4	Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA
12L5	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
39000	Ministério dos Transportes
00O7	Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão da BR-040 - Rio de Janeiro/RJ - Juiz de Fora/MG
00OA	Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão - EF-364/SP
00P5	Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão da BR-290/RS - Osório - Porto Alegre - Entroncamento BR-116/RS (entrada p/ Guaíba)
105S	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA
105T	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RN/PB - Divisa PB/PE - na BR-101/PB
108X	Implantação de Postos de Pesagem
10IW	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambí - Divisa MG/BA - na BR-135/MG
10IX	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG
10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC
10KK	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT
10KR	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA
10KT	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Salvador/BA
10KV	Adequação de Trecho Rodoviário - Estância Velha - Dois Irmãos - na BR-116/RS
10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT
10L3	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE
10L7	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448/RS
10M9	Adequação de Trecho Rodoviário - Tabai - Estrela - na BR-386/RS
10MK	Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - Na Região Nordeste
10UL	Construção de Contorno Rodoviário - Betim - Ravena (Trecho Norte) - na BR-381/MG
110I	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA
110O	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277/PR
110Q	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE
110R	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE
110S	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos Rios Paraná e Paraguai
111D	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miratituba - na BR-230/PA
111J	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento RN-078 - Divisa RN/CE - na BR-226/RN
112N	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS
113K	Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE
113L	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-414 (Cocalzinho de Goiás) - Entroncamento GO-154 (Itaguari) - na BR-070/GO
113V	Construção de Contorno Rodoviário em Mossoró - na BR-304/RN

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
113Y	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429/RO
116E	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis - Uruaçu - GO
116X	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO
11H1	Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - EF-222/RJ
11VA	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirãoascalheira - na BR-158/MT
11WB	Construção de Contorno Rodoviário em Cachoeiro de Itapemirim - na BR-482/ES
11Z7	Adequação de Travessia Urbana em Vilhena - na BR-364/RO
11ZC	Adequação de Travessia Urbana em Uberaba - na BR-262/MG
11ZD	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste - Estrela D'Oeste - SP
11ZE	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - BA
11ZH	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás - São Simão - GO
11ZI	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória - Iturama - MG
11ZT	Ferrovia Transnordestina - Participação da União
1208	Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101/SC
1214	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS
123M	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins
123S	Construção de Anel Rodoviário em Campo Grande - nas BRs 060/163/262/MS
123U	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS
1248	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM
124G	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - BA
126R	Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa) - na BR-156/AP
1276	Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - EF-485/SC
127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte
127H	Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135/MA
127L	Adequação de Travessia Urbana em Unai - na BR-251/MG
128D	Estudos para a Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV
128W	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR
12ER	Adequação de Contorno Rodoviário em Vitória - na BR-101/ES
12H0	Adequação de Travessia Urbana em Ouro Preto do Oeste - na BR-364/RO
12HH	Adequação de Travessia Urbana em Presidente Médici - na BR-364/RO
12HL	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Madeira
12HY	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tapajós
12IW	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA
12IX	Adequação de Travessia Urbana em Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA
12J1	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do São Francisco
12JG	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BA-460 - Divisa BA/TO - na BR-242/BA
12JL	Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR
12JP	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP
12JT	Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110/RN
12JU	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - Sobral - na BR-222/CE
12JV	Construção de Contorno Rodoviário em Anápolis - na BR-153/GO
12JW	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-376 - Entroncamento BR-153 - na BR-153/PR
12KB	Construção de Contorno Rodoviário em Itaperuna - na BR-356/RJ
12KF	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC
12KG	Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS
12KY	Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT
12MK	Construção de Contorno Rodoviário em Campina Grande - na BR-230/PB
1304	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG
1310	Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153/GO
13LJ	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Amazonas
13NC	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - Paraíso - na BR-282/SC
13OZ	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-020 (Aparecida do Rio Negro) - Divisa TO/MA (Goiatins) - na BR-010/TO
13SL	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL
13WQ	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-114 - Minas Novas - na BR-367/MG
13X5	Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA
13X6	Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE
13X7	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA
13X9	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-367 (Eunápolis) - Entroncamento BA-698 (Mucuri) - na BR-101/BA
13XG	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG
13XH	Construção de Contorno Rodoviário de Belo Horizonte - Trecho Sul (Betim - Nova Lima) - na BR-040/262/MG

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
13XJ	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG
13XL	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Santa Cruz do Capibaribe - na BR-104/PE
13XP	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso Mangaratiba - Divisa RJ/SP - na BR-101/RJ
13XQ	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-158/242 (Vila Ribeirão Bonito) - na BR-080/MT
13XR	Adequação de Trecho Rodoviário - Largo Leite Neto (Aracaju) - Entrocamento SE-175 (p/ Ribeirópolis) - na BR-235/SE
13XW	Adequação de Travessia Urbana em Lages - na BR-282/SC
13XZ	Construção do Contorno Rodoviário Norte em Porto Velho - na BR-319/RO
13Y0	Adequação da Via Expressa de Florianópolis - na BR-282/SC
13Y2	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/SP - Ubatuba (Praia Grande) - na BR-101/SP
13Y5	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-158 (Redenção) - Entroncamento BR-222 (Marabá) - na BR-155/PA
13YE	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB
13YK	Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP
13YM	Adequação de Trecho Rodoviário - Barragem do Bacanga - Entroncamento Itaquí/Bacanga - na BR-135/MA
1418	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP
1422	Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364/AC
1428	Construção de Trecho Rodoviário - Boca do Acre - Divisa AM/AC - na BR-317/AM
1490	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA
14KV	Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP
14LV	Adequação de Trecho Rodoviário - Posto Gil - Sinop - na BR-163/MT
14LV	Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA
14PC	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS
14UV	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - Miranda do Norte - na BR-135/MA
14X0	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE
14X1	Construção de Viaduto Rodoviário em Maceió (viaduto PRF) - no Entroncamento das BRs 104/316/AL
14X3	Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife - na BR-101/PE
14X6	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovia Norte-Sul
14YA	Construção do Contorno Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre - na BR-116/448/RS
14YB	Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Santo Ângelo - na BR-392/RS
14YC	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN
14YF	Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV
150T	Construção do Anel Rodoviário de Uberaba - na BR-262/MG
151V	Adequação de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - nas BRs 116/324/BA
1558	Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116/CE
15BT	Adequação de Contorno Rodoviário em Curitiba - na BR-376/PR
15BW	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-242 - Entroncamento BR-135/242 (Barreiras) - na BR-020/BA
15C1	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-365 - Acesso a Coração de Jesus - na BR-251/MG
15C2	Construção de Trecho Rodoviário - Acesso a Coração de Jesus - Entroncamento MG-181 (Boqueirão) - na BR-251/MG
15C8	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MA/PI (Guadalupe) - Entroncamento PI-219 - na BR-135/PI
15CA	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PI-393 - Entroncamento PI-254 (Gilbués) - na BR-135/PI
15CE	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-080 (Paraíso do Tocantins) - Entroncamento TO-070 (Aliança do Tocantins) - na BR-153/TO
15CI	Construção de Acesso Rodoviário ao Pátio Ferroviário de São Simão - na BR-364/GO
15CK	Construção de Acesso Rodoviário ao Pátio Ferroviário de Eliseu Martins - na BR-135/PI
15CL	Construção de Trecho Rodoviário - Ponte do Bate Estaca - Início Travessia Rio Madeira (km 937,4) - na BR-364/RO
15CM	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-365 (Montes Claros) - na BR-251/MG
15CT	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém (CE-576)
1B99	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - São Raimundo Nonato - na BR-020/PI
1C09	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA
1D02	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO
1D48	Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1D69	Construção de Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia em Araraquara - EF-364/465/SP
1D70	Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153/PR
1K17	Construção de Contorno Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493/RJ
1K23	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG
1K24	Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - EF-485/SC
1K25	Construção da Variante Ferroviária em Camaçari - EF-431/BA
1K53	Obras Complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS
2036	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
20LJ	Manutenção e Operação da Malha Ferroviária da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul
20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)
20VI	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste
20VJ	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste
20VK	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte
20VL	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste
20VM	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul
2325	Operação do Sistema de Pesagem de Veículos
3766	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101/RS
3E49	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itaguaí - na BR-101/RJ
3E50	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493/RJ
3E56	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101/SC
5E15	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO
5E83	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas - TO
7152	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265/MG
7242	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR
7435	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE
7441	Construção de Trecho Rodoviário - Jerumenha - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR-135/PI
7474	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC
7542	Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Divisa DF/GO - na BR-060/DF
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL
7626	Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN
7630	Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Mangaratiba - na BR-101/RJ
7E79	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO
7E87	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153 - Divisa MG/GO - na BR-364/MG
7E90	Adequação de Trecho Rodoviário - Carpina - Entroncamento BR-232 - na BR-408/PE
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA
7G16	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG
7G66	Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB
7I40	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO
7I74	Construção de Contorno Rodoviário em Chapecó - na BR-480/SC
7I84	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho - na BR-319/RO
7K18	Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas (MS) - Castilho (SP) - na BR-262/NA
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR
7L03	Adequação de Anel Rodoviário em Fortaleza - na BR-020/CE
7L04	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS
7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO
7M52	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul
7M63	Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364/RO
7M66	Construção de Trecho Rodoviário - Bom Jesus - Divisa RS/SC - na BR-285/RS
7M71	Adequação de Trecho Rodoviário - BR-101 (Km 15,5) - Divisa ES/MG (Km 195,9) - na BR-262/ES
7M76	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163/MT
7M81	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146/MG
7M88	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE
7M91	Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR
7M95	Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - nas BRs 040/135/262/381/MG
7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI
7N85	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC
7P87	Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO
7R27	Adequação de Travessia Urbana em Candeias do Jamari - na BR-364/RO
7S51	Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES
7S57	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS
7S59	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG
7S66	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-476 - Divisa PR/SC - na BR-153/PR
7S73	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP
7S75	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN
7S88	Construção de Viaduto Rodoviário em Natal - nas BRs 101/406/RN
7T74	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa ES/MG - Entroncamento ES-220 - na BR-342/ES

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
7T97	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Colniza - na BR-174/MT
7U06	Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES
7U21	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento CE-040 - Ponte Sabiaguaba - na BR-020/CE
7U22	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR
7U25	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Miritituba - na BR-230/PA
7U27	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Pecém (CE-155) - na BR-222/CE
7U28	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Aratu (BA-522) - na BR-324/BA
7U29	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Paranaguá (Av. Ayrton Senna) - na BR-277/PR
7U30	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Imbituba - na BR-101/SC
7V00	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA
7V02	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PA-136/320 (Castanhal) - Entroncamento BR-308/PA-124/242 (Capanema) - na BR-316/PA
7V19	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Caririnha - na BR-030/BA
7V33	Construção da Ponte Internacional Brasil/Bolívia em Guajará-Mirim - na BR-425/RO
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
41000	Ministério das Comunicações
00P8	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS – Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC
00P9	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS – Instalação de Cabo Submarino
00PA	Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados
212N	Implementação de Projetos de Cidades Digitais
42000	Ministério da Cultura
5538	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário
152M	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal
51000	Ministério do Esporte
14TQ	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
14TR	Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
52000	Ministério da Defesa
00P7	Transferência para o Desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações - SGDC
123B	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)
123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares
123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear
123I	Construção de Submarinos Convencionais
123J	Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)
14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020
14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2
14T4	Aquisição de Blindados Guarani
14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
14T7	Tecnologia Nuclear da Marinha
14XJ	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas
53000	Ministério da Integração Nacional
100N	Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte
10CT	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
10DC	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte
10E9	Implantação da Adutora Gavião-Pecém no Estado do Ceará
10F6	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco
10GM	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica
10GW	Construção da Barragem Castelo, no Estado do Piauí

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
10RP	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
10ZW	Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba
116F	Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos
11AA	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará
11NF	Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia
124L	Construção da Barragem Arvorezinha no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bagé - RS
126X	Dragagem e Desassoreamento dos Rios Gravata, das Pedras e Guapuruma em Navegantes, no Estado de Santa Catarina.
127A	Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial
127D	Obras de Macrodrenagem em Salvador, no Estado da Bahia
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
12FP	Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio com 1.716 ha no Estado de Sergipe
12FR	Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso
12FS	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro São Bernardo com 5.598 ha no Estado do Maranhão
12FT	Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí
12FV	Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí
12FZ	Construção da Barragem do Rio Imburuçu para fins de Irrigação no Estado de Goiás
12G2	Construção do Canal de Irrigação Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul
12G3	Construção do Canal de Irrigação Taquarémbo no Estado do Rio Grande do Sul
12G4	Implantação de Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina
12G5	Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 355 km no Estado da Bahia
12G6	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco
12G7	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba
12QC	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água
13RU	Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguacú, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul) - na Região Nordeste
140C	Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas
140N	Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas
140S	Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba
141H	Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado do Pernambuco
141J	Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba
14LA	Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco
14RL	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
14RM	Implantação da Barragem Germinal no Estado do Ceará
14RP	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
14RQ	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III - no Estado da Paraíba
14RR	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci no Estado de Alagoas
14RS	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba - no Estado da Paraíba
14RU	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas
14RV	Ampliação da Adutora da Barragem Pau Ferro à Barragem São Jacques no Estado de Pernambuco
14RW	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Olho D'Água do Casado e Piau no Estado de Alagoas
14RX	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia
14RY	Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Milagres no Estado do Piauí
14RZ	Ampliação da Adutora Redenção no Estado de Pernambuco
14S0	Recuperação da Adutora do Garrincho no Estado do Piauí
14S5	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe
14S6	Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande no Estado do Rio Grande do Norte
14S7	Implantação da Adutora Inhumas no Estado de Pernambuco
14S8	Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco
14S9	Implantação da Adutora de Alto Santo no Estado do Ceará
14SB	Implantação da Adutora Tabocas-Poço Fundo no Estado de Pernambuco
14SC	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe
14SD	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Geru no Estado de Sergipe
14SE	Ampliação do Sistema de Produção de Água de Cabrobó no Estado de Pernambuco
14SG	Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais
14SH	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
14SK	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Itaíba-Tupanatinga no Estado de Pernambuco
14SL	Recuperação da Adutora Amaraji no Estado de Pernambuco
14SP	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão no Estado da Paraíba
14SR	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Vizinhas do Eixão das Águas no Estado do Ceará
14SS	Implantação do Sistema Adutor Padre Lira no Estado do Piauí
14ST	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piaus II no Estado do Piauí
14SV	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camalaú no Estado da Paraíba
14VI	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água
14VJ	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boquira (Zabumbão), no Estado da Bahia
14VK	Recuperação da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, com extensão de 11 km, no Estado do Ceará
14VL	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macaú, Guamaré e Baixa do Meio, no Estado do Rio Grande do Norte
14XU	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos de Irrigação
14XV	Construção da Barragem e do Canal de Irrigação Passo da Ferraria no Estado do Rio Grande do Sul
14XW	Construção da Barragem e do Canal de Irrigação São Sepé no Estado do Rio Grande do Sul
152D	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano
152E	Construção do Sistema Adutor Ramal do Entremontes, no Estado de Pernambuco
152F	Construção do Sistema Adutor Ramal do Apodi
156Q	Construção do Sistema Adutor Ramal do Salgado
1692	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 24.504,90 ha no Estado da Bahia
1160	Construção da Barragem Arroio Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul
1161	Construção da Barragem Arroio Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul
1162	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas
1K44	Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina
1N64	Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba
1O12	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará
1O21	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Paraiíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí
1O25	Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará
1P91	Revitalização do Perímetro Rio Formoso com 28.500 ha no Estado do Tocantins
20WP	Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação
212Y	Apoio a Projetos de Implantação de Sistemas Simplificados de Irrigação
213R	Pré-Operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
3715	Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais
3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais
3770	Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás
5246	Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100ha no Estado da Paraíba
5252	Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás
5260	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco
5308	Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais
5314	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 47.924,50 ha no Estado da Bahia
5322	Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais
5330	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco
5348	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós com 2.145 ha no Estado da Bahia
5354	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco
5368	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia
5370	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais
5378	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia
5442	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
5910	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Aracaju no Estado de Sergipe
5980	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402 ha - No Estado da Paraíba
5984	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491 ha - No Estado de Pernambuco
5E79	Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão com 4.000 ha no Estado de Roraima
7G88	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí
7L29	Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km
7M16	Expansão de 10.500 ha do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio Grande do Sul
7M38	Implantação do Projeto de Irrigação Itamarati II com 6.127 ha no Município de Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
8948	Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural
56000	Ministério das Cidades
00AF	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
00CW	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
116I	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
12MH	Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Hab
1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
8865	Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)
8871	Apoio à Elaboração e Monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional
8873	Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Agentes Integrantes do SNHIS
8875	Apoio à Elaboração de Planos e Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
62000	Secretaria de Aviação Civil
00MU	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aporte de Capital nas Sociedades de Propósito Específico (SPE)
0E45	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional
211I	Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
68000	Secretaria de Portos
000A	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e Recuperação do Terminal de Múltiplo Uso 1 - no Porto de Santarém (PA)
009O	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)
00HH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Construção de Berços nos Dolphins do Atalaia com Retroárea no Porto de Vitória (ES)
00HQ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Construção de 1 Pier com 2 berços de Atracação e Ponte de Acesso no Terminal Alamoia no Porto de Santos (SP)
00HT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12A a 23 no Porto de Santos (SP)
00HZ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
00II	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Ampliação do Quebra-Mar no Porto de Salvador (BA)
00I6	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Construção do Berço 4 e Adequação da Estrutura de Contenção do Berço 3 no Porto de Natal (RN)
00I9	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Pavimentação de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE)

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
00IF	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Estudos e Projetos para Implantação do Porto de Águas Profundas - No Estado do Espírito Santo (ES)
00IH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)
00II	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE)
00IK	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Salvador (BA)
00IM	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Adequação do Cais para Terminal de Passageiros no Porto de Santos (SP)
00IP	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00IS	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00IT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00J0	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00J2	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00J7	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00J8	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00JA	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00JC	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00M8	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Passagem Inferior do Valongo (Mergulhão) no Porto de Santos (SP)
00M9	Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00MA	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MD	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Pátio de Estocagem para Carga Pesada no Cais Comercial no Porto de Vitória (ES)
00MG	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MI	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MJ	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MK	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00ML	Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00NN	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - CDP - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00O6	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00OY	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza (CE)
00OZ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado da Bahia - Reforço do Cais Público do Porto de Salvador (BA)
00P2	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA - Ampliação do Terminal de Granéis Líquidos - TGL, no Porto de Aratu (BA)
0A45	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)
0E91	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Santarém - PA
0E92	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Vila do Conde - PA
0E93	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Fortaleza - CE

PLDO 2015, inciso I do anexo II das Informações Complementares ao PLOA-2015.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

ANEXO IV
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Órgão / Ação	
0E94	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Aratu - BA
0E95	Participação da União no Capital - Companhia das Docas do Estado da Bahia - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Salvador - BA
0E96	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Vitória - ES
0E97	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto do Rio de Janeiro - RJ
0E98	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Itaguaí - RJ
0E99	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação de Área de Apoio Logístico Portuário no Porto de Santos - SP
11XC	Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba (SC)
11XL	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)
122A	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
122B	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)
122E	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)
122F	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de São Francisco do Sul (SC)
122H	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)
122I	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)
122L	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)
122M	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC)
122O	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)
122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado
122Z	Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui (MA)
128N	Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)
12DG	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)
12IO	Modernização do Porto de Porto Velho - no Estado de Rondônia
12IV	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES)
12K7	Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)
12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
12KQ	Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios
12KS	Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em Portos Marítimos
12Y0	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)
138O	Adequação das Instalações do Terminal Portuário do Pecém (CE)
138S	Construção de Cais e Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia no Porto de Suape (PE)
13LF	Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas
13LO	Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas
14UD	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Niterói (RJ)
153G	Adequação dos Molhes de Abrigo da Barra do Canal das Flechas - RJ
156U	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Laguna (SC)
156V	Readequação dos Molhes da Barra do Porto de Itajaí (SC)
20B9	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - PAC
212A	Dragagem de Manutenção e Serviços de Sinalização e Balizamento em Portos
7L25	Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)
7Q62	Adequação de Instalações de Acostagem e Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto de Recife (PE)
7U41	Implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário nos Portos Brasileiros
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
71000	Encargos Financeiros da União
00CZ	Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2015**

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
01000 Câmara dos Deputados						
01101 Câmara dos Deputados						
10C4	Construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	3.208	Este projeto tem por finalidade a construção de edifício localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), com 4 andares, destinado a armazenagem de materiais, escritórios e área de apoio administrativo, e mais dois pavimentos de garagem. O custo total da obra é estimado em R\$ 44.915.200,15 para uma área construída de 14.000 metros quadrados.
10S2	Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.968	A obra destina-se à construção de edifício para abrigar, prioritariamente, o Centro de Processamento de Dados da Câmara dos Deputados, além de setores de apoio como postos avançados do Departamento de Polícia Legislativa, da Coordenação de Administração de Edifícios, do Departamento Técnico e do Departamento Médico. O custo total é estimado em R\$ 43.039.012,94, para uma área de 14.500 metros quadrados.
12F2	Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais	Imóvel reformado	percentual de execução física	Investimentos	2.043	O projeto destina-se à reforma dos 432 imóveis funcionais destinados aos deputados federais, distribuídos em 18 blocos de apartamentos. A área total é de 150.000 metros quadrados e o custo total estimado é de R\$ 306.380.000,00.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serv. / Invest	1.460	Atividade cuja dotação se destina a suprir gastos da Câmara dos Deputados com campanhas de publicidade institucional e de divulgação por meio da mídia em geral, realizados por meio da Secretaria de Comunicação Social - SECOM. A dotação prevista para a ação é de R\$ 94.990.000,00, com meta prevista de 65.000 matérias a serem veiculadas, perfazendo um custo médio de R\$ 1.461,38. São consideradas matérias veiculadas: notícias veiculadas pela rádio, TV, agência e jornal; programas de rádio e TV; voz do Brasil; transmissões de sessões do plenário e de comissões; inserção de chamadas; campanhas institucionais e campanhas de interesse público; radiodifusão e matérias e notícias veiculadas pela Revista da Casa.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
01901 Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados						
10AT Ampliação do Edifício Anexo IV	Edifício ampliado	percentual de execução física	Investimentos	5.308	Este projeto objetiva prover maior espaço físico destinado aos gabinetes parlamentares, bem como à construção de garagem subterrânea para atender a demanda por estacionamento. O custo total estimado da obra é de R\$ 424.661.812,00 para uma área de 80.000 metros quadrados.	
7710 Construção do Anexo V	Anexo construído	percentual de execução física	Investimentos	3.923	Obra destinada à adequação do espaço físico da Câmara dos Deputados, com área para gabinetes, apoio administrativo e legislativo, bem como subsolos de garagem. A área construída é de 36.000 metros quadrados, o que demandará um custo estimado de R\$ 141.210.000,00.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest.	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
02000 Senado Federal						
02101 Senado Federal						
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serv. / Invest.	805	A dotação prevista na proposta orçamentária do Senado para a ação de comunicação e divulgação institucional é de R\$ 61.175,778,00 para a veiculação de 76.000 matérias, perfazendo um custo médio de R\$ 804,94. O referido montante engloba as despesas com a TV Senado, Rádio Senado, Jornal Senado e outras mídias desta Casa Legislativa, incluindo tanto as despesas correntes quanto as de capital.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	---------------	------------------------	---------------

03000 Tribunal de Contas da União

03101 Tribunal de Contas da União

102X	Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre - SECEX/AC	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.362	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 1.270m² é de R\$ 3.000.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
110B	Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia - SECEX/RO	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	3.164	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 1.160m² é de R\$ 3.670.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
120D	Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	3.062	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 26.000 m² é de R\$ 79.617.000,00. A nova edificação abrigará os eventos de capacitação em nível de graduação e pós-graduação oferecidos pelo ISC e acolherá diversas unidades do TCU.
120F	Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas - SECEX/AL	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	2.839	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 1.550 m² é de R\$ 4.400.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
120K	Construção da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso - SECEX/MT	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	1.303	O custo total para a construção de imóvel com área aproximada de 2685,20 m² é de R\$ 3.500.000,00. A nova edificação propiciará o atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
13MD Reforma do Edifício-Sede do Tribunal de Contas da União	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	2.170	A ação envolve a confecção de projetos e obra de reforma propriamente dita, com a substituição total dos sistemas de ar condicionado e instalações elétricas, em conformidade com as normas atuais, cabeamento estruturado e sistemas hidráulico de combate a incêndio. A reforma abrange o fornecimento e a instalação de todos os equipamentos necessários e elevadores, conforme especificações dos projetos. Custo total de R\$ 52.050.000,00 e área de 23.987 m² (inclui restaurante).	
157S Aquisição de Imóvel para a Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí	Imóvel adquirido	unidade	Investimentos	6.000.000	O imóvel pronto destina-se a abrigar a Sede da Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí, com área aproximada de 650 m², com vistas ao atendimento do público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serviços	210	A dotação prevista para a ação é de R\$ 3.124.000,00 com uma meta de 14.850 matérias veiculadas.	
4018 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	33.854	O custo médio apurado foi calculado com base na proposta orçamentária de 2015 na qual a dotação prevista para a ação é de R\$ 192.968.800,00 para atendimento da meta física de 5.700 fiscalizações realizadas. No conceito de fiscalizações realizadas estão englobados os processos instruídos, bem como auditorias, levantamentos, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Recursos de todas as fontes						
R\$ 1,00						
10000 Supremo Tribunal Federal						
10101 Supremo Tribunal Federal						
11CD	Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal	Edifício recuperado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	417.856	Dotação estimada de R\$ 12.535.675,00 para execução de 30% do projeto de Recuperação e Modernização das Instalações do STF, a um custo médio de R\$ 417.855,83.
12QL	Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal	Garagem ampliada	percentual de execução física	Investimentos	700.866	Dotação estimada de R\$ 21.025.994,00 para o custeio de 30% do projeto de Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do STF, a um custo médio de R\$ 700.866,47.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serv. / Invest.	2.569	Dotação prevista de R\$ 38.100.500,00 para a veiculação de 75.000 matéria por meio da TV Justiça. Rádio Justiça e mídia em geral, a um custo médio de R\$ 2.568,75.
6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	Processo julgado	unidade	Serv. / Invest.	1.553	Custo médio unitário de R\$ 1.552,87 para o julgamento de 100.000 processos em 2015.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
11000 Superior Tribunal de Justiça						
11101 Superior Tribunal de Justiça						
157U Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico no Superior Tribunal de Justiça - PJE	Sistema implantado	percentual de execução física	Serviços	130.500	Com a publicação da Resolução n. 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça institui-se o Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais estabelecendo parâmetros para sua implementação e funcionamento além da adoção de procedimento no acompanhamento de cumprimento de decisão. Além de instituir o Pje a Resolução 185/2013 intimou demais órgãos do Poder Judiciário a tramitação do processo judicial eletrônico por meio do Pje. Em acatamento a norma o Superior Tribunal de Justiça solicitou a unidade Central de Oramento a criação deste projeto e aporte necessários para sua implementação com início para o ano de 2015 e previsão de término no mesmo ano. O valor unitário de R\$ 130.500 e o físico de 100% sugere a situação.	
4236 Apreciação e Julgamento de Causas	Processo julgado	unidade	Serv. / Invest.	53.052	O Custo Médio apontado quantifica a previsão de gasto unitário do processo julgado. O referencial monetário de R\$ 184.484.700,00 alocado à Ação e a estimativa de processos a serem julgados de 347.746 no próximo exercício resultaram no custo apurado quando do lançamento da fase quantitativa da LOA. As despesas administrativas com manutenção e conservação de bens móveis e imóveis; manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços de informática; e demais serviços diversos da Corte corroboram para consecução do objetivo precípuo da Atividade que é dar suporte no atendimento a todo cidadão na busca de um pronunciamento judicante do Órgão	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
							R\$ 1,00
12000 Justiça Federal							
12101 Justiça Federal de Primeiro Grau							
3755	Implantação de Varas Federais	Vara federal instalada	unidade	Investimentos	660.000	DESPESAS NECESSÁRIAS À INSTALAÇÃO DE UMA VARA FEDERAL DECORRENTE DE LEIS COMPREENDENDO MATERIAIS DE CONSUMO, REFORMAS E ADAPTAÇÕES MÍNIMAS PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA, BEM COMO MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	238	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 541/2007 E RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 558/2007.	
12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região							
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	220	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 541/2007 E RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 558/2007.	
12103 Tribunal Regional Federal da 2a. Região							
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	375	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 541/2007 E RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 558/2007.	
12104 Tribunal Regional Federal da 3a. Região							
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	750	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 541/2007 E RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 558/2007.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
							R\$ 1,00
12105 Tribunal Regional Federal da 4a. Região						RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 558/2007.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	500	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950, 7.510/1986, RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 541/2007 E RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 558/2007.	
12106 Tribunal Regional Federal da 5a. Região							
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	500	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950, 7.510/1986, RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 541/2007 E RESOLUÇÃO C.J.F. Nº 558/2007.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios						
16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal						
137M Construção da Sede do Instituto de Formação do TJDF	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Foi alocado o valor de R\$ 500.000,00 para execução de 5% do projeto que visa destinar um local específico para a capacitação de servidores e magistrados, atualmente o Instituto de Formação divide o espaço no Fórum de Brasília.	
137U Construção do Arquivo Permanente do TJDF	Galpão construído	percentual de execução física	Investimentos	499.998	Custo médio calculado com base na meta física de 3% para o ano de 2015.	
137W Construção do Complexo de Armazenamento do TJDF	Galpão construído	percentual de execução física	Investimentos	317.081	Valor referente a complementação do valor originalmente contratado para a construção do complexo que visa guardar os objetos de crime.	
142P Construção da Sede Administrativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	400.000	O prédio irá abrigar as áreas administrativas do tribunal, abrindo espaço no Fórum de Brasília onde atualmente estão estacionadas, com isso será possível a implantação de novas varas.	
151Z Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - PJe	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	41.666	O projeto trata apenas da parte de capacitação dos servidores que efetuam as manutenções e atualizações dos sistemas.	
3751 Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais	Vara implantada	unidade	Investimentos	946.666	Serão instaladas 15 varas comuns e juizados especiais nas circunscrições de Aguas Claras, Recanto das Emas e Taguatinga.	
4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	Processo julgado	unidade	Serviços	655	Custo médio estimado com base no número de processos estimados como meta para 2015: 411.247. O número de processos foi estimado pela Secretaria de Planejamento Estratégico - SEPG	
16103 Justiça da Infância e da Juventude						
195G Construção do Anexo II da 1ª Vara de Infância e da Juventude do Distrito Federal	Anexo construído	percentual de execução física	Investimentos	166.666	Consiste na construção do prédio que abrigará o setor de psicossocial da 1ª VJ.	
4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	Processo julgado	unidade	Serviços	1.852	Custo médio calculado com base no número de processos estabelecido como meta para 2015: 6.488	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
17000 Conselho Nacional de Justiça						
17101 Conselho Nacional de Justiça						
14ZQ Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça	Edifício reformado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	178.813	Com dotação de R\$ 11.622.852 para 2015, a previsão é executar 65% do projeto de reforma de edifício localizado na SEPN 514, LOTE 7, Brasília-DF. O custo médio refere-se a cada percentual de execução física executado.	
152A Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário – Pje	Sistema implantado	percentual de execução física	Serviços	896.440	Com dotação de R\$ 17.928.800 para 2015, a previsão é executar 20% do projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - Pje. O custo médio refere-se a cada percentual de execução física executado.	
1K27 Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	Projeto implantado	percentual de execução física	Investimentos	4.094.528	Os recursos serão utilizados para promover o nivelamento tecnológico no poder Judiciário. O custo médio refere-se a cada percentual de execução física executado.	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serviços	285	Previsão de recursos para realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.	
2B65 Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos	Processo apreciado	unidade	Serv. / Invest.	9.125	Previsão de recursos necessários à manutenção e ao funcionamento do Órgão para o desenvolvimento da prestação jurisdicional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20000 Presidência da República						
20101 Presidência da República						
20TM Coordenação e Articulação das Políticas Públicas de Juventude	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	18.990.000	Implementar por meio de execução direta à órgãos da administração pública federal ou parcerias com os órgãos dos Governos Estaduais, Municipais e o Distrito Federal, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil, bem como viabilizar o atendimento ao Programa Estação Juventude.	
20ZN Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Projeto apoiado	unidade	Serviços	1.600.000	Entre temas relacionados à educação em direitos humanos e ações estruturantes do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, prevê-se o apoio a cinco projetos.	
213T Organização do Acervo da Comissão Nacional da Verdade	Arquivo digital desenvolvido	unidade	Serviços	1.000.000	Apesar do encerramento do mandato da CNV em 16 de dezembro de 2014, a gestão do legado da CNV continuará em 2015 por meio do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. A ação prevê o desenvolvimento do arquivo digital das CNV, em parceria com o Arquivo Nacional, nos termos do parágrafo único da Lei nº 12.528, de 11 de novembro de 2011.	
2E24 Formulação, Desenvolvimento e Capacitação para Participação Social	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	900	Essa ação envolve atividades muito diversas que serão executadas ao longo de 2014, a exemplo de parcerias com organismos internacionais, acordos de cooperação com universidades e convênios com organizações da sociedade civil, além de alguns eventos (como seminários, congressos e encontros com a sociedade) e diárias e passagens de cinco unidades da SC/PR.	
4901 Funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Conselho mantido	unidade	Serviços	1.000.000	Em razão da diversidade das ações que serão executadas, há grande dificuldade em estimar o custo médio das ações que serão executadas. O valor aqui apresentado deverá ser melhor detalhado ao longo dos relatórios de monitoramento.	
					Os valores aportados a essa são destinados a garantir a realização de reuniões e eventos periódicos nos quais são debatidos e consultados posicionamentos sobre políticas públicas que afetam o estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Dessa forma, o Conselho	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	Diagnóstico realizado	unidade	Serv. / Invest.	11.800.000	cumprir sua missão institucional de ser órgão de assessoramento direto da Presidência da República. Realizar estudos, seminários, pesquisas, capacitar servidores públicos e membros da sociedade civil, implementar por meio de execução direta a órgãos da administração pública federal ou parcerias com os órgãos dos Governos Estaduais, Municipais e o Distrito Federal, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.	
8700 Funcionamento do Conselho Nacional de Juventude	Conselho mantido	unidade	Serviços	2.210.000	Realização estudos, reuniões do Conselho, Câmaras Temáticas, Comissões, oficinas, Grupos de Trabalho e a participação em outras reuniões para que foram designadas. Essencialmente tratam de despesas com passagens e diárias, eventualmente, a contratação de serviços de suporte às reuniões e parcerias com instituições para estudos e pesquisas, entidades não-governamentais e organismos internacionais.	
20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI						
4858 Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital - ICP - Brasil	Evento realizado	unidade	Serviços	12.000	O custo visa a realização de eventos para a Promoção da Massificação da Certificação Digital ICP - Brasil, tais como workshops sobre o produto, CertForuns anuais, edição da Revista Digital e matérias sobre certificação digital, destinadas a empresas públicas e privadas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação Digital e/ou interessados na adoção da Certificação Digital ICP - Brasil, com foco no uso, suporte técnico e emissão de certificados digitais, segundo as práticas, normas e padrões da ICP - Brasil.	
4912 Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital e Normalização da ICP-Brasil	Auditoria realizada	unidade	Serviços	3.000	Os valores são destinados à realização de auditorias e fiscalizações operacionais e de credenciamento, para verificar a conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação, suas Políticas de Certificação, a Política de Segurança e demais documentos, regulamentações e normas gerais estabelecidas para as entidades em credenciamento ou integrantes da ICP - Brasil. Os processos de auditoria e fiscalização são consubstanciados em relatórios, cujas irregularidades devem ser	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4917 Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil	Serviço mantido	unidade	Serv. / Invest.	46.000	acompanhadas até o cumprimento de suas correções. O recurso ainda será utilizado para realizar pesquisas e propor a revisão, atualização e suplementação das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, observados os demais aspectos jurídicos sobre a matéria, com vistas a garantir a adoção de padrões de interoperabilidade e segurança compatíveis com as normas brasileiras e internacionais. Aperfeiçoamento dos sistemas de apoio ao Credenciamento, Auditorias e Fiscalização. A ação visa garantir o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP - Brasil, que deve funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, a uma taxa de disponibilidade de 99,9%, o que equivale a apenas 52 minutos de paradas anuais. Para tanto, a ação busca garantir o pleno funcionamento dos dois Centros de Certificação Digital da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil, ambientes de produção e de contingência, assim como investir no aperfeiçoamento constante da plataforma criptográfica (hardware - MSC e software - SGC), Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no Exterior. Celebrar e acompanhar a execução de contratos, convênios, instrumentos congêneres e acordos de cooperação nacionais e internacionais, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP - Brasil. Estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área de segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas. Estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de transações e documentos eletrônicos.	
20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC						
20B5 Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação	Conteúdo informativo difundido	hora	Serv. / Invest.	875	Produção e veiculação de conteúdos informativos, infantis, educativos, culturais, artísticos, científicos e formadores de cidadania por meio dos diferentes canais e serviços que compõem o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão; aquisição de conteúdos originários da	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	1.000.000	produção audiovisual independente e da produção audiovisual regional, com vistas à expressão da diversidade cultural, social, econômica e étnica do País; licenciamento de obras audiovisuais nacionais e internacionais; aquisições de direitos autorais; ações de fomento, próprias e em parcerias, ao desenvolvimento da produção audiovisual televisiva e radiofônica brasileiras; produção de conteúdos específicos para exibição internacional; produção, integração e distribuição de conteúdos multimídia para web, mobile e novas plataformas; ações de divulgação e publicidade; ações de patrocínios; investimentos para ampliar a oferta e qualidade dos sinais de radiodifusão públicos e a migração para a plataforma digital; e contratação de serviços de telecomunicações e outros serviços de terceiros, serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, despesas com diárias, passagens e locomoção, aquisição de materiais permanentes, obras e instalações, ou seja, despesas necessárias para dar suporte à execução da atividade finalística, visando aprimorar o funcionamento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, composto pelas emissoras públicas de televisão nacional (TV Brasil) e internacional (TV Brasil Internacional), agências públicas de notícias (Agência Brasil e Rádioagência Nacional) e pelo complexo de emissoras públicas de rádio (Rádios Nacional e Rádios MEC), ampliando e qualificando sua acessibilidade e abrangência.	
2675 Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal	Conteúdo difundido	minuto	Serv. / Invest.	814	Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede, disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa.	
					Cobertura jornalística das atividades do Governo Federal e acompanhamento da agenda presidencial no Brasil e no exterior, com transmissão em tempo real em televisão (aberta e fechada), rádio e internet. Divulgação de políticas públicas aos cidadãos, mediante a produção de noticiários, documentários, entrevistas e reportagens para	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20927 Fundo de Imprensa Nacional					
2804 Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais	Página editorada	unidade	Serv. / Invest.	1	veiculação em televisão, rádio, internet e outras plataformas digitais, visando assegurar o acesso da sociedade à informação sobre direitos e deveres do cidadão, fortalecendo a cidadania e a integração nacional. O custo médio é 0,08. FINALIDADE: Assegurar os meios necessários à edição e produção dos jornais oficiais nas diversas fases de produção. Desenvolvimento de ações relacionadas com a manutenção dos contratos existentes, para a distribuição dos jornais oficiais em todo o território nacional; manutenção dos contratos relativos à divulgação eletrônica dos jornais oficiais (via Internet). Aquisição de Servidores, etc. Aquisição de insumos gráficos e material de consumo, envolvendo compra de papel jornal, aquisição de aplicativos para produção dos jornais oficiais nas fases de edição e produção (recabimento eletrônico de matérias), formatação, paginação, produção de filmes, chapas, etc.; manutenção de contratos de serviços relacionados aos aplicativos eletrônicos utilizados. Compreende os gastos com contratos de manutenção dos equipamentos gráficos (impressoras rotativas e planas, dobradeiras, etc); limpeza, conservação, reparos e adaptação de imóvel; Manutenção do ar condicionado do Auditório e reforma de banheiro, piso e pinturas. Adaptação de área para o SAT – Serviços de Atendimento ao Servidor, serviços de utilidade pública (gás, água, luz e afins); aquisição de equipamentos gráficos, de ar condicionado, de prevenção de incêndio, elevadores, adequações de área, manutenção predial e outros afins. Implementar sistemas de informática, nas diversas fases de serviços de processamentos de dados, aquisição ou desenvolvimento de programas, serviços de manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados – Hardware, serviços de teleprocessamentos, serviços de rede privada virtual, rede comutação, Internet, desenvolvimento de processamento de dados, adaptação de

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
softwares, suporte técnico, desenvolvimento de ações relacionadas com a manutenção dos contratos existentes, para a manutenção dos equipamentos; manutenção dos contratos relativos à divulgação eletrônica dos jornais oficiais (via Internet). Aquisição de computadores, servidores, impressoras, mini computadores, modem – monitor, scanner, etc.						

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0064 Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	Associação atendida	unidade	Serviços	35.714	Assistência financeira para melhoria e modernização dos serviços de Registros Genealógicos; melhoria da infra-estrutura dos hipódromos; modernização dos sistemas de apostas nas entidades turfísticas.	
099F Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	8.750	Para o exercício de 2015, com o aporte de R\$ 700 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR, estimamos beneficiar aproximadamente 80 mil produtores rurais. Chegamos a esse número tomando por base uma subvenção média de R\$ 8.750 por produtor, valor condizente com os dados históricos do PSR nos últimos anos.	
147S Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	Rede implantada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	131.364	O dado meteorológico é insumo básico no zoneamento agroclimático e na determinação de regiões em que eventos meteorológicos severos atinjam as áreas agrícolas no país e em várias outras atividades econômicas (seguro agrícola, aviação, navegação e etc.). O adensamento da observação meteorológica no país vem de encontro às necessidades de incrementar a capacidade de monitorar e prever tempo e clima. O INMET vem gradativamente ampliando sua capacidade de observação, já tendo instalado uma rede de Estações Automáticas, que primariamente atende às necessidades de previsão de tempo em escala sinótica. No entanto é preciso também melhor atender às demandas de monitoramento agrícola, garantindo que fenômenos meteorológicos de escala média e pequena também sejam observados e a ampliação dessa rede automática de superfície faz-se cada vez mais necessária. Neste contexto, a Ação AMPLIAREDEM é prioritária, pois, reveste-se de grande importância já que o aumento na capacidade de monitorar e prever, será consideravelmente ampliada com a instalação de até 500 novas Estações Automáticas na rede existente, incremento da rede de bóias oceânicas	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20ZS Desenvolvimento da Agroenergia	Cadeia produtiva desenvolvida	unidade	Serviços	1.160,045	para a observação marinha, modernização da rede de observação de altitude e ampliação da rede de radares em operação no Brasil.		
					Justifica-se tal proposta tendo em vista a implementação do Objetivo do Programa que é o de ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.		
20ZT Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	Evento/missão realizado(a)	unidade	Serviços	98.144	O desafio da agroenergia é a produção de matérias-primas em quantidade suficiente para responder às demandas estipuladas no Plano Decenal de Expansão de Energia para 2015, sem que haja competição com a produção de alimentos.		
					Para promover a expansão da oferta de matérias-primas para a produção de biodiesel, no horizonte de 2015, as ações propostas pela SPAE/MAPA organização e capacitação para a cadeia produtiva de oleaginosas; a. Capacitar agricultores e extensionistas; b. Difundir novas tecnologias produtivas agrícolas; b. Investimento em pesquisas de matérias-primas para produção de biodiesel. a. Promoção da busca por oleaginosas que possam substituir a soja como matéria-prima produção de biodiesel (canola);		
20ZT Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	Evento/missão realizado(a)	unidade	Serviços	98.144	As demandas da SRI tem aumentado em função do próprio aumento da presença de produtos do agronegócio brasileiro no exterior. Dessa forma, o aumento dos recursos justifica-se pelo maior número de missões aos parceiros comerciais para abetura e manutenção de mercados para as exportações agropecuárias brasileiras e discussão e definição das regras e normas que disciplinam o comércio internacional de produtos agropecuários. Além das atividades de negociação, com o aumento das ações de promoção internacional aumenta, também, a demanda por recursos para acompanhar as ações de promoção no exterior.		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
202U Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	10	Para o exercício de 2015, com o aporte esperado de R\$ 8.890.328,00, para a ação 202U estimamos beneficiar aproximadamente 900 mil produtores rurais, levando-se em consideração que esta ação dispõe de 3 PO's (Agriseco, Fiseagro e Zagricola), os quais não poderiam ser enquadrados dentro de um mesmo produto "produtor beneficiado". Chegamos a esse número tomando por base histórica que no ano de 2013 foram beneficiados 860 mil produtores, em 2014 estima-se alcançar cerca de 900 mil, número tomado como referência para o PLOA 2015. Cabe destacar que a maior parte dos produtores beneficiados por esta ação são contemplados pelo Seguro Rural ou Proagro, bem como, os que utilizam as informações do Zoneamento Agrícola de Risco Climático.		
202V Fomento ao Setor Agropecuário	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	39.121	Promoção da agropecuária nacional pela difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins em agricultura irrigada, estudos de infraestrutura e logística da produção, promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias, apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas, apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias, fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários - IG, fomento à inovação no agronegócio, fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação, apoio ao desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, bem como incentivo e apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário mediante a aquisição de patilhas mecanizadas, manutenção e conservação de estradas vicinais e de outras iniciativas com a finalidade de promover o desenvolvimento do setor agropecuário.		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest.	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20ZW Promoção da Defesa Agropecuária	Atividade realizada	unidade	Serv. / Invest.	157	Promoção da à sanidade na agropecuária é vital para se manter a situação das zonas livres de praga e doenças, manter a saúde dos rebanhos e fortalecer ações de prevenção e controle. A presença de doenças e pragas pode gerar grandes perdas econômicas para a agropecuária nacional, constituindo-se, inclusive, em obstáculo para a comercialização internacional de produtos agropecuários. Para que isso não aconteça é preciso reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à sanidade agropecuária - SUASA, e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Além disso, é necessário ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.	
20ZX Fiscalização de Atividades Agropecuárias	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	31	As ações da fiscalização objetivam precipuamente garantir a qualidade, conformidade e segurança de produtos colocados à disposição dos produtores rurais, de modo a salvaguardar a produção, a produtividade e a segurança dos alimentos, bem como a proteção do agricultor contra a fraude, afastando do mercado produtos de baixa qualidade, cobrindo os produtos marginais fraudulentos, contaminados ou fora dos padrões de garantia. A não presença da fiscalização do MAPA em todo o universo da produção, importação, exportação e comércio desses insumos agrícolas tem resultado, peremptoriamente, reclamações e denúncias de agricultores e suas entidades de classe e representações, bem como de empresas idôneas, de uma maior oferta de produtos marginais pirateados, fraudulentos, adulterados, contaminados e muitas das vezes impróprios ao uso na agricultura. Além disso, a fiscalização tem caráter educativo e na ausência dela alguns agentes têm a tendência de simplificar seus procedimentos, reduzir custos e oferecer produtos no mercado com qualidade disculvel (fertilizantes, sementes, produtos de origem vegetal e animal, controles da disseminação de pragas e doenças, etc). A ausência da fiscalização, mesmo que por um curto período, tende a produzir danos maiores porque expõe o poder público a situação de descrédito frente ao setor regulado e os consumidores. A qualidade dos insumos agropecuários influencia diretamente na	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
202Y Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacao	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	377	produtividade e na segurança do alimento fornecido ao consumidor, sendo este fator preponderante no incremento da competitividade dos produtos agropecuários brasileiros. O aprimoramento de mecanismos de controle de produtos e processos que proporcionam aumento da segurança e qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor e da competitividade da agroindústria brasileira no comércio nacional e internacional, contribuindo para o equilíbrio e alinhamento das cadeias do agronegócio às exigências internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio.		
202Y - Com dotação proposta de R\$ 24.504.815,00 na LOA 2015 a ação objetiva o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau por meio do fornecimento de bases tecnológicas e gerenciais através dos serviços de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. A meta estabelecida para o exercício é de atendimento a 65 mil produtores rurais envolvendo cultivos e criações diversas nos seis estados de atuação, com custo médio de R\$ 377,00 por produtor beneficiado no ano, abrangendo os seguintes planos orçamentários: PO 0001 - RACPEC13; PO 0002 – DIFUTEC13; PO 0003 – COORCAU13; PO 0004 – GERACAU13. Além das atividades finalísticas de geração, difusão e transferência de tecnologias, envolve despesas de investimento na manutenção e modernização da infraestrutura dos centros de pesquisas e extensão rural, assim como serviços administrativos, manutenção e uso de frota veicular, conservação de imóveis, suporte administrativo a acordos de cooperação técnica nacional e internacional.							
213S Assistência Técnica e Extensão Rural para o Produtor Rural	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	2.147	Promoção da adoção de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais pelos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para apropriação de tecnologias que levem ao aumento da produtividade e da renda dos agricultores.		
2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	Boletim emitido	unidade	Serv. / Invest.	4.113	As atividades desenvolvidas no âmbito da Ação são aquelas relativas à		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8593 Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	878	produção e divulgação das informações meteorológicas e climatológicas, realizadas por meio do desenvolvimento e divulgação de boletins agroclimáticos e agrometeorológicos, de alertas especiais disponibilizados via Internet e demais publicações do Instituto, além dos produtos gerados para a sociedade ou governo, os quais subsidiam o desenvolvimento dos instrumentos de garantia da produção. Tem sido por meio de atividades dessa ação que o dado meteorológico "bruto" é coletado, transmitido, consolidado, trabalhado, armazenado, transformado em resultado significativo e divulgado/disponibilizado para a sociedade científica e civil, de forma altamente democrática, gratuita e em tempo real, em formatos e padrões diversos, através do portal eletrônico do Instituto (www.inmet.gov.br).	
8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pro-Orgânico	Área de produção controlada	hectare	Serv. / Invest.	5	Promoção da atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e a adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras, agroenergia, para atender as demandas da sociedade brasileira e dos mercados internacionais, com a consequente melhoria da qualidade de vida do produtor rural, conforme preconizado no Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC, e apoio ao desenvolvimento da atividade de floresta plantada e heveicultura, para fins econômicos, com vistas a atender a grande demanda do setor por madeira e borracha natural, considerando seus benefícios sociais econômicos e ambientais. Aplicação dos mecanismos de controle para garantir a qualidade orgânica, com ações de credenciamento, supervisão, auditoria e fiscalização. Promoção de ações de apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia, com a finalidade de aumentar a oferta de insumos adequados, apoiar a educação e a capacitação, a organização da rede de produção orgânica, e incentivar o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção e ao extrativismo sustentável orgânico, que atendam as especificações aprovadas pelas	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv./Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA						
116Z Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS	Entidade apoiada	unidade	Investimentos	29.412	regulamentações nacional e internacional.	Dotar as Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS, de infraestrutura física adequada e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.
117A Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa	Unidade implantada/aparelhada/adequada	unidade	Investimentos	8.000.000		Construir, equipar e implantar a unidade da Embrapa Cacaos, ampliando a estrutura física de suporte à rede de pesquisa agropecuária nacional, com o intuito de modernizar a infraestrutura e as estruturas organizacional, institucional e de gestão, para inovação e consolidação da atuação interna e externa da pesquisa e do desenvolvimento da agropecuária.
20Y6 Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	Pesquisa desenvolvida	unidade	Serv./Invest.	602.865		Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade, com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo questões de defesa agropecuária, consideradas prioritárias para as estratégias de abastecimento interno, de comércio exterior e de produção de agroenergia. Manter o desenvolvimento científico e tecnológico como um dos fatores de desenvolvimento do agronegócio. Atender a compromissos como: apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas; acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial; elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira; fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade; prevenir retrocessos tecnológicos; viabilizar as adaptações às mudanças ambientais globais, com foco nas mudanças climáticas em especial nas tecnologias voltadas para a agricultura de baixa emissão de carbono; desenvolver a agropecuária de base familiar e das comunidades tradicionais, com foco na diferenciação e agregação de valor à produção extrativista e nos sistemas integrados de produção. Além de manter os recursos genéticos estratégicos para o país, através de uma plataforma nacional de serviços, assegurando as atividades de coleta, manutenção,

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	121.117	caracterização e disponibilização de informação, visando a valorização permanente dos acervos de forma a garantir a segurança nacional em recursos genéticos e em alimentos para a população.	
8924 Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	Tecnologia transferida	unidade	Serv. / Invest.	2.132.416	Desenvolver a operacionalização da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.	
					Disponibilizar conhecimentos e tecnologias gerados pela pesquisa agropecuária e possibilitar o seu acesso pelos atores das cadeias de produção agropecuária em todos os seus segmentos, por meio de planejamento, coordenação, integração, articulação, orientação, avaliação de processos e ações de transferência de tecnologias necessárias para a sustentabilidade da agricultura.	
22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB						
1510 Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB	Capacidade ampliada	tonelada	Serv. / Invest.	274	Ampliar a capacidade estática pública de armazenagem da CONAB, mediante a construção de 10 novas unidades armazenadoras, e da reforma, modernização e ampliação ou realocação das unidades antigas existentes em 2012. O aumento da capacidade estática da rede própria de armazenagem visa melhorar a efetividade da União na execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e no equilíbrio da oferta de alimentos ao consumidor visando minimizar as oscilações de preços e os riscos de impacto sobre a inflação (formação de estoques públicos, ampliação da capacidade de atendimento aos programas sociais do governo, regulação de preços mínimos, regulação do abastecimento dos principais alimentos básicos).	
154C Aquisição e Adaptação de Imóvel para a Superintendência Regional da Bahia - SUREG/BA	Imóvel adquirido	unidade	Investimentos	1.000.000	Adquirir e adaptar o imóvel para sede própria da Superintendência Regional da Bahia.	
154D Reforma e Modernização do Edifício Sede da Matriz da CONAB	Unidade reformada/modernizada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.200.000	Executar reforma, adaptação e modernização da infraestrutura física do Edifício Sede da Matriz da Conab.	
154E Reforma e Modernização da Sede da Superintendência Regional de Pernambuco - SUREG/PE	Unidade reformada/modernizada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.200.000	Executar reforma, adaptação e modernização da infraestrutura física da Sede da Superintendência Regional de Pernambuco.	
154F Reforma e Modernização da Sede da Superintendência Regional do Ceará - SUREG/CE	Unidade reformada/modernizada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.200.000	Executar reforma, adaptação e modernização da infraestrutura física da Sede da Superintendência Regional do Ceará.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
154G Construção e Adaptação da Sede da Superintendência Regional do Mato Grosso - SUREG/MT	Unidade construída	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.200.000	Executar obra, serviços e instalações objetivando a implantação da nova Sede da Superintendência Regional de Mato Grosso.	
154H Construção e Adaptação da Sede da Superintendência Regional da Paraíba - SUREG/PB	Unidade construída	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.200.000	Executar obra, serviços e instalações objetivando a implantação da nova Sede da Superintendência Regional da Paraíba.	
154I Construção e Adaptação da Sede da Superintendência Regional do Paraná - SUREG/PR	Unidade construída	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.200.000	Executar obra, serviços e instalações objetivando a implantação da nova Sede da Superintendência Regional do Paraná.	
20GI Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF	Produto adquirido	tonelada	Investimentos	667	Operacionalizar de instrumentos definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mediante a Aquisição do Governo Federal - AGF-AF, exclusivamente de produtos oriundos da agricultura familiar, na forma direta ou em decorrência do exercício de Contratos de Opção de Venda, com vistas à retirada de excedentes do mercado nos momentos das safras, formando estoques reguladores e estratégicos para utilização dos mesmos no abastecimento em épocas e regiões apropriadas, inclusive realização das despesas operacionais, financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e da manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários, na forma preconizada pela política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e renda ao produtor definido na Lei nº 11.326, de 2006, formar estoques públicos e regular o abastecimento interno.	
20TB Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial	Unidade instalada	unidade	Serv. / Invest.	8.775.000	Implantar o Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial para o atendimento da população ribeirinha da Amazônia Legal, envolvendo a aquisição de quatro embarcações, a adaptação e equipamento de armazéns frigoríficos, bem como a manutenção e funcionamento das embarcações e das unidades armazenadoras de apoio ao Serviço Móvel, de forma a disponibilizar aos demais Órgãos estrutura operacional para aquisição de transporte de produtos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e a entrega nos pontos estabelecidos, promovendo o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, contribuindo para a erradicação da pobreza extrema, no eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria-PBSM.	
20Y7 Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar	Cadeia de abastecimento organizada/mantida	unidade	Serv. / Invest.	184.625	Realizar as atividades de modernização das Unidades Armazenadoras,	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2130 Formação de Estoques Públicos - AGF	Produto adquirido	tonelada	Investimentos	486	levantamento de dados para atender o Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, captação de informações para divulgação de safra de grãos, estudo das perdas na pós-colheita, no armazenamento e transporte de grãos, e divulgação de informações sobre o abastecimento agroalimentar. Operacionalizar instrumentos definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mediante a Aquisição do Governo Federal - AGF na forma direta ou em decorrência do exercício de Contratos de Opção de Venda, com vistas à retirada de excedentes de produtos do mercado nos momentos das safras, formando estoques reguladores e estratégicos para utilização dos mesmos no abastecimento em épocas e regiões apropriadas, inclusive realização das despesas operacionais, financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e da manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários, na forma preconizada pela política governamental de intervenção no mercado para garantir o preço e renda ao produtor, formar estoques públicos e regular o abastecimento interno.
2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	606	Realizar fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou, sistemática, durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns depositários.
22906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira					
20Y8 Desenvolvimento da Cafeicultura	Produtor beneficiado	unidade	Serviços	333	Promover os Cafés do Brasil em feiras de cafés especiais, de alimentos e bebidas, concursos de qualidade, seminários, exposições temáticas. E, ainda, ações na Copa do Mundo, não envolvendo mídia, a fim de possibilitar que o café brasileiro represente para o público-alvo o conceito de um país com muitos sabores, diversas origens, fornecedor de cafés de qualidade com sustentabilidade, para então se buscar estratégias de valorização do produto focadas

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					nos mercados interno e externo; Desenvolver processos tecnológicos aplicáveis ao agronegócio café, em todos os seus estágios, no âmbito do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café, visando a produtividade da cultura e à qualidade do produto, com proposta de valorização da competitividade e inovação da cafeicultura brasileira, fundamentada na estratégia de oferecer continuamente soluções tecnológicas sustentáveis que supram as necessidades da cadeia produtiva e fortaleçam a interação entre o produtor, os serviços de transferência de conhecimento e a comunidade científica; Habilitar os agentes do setor cafeeiro à gestão integrada dos processos produtivos; disseminar técnicas de manejo e tecnologias voltadas à alta performance e propiciar a absorção de conhecimentos para viabilizar a agregação de valor; Conservação de 33.419 sacas de café, visando a manutenção da qualidade do produto estocado, despesas com vigilância, limpeza e transporte do produto; e Despesas com deslocamento (passagens, diárias e afins), material de consumo, apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas para o setor cafeeiro;

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
120B Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN	Centro implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	3.140.000	"O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade e a vulnerabilidade dos ambientes e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos. Para a consecução deste objetivo, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres, CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, tem procurado estruturar-se administrativa e organizacionalmente. Em 2013 publicou editais de concursos públicos para absorção de servidores efetivos para complementar seu quadro de pessoal. O Concurso realizado em 2014 permitiu o provimento de cargos de nível superior das carreiras de Desenvolvimento Tecnológico (40 vagas), Pesquisa em Ciência e Tecnologia (15 vagas) e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (20 vagas) e espera-se que as nomeações ocorram ainda em 2014. Em 2014 foi realizado procedimento licitatório para contratação de empresa para a elaboração do Projeto Básico e Executivo para a Construção do Complexo do CEMADEN em área no Parque Tecnológico de São José dos Campos-SP. A empresa vencedora da licitação entregou os projetos e no ano de 2015 deverá ser iniciado os procedimentos licitatórios visando à construção do complexo, com previsão de execução de 30 % do projeto com recursos do orçamento de 2015. Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, meta prevista no Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, foram lançados editais de processos licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos já foram finalizados, e os equipamentos adquiridos estão sendo instalados. As atividades	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
154K Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA	Unidade construída	percentual de execução física	Investimentos	1.700.000	continuas de monitoramento e geração de alertas, os requisitos logísticos para a operação, bem como a continuidade da estruturação da rede observacional também serão custeados com o orçamento de 2015.	
					Atualmente, por meio de suas instalações temporárias localizadas em Cachoeira Paulista e em São José dos Campos, o CEMADEN monitora 753 municípios, dos quais 570 têm riscos de movimentos de massa. Até o final de 2014 pretende-se monitorar os 821 municípios prioritários do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, os quais devem incluir ou não áreas de risco de deslizamento/movimentos de massa. Ressalta-se que trabalho adicional foi feito para agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma SALVAR do CEMADEN, pois alguns dos mapeamentos foram providos por outras fontes, que consideraram diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de escorregamentos."	
200D Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais	Artigo publicado	unidade	Serviços	318.732	Recursos destinados à construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido	
					Valor da hora de telescópio disponibilizada para o Brasil. Contrato internacional válido até 12/2015, com utilização média de 300 horas por ano. Valor total anual US\$ 1.797.930,00 equivalente com dolar de 27/8/2014 (2,254) a R\$ 4.052.534,22	
					Valor da hora de telescópio disponibilizada para o Brasil. Contrato internacional válido até 09/2018, com uso médio de 960horas por ano. Valor total anual US\$ 532.982,00 equivalente com dolar de 27/8/2014 (2,254) a R\$ 1.201.341,43	
					Valor da hora de telescópio disponibilizada para o Brasil. Contrato internacional válido até 12/2015, com uso médio de 160 horas por ano. Valor total anual US\$ 425.000,00 equivalente com dolar de 27/8/2014 (2,254) a R\$ 957.990,00	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20UJ Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE	Artigo publicado	unidade	Serv. / Invest.	601.255	Os principais serviços e investimentos contemplam as atividades de pesquisa e desenvolvimento e manutenção dos Centros Regionais do INPE em Belém-PA, Natal-RN, e Santa Maria-RS.	
20UJ Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Semiótico - INSA	Pesquisa realizada	unidade	Serviços	461.246	Projeto de pesquisa para desenvolvimentos dos campos de Palma. Recursos destinados a um dos laboratórios para locação de cilindros e fornecimento de gases	
20UK Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	58.343	O custo médio por meta física (70 unidades) foi estimado com base no orçamento de 2013, levando-se em conta a correção inflacionária no período 2013-2015 (13,18% acumulado, IPCA julho). Lembramos que o orçamento de 2014 não sofreu correção inflacionária em relação àquele de 2013. Além disso, estimamos um aumento de até 5% no custo médio por unidade, em função de aprimoramentos do serviço de certificação digital da hora legal brasileira, a fim de ampliar seu fornecimento para instituições privadas. É previsto também a construção de novas estações em território nacional de medições gravimétricas e magnéticas.	
20UL Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	89.531	O custo médio por meta física (69 unidades) foi estimado com base no orçamento de 2013, levando-se em conta a correção inflacionária no período 2013-2015 (13,18% acumulado, IPCA julho). Lembramos que o orçamento de 2014 não sofreu correção inflacionária em relação àquele de 2013. Além disso, estimamos um aumento de até 5% no custo médio por unidade em função de investimentos em novos projetos de grande porte que já iniciaram em 2014, como a participação do ON em levantamentos do céu de nova geração - JPAS e Sloan Digital Sky Survey IV.	
					Manutenção do sistema de radioproteção que garante a correta operação do sistema de Raio-X.	
					Manutenção da proteção da rede do CTI em tempo real, realizando as filtragens e liberações.	
					Participação do CTI na rede metropolitana de Campinas - REDECOMEP	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20UM Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	143.250	no uso da internet de alta velocidade.	
					aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	
					despesas com reforma de laboratórios e com projetos executivos.	
20UN Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	135.438	Contrato de manutenção dos microscópios eletrônicos e do sistema de ilografia por feixe de elétrons do LabNano. Fornecimento de gases ultrapurros para o Laboratório de Criogenia - LABCRIO	
					Aquisição de computadores, servidores, discos para armazenamento de dados, roteadores e amplificadores para rede de transmissão de dados	
					Criar, aumentar e diversificar a capacidade de novos estudos e experimentos científicos no CBPF	
					Modernização de novas linhas de pesquisas no CBPF	
					Atender demanda de suprimentos dos laboratórios, gás e criogênicos do CBPF	
					Principais investimentos em TI: equipamentos de processamento de dados, software de base e de aplicação. Principais investimentos em capital: reformas e adaptações do conjunto arquitetônico da Unidade (4 edificações); importação de equipamentos técnico-científicos; aquisição de equipamentos laboratoriais para os 22 laboratórios da Unidade; modernização do mobiliário para escritório e laboratório.	
					Principais serviços em TI: manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados; aquisição de material de TI; contratos de suporte à infraestrutura de TI. Outros principais serviços: contratos continuados de manutenção da infraestrutura predial da Unidade (itens de funcionamento); contratos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos laboratoriais; diárias e passagens aéreas; serviços de pessoa física (avaliadores independentes para o Organismo de Certificação de Produtos e para o Núcleo de Inovação Tecnológica).	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest.	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20UO Ciência, Tecnologia e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	64.092	O valor refere-se à projetos em desenvolvimento no MAST, o que inclui custos da pesquisa de levantamento de dados, aquisição de equipamentos para catalogação de documentos, digitalização e armazenamento de material arquivístico, softwares para a base de dados e armazenamento dos mesmos, bem como a preparação de trabalhos a serem publicados (revisão, tradução, elaboração de Editais etc); inclui ainda viagens realizadas para pesquisa de campo e participação em congressos acadêmicos, participação de professores visitantes do País e do exterior em eventos e oficinas de estudos; inclui ainda serviços gráficos e impressão de livros. Além da necessidade de atualização anual do acervo bibliográfico. O valor também refere-se ao público visitante do MAST e aquele participante de atividades "extra-muros", representando custos de transporte, material de divulgação científica e custeio logístico de infraestrutura, necessária às atividades realizadas em locais públicos, tais como praças, feiras, praças e também aquelas realizadas em eventos anuais, como a SBPC, SNCT etc. Inclui ainda aquisição de equipamentos para realização atividades interativas de popularização de ciências.	
20UP Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	845.455	Os recursos previstos para esta Ação têm como objetivo apoiar projetos que visem o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias sociais junto às populações urbanas e rurais, populações indígenas, tradicionais e ribeirinhas, principalmente nas áreas de habitação, agroecologia, acesso à água e fortalecimento de sistemas produtivos locais, bem como o apoio a empreendimentos de economia solidária e o fortalecimento de núcleos universitários de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia social. Possibilitará também o apoio a projetos para o desenvolvimento de Tecnologias Assistivas (no âmbito do Plano Viver Sem Limites) nas áreas de neurociências, computação, automação, robótica, desenho industrial, fisioterapia, terapia ocupacional, dentre outras. Apoiará a fabricação de equipamentos e dispositivos, ou desenvolvimento de serviços voltados para a acessibilidade. Esse apoio é articulado via parcerias entre a SECIS/MCTI, o Centro Nacional de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20UQ Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	676.471	Referência em Tecnologia Assistiva/Instituto Renato Archer, articulação com outros órgãos governamentais, órgãos de fomento e instituições de ensino e pesquisa. Os recursos previstos para esta Ação têm como objetivo apoiar projetos com foco na inclusão social de parcela da população em situação de vulnerabilidade, fomentando as cadeias produtivas locais por meio de ambientes tecnológicos que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão em iniciativas que envolvam o uso do conhecimento e de soluções tecnológicas para melhoria da qualidade de vida dos beneficiários observando-se os princípios da sustentabilidade sociambiental. Para tanto, esta Ação articula quatro linhas prioritárias: "Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos", "Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais", "Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis" e "Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional. Por meio desta Ação, a SECIS apoia projetos, chamadas públicas, atividades, seminários e outros eventos que capacitem tecnologicamente as populações em articulação com as vocações locais, de forma que ações de extensão tecnológica sejam aplicadas diretamente nas comunidades.		
20US Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	629.564	O montante descrito será utilizado no apoio a projetos que visem ao fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação no país por meio de celebração de Convênios e Termos de Execução Descentralizada.		
20UT Estimulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e da Comunicação	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	310.634	- "Consolidar a capacitação tecnológica do País para o desenvolvimento e inovações de conteúdos digitais, tomando o Brasil um dos principais produtores de conteúdos digitais em diversas plataformas tecnológicas, com destaque em áreas de grande impacto social. Provisão dos meios necessários para implantar o Centro de Desenvolvimento para Conteúdos Digitais. Projeto: Programa TI Maior - Conteúdos Digitais" - "Consolidar a capacitação tecnológica do País para o desenvolvimento		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20V6 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	501.066	de softwares, componentes semicondutores, displays e outros dispositivos e serviços de TIC orientados para as áreas estratégicas nacionais. 1. Programa TI Maior - Displays, 2. Projeto MMS 2014 e WSIC Design, 3. Proj. de Complementação a capacitação"	
					- Elevar a competitividade e a capacidade produtiva da indústria brasileira de software e serviços correlatos, com medidas para fortalecer e ampliar a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo, a fim de transformar o Brasil em uma das referências no cenário internacional do setor. 1. Programa TI Maior - Software, 2.	
20V8 Apoio a Projetos de Inclusão Digital	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	387.398	O produto desta ação são projeto apoiados, que em sua maioria são selecionados por meio de chamadas públicas realizadas em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo como principal natureza de despesa o pagamento de bolsas de pesquisa, não sendo possível um maior detalhamento antes do resultado da seleção dos projetos.	
					"Os recursos para esta Ação tem como finalidade o apoio à convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte, em coadunância com o Plano Nacional de Banda Larga, bem como serão apoiados projetos de Implantação e expansão da infraestrutura de banda larga para a Cidade Digital, promovendo o acesso à Internet via rede de fibra ótica ou rede híbrida integrada (cabramento, satélite, radiofrequência, etc.) criando redes metropolitanas de comunicação, interligando órgãos públicos, instituições públicas ou unitárias que atuam na área de ciência, tecnologia e inovação. Será apoiado também o desenvolvimento e implementação de soluções de governo eletrônico (e.gov) para promover o acesso dos diversos órgãos da administração pública, universidades e instituições de ensino técnico/tecnológico, e, por conseguinte, dos cidadãos do meio urbano e rural atendidos por estas instituições, às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de conhecimento científico e tecnológico, contribuindo para a inclusão	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					social, para a integração de políticas e para o fortalecimento da gestão pública. Os recursos também possibilitarão o fortalecimento de Espaços Públicos de Inclusão Digital (telecentros, centros de inclusão digital, laboratórios de informática em escolas públicas, etc.), dotados de infraestrutura e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, capazes de promover a difusão de conhecimento científico e tecnológico; a capacitação dos cidadãos e sua inclusão na sociedade da informação e do conhecimento; bem como a convergência das ações do governo federal nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. Estes espaços devem proporcionar acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à internet, dispositivos para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões. Projeto piloto de Cidade Inteligente a ser desenvolvido como modelo usando conceito moderno de Inclusão Digital que viabiliza Inclusão Social com sustentabilidade. Envolve a integração entre alguns programas do MCTI: Cidade Digital, Telecentros e CVT e utiliza a infraestrutura da cidade digital para conexão à Internet em Banda Larga, desenvolvimento de Aplicativos voltados a mobilidade urbana, integração com Museu Digital promovendo a inovação da cultura digital com a publicação de seus conteúdos em várias mídias e explorar a interatividade audiovisual com recursos de mídia na narrativa."	
20V9 Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	Mapa divulgado	unidade	Serv. / Invest.	17.506	Os principais serviços e investimentos financiam as atividades do PRODES (Programa de monitoramento sistemático do desflorestamento da Amazônia) e do monitoramento de focos de queimadas.	
213J Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	Parecer emitido	unidade	Serviços	3.250	O montante desta ação destina-se à manutenção das atividades da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o que inclui a realização de reuniões, visitas técnicas, capacitação dos membros e dos técnicos da Secretaria-Executiva e realização de ações de capacitação junto às instituições que compõem o Sistema Nacional de Biossegurança e	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
213K Funcionamento do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA	Parecer emitido	unidade	Serviços	32.000	estudos, dentre outros. O montante desta ação destina-se à manutenção das atividades do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal com vistas à estabelecer procedimentos para o uso científico de animais (lei nº 11794/2008); credenciamento e licenciamento de instituições que produzem, mantêm ou utilizam animais para atividades de ensino ou pesquisa, o que inclui a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias; reuniões das câmaras permanentes e das câmaras temporárias; reuniões do Coordenador do CONCEA com a sua Secretaria Executiva; realização de visitas técnicas, vistorias e fiscalização por parte dos Conselheiros e da equipe da Secretaria Executiva do CONCEA; e realização de ações junto às instituições que produzem, mantêm ou utilizam animais para ensino ou pesquisa científica no país.	
2463 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	3.000.000	O montante descrito será utilizado na ampliação da infra-estrutura laboratorial e de processos experimentais para projetos do ciclo do combustível nuclear, nas áreas de conversão, reconversão e fabricação de combustível.	
2067 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	Pesquisa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	187.596	Aquisição de equipamentos de laboratório (microscopia, nanotecnologia, biotecnologia) Contratação de serviços para irrigação, energia para estudos, desenvolvimento de protótipos entre outros.)	
4125 Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG	Artigo publicado	unidade	Serv. / Invest.	11.157	Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Pesquisa na área de Biodiversidade e outros no MPEG.	
4128 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	Processo desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	42.676	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais às atividades finalísticas; softwares; pequenas obras e instalações nos laboratórios e usina piloto;	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4132 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	Informação disseminada	unidade	Serviços	1	Aquisição de reagentes e gases; contratação de serviços de manutenção de laboratórios e equipamentos essenciais às atividades finalísticas; bem como a publicação de relatórios, estudos, textos e trabalhos técnico-científicos; divulgação técnica nacional e internacional; atividades de extensão tecnológica; relacionamento com parceiros e clientes; registro e manutenção de patentes e outros títulos de propriedade intelectual; participação em eventos técnico-científicos no país e no exterior; manutenção de biblioteca; contratação de pessoal técnico de apoio.	
4139 Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	Artigo publicado	unidade	Serv. / Invest.	29.648	Assinatura e anuidades de periódicos e revistas científicas; serviços gráficos; inscrição e participação em eventos de natureza técnico-científica.	
4210 Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia	Política formulada	unidade	Serviços	6.700.658	Serviços de manutenção perfectiva e adaptativa de software dos projetos HEIMOLAB, LABINFO	
6702 Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação	Evento realizado	unidade	Serv. / Invest.	2.714.286	Anotação de sequenciamento genético do projeto LABINFO	
					Serviços de manutenção perfectiva e adaptativa de software dos projetos SINAPAD, CSR e INTRANET.	
					Nesta ação serão apoiados, por meio de convênios e Termos de Execução Descentralizada, projetos que busquem conduzir a política de ciência, tecnologia e inovação do MCTI, conforme estabelecido na ENCTI, alcançando suas prioridades estratégicas.	
					Principais atividades: 1 - Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que ocorre anualmente em todos os estados brasileiros. Apoiar-se, por ano, uma média de 45 projetos, contemplando as coordenações estaduais e as Unidades de Pesquisa do MCTI. Em 2013 foram 33.749 atividades em 742 municípios brasileiros. 2 - Realização do edital anual de apoio a Feiras de Ciências em parceria com CAPES e CNPq. Em média são aprovados, por ano, 120 projetos. 3 - Realização	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico						
00LV Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I	Bolsa concedida	unidade	Serviços	19.141	Ação 00LV-Bolsas Esta Ação visa tanto a formação de Recursos Humanos para a pesquisa quanto a concessão de bolsas direcionadas à pesquisa. -No que se refere à Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C, T&I, as principais modalidades são: Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado e Doutorado Sanduíche, país e exterior; -No que se refere a Estímulo à Pesquisa, as principais modalidades são: Produção em Pesquisa, Pesquisador Visitante, Apoio Técnico, Desenvolvimento Científico Regional, etc. -No que se refere à Iniciação Científica as principais modalidades são: Iniciação Científica, Iniciação Científica Junior, etc. -No que se refere a Desenvolvimento Tecnológico, de Extensão e de Inovação, as principais modalidades são: Desenvolvimento Tecnológico Industrial, Desenvolvimento tecnológico e Extensão, Iniciação Tecnológica Industrial, Doutorado Sanduíche Empresarial, Pós-Doutorado Empresarial, etc. -No que se refere ao Programa Ciência sem Fronteiras, as principais modalidades são: Exterior: Graduação, Tecnólogo, Desenvolvimento Tecnológico, Doutorado Sanduíche, Doutorado Pleno, Pós Doutorado, Mestrado Profissional. País: Atração de Cientistas para o Brasil, Pesquisador Visitante Especial, Bolsa Jovem Talento. O orçamento proposto para o exercício de 2015 é igual ao orçamento final aprovado para o exercício de 2014. Total da Ação R\$ 1.407.392.120,00	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
Total meta física – R\$ 83.950						
Custo Médio – R\$ 16.764,65						
20US Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	19.288	Ação 20US-Fomento Esta Ação visa o apoio a projetos de pesquisas nas diversas áreas de conhecimento, como destaque ressaltar-se os seguintes editais: Edital Universal e a nova Chamada lançada em junho de 2014 para os INCT's - Institutos Nacionais de C&T, para apoiar contratações previstas para o exercício de 2015.	
24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear						
12P1 Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro	Empreendimento implantado	percentual de execução física	Serviços	2.001.000	Esta ação contribui para viabilizar a implantação do Empreendimento RMB, que obteve parecer favorável à sua viabilidade técnica e socioeconômica, conforme Resolução N.10, de 1 de março de 2011 (DOUN.56, seção 1, 23/03/2011) da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento. A implantação do Empreendimento RMB permite à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo aos seguintes dispositivos do artigo 2º da Lei 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações: alíneas "a" e "c" do inciso IV, que estabelecem ser de competência da CNEN promover e incentivar: a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; e a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear, inciso XVI, que estabelece ser de competência da CNEN a produção de radioisótopos, substâncias radioativas e subprodutos nucleares; e exercer o respectivo comércio.	
13CM Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN	Repositório de rejeito implantado	percentual de execução física	Serviços	601.000	Por força de lei, o armazenamento definitivo de rejeitos radioativos gerados no país é de responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear. No licenciamento de Angra 3 o IBAMA proibiu a extensão da capacidade do depósito inicial no sítio da central e emitiu a exigência de se ter o repositório em processo de licenciamento no IBAMA como condição para ser expedida a licença de operação daquela central. Em paralelo, o Ministério Público entrou com ação de "obrigação	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
13CN Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear	Laboratório implantado	percentual de execução	Serviços	51.000	de fazer" o repositório contra a CNEN e a União. Em consequência destes eventos e do fato de que o depósito inicial no sítio de Angria esgota sua capacidade em 2018 a construção do Repositório para rejeitos de baixo e médio nível de radiação passou a ter uma data limite para entrar em operação. Adicionalmente o crescimento do setor nuclear do país, em especial nas áreas da medicina e indústria tem acumulado outros rejeitos radioativos que corroboram com a necessidade de prover uma destinação final a este acervo. Desta forma, o projeto RBMN está programado para ser construído no território nacional até em conformidade com a normas de segurança nacionais e internacionais.	
20UW Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas	Instalação controlada	unidade	Serv. / Invest.	1.978	Esta ação contribui para viabilizar a implantação do Laboratório de Fusão Nuclear, permitindo assim à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo aos seguintes dispositivos do artigo 2º da Lei 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações: alíneas "a" e "c" do inciso IV, que estabelecem ser de competência da CNEN promover e incentivar: a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; e a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear, inciso XII, que estabelece ser de competência da CNEN a promoção, a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa a elas subordinadas técnica e administrativamente, bem assim cooperar com instituições existentes no País com objetivos afins.	
					Os recursos serão aplicados em atividades relacionadas com os processos de licenciamento e fiscalização de instalações radiativas e nucleares, observando o rigoroso cumprimento das normas e padrões de segurança e proteção radiológica em todas as etapas do projeto de tais instalações, desde a escolha do local até a sua desativação total, passando pela sua instalação e operação e, também, pela verificação periódica e constante de suas atividades. Destina-se, também, às atividades de fiscalização e controle do comércio de minérios de interesse para a energia nuclear e dos que contém elementos nucleares, visando à preservação de suas reservas. Além das verificações realizadas nas diversas etapas do licenciamento, a competência técnica de alguns profissionais que atuam nas instalações radiativas e nucleares é certificada pela CNEN para garantir as	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20UX Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	94,601	necessárias ações locais de segurança. Em termos gerais, os beneficiários são a sociedade e o meio ambiente, que tem garantida a sua segurança relativa ao uso das radiações nucleares. De uma forma mais específica, os beneficiários desta ação são as instalações médicas, industriais e de pesquisa que utilizam as radiações nucleares em suas atividades, e os trabalhadores que lidam com essas radiações.	
					Esta ação permite à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo ao disposto nas alíneas "a", "c" e "h" do inciso IV do artigo 2º da Lei 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações, que estabelecem ser de competência da CNEN promover e incentivar a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear; e a transferência de tecnologia nuclear a empresas industriais de capital nacional, mediante consórcio ou acordo comercial.	
20UY Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes	Serviço executado	unidade	Serv. / Invest.	1,481	Esta Ação contribui, direta ou indiretamente, para que a CNEN cumpra com parte de suas obrigações legais, atendendo ao disposto: a) Na Lei 6.189 de 16/12/74, e suas alterações, art. 2º, incisos II, IV (alíneas a, b, c), VII, X, XV, no que se refere à atividades de radioproteção e dosimetria; b) No Termo de Designação, do INMETRO, atribuindo ao IRD/CNEN a responsabilidade pela padronização de referência nacional das radiações ionizantes e pela disseminação das suas respectivas unidades de medida; a manutenção dos padrões nacionais e a disseminação das grandezas relacionadas à radiação ionizante no País (extrato DOU 128 de 07/07/2008, pág. 124), no que se refere às atividades de metrologia; c) Na Lei nº 6938/81, art 10 e Lei complementar nº 40/2011, art 7º, inciso XIV, alínea "g", no que se refere à necessidade de licenciamento ambiental das unidades da CNEN junto ao IBAMA; e d) Na Lei 6.189 de 16/12/74, e suas alterações, art 7º, normas CNEN-NN 3.01, CNEN-NE-1.04 e Resolução 112/11 no que se refere a necessidade de licenciamento das unidades da DPD/CNEN junto à CNEN.	
2478 Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País	Radioisótopo produzido	milicurie	Serv. / Invest.	3	O principal objetivo dessa ação é atender com qualidade e confiabilidade a demanda de mais de 300 clínicas, hospitais e laboratórios, que prestam serviços de medicina nuclear em todo o país. Ao mesmo tempo, a ação visa desenvolver e introduzir no mercado	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
24205 Agência Espacial Brasileira	154L Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	40.900.000	novos produtos, acompanhando os avanços internacionais no campo da medicina nuclear. De um modo geral, a sociedade brasileira é a grande beneficiária, pois tem acesso a uma das melhores e mais modernas tecnologias empregadas em diagnóstico e tratamento médico. Além de viabilizar a produção rotineira de radiossótopos e radiofármacos, envolvendo os processos de aquisição de materiais e insumos; produção; controle de qualidade; embalagem final e entrega programada do produto ao cliente, hospitais e clínicas de medicina localizadas em todo o território nacional, os recursos serão aplicados na atualização tecnológica da produção desses insumos, de tal forma a ampliar o portfólio de fornecimento e acompanhar, permanentemente, o desenvolvimento internacional do setor. Esses produtos são largamente utilizados em inúmeras aplicações da área médica, tais como: ciniografias da tireóide, do cérebro, de ossos, glândulas salivares, pulmão, rins, fígado, baço e outros, além de possibilitar a realização de estudos cardiológicos, sanguíneos e metabólicos; a localização de tumores, a avaliação funcional de órgãos; a marcação de proteínas e várias outras aplicações em biologia.
						A proposta objetiva o início da implantação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PAT) previsto no Decreto nº 7.769, de 28/06/2012, que dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Esse plano busca capacitar a indústria nacional em tecnologias básicas requeridas para o desenvolvimento de satélites de comunicação e outros tipos requeridos pelo Programa Espacial Brasileiro, assim como as necessidades do Ministério da Defesa estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa, contribuindo para o aumento da soberania e autonomia tecnológica do país no setor. O plano deve ser implementado concomitantemente com o contrato de desenvolvimento e fornecimento do satélite SGDC pela empresa Thales Alenia Space. As atividades de transferência de tecnologia deverão ser executadas no período de 2014 a 2018 e os investimentos totais previstos são da ordem de R\$ 80,90 milhões - já assumindo um cenário restritivo de transferir apenas um conjunto de 9

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20UZ Desenvolvimento, Manutenção e Atualização da Infraestrutura Espacial	Infraestrutura mantida	unidade	Serv. / Invest.	3.316.086	tecnologias. Para 2015, há uma previsão da necessidade de R\$ 40,7 milhões, com a contratação de 4 projetos. A proposta busca promover o desenvolvimento, atualização e manutenção e funcionamento da infraestrutura espacial de apoio necessário para os programas de satélites, veículos lançadores e aplicações, bem como a normalização e certificação para a área espacial, de acordo com as diretrizes do PNAE. Os recursos destinados a esta Ação serão distribuídos a diversas organizações, cada uma com suas próprias peculiaridades e demandas. Em comum o fato de destinarem-se à renovação de instalações, compra e modernização de equipamentos e software, assim como ao custeio geral de seu funcionamento. O valor médio atribuído a cada unidade de infraestrutura mantida reflete a dimensão dos custos típicos desse tipo de instalação, lembrando que aqui constam facilidades de grande porte, como o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A proposta visa a realização, com crescente conteúdo industrial nacional, de estudos, projetos e revisões, fabricação, integração, ensaios, análise de conformidade e operação de veículos lançadores, bem como o desenvolvimento de tecnologias e soluções de engenharia, de fabricação e ensaio em solo, de sistemas e subsistemas de novos protótipos de foguetes suborbitais, e de dispositivos e meios de solo para testes e lançamento. Trata-se de Ação dedicada ao desenvolvimento de projetos de longo prazo e de alto custo. Os valores alocados a cada um refletem frações incrementais do custo total, correspondentes ao avanço a ser alcançado ao longo do período. Os recursos destinam-se tanto ao custeio do projeto, quanto aos investimentos na aquisição no Brasil e no exterior de partes, materiais e equipamentos, assim como a contratação de serviços de engenharia junto à base industrial.	
20V0 Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites	Projeto apoiado	unidade	Serviços	9.988.270	A proposta visa o desenvolvimento e ampliação do conhecimento das ciências espaciais, tecnologias críticas e o desenvolvimento de competências para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais e o avanço da ciência, tecnologia e inovação, com crescente participação da indústria.	
20VB Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	5.696.889		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20VC Desenvolvimento e Lançamento de Satélites	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	11.972.750	Mais especificamente, a Ação é dedicada ao desenvolvimento de novas tecnologias, a pesquisa básica na área espacial, assim como aos serviços especializados derivados diretamente das atividades de pesquisa, como é o caso dos boletins de clima espacial. Dentre as novas tecnologias encontram-se projetos de custo reduzido, como os de pequenos satélites, de custo médio, como os de novos equipamentos e subsistemas, e os de grande porte, como é o desenvolvimento de um motor a propulsão líquida. Os valores alocados a cada um refletem, em alguns casos, frações incrementais do custo total, correspondentes ao avanço a ser alcançado ao longo do período. Em outros, corresponde à execução de etapas completas, como é o caso do desenvolvimento de softwares para o processamento de imagens. Os recursos destinam-se tanto ao custeio do projeto, quanto aos investimentos na aquisição no Brasil e no exterior de partes, materiais e equipamentos, assim como a contratação de serviços de engenharia ou de outras naturezas junto à base industrial. A proposta visa a concepção, desenvolvimento, integração, testes e lançamento de satélites para a realização de missões espaciais de observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas, que contribuam para a solução de problemas nacionais, para o desenvolvimento de tecnologia, para a capacitação industrial e para o avanço do conhecimento científico e tecnológico. Projetos de desenvolvimento de satélites são sempre de longo prazo e alto custo. Os valores alocados a cada um refletem frações incrementais do custo total, correspondentes ao avanço a ser alcançado ao longo do período. Os recursos destinam-se tanto ao custeio do projeto, quanto aos investimentos na aquisição no Brasil e no exterior de partes, materiais e equipamentos, assim como a contratação de serviços de engenharia ou de outras naturezas junto à base industrial.		
	Infraestrutura implantada	percentual de execução física	Investimentos	7.500.000			
7F40 Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA					A proposta objetiva a construção das obras complementares da infraestrutura geral do CEA e CLBI para apoio aos lançamentos previstos no PNAE, bem como aos sítios de lançamentos comerciais. Busca-se atender também medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental. Como resultado, espera-se implantar um Centro Espacial, com uma concepção civil, que possa explorar os serviços de		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB						
1393 Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica	Usina implantada	percentual de execução física	Investimentos	7.513.238	lançamento em bases comerciais e possibilite uma convivência integrada das atividades do Centro com as das comunidades locais, evitando a necessidade de deslocamentos de novos contingentes de famílias residentes na região. A Ação está voltada para a implantação de obras civis e de equipamentos especializados de apoio às operações de lançamento, tais como torres de lançamento, radares, sistemas de controle e de suprimento de energia. Os custos são via de regra altos em razão das especificidades, aliado ao fato de que a implantação ocorre em área remota. A implantação da Unidade de Enriquecimento de Urânio compreende a instalação de uma unidade industrial para o Enriquecimento Isotópico de Urânio pelo processo de ultracentrifugação. A tecnologia utilizada foi desenvolvida pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP em parceria com o IPEN e sua viabilidade econômica atestada por estudo apresentado por Grupo de Trabalho Interministerial. A Usina de Enriquecimento de Urânio conta hoje, em sua primeira etapa, com 4 (quatro) módulos de cascatas de ultracentrifugas. O primeiro módulo já se encontra com suas 4 (quatro) cascatas comissionadas, representando uma capacidade instalada de 17.500 kg UTS/ano, e o Módulo 2 está c/ sua 1ª cascata comissionada c/ início operação previsto p/ julho de 2014, com a qual atingirá uma capacidade de 26.500 kg UTS/ano e sua 2ª cascata em montagem eletromecânica. Os outros 2 módulos encontram-se construídos e necessitam ter concluídos os serviços p/ complementar sua infraestrutura eletromecânica e implementar os Sistemas Comuns a estes módulos. Já se encontram contratadas as obras civis do Módulo 5. Todavia, o atendimento da demanda prevista no PNE 2030 implica na necessidade de ampliação desta Usina e da capacidade de produção de ultracentrifugas. A atual capacidade instalada, de 26.500 kg UTS/ano, bem abaixo da 1ª etapa inicialmente prevista, de 125.000 UTS/ano, suficiente para	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
13CP Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité no Estado da Bahia	Usina ampliada	percentual de execução física	Investimentos	1.339.446	atender a 100% de Angra 1 e a 20% de Angra 2. Assim, estão sendo alocados os Recursos do Tesouro – FR 100 para investimentos em 2015, tendo-se por objetivo: - Prosseguimento dos trabalhos contratados ao CTMSP, de desenvolvimento tecnológico, suprimento e fabricação, para: - Conclusão da montagem eletromecânica e do comissionamento, e início de operação da Cascata 6 e início da montagem eletromecânica da Cascata 7; - Conclusão dos serviços de engenharia de projeto executivo, obras civis, fornecimento de equipamentos e materiais, montagem eletromecânica e testes funcionais individuais e integrados para o Módulo 4 e dos sistemas comuns aos Módulos 3 e 4; - Conclusão dos serviços de engenharia de projeto executivo, obras civis, fornecimento de equipamentos e materiais, montagem eletromecânica e testes funcionais individuais e integrados para a conclusão do Módulo 3 e construção do galpão industrial do Módulo 5; - Prosseguimento da prestação de serviços qualificados de montagem da infraestrutura eletromecânica das cascatas; Atualmente realizado em Caetité/BA, o processo de beneficiamento do minério de Urânio é o de lixiviação em pilhas (estática). Depois de briado, o minério é disposto em pilhas e irrigado com solução de ácido sulfúrico para a retirada do Urânio nele contido através do licor resultante da ação do ácido na brita. A concentração do Urânio é realizada pelo processo de extração por solventes orgânicos, seguida da separação por precipitação, secagem e acondicionamento em tambores (Planta Química). Para o atendimento das demandas de urânio necessárias ao atendimento das Usinas de Angra 1, 2 e 3, há a necessidade de duplicação para 800 t/ano de U3O8 da capacidade de produção da Unidade de Concentrado de Urânio, em Caetité/BA. O esforço de duplicação se subdivide em três frentes principais: a) Exploração da	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
13CQ Ampliação do Parque Industrial de Resende no Estado do Rio de Janeiro	Linha de produção implantada	percentual de execução física	Investimentos	1.000.000	Anomalia 09 da reserva de Urânio; b) Implantação do projeto de Lavra Subterrânea na Anomalia 13 e c) Duplicação da capacidade de produção da URA. Em 2013, foi concluído o projeto básico de lavra da Anomalia 09 e em 2014 encontra-se em andamento o processo de licenciamento pela CNEN e pelo IBAMA para a lavra a céu aberto da citada Anomalia 09. Terá continuidade a implantação das ações visando a implantação do projeto para a produção de 800t de U3O8 na Unidade de Concentrado de Urânio – URA Caetité/BA. Para 2015 os recursos alocados destinam-se: investimento para lavra das Anomalias 09 e 13; decapeamento da Anomalia 09; execução de rampa e galerias na anomalia 13; licenciamento ambiental e nuclear; licença nuclear da lavra subterrânea; supressão vegetal da anomalia 09; licença ambiental da Planta Industrial; licença nuclear Planta Industrial; equipamentos e instalações para a Planta Industrial. O suprimento de combustível nuclear para as usinas nucleares é definido a partir da atual capacidade nominal instalada na unidade de fabricação de pastilhas da INB. Com a capacidade atual de 120 t/a é possível suprir as duas usinas brasileiras em operação, Angra 1 e 2, e a futura Angra 3, o que corresponderia ao consumo de 85 t/a de Urânio enriquecido, utilizando 71% de sua capacidade de produção. A etapa de componentes e montagem também é totalmente realizada em Resende/RJ, com a aquisição de alguns materiais sendo feita no exterior (grades espaçadoras e tubos de ligas de zircônio, principalmente). Todavia, a fabricação de pó e pastilhas conta somente com uma linha de produção, gerando risco de uma baixa confiabilidade no cumprimento dos prazos contratuais. Com o acréscimo de demanda resultante da entrada em operação da Usina de Angra 3, serão necessários investimentos para aumentar a confiabilidade da produção, tais como: maior investimento em sobressalentes e aquisição de equipamentos de produção em redundância aos considerados críticos, além da atualização tecnológica de equipamentos chaves. A exemplo das unidades de produção de pó e de pastilhas de UO2, será necessária a compra de equipamentos e a introdução de automação	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					robótica na fábrica para determinadas fases da montagem dos Elementos Combustíveis, conforme programa de modernização, para adequar a linha de produção, tendo em vista a aplicação de combustíveis do tipo alta queima nos reatores nacionais. Assim, de forma a atender o acréscimo da demanda com a inclusão de Angra 3, serão necessários investimentos nas duas unidades para compra de equipamentos redundantes e na modernização e nívelamento tecnológico, bem como para instalações destinadas a acolher tais equipamentos. Isso permitirá ampliar a capacidade de produção e assegurar a confiabilidade do fornecimento do combustível nuclear para atendimento dos prazos exigidos. Aumentar a capacidade de produção efetiva do parque industrial de Resende visando o atendimento da demanda nacional de combustível nuclear, de forma segura e constante, com o início de operação de Angra III, além de manter o fornecimento de Angra I e Angra II. Diante dessa situação pretende-se a modernização e substituição de equipamentos e sistemas obsoletos, alguns com dificuldade de obtenção de peças de reposição, para garantir a produção ininterrupta. Dessa forma, para manutenção da capacidade efetiva de produção está prevista a instalação da 2ª linha de produção de pó e pastilhas, duplicando a capacidade nominal da unidade FCN 2 para 240 t/a. Será necessária também a compra de equipamentos e a introdução de automação da fábrica para determinadas fases da montagem dos elementos combustíveis. Em 2013 e 2014, já foram adquiridos e recebidos dois equipamentos de Soldagem por pressão e resistência elétrica de vareta combustíveis. Em 2015, será realizada a contratação de empresa de engenharia para projeto ampliação e modificações das instalações da planta de processos químicos. A instalação de uma unidade industrial para produção de hexafluoreto de urânio (UF6), em Resende/RJ, retomando a nacionalização e industrialização de etapas fundamentais do "Ciclo do Combustível Nuclear", iniciada nos anos 70/80, ou seja, neste caso, a conversão do concentrado de urânio oriundo da produção mineral em um gás que é matéria-prima para a	
13CR Implantação da Usina de Conversão de Urânio	Unidade implantada	percentual de execução física	Investimentos	993.192		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					etapa do enriquecimento isotópico do urânio (etapa mais sensível de todo o ciclo do combustível), permitindo a economia de divisas e independência estratégica. Atualmente a etapa de conversão é totalmente realizada no exterior, representando um desembolso anual da ordem de USD 13,5 milhões/ano. A etapa de Conversão ainda não faz parte das atividades industriais nucleares do país por questões econômicas, em razão de ainda apresentar uma baixa demanda dos serviços de conversão e com preços acessíveis ofertados no exterior. Uma vez que venha a ser atingida a auto suficiência, com o aumento da capacidade de produção da unidade de enriquecimento, no futuro, o serviço de conversão será o único a ser integralmente contratado no exterior pela INB, tornando importante a implantação da Usina de Conversão, no aspecto estratégico nacional, relativo ao domínio do ciclo do combustível nuclear pelo país em escala industrial. Os elevados custos de transporte, por via marítima, a dificuldade logística crescente da contratação do mesmo, tanto no envio quanto no retorno do material ao exterior, associado ao aspecto estratégico, torna importante e oportuna a retomada das adequações técnicas para a implantação de uma Usina de Conversão em território nacional. A mesma será implantada de forma modular, num total de até três módulos, cada um produzindo 1.500 t/ano de UF6, suficiente para atendimento das demandas dos reatores nacionais (Angras 1, 2 e 3, e a expansão da geração nuclear no país, em até mais seis reatores além dos atualmente existentes). Os recursos alocados para 2015, se destinam à revisão completa do projeto básico existente da nova fábrica de produção de UF6, interrompido em 1982, adequando-o às modernas práticas de engenharia no campo do projeto de processos, análise e gestão da segurança, engenharia integrada e participativa de projetos e sustentabilidade, bem como para atendimento aos modernos requisitos normativos para licenciamento de segurança industrial, nuclear e ambiental.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
13CS Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados em Resende no Estado do Rio de Janeiro	Unidade implantada	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O Elemento combustível é composto, além das pastilhas de urânio, de componentes metálicos fabricados, em sua maioria, em uma liga a base de zircônio. Esses componentes são importados de fornecedores exclusivos, desenvolvedores dos projetos dos elementos combustíveis. Dentre os materiais e componentes adquiridos no exterior para emprego na etapa de fabricação de componentes e de montagem do Elemento Combustível estão os tubos de ligas de Zircônio. Em uma perspectiva de substituição de importações, está em execução no âmbito de um Plano de Inovação, em parceria com universidades e centros de pesquisas, um Programa de Desenvolvimento Tecnológico visando à nacionalização de componentes metálicos utilizados nos Elementos Combustíveis. Já se encontra concluída a primeira etapa de desenvolvimento de uma liga de Zircônio nacional, insumo básico dos componentes. Outro projeto desse programa se refere ao desenvolvimento do processo de produção de tubos de forma a não mais depender de fornecedores internacionais. Trata-se de um processo de nacionalização e de substituição de importações, a partir de contatos de transferência de tecnologia firmados entre a INB e as empresas Westinghouse e Areva. A INB está se capacitando para fabricar todos os componentes metálicos usados nos combustíveis avançados (16NGF e HTP). Os investimentos previstos possibilitarão à INB obter a independência tecnológica de fornecedores exclusivos. Em paralelo a esse processo, foi iniciado um programa de inovação visando a fabricação de um combustível nuclear nacional. Diante da impossibilidade, em alguns casos, de se obter know-how devido a patentes registradas e especificações consideradas pelos fornecedores como segredo industrial, o desenvolvimento próprio é uma opção que necessita ser considerada no médio prazo. Os recursos alocados para 2015 serão necessários para a continuidade da realização de estudos preliminares para a implantação da fábrica, bem como à transferência de tecnologia de para Tubos Extrudados dentro do Acordo de Cooperação Técnica binacional com a Conuar (Argentina).	
2012 Prospeção e Pesquisa de Minérios Radioativos em Território Nacional	Minério prospectado	tonelada	Serv. / Invest.	848	Apenas entre 25 e 30% do território nacional, com potencial favorável à formação de depósitos uraníferos, foram estudados na fase de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2013 Descomissionamento das Unidades Minero-Industriais do Ciclo do Combustível Nuclear	Área recuperada	percentual	Serv. / Invest.	5.811,155	prospecção e pesquisa mineral realizada na década de 80. Isso resultou na descoberta da ordem de 309.000 t de USO8 em reservas totais (Inferida, Indicada e Medida), ranqueando o Brasil como a sétima maior reserva geológica deste mineral. Assim ocorrendo e visando o acréscimo ao patrimônio mineral nacional e às futuras demandas internas e externas, toma-se necessário retomar a prospecção e pesquisa de Urânio. O objetivo estratégico, bem como a implantação dos projetos em que o mesmo foi descoberto, visa atender, com uma crescente participação da produção nacional, a demanda das usinas term nucleares brasileiras, refletida no cronograma de produção de Elementos Combustíveis e na necessidade de USO8 nos próximos anos refletida nas usinas de Angra 1, 2 e 3. A Ação visa ampliar e ou transformar em reservas medidas, indicadas e inferidas já conhecidas os recursos uraníferos já identificados, os quais necessitam de estudos complementares para suas caracterizações, assim como aqueles que poderão ser encontrados, a partir da implementação das atividades de Prospecção e de Pesquisa Mineral, no território nacional. Os recursos alocados para 2015, destinam-se à realização de sondagem para categorizar a reserva das anomalias Lagoa Real LR – 35, LR – 36 e LR – 37 (reserva medida / indicada) e fornecer parâmetros geoeconômicos para subsidiar o planejamento de lavra da jazida do Engenho (LR – 9). Espera-se com isso acrescentar em 1.000 toneladas às reservas em 2015. Por suas características específicas associadas à presença da radioatividade, a INB, além das atividades operacionais, tem a responsabilidade de promover o descomissionamento das unidades minero-industriais após o encerramento de suas atividades produtivas, com o objetivo de devolver a área até então utilizada em atividades nucleares para outros usos. Descomissionar significa tomar todas as providências necessárias para a desativação de uma instalação nuclear ao final de sua vida útil, observando-se todos os cuidados para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores e das pessoas em geral, e ao mesmo tempo, o meio	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2482 Fabricação do Combustível Nuclear	Elemento combustível produzido	unidade	Serv. / Invest.	3.195.672	ambiente. Para 2015 pretende-se: Em relação à Unidade de Tratamento de Minérios – UTM em Catas/MG terá continuidade a implementação de ações prevista no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, especialmente: Tratamento de águas marginais; Tratamento do UF4; Tratamento do BF06; Desmobilização de instalações inservíveis; e Re-entombamento da Torta II para exportação. Relativamente à Unidade de Minerais Pesados em Buena, São Francisco de Itabapoana/RJ, será elaborado o plano de fechamento da Mina e realizado o tratamento e comercialização do Concentrado de Minerais Pesados - CMP. Dar continuidade à descontaminação das áreas previstas no Plano de Descontaminação na USINSP, bem como elaborar o plano de descontaminação do terreno de Botuxim/SP. A fabricação do Combustível Nuclear corresponde às atividades produtivas e operacionais do Ciclo do Combustível Nuclear, para abastecimento das Usinas Nucleares Brasileiras. É a principal atividade da INB. O Ciclo de Produção do Combustível Nuclear para as Usinas Termonucleares Nacionais compreende seis etapas: Mineração (extração do minério, beneficiamento e transformação em Concentrado de Urânio - U3O8); Conversão (transformação do U3O8 em Hexafluoreto de Urânio - UF6), totalmente realizado no exterior; Enriquecimento isotópico de Urânio (aumento da concentração do Urânio 235 para cerca de 4%), parcialmente realizado no País; Reconversão (transformação do UF6 em Dióxido de Urânio - UO2 em pó); Fabricação de pastilhas (transformação do pó de UO2 em pastilhas, para compor o EC); e Montagem do EC (montagem das pastilhas em tubos de uma liga metálica especial - zircaloy, formando um conjunto de varetas, cuja estrutura é mantida rígida por reticulados, denominados grades espaçadoras). Para 2015, os recursos alocados se destinam:	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2489	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras	tonelada	Serv. / Invest.	213	Na Unidade de Concentrado de Urânio – URA, em Caetité/BA a meta de produção em 2015 é de 100 t de U3O8, através de lavra a céu aberto. Serão obtidas também, através da extração do Urânio contido na Torfa II, 150 t de U3O8. Na Fábrica de Combustível Nuclear - FCN – Componentes, Montagem, Pó e Pastilhas em Resende/RJ estão previstas as seguintes principais atividades: Fabricação de 52 EC's, com enriquecimento de 4,25 %, em peso de U235 para a 12ª recarga de Angra 2, com entrega dos EC em agosto de 2015. Fabricação de 40 EC's, com enriquecimento de 4,15 %, em peso de U235, para a 22ª recarga de Angra 1, com entrega dos EC prevista para janeiro de 2016. Fabricação de 36 EC's, com enriquecimento de 2,60 %, em peso de U235, para a 2ª Região do Núcleo de Angra 3. Produção de Pó e Pastilhas de UO2 para as recargas de Angra 1, Angra 2 e Angra 3 em datas compatíveis com as datas de entrega dos EC. Fornecimento de 50 pares de bocais tipo 16 NGF para a KNF. Produção de 5.045 kg U enriquecido a 4,3 %, em peso de U235, equivalente à cerca de 29.51 UTS. Execução de serviços de manuseio de combustíveis novos e usados durante as pré paradas e/ou paradas: 1P21, em Angra 1 e 2P12, em Angra 2. Manutenção do Sistema Integrado de Gestão - Certificação ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. Refere-se à produção de Ilmenita, Zircônia, Rutílio e Monazita, empregados na indústria de alta tecnologia e destinados ao mercado nacional e internacional. As operações da INB na Unidade de Minerais Pesados – UMP estão localizadas em São Francisco de Itabapoana/RJ, no Distrito de Buena, eram realizadas as atividades de lavra, de processamento físico e comercialização dos minerais pesados. Desde o exercício de 2010, a Unidade de Minerais Pesados está trabalhando com um estoque remanescente de "ROM" (Run of Mine), minério natural (sem qualquer tipo de beneficiamento), e processando parte do estoque de Ilmenio-monazítico, minério já	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes		R\$ 1,00			
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
ACIMA, SÃO DA ORDEM 2.339, COM UM CUSTO DE R\$47.755.091.					
INVESTIMENTOS:					
A PREVISÃO DE INVESTIMENTOS É DA ORDEM DE R\$8.748.000,00, SENDO DISTRIBUÍDOS CONFORME ABAIXO:					
1 - RETROFITING DE 2 BANCO DE CAPACITORES DA SUBESTAÇÃO PRINCIPAL;					
2 - RETROFITING DE 2 SUBESTAÇÃO ELÉTRICA DE MÉDIA TENSÃO;					
3 - RETROFITING DE 2 PONTES ROLANTES;					
4 - AQUISIÇÃO DE 1 MÁQUINA DE ENSAIO DE IMPACTO;					
5 - AQUISIÇÃO DE 1 PLATAFORMA ELEVATÓRIA;					
6 - AQUISIÇÃO DE 1 COMPRESSOR DE AR;					
7 - AQUISIÇÃO DE 8 TRANSFORMADORES DE ALTA POTENCIA;					
8 - AQUISIÇÃO DE 2 CALANDRAS;					
9 - AQUISIÇÃO DE 1 OSCILOSCÓPIO DO LABORATÓRIO DE ELETRÔNICA;					
10 - RETROFITING DE 1 MÁQUINA DE RESFRIAMENTO DE LÍQUIDO (UNITOP);					
11 - AQUISIÇÃO DE 2 MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE SOLDA;					
12 - RETROFITING DE 6 ROLOS POSICIONADORES;					
13 - AQUISIÇÃO DE 2 MÁQUINAS DE USINAGEM;					
14 - AQUISIÇÃO DE 2 GERADORES DE EMERGÊNCIA E					
15 - AQUISIÇÃO DE 1 FONTE INVERSORA.					
ALÉM DE INVESTIMENTOS NA MODERNIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COM AQUISIÇÃO DE ERP.					
Serviços: A Celtec está atualmente qualificando os seus equipamentos de produção e começando a produzir os seus primeiros lotes pilotos. Contudo, a totalidade desses equipamentos é importada, visto que não existe fábrica semelhante no país. Desse modo é necessário um suporte de especialistas estrangeiros para manter os equipamentos funcionando e treinar o pessoal local na tarefa. Assim, à medida que mais equipamentos são qualificados surge a necessidade de Contratos de					
24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC					
6432 Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores	Componente produzido	unidade	Serv. / Invest.	9	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					Manutenção de Equipamentos críticos e de subcomponentes críticos como Bombas de vácuo, Lavadores de gases e Dispositivos de medição. Também, à medida que mais máquinas estão funcionando, é necessário um software para controle da produção e gerenciamento de dados. A empresa já possui tal software, mas ainda é necessário customizá-lo para as nossas necessidades e implementar melhorias como a comunicação entre os equipamentos de processo e o sistema de controle. Por isso, surge a necessidade de Serviços Customização e Implementação Interface Software e Máquinas Manufatura. Além disso, a fabricação de circuitos integrados é extremamente sensível às condições do ambiente. Por isso ela é realizada em uma sala limpa. A sala limpa da CETEC é aproximadamente "10.000 vezes "mais limpa" (ou seja, tem aproximadamente 10.000 menos partículas) que o ar externo. Por isso, diversos contratos são necessários Contrato limpeza Fábrica, Contrato de Lavagem dos Uniformes de sala limpa, Contrato de Certificação Sala Limpa. Não só a Sala limpa, mas a produção de circuitos integrados requer diversas facilidades industriais. Algumas são comuns de outras empresas e laboratórios, como eletricidade e ar comprimido, mas na CETEC, outros sistemas também são muito importantes, como o Sistema de Água Ultra-Pura (necessário para manter o grau de limpeza necessário à produção), Sistema de Gases Especiais (com diversos gases que não são utilizados por nenhuma outra indústria no país), Sistema de Tratamento de Resíduos (importante para tratar e descartar de forma apropriada diversos tipos de resíduos perigosos). Assim, diversos contratos são necessários para manter todos esses sistemas funcionando, como: Contratos Manutenção dos Sistemasiétricos / Mecânicos / Automação/ Fornecimento de gases e químicos / Planta de água Ultra-Pura / Planta de Tratamento de Resíduos / Chiller /Geradores / Água gelada, entre outros Assim, por trabalhar com diversos gases e químicos tóxicos e/ou inflamáveis, é necessário muito cuidado com a Segurança do Trabalho. Um sistema único no país é o sistema de detecção de Gases tóxicos (TGM na sigla em inglês), que controla mais de 300 pontos de detecção espalhados pela fábrica. Também, diversos outros cuidados são necessários, como manter o sistema de combate a incêndio em perfeito estado e realizar medições ambientais regulares. Assim diversos outros contratos são necessários como: Contrato de manutenção do sistema	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					de combate incêndio, Contrato de manutenção TGM, Contrato de medições e laudos Ambientais, Contrato de Medicina Ocupacional. Convém lembrar que diversos sistemas da fábrica não podem ser desligados, mesmo que não haja produção. Por exemplo, a Sala Limpa não pode ser descurada nunca; caso contrário pode-se demorar muito tempo (ou mesmo ser impossível) recupera-se a limpeza necessária para o processo. Outro exemplo é a Planta de Água Ultra-Pura, que não pode parar nunca devido a riscos de contaminação das tubulações. Assim, o custo associado para apenas manter a fábrica funcionando, mesmo sem produção é muito alto. Por esse motivo optou-se por tentar acelerar ao máximo as produções. Para isso foi feito um contrato de Transferência de Tecnologia com a empresa XFAB, que está fornecendo a tecnologia que começa a ser testada na CEITEC. Para ter um apoio extra, a CEITEC contratou uma empresa com especialistas estrangeiros para ajudar ainda mais numa rápida transferência de Tecnologia. Além desse suporte, a fábrica está constantemente procurando adquirir aparelhos mais modernos, seja de produção ou de controle, para garantir uma transferência de tecnologia mais rápida e mais confiável. Assim, diversos outros contratos são necessários: Contrato de instalação de novos equipamentos de produção e controle; Contrato de Transferência de tecnologia – XFAB, Contrato suporte à Processo/Manufatura, Contrato para instalação de sistema integrado de contagem de partículas. Finalmente, assim que a produção estiver se estabelecendo em ritmo mais acelerado, a empresa precisa estar preparada para um grande volume de entrada e saída de materiais, bem como estar certificada para conseguir novos clientes. Assim, contratos como os seguintes serão necessários: Contratos de operador Logístico e projeto de ampliação da área de estoque, Contratação de empresa para implantação do Sistema da Qualidade ISO. Concluímos, assim, que se tais contratos não puderem ser feitos, isso pode afetar bastante a operação da empresa, pois diversas áreas essenciais, como Segurança e Manutenção de Equipamentos e Infraestrutura, ficarão comprometidas. Isso, com certeza, atrasará a finalização da transferência de tecnologia, o que levará altos custos necessários apenas para manter sistemas essenciais como a Sala Limpa e a Planta de Água Ultra-Pura funcionando.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
Investimento: Seguindo o raciocínio anterior a CETEC precisa comprar diversos itens para manter os equipamentos e sistemas funcionando como: Ferramentas / Instrumentos para manutenção, Equipamento para Solda de tubos de Inox, Divisórias/Mesas/Bancadas/Cadeiras. Alguns sistemas ainda requerem melhorias para garantir um abastecimento de qualidade à medida que a produção aumenta. Novos UPS / Geradores para garantir o fornecimento de energia Elétrica, Novo Chiller para garantir o fornecimento de água gelada, Novo Compressor de ar para garantir o fornecimento de ar comprimido. A produção também, à medida que avança, irá necessitar de mais mecanismos de controle na linha (como computadores para controle da produção e armazenamento de dados), mais móveis e equipamentos especiais para sala limpa, além equipamentos de controle para garantir a qualidade da Sala Limpa, dos materiais e dos resíduos gerados. Assim são necessários: Computadores / Monitores / Impressoras Código Barra / Storage, Móveis de sala limpa, Itens para Manipulação de Lâminas dentro da Sala Limpa (ex:pinças a vácuo), Equipamentos para contagem de partículas, Equipamentos para inspeção de recebimento de materiais, Laboratório Físico-Químico para Análises Água Ultra-Pura e Resíduos. A área de Segurança também irá requerer alguns investimentos à medida que a produção avança tais como: Compra de itens para melhorias no Sistema de Sprinkles, Construção de nova área para armazenamento químicos. Equipamentos para segurança do trabalho, como Luxímetro, anemômetro, decibílimetro, Lixeiras e contêineres dedicados a resíduos especiais (tóxicos/corrosivos/inflamáveis). Finalmente, para acelerar mais o processo de transferência de Tecnologia, é necessária a compra de equipamentos mais modernos para produção e controle, além de softwares dedicados (como software de simulação do processo) Software de simulação do processamento de circuitos integrados, Equipamentos Produção/ Controle. Assim, para garantir a operação segura e com qualidade da fábrica, serão necessários os investimentos apontados aqui.						
24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico						
13CL	Construção de Fonte de Luz Sincrotron de 3ª geração - SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa e	Unidade implantada	Investimentos	13.026.500	Prover a comunidade científica e tecnológica, acadêmica e industrial, de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
Materiais - CNPEM - OS					uma fonte de luz síncrotron de terceira geração, uma ferramenta essencial para manter a competitividade brasileira em áreas estratégicas e portadoras de futuro, como nanotecnologia, biotecnologia e materiais avançados, dentre outras.	
14XT Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS	Instalação ampliada	percentual de execução	Investimentos	1.368.262	"A expansão das instalações física e laboratorial do LNNano visa torná-lo referência em nanociências e nanotecnologia, especialmente em virtude do atual contexto de criação e implantação do SisNano, o sistema de laboratórios multiusuários direcionados à pesquisa e inovação nesse domínio do conhecimento. Os laboratórios que integram o SisNANO terão prioridade nas Políticas Públicas de apoio à infraestrutura de laboratórios e formação de recursos humanos altamente qualificados, de acordo com as diretrizes da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e associadas ao Plano Brasil Maior (PBM). Também se coaduna com o estabelecimento do Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia, colaborando para elevação da contribuição brasileira nesta parceria tecnológica internacional."	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serv. / Invest.	68.543.792	IMPA: Promoção do desenvolvimento da alta competência na área da matemática. Realização de pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico na área da matemática e promoção e expansão do programa de incentivo ao aprendizado da matemática. IDSM: Desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentável dos recursos naturais e para a promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas e não-alagadas da Amazônia. Apoiar o desenvolvimento de modelo de conservação e uso sustentável da Amazônia, inclusive de áreas protegidas onde, por meio do manejo participativo e sustentável, possam ser mantidos a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos dos recursos naturais da região. CNPq: Operação e manutenção de instalações de ponta para o desenvolvimento de pesquisas de excelência em materiais avançados e energia; apoio a usuários das comunidades acadêmica e empresarial; e	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos. O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) é responsável por essas linhas de atuação por meio de seus Laboratórios Nacionais: Laboratório Nacional de Luz Sincrotron (LNLS), Laboratório Nacional de Biotecnologia (LNBio), Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Biotério (CTBE) e Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNnano).	
					CGEE: Promoção e realização de estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos e de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos; difusão de informações, experiências e projetos à sociedade; promoção a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo; desenvolvimento de atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação. Apoio ao processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de Ciência e Tecnologia, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.	
					RNP: Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa. Assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					humanos e da difusão de informações. EMBRAPA II: interação dinâmica com as instituições de Ciência e Tecnologia e as empresas, criando as condições ótimas para a transferência do conhecimento para as linhas de produção e gerar inovações tecnológicas. Apoiar projetos que incluam a fase pré-competitiva, em parceria com empresas e instituições de pesquisa tecnológicas pré-selecionadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica; Promoção do desenvolvimento de produtos e processos inovadores nas áreas do Inova Empresa. Credenciar unidades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que terão como objetivo único e exclusivo o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica. Auxílio às empresas a criarem condições favoráveis para absorver o conhecimento gerado em ICTs. Acompanhamento da execução de projetos e do desempenho das ICTs. Prospeção e captação de recursos. Os instrumentos de apoio da Embrapij deverão ser compatíveis com as demandas empresariais e, principalmente, com avaliações baseadas em resultados. INPOH: Realização de estudos e pesquisas em oceanografia física, química, biológica e geológica portuários; engenharia costeira e submarina; instrumentação submarina; e conservação da biodiversidade marinha e costeira; Desenvolvimento de atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; manter, ampliar e modernizar a infraestrutura embarcada de apoio ao avanço científico; Estabelecimento de parcerias para disponibilizar suas instalações, embarcações e equipamentos a pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros; Contribuição para o aprimoramento da indústria nacional, firmando parcerias para a construção, operação e manutenção de suas instalações, embarcações e equipamentos; Implantação, por si só ou em associação com outras instituições públicas ou privadas, de novos laboratórios ou centros de pesquisa de alto conteúdo científico e tecnológico; e Desenvolvimento de estudos e projetos para apoiar a ampliação e a melhoria da infraestrutura portuária. Tudo isso a fim de realizar pesquisa fundamental e aplicada ao desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas oceanográfica e hidroviária	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
25000 Ministério da Fazenda						
25101 Ministério da Fazenda						
1151 Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	Contrato gerido	unidade	Serv. / Invest.	181.818	Investimento: Desenvolvimento do sistema SEEMP, continuidade do módulo monitoramento, visando suporte dos projetos do Programa PNAFM na Fase II, com 22 contratos e preparação para as demais fases do Programa referenciado, ao preço estimado de R\$ 2,0 milhões e um valor médio, por contrato, de R\$ 90.909,00 e, destinação de R\$ 210.000,00 para aquisição de 40 equipamentos, com valor médio de R\$ 5.250,00.	
					Custeio: Destinação de R\$ 1.200.000,00 na contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica visando o desenvolvimento de 2 cursos de EAD com 4 capacitações cada curso, abrangendo 100 servidores municipais e, destinação de R\$ 590.000,00 na realização de 69 viagens, sendo 3 missões abrangendo 22 municípios da Fase II e 3 viagens de encontros de coordenação, todas com participação de 2 servidores e prazo médio de 4 dias de duração.	
148D Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	350.000	A projeção de gastos com o SISCOAF II para o ano de 2015 será realizada conforme abaixo: Entrega dos produtos de software, divididos em 5(cinco) releases com implantação durante o ano de 2015, Módulos de Inteligência Financeira e Supervisão(Processo Administrativo Punitivo). A projeção de R\$ 1.750.000,00 será dividida na seguinte forma: R\$ 1.450.000,00 para a inteligência financeira R\$ 300.000,00 para os módulos da Supervisão	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
1501 Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda - PMIMF	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	1.916.666	Investimento: Desenvolvimento de 3 sistemas (CONFAZ, SICONFI, BI) ao preço estimado de R\$ 10 milhões e valor médio de R\$ 2.500.000,00 e, aquisição de 400 equipamentos ao preço estimado de R\$ 3.691.000,00 e valor médio de 9.227,50.	Custo médio de R\$ 350.000,00
					Custeio: Destinação de R\$ 18 milhões na contratação de 18 consultorias, com valor médio de R\$ 444.444,44; Aplicação de R\$ 1,0 milhão na realização de 20 eventos de capacitação no valor médio de R\$ 50 mil e, destinação de R\$ 309.000,00 na realização de 36 viagens de implantação com o valor médio de R\$ 8.583,00.	
20VE Promoção da Educação Fiscal	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	339.920	Em 2015, pretende-se ampliar as capacitações realizadas na modalidade a distância, no âmbito do Programa de Educação Fiscal, que atende aos Estados da Federação.	
20Z7 Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	74.358.369	SEAE: Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF. (O orçamento previsto para o desenvolvimento de software). Obs. Custo médio anual do sistema da SEAE: R\$ 2.150.000,00. STN: Manutenção de 4 PO's, dos quais 2 destinam-se à manutenção de sistemas e 2 à implantação de sistemas, com custo médio de R\$ 72.208.368,00	
20Z8 Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas	Acompanhamento realizado	unidade	Serv. / Invest.	940.000	" 1. Necessidade de aumentar a quantidade de operações de fiscalização no PO0002, o que demanda o crescimento de despesas com passagens e diárias. O valor estimado especificamente para essa finalidade deve atender a, aproximadamente, de 120 a 150 operações	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
de fiscalização, o que representa entre 20% e 25% da estimativa de 600 ações promocionais autorizadas anualmente pela Seae/MF. 2. Está em curso na Seae um projeto de tradução de importantes obras sobre defesa da concorrência, cuja edição em português será parcialmente destinada a bibliotecas públicas, especialmente às ligadas a Universidades e aos Poderes Judiciário e Legislativo. Tal projeto deve custar aproximadamente R\$ 80.000 e visa atender ao dliame do art. 19 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011.* Obs. Custo médio anual R\$ 940.000,00.						
25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil						
1041 Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.509	Projeto Básico não concluído, com atraso na última etapa do contrato. Orçamento estimado em 2011, para o PPA 2012/15, a ser revisito. Valor Obra R\$ 386.000.000,00 Área Edificada m2 110.000,00 Custo/m2 3.509,09	
10AV Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.083	Obra contratada. Custo unitário compatível com o valor de mercado para este tipo de construção.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
10B3	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN	obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.970	Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 83.700.000,00 27.144,22 3.083,53
						Orçamento estimado em 2011 p/ PPA 2012/2015. Obra paralisada, com previsão de contratação de uma nova construtora no 2º semestre / 2014. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 40.904.256,00 13.769,00 2.970,75
147W	Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR	obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.000	Custo unitário compatível com o valor de mercado para este tipo de construção. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 82.000.000,00 41.000,00 2.000,00
						Obra contratada. Em execução. Cronograma sendo cumprido satisfatoriamente. Preço de mercado obtido em processo licitatório na modalidade concorrência Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 17.307.128,63 7.253,00 2.386,20
147X	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP	obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.386	Obra contratada. Em execução. Cronograma sendo cumprido satisfatoriamente. Preço de mercado obtido em processo licitatório na modalidade concorrência Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 17.307.128,63 7.253,00 2.386,20
						A ação sofreu impacto por problemas de documentação dos terrenos envolvidos - devendo a iniciativa ter prosseguimento em 2015 como projeto. Ainda não estão definidos os custos e a área edificada.
147Y	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP	obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	1	Ação em um prédio próximo ao Edifício Sede do MF parte dos servidores de unidades da RFB, de forma a melhorar as condições de trabalho e de segurança necessárias, com a liberação de áreas de trabalho, de depósitos e de vagas de garagem, resultando num melhor nível de atendimento ao contribuinte em todas as unidades do Ministério da Fazenda ali instaladas. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 60.000.000,00 12.000,00 5.000,00
						Acomodar em um prédio próximo ao Edifício Sede do MF parte dos servidores de unidades da RFB, de forma a melhorar as condições de trabalho e de segurança necessárias, com a liberação de áreas de trabalho, de depósitos e de vagas de garagem, resultando num melhor nível de atendimento ao contribuinte em todas as unidades do Ministério da Fazenda ali instaladas. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 60.000.000,00 12.000,00 5.000,00
147Z	Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE	obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	5.000	Ação em um prédio próximo ao Edifício Sede do MF parte dos servidores de unidades da RFB, de forma a melhorar as condições de trabalho e de segurança necessárias, com a liberação de áreas de trabalho, de depósitos e de vagas de garagem, resultando num melhor nível de atendimento ao contribuinte em todas as unidades do Ministério da Fazenda ali instaladas. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 60.000.000,00 12.000,00 5.000,00
						Acomodar em um prédio próximo ao Edifício Sede do MF parte dos servidores de unidades da RFB, de forma a melhorar as condições de trabalho e de segurança necessárias, com a liberação de áreas de trabalho, de depósitos e de vagas de garagem, resultando num melhor nível de atendimento ao contribuinte em todas as unidades do Ministério da Fazenda ali instaladas. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 60.000.000,00 12.000,00 5.000,00

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

					Recursos de todas as fontes	
					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
148H Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.549	Obra contratada. Custo unitário compatível com o valor de mercado para este tipo de construção. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 47.824.591,71 18.760,70 2.549,19	
148I Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Belém - PA	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	4.258	O projeto básico encontra-se em fase final do recebimento, dependendo somente de algumas aprovações nos órgãos competentes. Há expectativa de licitação da obra ainda em 2014, com previsão de utilização da totalidade dos recursos para o exercício. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 88.157.676,65 20.700,00 4.258,82	
148J Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Manaus - AM	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.775	Obra contratada, em andamento regular Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 45.342.191,90 12.008,74 3.775,77	
148K Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.869	Projeto Básico concluído. Licitação da obra prevista para 2014. Custo unitário compatível com o valor de mercado para este tipo de construção. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 120.000.000,00 31.013,18 3.869,32	
148L Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife-PE	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.517	Orçamento estimado em 2012 p/ PPA 2012/2015 Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 73.864.623,28 21.000,00 3.517,36	
141E Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	1.862	O custo refere-se a uma Reforma e, por isso, mostra-se abaixo do valor típico de construção. Valor Obra R\$ Área Edificada m2 Custo/m2 190.000.000,00 102.000,00 1.862,75	
141F Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	1.437	O custo refere-se a uma Reforma e, por isso, mostra-se abaixo do valor típico de construção.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
153V Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior	Sistema desenvolvido	percentual de execução física	Investimentos	9.000.000	Valor Obra R\$ Área Edificada m2 CustoIm2 96.300.000,00 67.000,00 1.437,31	
					O custo médio corresponde a previsão de gasto nesta ação (R\$ 9.000.000,00) pelo número de sistemas mantidos 1 (um).	
20VF Fortalecimento Institucional	Estrutura implantada	unidade	Serv. / Invest.	667.620	Esta ação é composta de sete planos orçamentários: 1) Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da RFB; 2) Reaparelhamento das Unidades Operacionais da RFB; 3) Intervenções na Logística, Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteira da RFB; 4) Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão da RFB; 5) Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC) da RFB; 6) Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Soluções Tecnológicas da RFB.	
					O custo médio está representado por unidade fortalecida - corresponde à previsão de gasto nesta ação (R\$ 443.300.000,00) dividido por 664 (seiscentos e sessenta e quatro) unidades administrativas da RFB = 667.620,48.	
20VG Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	2.048.128	Esta ação é composta de sete planos orçamentários: 1) Sistemas Informatizados da RFB 2) Sistemas Informatizados do CARF- Conselho de Contribuintes.	
					O custo médio está representado da seguinte forma:.	
					Numerador: O valor da PLOA - POs 001 e 002 = R\$ 1.149.000.000,00	
					Denominador: número de sistemas mantidos = 561	
					(Fonte: http://gstl.rfoc.srf.8080/ExtratoSistema/)	
					Custo médio = R\$ 2.048.128,34(DOIS MILHÕES, QUARENTA E OITO MIL, CENTO E VINTE E OITO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	Ação fiscal realizada	unidade	Serviços	259	O custo médio corresponde a previsão de gasto nesta ação (R\$ 80.000.000,00) pelo número de ações de fiscalização a realizar (308.987).	
2238 Arrecadação Tributária e Aduaneira	Tributo arrecadado	bilhão de reais	Serviços	6.048	O custo médio corresponde a previsão de gasto nesta ação (R\$ 73.000.000,00) pela previsão de arrecadação de tributos federais em bilhões (1.207,00).	
25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional						
147W Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	200.000	Atender despesas com Construção do Ed. Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba/PR.	
2244 Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional	Crédito arrecadado	milhão de reais	Serv. / Invest.	220.361,210	Investimento: R\$ 200.000,00 Atender despesas finalísticas da PGFN por intermédio dos planos orçamentários: Plano Orçamentário 0001: Adequação do Ambiente de Tecnologia da Informação: Serviços: R\$ 146.055.071,00; Investimento: R\$ 7.409.360,00 Plano Orçamentário 0002: Capacitação de Serv. Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação: Serviços: R\$ 3.400.000,00 Plano Orçamentário 0003: Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Faz. Nacional: Serviços: R\$ 23.236.400,00 Plano Orçamentário 0004: Manutenção de Sistema Informatizado para Dívida Ativa Previdenciária.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
25201 Banco Central do Brasil						
10GQ Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Porto Alegre-RS	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	625.000	Serviços: R\$ 39.260.379,00 Investimento: R\$ 1.000.000,00	
1186 Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Salvador - BA	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	789.473		Custo médio considerando percentual de execução física e valor solicitado, baseado no planejado para 2015: execução dos serviços preliminares. Início da etapa de infraestrutura da obra.
2089 Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest	60.981.036		Custo médio considerando percentual de execução física e valor solicitado, baseado na necessidade de conclusão das etapas de arquitetura, elementos de urbanismo, instalações, equipamentos e ocupação da edificação em 2015.
2098 Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito	Relatório publicado	unidade	Serviços	2.443.386		Manutenção do sistema de informação do Banco Central do Brasil, responsável pelo funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR, Sistema de Administração de Reservas - SAR, entre outros.
2099 Supervisão e Organização do Sistema Financeiro Nacional	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	5.915		"Custo médio obtido considerando a meta física (4 relatórios) e os valores solicitados. Os valores solicitados são necessários para definição e controle dos instrumentos de política monetária, bem como monitoramento das variáveis, acompanhamento dos mercados e cenários. Além de definição da política cambial, monitoramento dos mercados e atuação. Proposição, implementação e acompanhamento de medidas de crédito."
						"Custo médio obtido considerando os valores solicitados e a meta física prevista para 2015. Supervisão das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, abrangendo atividades como avaliação baseada em riscos, inspeções gerais e modulares, verificação

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
202A Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	Projeto concluído	unidade	Serv. / Invest.	4.675.305	especial, avaliação de controles internos e conformidade, prevenção a ilícitos financeiros, monitoramento dessas instituições e dos mercados financeiros, avaliação de cenários, realização de testes de estresse, controle dos riscos assumidos pelas instituições financeiras dentro dos limites estabelecidos pela regulação prudencial, atendimento de demandas dos diversos poderes, realização de reuniões de coordenação das atividades e dos grupos de trabalho voltados para o aperfeiçoamento dos procedimentos, dos sistemas e das ferramentas de uso da área.
					Necessidade de deslocamento de servidores com vistas a: inspeção geral; inspeções modulares e procedimentos de balanço; verificação especial para diversas finalidades; grupos de trabalhos especiais da supervisão; reuniões de trabalho entre as unidades da Difis; demais trabalhos que contribuam para efetividade da ação de supervisão do sistema financeiro nacional do plano plurianual (ppa). - Incorporação das atividades da fiscalização do crédito rural e do proagro.
					"Custo médio obtido considerando os valores solicitados e a meta física prevista para 2015.
					Recursos destinados a:
					Aprimorar a logística e a segurança da operação das tesourarias nos novos prédios do Banco Central, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador além da execução dos projetos: Acumulativos, AFL, Arranjos de Pagamento, AutoCast, Basileia Fase 5, BPM6, Cidadania Financeira, Conta Financeira, Custos de Observância, Indicadores macro-financeiros, Índice Fipe de Imóveis, Mesa de Operações Mecir, Organização IMF, Regesp Monitoramento, Sicoor-Proagro, Sisex, Sistema de Projeções Macroeconômicas, Taxas Referenciais, Novos projetos 2015.
					Recursos para a execução dos projetos de evento:
					- 3º Encontro de Supervisão Bancária dos BCPLP
					- Consolidação da Participação do Brasil no Central Bank Internal Auditors Group (CBIA) e organização da reunião de 2015;
					E dos projetos de Sistemas:
					- Estudo da viabilidade da implantação do Sistema de Moeda Local

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
210J Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	Supervisão realizada	percentual	Serviços	4.000.000	Custeio = R\$ 2.000.000,00	
					PO 0002 - Sistema Informatizados da CVM	
					Custeio = R\$ 17.347.583,00	
					Investimento = R\$ 1.060.000,00	
					PO 0003 - Projetos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM	
					Custeio = R\$ 150.000,00	
					O valor se refere as despesas finalísticas de custeio dos planos orçamentários:	
					PO 0001 - Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários:	
					Custeio = R\$ 1.500.000,00	
					PO 0002 - Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários	
					Custeio = R\$ 2.500.000,00	
25208 Superintendência de Seguros Privados						
20VH Fiscalização e Regulamentação de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	442	Orçamento previsto para a Ação 20VH dividido pelo total da meta física: 2.258.755 / 5113 = 442	
					- Plano Interno SUSEPSF20VH (Fiscalização dos Mercados):	
					Orçamento: 510.206 Meta Física (Ação Fiscalizada): 190	
					- Plano Interno SUSEPRE20VH (Regulamentação dos Mercados):	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
25913 Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento						
20SH Estudos e Pesquisas em Matéria Fazendária	Pesquisa realizada	unidade	Serviços	30.000	Orçamento: 748.549 Meta Física (Normas Divulgadas): 4.920 - Plano Interno SUSEPED20VH (Educação e Orientação Sobre os Mercados): Orçamento: 1.000.000 Meta Física (Ações Implementadas): 3	
2250 Seleção, Formação e Desenvolvimento de Pessoas	Pessoa atendida	unidade	Serviços	10.000	Em 2015, espera-se realizar cerca de 20 pesquisas no campo das finanças públicas e afins, no âmbito da implantação do programa de pesquisa, inserido no Programa de Modernização Integrada do MF (PMINF). Além disso, pretende-se ampliar a oferta de curso de mestrado para servidores públicos federais, especialmente os fazendários. No ano de 2015, espera-se a realização de concurso para o cargo de Assistente Técnico-Administrativo do MF e para o cargo de Analista da RFB, entre outros, com expectativa de seleção de até 1.500 novos servidores, ao custo unitário de R\$ 4.333,33 por candidato selecionado. Pretende-se ainda ampliar a capacidade de atendimento a estados e municípios em programas de capacitação a servidores públicos dessas esferas do governo, além das capacitações de servidores federais. Estima-se a capacitação de aproximadamente 85.000 servidores, ao custo unitário de R\$ 100,00.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
26000 Ministério da Educação						
26101 Ministério da Educação						
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	227.362	"A referida ação atende a principalmente dois programas: Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e Programa de Educação Tutorial (PET). No caso do PROEXT, foi previsto o atendimento de propostas de instituições não-federais de ensino que receberão recursos para extensão universitária por meio de convênios. Os valores repassados correspondem às propostas que foram selecionadas por meio de edital, em duas categorias distintas: Programas de Extensão (até R\$ 150 mil) e Projetos de Extensão (até R\$ 100 mil). Já o PET apoia grupos formados por um professor tutor e 12 alunos. A bolsa do professor é de até R\$ 2.200,00 e a bolsa dos alunos, de R\$ 400,00. Como cada grupo, além das bolsas, recebe um valor de custeio, o custo de cada grupo é de R\$ 93.600,00"	
20FG Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Projeto viabilizado	unidade	Investimentos	5.267.926	Esta ação tem por finalidade atender a consolidação da expansão das unidades que entraram em funcionamento em 2013-2014, bem como apoiar a reestruturação das unidades que entraram em funcionamento nos anos anteriores a 2013. Os recursos foram majoritariamente alocados nas unidades orçamentárias dos Institutos Federais, sendo que a na Administração Direta foram alocados recursos para atender a um número reduzido de projetos.	
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Unidade apoiada	unidade	Serviços	490.059	Os recursos são utilizados para atendimento às instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a melhoria das condições do ensino e apoiando projetos de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e inovação. A meta física corresponde ao número de campus que serão atendidos com estes recursos.	
8282 Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	Projeto viabilizado	unidade	Investimentos	2.005.798	"A ação é utilizada para reestruturação, expansão e consolidação das Universidades Federais existentes, para a implantação de novas universidades e câmpus, bem como atendimento a ações emergenciais.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira					
20RM Exames e Avaliações da Educação Básica	Pessoa avaliada	unidade	Serviços	32	Em 2013, foram aprovados quatro projetos de lei para criação de novas universidades, sejam elas: UFOBA, UFESBA, UFCA e UNIFESSPA. Além destas, foram recentemente criadas 4 universidades, sejam elas: UFFS, UFOPA, UNILA e UNILAB. Estas universidades encontram-se em processo de implantação. Além disso, por conta da demanda crescente por médicos no país, diversos cursos novos de medicina estão sendo criados, bem como existe a previsão de expansão de vagas em cursos existentes. Cabe ressaltar que a Rede Federal de Educação Superior conta com 63 universidades e todas elas estão desenvolvendo projetos, sejam eles de implantação ou de consolidação da expansão iniciados em exercícios anteriores, de forma que os recursos foram majoritariamente alocados nas unidades orçamentárias das universidades. Sendo assim, apesar da ação não versar somente sobre a criação de novas universidades, referenciou-se o produto no desenvolvimento de projetos apoiados e estimou-se um custo médio baseado na diversidade dos mesmos. "
20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	Avaliação realizada	unidade	Serviços	8.502	
26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	8.583	Recursos a serem utilizados para pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a coordenadores (institucionais, de área, de curso, de área de gestão, Locais, de Tutoria e de Polo), a professores (formadores, orientadores, de estágio e conteudistas), a supervisores (professores da rede pública de educação básica), a tutores, a bolsistas de iniciação a docência e à pesquisa, mestrandos, doutorandos e pesquisadores que

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
0487 Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior	Bolsa concedida	unidade	Serviços	33.112	atua em programas estratégicos fomentados pela Capes e elencados a seguir: Universidade Aberta do Brasil, Pbid, Parlor, Observatório da Educação, Olimpíadas Brasileira de matemática e de química, Mestrados Profissionalizantes (PROFMAT, PROFLETRAS E PROFBO), Residência Docente, dentre outros. As 121.749 quotas de bolsas previstas para 2015 garantem a continuidade e/ou expansão dos programas voltados à educação básica na Capes.	
206K Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	88.601	Recursos a serem utilizados para: pagamento das bolsas de estudo no país e no exterior e demais auxílios a elas vinculados; concessão de novas bolsas de estudo no país em consequência do crescimento natural do Sistema Nacional de Pós-graduação (cerca de 10% ao ano); concessão de bolsas de doutorado, por meio dos programas de fomento Demanda Social, PROEX e PROSOP, como "Incentivo à Internacionalização da pós-graduação brasileira"; implementação de novos editais em áreas estratégicas e novas parcerias com órgãos governamentais e fundações estaduais de apoio à pesquisa, bem como a manutenção dos(as) existentes. Além disso, ocorreu aumento da meta física das ações de bolsa no exterior, impactado pelo Programa Ciência sem Fronteiras, acompanhado de desvalorização do Real frente ao Dólar (variação cambial desfavorável) e oferta de curso de idioma no país de destino por até 6 meses para bolsistas de graduação sanduíche do Csf.	
2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica	Acesso realizado	militar	Serviços	2	Recursos a serem aplicados na implementação de novas parcerias com órgãos governamentais e fundações estaduais de apoio à pesquisa, investimentos de capital no apoio à aquisição de equipamentos (Pro-equipamentos), apoio a programas de pós-graduação pelo PROEX, fomento aos eventos científicos no âmbito do PAEP - cooperação internacional por meio da assinatura de novos acordos bilaterais, parcerias universitárias e projetos conjuntos de pesquisa, bem como incremento ao apoio à participação de pesquisadores brasileiros em eventos científicos no exterior por meio do Programa PAEX.	Os recursos desta ação são utilizados na gestão e ampliação dos títulos

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação						
0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	176	do Portal de Periódicos da Capes, adição de livros eletrônicos (nacionais e internacionais), inserção da ferramenta para a avaliação da produção científica de pesquisadores e grupos de pesquisa para compor a documentação dos mais diversos processos de gestão e avaliação. Aprimoramento da atual versão do Portal de Periódicos, com a incorporação de novas funcionalidades, espelhamento do Portal no ambiente da Capes, backup do conteúdo assinado pelo Portal de Periódicos e repositório Capes da produção científica de autores brasileiros com financiamento público.	
					Essa ação manteve a estratégia de pagamento de bolsas de estudo e pesquisa a professores cursistas, coordenadores de programas nas IES, supervisores de cursos, professores-formadores e tutores que atuam na formação inicial e continuada de professores e profissionais da Educação Básica, desenvolvida por Instituições de Ensino Superior e entes federados, em cerca de quinze diferentes programas, geridos por diferentes Secretarias do MEC e pelo FNDE.	
0920 Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização	Bolsa concedida	unidade	Serviços	371	A ação é utilizada para pagamento de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. O custo médio das bolsas dos voluntários do programa Programa Brasil Alfabetizado é calculado levando-se em consideração o valor da bolsa por função do bolsista: alfabetizador, coordenador e tradutor interprete de LIBRAS, conforme Resolução vigente.	
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	Veículo adquirido	unidade	Serv. / Invest.	203.914	"Para 2015 não houve alteração do custos médios das diversas iniciativas financiadas pela ação, qual seja a aquisição de veículos de transporte escolar para educação básica, principalmente ônibus, lanchas e bicicletas. Os custos médios por iniciativa são: Ônibus Acessível – R\$ 132.000,00 Ônibus Rural – R\$ 211.200,00 Lancha Escolar – R\$ 200.000,00 Bicicleta/Capacete – R\$ 300,00	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
Os preços dos produtos são definidos por pregões eletrônicos realizados pelo FNDE. *						
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	Escola apoiada	unidade	Serv. / Invest.	1.035.362	A ação é utilizada para apoio à construção de escolas de educação infantil. O custo unitário levou em consideração os valores referenciais adotados para construção dos projetos padronizados das referidas escolas, usados pelo FNDE, em função das bases do SINAPI da Caixa Econômica Federal. * Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das escolas. Os recursos da ação são utilizados para novas escolas e para projetos aprovados em exercícios anteriores.	
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	400.240	A ação é utilizada para apoio à construção e adequação de quadras esportivas escolares em escolas municipais e estaduais. O custo unitário levou em consideração os valores referenciais adotados para construção de quadras esportivas, conforme projetos padronizados usados pelo FNDE, em função das bases do SINAPI da Caixa Econômica Federal. * Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das unidades esportivas escolares.	
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	507.779	*A ação é utilizada para apoio à ampliação e melhoria de infraestrutura, aquisição de mobiliário e equipamentos para a educação básica. Para cálculo do custo unitário de obras considerou-se os valores referenciais adotados para construção de escolas conforme projetos padronizados usados pelo FNDE. O valor por m² é referenciado com base do SINAPI da Caixa Econômica Federal. Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das escolas. Para cálculo dos kits de mobiliários, de equipamentos e tecnológicos, utilizou-se como referência o registro de preços do FNDE. *	
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	Material distribuído	unidade	Serviços	9	O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD atende as escolas públicas de ensino fundamental e médio, urbanas e rurais, distribuindo livros didáticos, obras complementares, livros para alfabetização, dicionários entre outros materiais digitais, destinados ao atendimento do ensino regular e à educação de jovens e adultos. No âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, que distribui os	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20RW Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	Vaga ofertada	unidade	Serviços	3.319	acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência, entre outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica para as bibliotecas das escolas, de cunho eminentemente pedagógico. Os valores são significativamente inferiores aos preços cobrados pelas livrarias devido aos quantitativos adquiridos pelo programa. A distribuição dos livros eleivada pelos Correios tem seus custos compatíveis com a proposta de entrega de cada Programa, levando, também, em consideração o cunho social dos Programas.	
					Para 2015 manteve-se o custo médio per capita hora da Bolsa-Formação, no valor de R\$ 10,00 reais alunohora, tanto para cursos técnicos como para cursos de formação inicial e continuada. Esses recursos são utilizados para oferta de cursos gratuitos de educação profissional e tecnológica para estudantes e trabalhadores.	
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Prouovem	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	257	Os valores repassados aos Estados e Municípios para a implementação do Projovem Urbano tem por base os valores per capita estabelecidos na Resolução CD/FNDE Nº 60/2011 e na Resolução CD/FNDE Nº 54/2012. O valor dos repasses são calculados a partir da meta de atendimento e no número de alunos frequentes, conforme fórmulas de repasses estabelecida nos referidos instrumentos legais. Observa-se que o curso do Programa tem duração de 18 meses e os repasses se dão em três parcelas.	
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	Estudante atendido	unidade	Serviços	8.893	Manteve-se os valores per capita são: R\$ 0,30 para Ensino Fundamental, para o EJA e Ensino Médio; R\$ 0,50 para a Pré-Escola; R\$ 0,60 para os alunos de escolas em áreas remanescentes de quilombos e alunos de escolas indígenas; R\$ 1,00 para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7(sete horas); R\$ 1,00 para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 0,90 para os alunos do Programa Mais Educação; R\$ 0,50 para os alunos que frequentam, no contraturno, o Atendimento Educacional Especializado AEE. Os recursos são repassados aos entes federados para suplementação da alimentação escolar. Serão	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	128.806	atendidas pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior.	
26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH						
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	54.044	Os recursos desta ação são utilizados para repasse direto a estados, municípios e DF para apoio suplementar a projetos de alfabetização. O custo médio representa o quociente aritmético simples dos projetos apoiados pela ação nos últimos exercícios.	
20RX Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais	Unidade apoiada	unidade	Investimentos	4.537.003	Com recursos desta ação serão pagas as bolsas de supervisão e tutoria do Programa Mais Médicos e complementação referente a termo de cooperação entre a EBSERH e a FIOCRUZ no âmbito do Programa. A bolsa de supervisão é de R\$4.000,00 e a de tutoria é de R\$5.000,00, numa proporção de 200 tutores para 2.000 supervisores. A entrada dos bolsistas ocorrerá gradualmente ao longo do ano.	
4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	Instituição beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	15.298.877	Os recursos serão utilizados para reestruturação dos hospitais universitários federais. Parte do orçamento foi alocado nas respectivas unidades orçamentárias e parte será distribuído caso a caso, de acordo com a premissa de demandas.	
					Os recursos serão utilizados para funcionamento e gestão dos hospitais universitários federais. Parte do orçamento foi alocado nas respectivas unidades orçamentárias. Os recursos alocados nesta UO é referente a assunção de 23 HUs ao longo do exercício, que será gradativa no primeiro semestre, iniciando o exercício com 17 HUs em janeiro, outros 3 em março, 1 em maio e 2 em julho.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior						
28101 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior						
147Q	Elaboração do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços	percentual	Investimentos	28.000	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
153V	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior	percentual de execução física	Serviços	696.970	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
2022	Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais	unidade	Serviços	25.312	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
20TT	Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços	unidade	Serviços	5.687.039	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
20TU	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior	unidade	Serviços	8.993.792	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
20ZO	Promoção e Gestão do Comércio Exterior	unidade	Serviços	88	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
210D	Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras	unidade	Serviços	28.037	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
210E	Promoção do Desenvolvimento Industrial	unidade	Serviços	97.878	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
2692	Fiscalização do Cumprimento de Contrapartidas Produtivas Exigidas pelos Regimes Especiais Regulamentados no	unidades por ano	Serviços	3.193	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
Contexto da Política Industrial						
28202 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro						
14NE Reforma, Adequação e Modernização de Prédio para Sede do Inmetro – RJ	Prédio reformado	percentual de execução física	Investimentos	168.000	proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
14XI Construção e Instalação de Infraestrutura Laboratorial no Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro	Infraestrutura laboratorial construída	percentual de execução física	Investimentos	10.701.157	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
153W Construção do Parque Tecnológico do Inmetro	Parque construído	percentual de execução física	Investimentos	93.023	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
153X Construção de infraestrutura predial no Inmetro e nos órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – Inmetro	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	55.556	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
20TV Serviços de Metrologia e Qualidade Industrial	Instrumento/produto verificado	unidade	Serviços	24	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	72.222	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI						
10U2 Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual	Acordo implementado	percentual de execução física	Serviços	27.339	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
6481 Disseminação de Informações Tecnológicas	Informação disseminada	unidade	Serviços	17	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	
7F44 Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	Centro implantado	percentual de execução física	Investimentos	115.385	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOF e a meta física da programação ora considerada.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA						
13DM Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA	Infraestrutura concluída	percentual de execução física	Serv. / Invest.	286.250	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOP e a meta física da programação ora considerada.	
153Y Construção de Infraestrutura nas Unidades Descentralizadas da Suframa	Infraestrutura construída	percentual de execução física	Investimentos	166.667	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOP e a meta física da programação ora considerada.	
210L Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	9.653	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOP e a meta física da programação ora considerada.	
28904 Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC						
20AP Serviços de Auditoria e Controle	Auditoria realizada	unidade	Serviços	37.210	Custo médio apontado resulta da razão entre a dotação orçamentária proposta e inserida no SIOP e a meta física da programação ora considerada.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (RS 1,00)	Justificativa
29000 Defensoria Pública da União					
29101 Defensoria Pública da União					
2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	Cidadão assistido	unidade	Serviços	117	O custo total, referente ao custeio, do atendimento ao cidadão hipossuficiente é de RS R\$ 188.050.000 e a meta de atendimentos é de 1.620.000, portanto, o custo médio é de RS 117,00 por atendimento.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
30000 Ministério da Justiça					
30101 Ministério da Justiça					
14UY Implantação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	0	Os valores previstos nas rubricas 44.90.52 e 33.90.39 destinam-se ao cumprimento do Termo de Execução Descentralizada firmado entre a Secretaria Executiva do MJ e o Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDT/Fundação Universidade de Brasília, para o desenvolvimento do Plano de Projeto do Programa de Registro de Identidade Civil – RIC. Os valores serão repassados pelo MJ e executados por aquela universidade. Não é possível, no momento, especificar de forma detalhada os equipamentos e materiais permanentes, assim como os serviços de terceiros – PJ que serão adquiridos/contratados, haja vista decisões/orientações que deverão ser firmadas pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil - CGSINRIC quanto a alguns projetos do Programa, como por exemplo, as biometrias que serão utilizadas para identificação da população.
20UD Prevenção à Violência e à Criminalidade	Projeto apoiado	unidade	Serviços	600.305	Em 2003, foi aprovado o Estatuto do Desarmamento, o qual possibilitou a entrega voluntária de armas de fogo, com o pagamento de indenização à pessoa física que realizasse a entrega. Tal iniciativa tem por objetivo reduzir as armas de fogo em circulação na sociedade, assim como reduzir o número de mortes em decorrência de acidentes e violência interpessoal. Ao longo dos últimos anos, têm sido realizadas, de forma esporádica, campanhas voltadas à sensibilização e motivação da população para a entrega voluntária, sendo que desde 2012, a campanha se tornou permanente, ou seja, a população pode entregar sua arma de fogo a qualquer tempo. Nesse sentido, se faz necessária a previsão de recursos para o pagamento das indenizações, que variam de acordo com a característica da arma, que pode ser de R\$ 150,00 a R\$ 450,00. Produto: Indenização Paga. Os Projetos Mulheres da Paz e Proteção - Proteção do Jovem em Território Vulnerável são iniciativas do Ministério da Justiça, instituídas pela Lei nº 11.530/2007 e pelo Decreto nº 6.490/2008, que objetivam

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
7U23	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos	Plano de ação executado	percentual de execução física	9.310.000.000	em linhas gerais - Mulheres da Paz: a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para promover o empoderamento feminino e para que se constituam, institucionalmente, como articuladoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas e para as mesmas, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência contra mulheres e jovens; e o Projeto identificar, acolher e acompanhar jovens entre 15 e 24 anos, em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição a violências, como egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas socioeducativas, em situação de rua, ou moradores de aglomerados urbanos com altos índices de homicídios e crimes violentos, por meio de um percurso sócio formativo, com vistas à reconfiguração de suas trajetórias de vida. Os participantes dos projetos recebem uma bolsa mensal de R\$ 190,00 e 100,00, respectivamente. Produto: Bolsas pagas.	
					Um dos grandes desafios na área de segurança pública é a implantação de ações consistentes e constantes voltadas à prevenir à violência contra a mulher, não atuando, a segurança pública, apenas na repressão às violências praticadas contra às mulheres em razão do gênero, como também buscando prevenir essas ocorrências. Nesse sentido, são apoiados projetos voltados à implantação de ações preventivas à violência doméstica e de gênero, voltadas a sensibilizar a população, de uma forma geral, à prevenir esse tipo de violência e denunciar quando ela ocorre, com a realização de campanhas, elaboração de material, entre outros. Produto: Projeto apoiado.	
7U23	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos	Plano de ação executado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	9.310.000.000	O orçamento previsto para o ano de 2015 na Ação 7U23, no valor de R\$ 93.100.000,00, são destinados à realização dos eventos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, dando início à execução dos projetos previstos para os Jogos da XXXI Olimpíada - Rio 2016, que totalizam R\$ 201.657.000,00, conforme estabelecido pelos planejamentos estratégico e tático. O orçamento de 2015 destina-se ao fortalecimento e à integração de sistemas e das ações das instituições de segurança pública envolvidas na realização dos eventos. Este valor prevê a atualização e implantação de Centros de Comando e Controle Nacional e Regionais, com a aquisição de equipamentos, soluções e sistemas para integração e gestão de incidentes, com o objetivo de promover a integração das ações das forças policiais e de defesa (Plano

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8855 Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	82.582.389	Orçamento 0008): aquisição de infraestruturas móveis (veículos para controle de distúrbios, e veículos com sistema embarcado de inteligência (Plano Orçamento 0009); aquisição de equipamentos de controle de acesso, materiais, equipamentos e sistemas da área de inteligência e instrumentos de menor potencial ofensivo (Plano Orçamento 000A), que totalizam R\$ 77.907.190,00. O montante restante será destinado às operações preparativas da SEGE para os eventos (atividades de planejamento e fiscalização nas cidades-sede) e à capacitação dos profissionais de segurança pública envolvidos nos grandes eventos, com a realização de cursos em diversas áreas temáticas, capacitação e treinamento, incluindo a aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo (Planos Orçamentários 000B e 000C - totalizando R\$ 15.192.810,00).	
					PO0001-Em 2011, o Governo Federal lançou o Programa Crack, é possível vencer que prevê a implantação de policiamento ostensivo e de proximidade em cenas de uso de crack e outras drogas, em parceria com as áreas de assistência social e saúde, compondo os Eixos de Cuidado, Prevenção e Autoridade. Para a implantação do policiamento ostensivo e de proximidade, a Senasp realiza a aquisição direta de equipamentos, tais como bases móveis, veículos, motocicletas, capacetes, espargidores de espuma de pimenta, pistolas de condutividade elétrica e pontos de videomonitoramento fixo, com vistas a implantação de espaços urbanos seguros, proporcionando condições de trabalho para as redes de atenção e cuidado, assim como para a comunidade que circula nessa região.	
					PO0002-Aquisição direta de 3 veículos especiais (escâneres veiculares); Dar continuidade ao projeto de aquisição direta de veículos especiais equipados com sistema gerador de imagem para ações de fiscalização de segurança pública, com aquisição de 3 destes veículos, perfazendo um total de R\$ 12.426.341. Este projeto é de fundamental relevância para a atividade de fiscalização na segurança pública, dadas as dimensões do País e de suas fronteiras. O modal rodoviário é a principal via de transporte de bens, mercadorias e substâncias químicas entre os países vizinhos e as cidades brasileiras, sendo mandatória a intensificação da fiscalização policial nas principais rotas e polos consumidores. O combate a essa atividade criminosa é uma das	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					demandas diárias das polícias do país, e a eficiência no combate ao crime que se utiliza das vias e rodovias nacional, depende cada vez mais do uso de tecnologias avançadas, que produzam resultados rápidos e confiáveis. 2. Construção de novo complexo de estande de Tiro na Academia Nacional de Polícia (ANP) do Departamento de Polícia Federal – DPRF, alinhado com a doutrina entre as forças de segurança federal e estadual, proporcionando, além do treinamento unificado, padronização de uso de armas de fogo e Diretriz Nacional de abordagem e uso de armamento letal e menos letal. A união de força de trabalho em conjuntos com todas as Instituições de Segurança Pública demonstra uma adequada estratégia no combate a criminalidade no país, de forma organizada e planejada. Objetivando dotar a ANP de local e equipamentos adequados para o adestramento policial com boa técnica e segurança. Foi realizada pesquisa sobre o estado da arte da infraestrutura de estandes de tiro nas instituições de Segurança Pública do Brasil pelo DPF, sendo constatada a situação precária em que se encontram diversos estandes de tiro, vários deles encontram-se fechados ou em vias de fechamento, tais como o da Marinha do Brasil, Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e PMCE – Polícia Militar do Estado do Ceará, além de disso. Órgãos como a Polícia Rodoviária Federal – PRF e Força Nacional não possuem estande de tiro. O projeto é Plurianual e está estimado em R\$ 56.235.800,00, com previsão de desembolso em 3 (três) anos, da seguinte forma: 2015 R\$ 12.344.716,00, 2016 R\$ 26.264.500,00 e 2017 R\$ 17.626.585,00. Criação de um Complexo Nacional de Aviação de Segurança Pública no Distrito Federal, conforme Portaria nº 026/2014-SENASPMJ, com a finalidade de dotar os Órgãos de Segurança Pública da União e do Distrito Federal de infraestrutura aeroportuária própria, capaz de suportar as atividades/operações aeropoliciais e de defesa civil desenvolvidas pela(a): DF-SNP/SENASPMJ, DPRF/MJ, DPRF/ML, FUNAMJ, PM/DF, PC/DF, CBM/DF, DETRAN/DF e SETAC/MDF. O projeto é plurianual e está estimado em R\$ 121.099.520,00 com previsão de desembolso em 04 (quatro) anos, a saber. Ano 2015: R\$ 37.713.350,15; Ano 2016: R\$ 47.620.440,63; Ano 2017: R\$ 18.346.619,85 e Ano 2018: R\$ 17.419.109,38. PO000E-Apoio às UF's para aquisição de equipamentos para

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					modernização de unidades especializadas da Polícia Civil (homicídios, DENARCs, Delegacia de Combate a organizações criminosas, entre outros); apoio a projetos para aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional, visando o fortalecimento da política interdisciplinar de combate à violência e à impunidade, com a finalidade de ampliar a presença do estado em territórios com altos índices de violência e criminalidade e possibilitar o incremento na responsabilização nos crimes violentos letais e intencionais.
					PO000C-Para além da atuação repressiva, quando as instituições de segurança pública atuam na investigação e responsabilização dos autores de crimes, a Senasp investe na implementação de uma filosofia de polícia de proximidade - comunitária - voltada a buscar uma maior integração com a comunidade, na identificação de problemas que podem ser causas geradoras de crimes. A orientação é de estabelecer uma relação de confiança com a comunidade, realizando visitas aos estabelecimentos comerciais, residências, escolas, igrejas, entre outros, realização de reuniões comunitárias e a avaliação das ações implementadas para solução dos problemas identificados.
					PO000E-A presente ação tem por objetivo proporcionar condições tecnológicas para que os Estados, especialmente os que não foram sede da Copa do Mundo, tenham infraestrutura necessária para a instalação de um Centro de Comando e Controle ou um Centro Integrado de Segurança Pública, com objetivo de possibilitar a integração dos diversos órgãos de segurança pública para o planejamento, implementação e avaliação de operações, gerenciamento de crises na segurança pública, ou, ainda, adaptação de sua tecnologia de radiocomunicação da analógica para a digital possibilitando uma integração e modernização também na comunicação dos profissionais de segurança pública.
					DEMAIS PO's - Um dos pilares do programa Brasil Mais Seguro com vistas ao fortalecimento da investigação é a estruturação da perícia oficial nos Estados para a produção da prova técnica. Desta forma toma-se imprescindível a continuidade das ações por meio da pactuação de convênios com os estados e da aquisição direta de equipamentos para doação, a exemplo do Microscópio Eletrônico de Varredura e financiar. Ainda será apoiado, por meio de transferência voluntária, a implantação de Laboratórios de Genética. Dando

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
154T Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal	Obra realizada	unidade	Serv. / Invest.	797.391	adsscentes. Serão capacitados 1.680 profissionais de segurança pública para atuação nas bases do Programa Crack e 810 instrutores do Proerd.	
201C Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	0	Custeio das despesas com: Reforma e ampliação de unidades operacionais e administrativas, constituição de unidades e Nova sede - sistema de detecção e combate à incêndio.	
					Aquisição de Veículos e Equipamentos (veículos para chefes de delegacia, viaturas policiais, manutenção de aeronaves, abastecimento e manutenção da frota, ônibus multimissão, viaturas policiais, escudo balístico, kit para unidades operacionais, kit identificação veicular, motocicletas de policiamento, carretinhas para motos, treina 50 m, medidor de transmissão luminosa, opacímetero, binóculo, decibelímetro, kits perícia, material de policiamento e fiscalização, material de sinalização, formulários operacionais, suprimentos para elímetro, espargidor de pimenta individual) - R\$ 58.532.303;	
					Inovações Tecnológicas (implantação do Sistema Alerta Brasil - pontos (Fronteira), projeto LANDELL, smartphones/conectividade móvel, links de dados nacionais, telefonia fixa e móvel, outsourcing de impressão nacional, serviço técnico e especializado em TIC, manutenção do sistema de radiocomunicação analógica, aquisição de equipamentos de TI, comunicação satelital (TIC), manutenção de equipamentos de TI, aquisição de softwares de prateleira, aquisição de equipamentos de telefonia IP, aquisição de equipamentos de rádio analógico, empresa de dados e rotinas ETL, manutenção (correlativa, evolutiva e adaptativa) de sistemas de informação, solução de conectividade móvel com tablets embarcados) - R\$ 43.343.697;	
					Capacitação (despesas com o funcionamento da Academia Nacional, locação da academia, promoção de cursos de atualização e aperfeiçoamento dos servidores) - R\$ 7.000.000;	
					Infraestrutura física - R\$ 7.860.000	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	Procedimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	0	Abastecimento da Frota - R\$ 19.600.000; Manutenção da Frota - R\$ 24.210.416; Diárias e Passagens Operacionais - R\$ 23.000.000; Aquisição de Viaturas Policiais - R\$ 5.200.000; Ações de Educação para o Trânsito (PNEVT) - R\$ 4.785.000; Inovações Tecnológicas (PNEVT) –R\$ 19.980.849; Manutenção, Atensão e Suprimentos de Etilômetros (PNEVT) - R\$ 2.650.000; Aquisição de Material de Policiamento e Fiscalização (PNEVT) - R\$ 6.500.000 Material de Sinalização (PNEVT) - R\$ 3.250.000. Custeio das despesas do contrato com os Correios - R\$ 60.046.416.	
86A1 Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	Multa processada	unidade	Serviços	10		
30108 Departamento de Polícia Federal						
154U Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses	Unidade construída	percentual de execução física	Investimentos	3.000	PROJETO PRIORITÁRIO DA PRESIDÊNCIA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA Delegacia de POLÍCIA FEDERAL DE SANTARÉM NO ESTADO DO PARÁ, POR EMPRESAS CONTRATADAS EM PROCESSO LICITATÓRIO, COM ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES DESIGNADOS PELA POLÍCIA FEDERAL, PROPORCIONAR À POLÍCIA FEDERAL A ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, APRIMORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO. ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal e estima-se R\$ 3.000,00 por m2 ##### projeta-se a execução de 10% da obra em 2015	
154W Construção do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal	Unidade construída	percentual de execução física	Investimentos	3.000	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL, POR EMPRESAS CONTRATADAS EM PROCESSO LICITATÓRIO, COM ACOMPANHAMENTO DOS ENGENHEIROS DA POLÍCIA FEDERAL, PROPORCIONAR AO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS DA POLÍCIA FEDERAL A ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, VISANDO ATENDER MELHOR AS DEMANDAS DENTRO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
154Z Construção da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará - Plano Estratégico de Fronteiras	Sede construída	percentual de execução física	Investimentos	3.000	A obra já foi iniciada, mas paralisada pela empresa contratada. A contratação do remanescente está em andamento e portanto, em 2015 a obra estará em plena execução, caso não haja recursos, haverá a necessidade de desmobilização, o que gerará além do prejuízo financeiro, um grande prejuízo operacional para as atividades do órgão ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal e estima-se R\$ 3.000,00 por m2 ##### projeta-se a execução de 45% da obra em 2015 PRIORIDADE DA PRESIDÊNCIA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ, NA CIDADE DE BELEM, POR EMPRESAS CONTRATADAS EM PROCESSO LICITATÓRIO, COM ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES DESIGNADOS PELA POLÍCIA FEDERAL. PROPORCIONAR À POLÍCIA FEDERAL A ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, APRIMORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO. ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal e estima-se R\$ 3.000,00 por m2 ##### projeta-se a execução de 18% da obra em 2015	
155A Construção da Delegacia de Tabatinga no Estado do Amazonas - Plano Estratégico de Fronteiras	Delegacia construída	percentual de execução física	Investimentos	3.000	PROJETO PRIORITÁRIO DA PRESIDÊNCIA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA Delegacia de POLÍCIA FEDERAL DE Tabatinga NO ESTADO DO AMAPÁ, POR EMPRESAS CONTRATADAS EM PROCESSO LICITATÓRIO, COM ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES DESIGNADOS PELA POLÍCIA FEDERAL. PROPORCIONAR À POLÍCIA FEDERAL A ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, APRIMORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO. ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal e estima-se R\$ 3.000,00 por m2 ##### projeta-se a execução de 16% da obra em 2015	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
155B Construção da Delegacia de Santarém no Estado do Pará - Plano Estratégico de Fronteiras	Delegacia construída	percentual de execução	Investimentos	3.000	PROJETO PRIORITÁRIO DA PRESIDÊNCIA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA Delegacia de POLÍCIA FEDERAL DE SANTARÉM NO ESTADO DO PARÁ, POR EMPRESAS CONTRATADAS EM PROCESSO LICITATÓRIO, COM ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES DESIGNADOS PELA POLÍCIA FEDERAL. PROPORCIONAR À POLÍCIA FEDERAL A ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, APRIMORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO. ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal e estima-se R\$ 3.000,00 por m2. ##### projeta-se a execução de 46,8% da obra em 2015	
155C Construção do Núcleo de Polícia Marítima de Guaira - Plano Estratégico de Fronteiras	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	3.000	PROJETO PRIORITÁRIO DA PRESIDÊNCIA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO Núcleo de Polícia Marítima de Guaira NO ESTADO DO PARANÁ, POR EMPRESAS CONTRATADAS EM PROCESSO LICITATÓRIO, COM ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES DESIGNADOS PELA POLÍCIA FEDERAL. PROPORCIONAR À POLÍCIA FEDERAL A ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, APRIMORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO. ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal e estima-se R\$ 3.000,00 por m2. ##### projeta-se a execução de 16% da obra em 2015	
155H Construção da Delegacia de Juiz de Fora	Prédio construído	percentual de execução	Investimentos	3.000	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA Delegacia de POLÍCIA FEDERAL DE Juiz de Fora NO ESTADO DO Rio de Janeiro, POR EMPRESAS CONTRATADAS EM PROCESSO LICITATÓRIO, COM ACOMPANHAMENTO DE SERVIDORES DESIGNADOS PELA POLÍCIA FEDERAL. PROPORCIONAR À POLÍCIA FEDERAL A ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, APRIMORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO. O projeto encontra-se em fase de conclusão. Previsão de contratação	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
1551 Construção de Unidades do Departamento de Polícia Federal	Unidade construída	percentual de execução	Investimentos	3.000	da obra setembro/2014. A obra estará em plena execução em 2015, e a sua paralização ensejara prejuízos com desmobilização e mobilização futura; caso não seja contratada após a conclusão do projeto, há o risco deste ficar obsoleto e a Administração perder todo o investimento já aplicado. ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal e estima-se R\$ 3.000,00 por m2 ##### projeta-se a execução de 45% da obra em 2015 CONSTRUÇÃO DE BASES OPERACIONAIS, DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA E DAS DEMAIS UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, VISANDO À MELHORIA DA INSTITUIÇÃO E DO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES POLICIAIS E DE FORMAÇÃO POLICIAL, BEM COMO A REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS, A FIM DE ATENDER À CRESCENTE DEMANDA DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA. DOTAR A POLÍCIA FEDERAL DA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES. Os projetos com dotação alocada nesta ação estão inseridos no PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS e tratam-se de construções das seguintes delegacias: - Construção da Delegacia de Ponta Porã/MS (47%) - Construção da Delegacia de Corumbá/MS (47%) - Construção de Área de Treinamento, Implantação de Sistema de Segurança Orgânica e Conclusão do Auditório na Superintendência Regional em Roraima (100%) - Construção de Área de Treinamento e Implantação de Sistema de Segurança Orgânica na Delegacia de Cáceres/MT (100%) - Construção da Delegacia de Oiapoque/AC (42%) - Construção da Delegacia de Cruzeiro do Sul/AC (42%) - Construção da Delegacia de Guajarámirim/RO (50%) - Construção da Delegacia de Uruguiana/RS (50%) - Construção da Delegacia de Chuí/RS (50%) - Construção da Delegacia de Altamira/PA (50%)	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20V2 Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEPOP	Acesso realizado	unidade	Serviços	214	- Reforma da SRDPF/PE (30%) - Reforma e Ampliação da SRDPF/SC (28%) - Reforma da SRDPF/DF (100%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Reforma do Posto de Bonfim/RR (72%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Reforma e Ampliação da Delegacia de Naviraí/MS (100%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Reforma da Delegacia de Bagé (100%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Reforma da Delegacia de Jaguarão (100%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Reforma da Delegacia de Livramento (100%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Reforma da Delegacia de São Borja (100%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Reforma da Delegacia de Dourados (100%) - Plano Estratégico de Fronteiras - Ampliação e Reforma da Delegacia de Foz do Iguaçu/PR (60%) - Ampliações, Reformas e Modernizações de Pequeno Porte ou Imprevistas (10 unidades atendidas) - Modernização da Rede Elétrica da Academia Nacional de Polícia (80%) - Reforma da SRDPF/MT (19%) - Reforma da SRDPF/PI (100%) ##### o custo médio de construção decorre de levantamentos e projetos realizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal Manutenção dos sistemas existentes, bem como capacitação de servidores para atuar nos sistemas de informática. Aquisição de equipamentos e softwares, capacitação de servidores, necessários para continuidade da operação dos sistemas, implantação de infraestrutura de TI necessária para o projeto, bem como o funcionamento da aviação não tripulada. ##### o custo médio é apresentado mediante a divisão da dotação	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2586 Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros	Passaporte emitido	unidade	Serviços	54	Contratação de fornecimento de caderneta de passaporte, de aprimoramento e manutenção do sistema informatizado de emissão de documentos de viagem e do sistema de emissão de identidades de estrangeiros, recursos materiais e outros insumos necessários à produção e preparação de cédulas de identidade. Obtenção de novos equipamentos de forma a ampliar e modernizar o parque tecnológico utilizado para emissão e entrega de documentos de viagem e cédulas de identidade de estrangeiros. Contratação do aprimoramento e manutenção dos sistemas informatizados utilizados no controle migratório. Obtenção de novos equipamentos de maneira a ampliar e modernizar o parque tecnológico utilizado no controle migratório em portos, aeroportos e fronteiras terrestres. Aquisição de equipamentos para a implementação de contingência para o contínuo funcionamento dos sistemas informatizados de responsabilidade da Coordenação Geral de Polícia de Imigração. Contratação de terceirizados para auxílio nos postos de emissão de documentos de viagem, carteira de estrangeiros e nos postos de controle migratório.	
2726 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	Operação realizada	unidade	Serviços	231.030	##### o custo médio é apresentado pela dotação total da ação dividida pelo número projetado de passaportes a serem emitidos em 2015 Implementar as operações, por meio de planejamento e execução centralizada e/ou descentralizada, em função do cenário criminal de cada região, levando em consideração as informações sobre a atuação de organizações criminosas. Para tal, torna-se necessário destinar recursos para o levantamento de dados, abertura de processos de investigação, ocupação de áreas de risco, acompanhamento de presos de alta periculosidade, dentre outras atribuições típicas de sua área de atuação, bem como para aquisição de equipamentos e materiais necessários para a realização dessas operações, atuando de forma direta e/ou indireta por meio de acordos com entidades ou organismos nacionais e internacionais. Custear despesas relativas ao pagamento de diárias; emissão de passagens; prestação de serviços; aquisição de material de consumo; manutenção de viaturas e equipamentos; aquisição de material permanente, tais como mobiliário, equipamentos, veículos, etc.; aquisição de licenças de software; fabricação e	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
manutenção de software; e, conservação, reforma e adequação de instalações físicas visando à manutenção do controle administrativo; manutenção de sistema informatizado; realização de operações de fiscalização; investigações de desvio de produtos químicos. Realização de ações de proteção a depoentes especiais e ações relacionadas ao réu colaborador preso, sob responsabilidade da Polícia Federal e que poderão demandar despesas, como: reforma, ampliação ou locação de bases operacionais e aquisição de mobiliário passíveis de serem utilizadas para esse fim, locação de veículos, aquisição de passagens aéreas ou terrestres, bem como alimentação, assistência médica, odontológica e psicológica de protegidos, dentre outras despesas de custeio dentro desta finalidade. Despesas com deslocamento de policiais para atendimento das demandas sob responsabilidade da Polícia Federal e para a Capacitação dos Policiais Federais e demais servidores públicos que lidam com proteção a testemunhas e com réus colaboradores presos visando o aprimoramento do serviço prestado. Mobilizar os recursos necessários à realização de operações especiais que atendam aos processos de investigação criminal na esfera de atuação do Departamento de Polícia Federal. Essas operações, geralmente, atendem a um planejamento preestabelecido, em que o agente policial atua muito próximo às organizações criminosas, sigilosamente, angariando informações relevantes que contribuirão para seu desmantelamento. ##### o custo médio corresponde à divisão da dotação pelo somatório do número de operações estimadas nas diferentes atividades policiais						
30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI						
155L	Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional do Índio	Obra concluída	unidade	Serv. / Invest.	5,347	A Fundação Nacional do Índio-FUNAI, possui 187 Unidades Administrativas que necessitam de manutenção e conservação.O plano de recuperação dos imóveis da Fundação visa melhoria de acessibilidade, a substituição ou instalação das estruturas hidráulicas, elétricas e sanitárias, ampliação e reforma das estruturas físicas de forma a adequá-las ao desenvolvimento das atividades de atendimento ao indígena e à sociedade, bem como de um ambiente de trabalho apropriado e que promova a produtividade institucional.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20UF Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	Terra indígena protegida	unidade	Serviços	29.090	Memória de cálculo: 150 CTL's x 37 Coordenações Regionais = 187 X 5.347,59 = R\$ 1.000.000,00	
					-Despesas com material e manutenção de veículos para a realização de procedimentos de atividades preventivas, extusão, expedições de fiscalização, de demarcação e regularização fundiária de terras e reservas efetuar a localização geográfica de índios isolados por meio de expedições de campo para averiguar a existência de índios isolados e de recente contato. Memória de cálculo: 32 veículos X R\$ 3.200,00 = R\$ 102.400,00	
					-Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustível) para os Grupos Técnicos na realização de estudos de campo e documentais de caráter antropológico, ambiental, cartográfico e fundiário nos estudos de levantamento fundiário, identificação, benfeitorias e demais ações. Memória de cálculo: 65 GT(s) X R\$ 38.200,00 = R\$ 2.483.000,00	
					-Despesas com locação de veículos para o desenvolvimento de atividade preventiva para evitar que não-índios invadam terras indígenas. Memória de cálculo: 13 veículos ao ano X R\$ 4.680,00 (diárias por ano) X R\$ 300,00 (custo unitário da diária) = R\$ 1.400.000,00 Custo Total = R\$ 3.985.400,00/137(terras indígenas	
					Despesas com pagamento da indenização de benfeitorias de boa-fé constituídas por ocupantes não índios em terras indígenas. Memória de cálculo= 148 ocupações de não índios com benfeitorias indenizadas ao valor médio estimado em R\$ 50.000 = R\$ 7.400.000,00	
					Custo médio: terras ind. fiscalizadas/regularizadas/protegidas) = R\$ 29.090,51	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2334 Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas	Projeto implantado	unidade	Serviços	5.208	-Despesas com aquisição de material para a manutenção de veículos e com deslocamentos (diárias, passagens e combustíveis), para apoio às ações de promoção e proteção social com apoio às organizações indígenas no processo de informação e formação acerca de seus direitos fundamentais; apoio às ações de segurança alimentar e nutricional, geração de renda, à operação e manutenção de infraestrutura de produção e de comercialização; e na promoção da gestão ambiental por meio de planos e projetos visando o uso sustentável dos recursos naturais; conservação e recuperação ambiental; gestão dos recursos hídricos; prevenção e controle de impactos socioambientais. Memória de cálculo: 52 veículos X R\$ 3.200,00 = R\$ 166.400,00
					-Despesas com deslocamentos (diárias, passagens e combustíveis) para mobilização social, manutenção de infraestrutura de produção e de comercialização e para a promoção da gestão ambiental. Memória de cálculo: mobilização social: 60 eventos X R\$ 26.200,00 = R\$ 1.572.000,00
					projetos e programas ambientais: 13 projetos X R\$ 120.600,00 = R\$ 1.567.800,00 fomento às atividades produtivas em áreas indígenas: 597 projetos X R\$ 16.445,45= R\$ 9.817.934,00
					Custo médio = R\$ 12.957.734,00/2.488(projetos implantados) = R\$ 5.208,09
8635 Preservação Cultural dos Povos Indígenas	Projeto cultural implantado	unidade	Serviços	38.600	-Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustíveis) e com a contratação de empresas especializadas para a realização de oficinas, seminários, cursos e treinamentos para capacitação dos povos indígenas em tecnologias específicas relacionadas a cada tipo de acervo para desenvolvimento de ações amplas visando a instrumentalização dos povos indígenas e divulgação de suas culturas junto a públicos diversos. Memória de Cálculo: 32 eventos X R\$ 38.600,00 = R\$ 1.235.200,00
					Custo médio= R\$ 38.600,00

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica						
2807 Promoção e Defesa da Concorrência	Processo julgado	unidade	Serviços	21.258.308	A ação de Promoção e Defesa da Concorrência constitui a principal atividade finalística do órgão e compreende a instrução e julgamento de atos de concentração econômica e de processos para investigação e punição de infrações à ordem econômica. Como parâmetro de comparação, em 2012, a execução orçamentária do CADE foi de R\$22.948.230, e, em 2013, foi de R\$23.791.226. Estes recursos são utilizados em sua totalidade para garantir a execução das atividades essenciais ao funcionamento do órgão, tais como o aluguel de sua sede, serviços de vigilância, limpeza, água, luz, telefone, suporte de TI, diárias e passagens para instrução processual e difusão da cultura da concorrência, apoio administrativo para auxiliar no atendimento ao público, transporte, secretariado, publicações, manutenção predial etc. Cortes significativos podem reduzir a eficiência e a eficácia dos serviços prestados ao cidadão ou resultar em prejuízo para a missão institucional, implicando em redução do horário de atendimento ao público, prejuízo às investigações em andamento e às futuras investigações, impossibilidade de realizar diligências de busca e apreensão para investigar cartéis, perda de qualidade na instrução dos processos e redução dos níveis de conformidade, por impossibilidade de aperfeiçoamento dos recursos humanos. O PDTI do CADE para o período 2014-2016 identificou a necessidade de se implementar melhorias na infraestrutura de TI, da autarquia, para que eventuais problemas nos equipamentos não levem à paralisação do sistema, e sugeriu a aquisição de softwares de perícia forense para garantir a integridade das provas obtidas nos processos administrativos. O investimento para atender as necessidades do PDTI em 2015 seria de R\$17.672.000. Nesse sentido, as necessidades orçamentárias do órgão para o ano de 2015, levando-se em conta a continuidade dos serviços essenciais ao seu funcionamento seria o orçamento disponibilizado para o órgão em 2014, R\$ 26.307.510, mais os recursos necessários para os investimentos previstos no PDTI, totalizando R\$ 43.979.510.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
30907 Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN						
10M1 Construção da Quinta Penitenciária Federal	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	211.052	Construção da Penitenciária Federal em Brasília. Importante obra para o país, pois amplia a quantidade de vagas ofertadas, vagas essas estratégicas no que diz respeito ao isolamento dos principais líderes criminosos do Brasil. Visa-se concluir a obra em 2015. O custo médio é baseado em uma estimativa, onde teríamos 5% da obra concluída em 2014 e 95% em 2015. O orçamento de R\$ 20.050.000,00 é necessário para complementar e emitir o restante de notas de empenhos no valor total previsto da obra, de aproximadamente R\$ 35 milhões.	
				211.052 x 95%= 20.050.000,00		
155N Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	18.810.000	Visa-se aprimorar a infraestrutura e modernizar o sistema criminal e penitenciário, com a construção de presídios, a implantação de centros de monitoração eletrônica (tornozeleiras), a aquisição de móveis (equipamentos de segurança, viaturas) para os estabelecimentos penais, e a manutenção e evolução do sistema SISDEPEN. No total serão 10 iniciativas apoiadas, com um custo médio de R\$ 18.810.000,00 (observando-se a dotação da Ação 155N). Os principais projetos são: R\$ 3.600.000,00 serão gastos com aquisição de veículos-cela, computadores e móveis. R\$ 16 milhões para adquirir equipamentos de segurança para os Estados R\$ 25 milhões para expandir os centros de monitoração eletrônica R\$ 7 milhões vinculados a manutenção do SISDEPEN e doação de computadores para o sistema No plano orçamentário de Construção de Estabelecimentos Penais, busca-se empenhar cerca de R\$ 130 milhões (contratos de repasse). Busca-se apoiar 22 iniciativas nesta Ação, com custo médio de R\$ 2.227.272,00 por iniciativa. R\$ 16 milhões para aparelhar unidades básicas de saúde	
20UG Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	2.227.272		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20UH Gestão do Sistema Criminal e Penitenciário	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	1.240.904	R\$ 3 milhões para aquisição de computadores e equipamentos odontológicos para as UBS. R\$ 13 milhões para implementar oficinas permanentes - ciclo PROCAP R\$ 12 milhões para expandir a implantação de centrais integradas de alternativas penais R\$ 1 milhão para aparelhar as Ouvidorias e afins Realização de diversos seminários, visitas técnicas e encontros, com um custo médio de R\$ 200 mil.
					Ação que terá 21 iniciativas apoiadas, com um custo médio de R\$ 1.240.904,00. Pretende-se (principais atividades): Realizar ações de capacitação continuada (Ead)- Cooperação Técnica Senasp - R\$ 1 milhão Ofertar 40 cursos de capacitação presencial- R\$ 1 milhão Ofertar 500 vagas para ações de especialização - R\$ 1 milhão Apoiar o curso de formação profissional do DEPEN- R\$ 10 milhões Implantar o ONASP- R\$ 2 milhões Realização de 3 grandes pesquisas- R\$ 3 milhões Realização de diversos encontros nacionais- preço médio R\$ 250 mil.
20WS Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	Ação concluída	unidade	Serv. / Invest.	910.720	Pretende-se concluir aproximadamente 50 ações neste Programa, tendo custo médio de R\$ 910.720 cada. Quase todas estão vinculadas ao Plano da Administração do Sistema Penitenciário Federal, que visa manter os serviços, em regra, das 4 penitenciárias federais. Observa-se que, possivelmente, em 2015, ocorrerá a inauguração da penitenciária federal em Brasília, totalizando 5 penitenciárias. Esse valor é vinculado aos contratos continuados e aquisição de equipamentos para o sistema 50 (contratos e aquisições) x 910.720,38= R\$ 45.536.019
30911 Fundo Nacional de Segurança Pública					
20IC Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	3.188.278	PO0001-As organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas e

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
					de armas na região de fronteira utilizam inúmeros subterfúgios e esconderijos para camuflar drogas e armas na fronteira, e devido ao grande fluxo de veículos e embarcações nessas regiões, a fiscalização é muito difícil e complexa, por esse motivo, é imprescindível o emprego de cães treinados para atividade de apoio nas fiscalizações nessas localidades. Na região de fronteira, o emprego de cães é muito incipiente e as estruturas existentes são muito precárias. Importante ressaltar que cães farejadores, através de suas habilidades, são ferramentas poderosas de apoio as ações de fiscalização e repressão contra entrada de drogas e armas na fronteira, bem como de busca e salvamento, visto a grande área Amazônica, Pantanal e outros biomas das áreas de fronteira. Esse projeto tem como característica precípua, aumentar a capacidade de fiscalização dos órgãos estaduais da segurança pública na cobertura da entrada de drogas e armas no país, bem como de aperfeiçoar a capacidade dos Corpos de Bombeiros nas ações de busca e salvamento. Itazendo assim, avanços para cumprimento das diretrizes e objetivos do Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496 de 08.06.2011). Serão apoiados 11 projetos para a construção de 14 canis. A partir da implementação das ações do Plano Estratégico de Fronteiras e da ENAFRON, profissionais da SENASP realizaram visitas "in loco" em todos os Estados de fronteira, em centenas de municípios, especialmente os mais vulneráveis, constatando a existência de uma infraestrutura precária nas unidades dos órgãos estaduais de segurança pública. Haverá um grande avanço na segurança pública na faixa de fronteira, com a implementação da construção e reforma de unidades policiais em pontos estratégicos, visto que acarretará na diminuição da deficiência estrutural existente atualmente nas instituições de Segurança Pública nas regiões de fronteira. Além da infraestrutura, haverá melhores condições de trabalho para os profissionais de segurança pública que atuam na faixa de fronteira, além de aprimorar a guarda e conservação de equipamentos modernos, viaturas, embarcações que a SENASP está financiando nos principais municípios de fronteira. Devido a extrema carência do Arco Norte e Central da Fronteira, os investimentos devem iniciar-se por essas localidades. Serão construídas 09 novas unidades e 98 unidades reformadas. PO0003-Considerando as distâncias entre a faixa de fronteira e os	R\$ 1,00

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Pública					Processamento de Dados – SERPRO e Celebração de Convênios para Implantação do SINESP. PO0004- Os Corpos de Bombeiros Militares são responsáveis pelas ações de combate a incêndios urbanos e florestais, entre outras; estas exigem que os Bombeiros Militares possuam equipamentos adequados para o atendimento de suas atribuições, o que, inclusive, tornam suas ações mais eficientes, além de possibilitarem o correto atendimento que a população brasileira merece. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) se baseia na necessidade básica de proteger os profissionais bombeiros militares, que em suas atividades se deparam com situações que colocam em risco sua integridade física, fazendo com que necessitem de equipamentos adequados para o cumprimento de sua missão. O efetivo total de bombeiros militares do país é de 65.670 profissionais, conforme pesquisa realizada pela Senasp, sendo que somente 44% deste efetivo possui esse tipo de equipamento. Nesse sentido, a Senasp decidiu priorizar a aquisição destes equipamentos de proteção para os profissionais bombeiros militares, de forma a garantir, ao longo de cinco anos, o atendimento de 100% da demanda existente no país, com atendimento realizado por Região. Em 2015, considerando que a Região com maior precariedade no número de EPIs é a Norte (em torno de 88% do efetivo não dispõe deste tipo de equipamento), serão contemplados os sete Estados (AC, AP, AM, PA, RO, RR e TO) da Região, com a aquisição dos seguintes equipamentos: 6.293 jaquetas e calças, 6.341 luvas, 6.341 balaclava, 6.341 capacetes e 6.341 botas. A contrapartida dos Estados será a aquisição dos cilindros de oxigênio. Aquisição de 70.000 coletes balísticos referente ao Pregão nº 015/2014-CGL, para distribuição entre as Instituições de Segurança Pública das Unidades da Federação, Polícia Civil e Militar, a partir do diagnóstico realizado pela Senasp, sendo que 30.000 coletes serão adquiridos ainda no exercício de 2014. Aquisição de duas aeronaves de asa fixa: sendo uma monomotor com capacidade para transportar 10 passageiros e a outra bimotor, capaz de transportar até 30 pessoas, incluso a qualificação das tripulações nos respectivos modelos, com a finalidade de dotar a SENASP de capacidade aérea para suportar a mobilidade da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), nas mobilizações solicitadas pelos entes federados ao Ministério da Justiça, bem como para o deslocamento rápido de efetivos policiais, equipes de defesa civil,

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					PO0005-A presente ação tem por objetivo apoiar os projetos de enfrentamento à violência doméstica e de gênero, por meio do fortalecimento de unidades de atendimento às mulheres em situação de violência na esfera da segurança pública: estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como à ampliação da rede de atendimento às mulheres, na segurança pública, em atendimento à Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Na segurança pública, o principal atendimento às mulheres em situação de violência são as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) que é uma unidade da Polícia Civil para atendimento à mulher em situação de violência. A presente ação possibilita que as DEAMs adequem sua atuação aos desafios e novas realidades sociais no exercício de suas atribuições, de forma articulada com a Rede de Proteção. As atividades das DEAMs têm caráter preventivo e repressivo, cabendo a este serviço realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e aos princípios do Estado Democrático de Direito. Além disso, em 2013, a Secretaria de Políticas para Mulheres lançou o Programa Mulher, Viver sem Violência, no qual está inserida a construção da Casa da Mulher Brasileira, estrutura que conta com uma unidade especializada de Polícia Civil, Defensoria Pública e Poder Judiciário, com objetivo de possibilitar o atendimento integrado e à mulher em situação de violência. Nesse projeto, a Senasp deve apoiar a aquisição de equipamentos voltados a segurança pública (armas de fogo, coletores balísticos, algemas, radiocomunicação, máquina fotográfica, filmadora, viaturas, entre outros) não previstos no projeto financiado pela SPM, que garante a construção e mobiliário, incluindo informática.	
					PO0006- Os investimentos se tornam necessários face a importância do fomento à pesquisa e diagnóstico na área de segurança pública objetivando subsidiar o planejamento das políticas de segurança pública. No ano de 2015, pretende-se por meio de transferência voluntária, apoiar a pactuação de 5 convênios e a criação de um Centro de Análise de Estatística Criminal, para análise dos dados oriundos do Sinesp.	
2320 Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	Profissional capacitado	unidade	Serv. / Invest.	3.472.727	As ações de capacitação são realizadas, nas modalidades presencial e a distância, por meio de execução direta e transferência voluntária.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					desta forma torna-se imprescindível os projetos abaixo descritos para executarmos as atividades do Departamento de Ensino da Senasp, além do cumprimento das metas previstas no PPA, Assim, são necessários os: - Contratos de Manutenção da Plataforma EaD, incluindo o Serviço de Vídeo Aula e Transposição de Conteúdo; Pagamento de hora aula pelas atividades de tutoria desenvolvidas na plataforma da Rede, bem como dos Conteudistas, Reformuladores e Revisores que elaboram e/ou revisam materiais para os cursos; -Realização do Evento Tutores Master e 10 anos da Rede EaD- SENASP, sendo necessário o pagamento de diárias e passagens aos participantes e da empresa responsável pela logística; -Pactuação de 20 convênios com os municípios objetivando o aprimoramento do ensino das guardas municipais; -Repasse da complementação de 16 execuções descentralizadas com as Instituições de Ensino Superior Federais, dentro da Rede de Altos Estudos em Segurança Pública-RENAESP; - Pagamento de hora aula para capacitação de 235.000 profissionais em cursos de execução direta;- Pagamento de diárias e passagens para colaboradores eventuais da Rede EaD, Rennaesp, Cursos em parceria com a Enap e cursos de execução direta;- Pagamento de empresa de eventos para disponibilizar a logística dos cursos presenciais.	
2B00 Força Nacional de Segurança Pública	Servidor apostado	unidade	Serv. / Invest.	10.216,101	Diárias e passagens - Necessidades de pagamento de diárias e passagens aos servidores e colaboradores eventuais disponibilizados pelos Estados Membros para missões junto a esta Força Nacional de Segurança Pública; Material de consumo - aquisição de uniformes e apetrechos civis e militares, complementares às atividades operacionais da Força Nacional, bem como aquisição de materiais para os Batalhões da Força Nacional, existentes e situadas externamente às dependências do Ministério da Justiça; Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Diversos contratos de prestação de serviços de terceiros são geridos de forma a manter o perfeito funcionamento e dar suporte operacional ao Departamento tal como, fornecimento de água, luz, telefonia móvel, Manutenção de viatura, fornecimento de combustíveis, assistência Médico hospitalar,	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8124 Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	550.000	seguros de aeronave, em localidades dentro e fora do Distrito Federal. Indenizações - Pagamento referente a servidores civis ou militares vítimas durante as atividades de cooperação federalista de que trata o Artigo 7º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007. Equipamentos e Material Permanente - Há a necessidade de se atualizar um grupo grande de veículos para atuação em terreno muito acidentado (fronteiras secas do país), aquisição de caminhões "cegonha" para transporte de viaturas, micro-ônibus para transporte de tropa, ambulância, material para emprego em comunicação, aquisição de novos coletes e capacetes balísticos para o efetivo da Força Nacional, armamento e equipamentos de CDC. A Secretaria Nacional de Segurança Pública atua para implementar o Sistema Nacional de Prevenção da Violência e Criminalidade junto às executivos estaduais, distrital e municipais, com vistas a redução da violência e criminalidade, especialmente considerando grupos mais vulneráveis. Neste sentido, além de incentivar a elaboração e implementação de projetos criados pelos entes federados, a partir da dinâmica da violência local e dos conhecimentos e características de cada região, a SENASP propõe a execução de políticas nacionais voltadas para a prevenção, por meio de ações criadas por suas coordenações técnicas, assim como pelas parcerias que são estabelecidas com outros Ministérios e Secretarias, tais como: implantação da filosofia de Polícia Comunitária, incentivando a participação comunitária na discussão dos problemas locais e constituição de ações conjuntas; implementação de uma segurança pública cidadã; apoio e auxílio na elaboração de programas locais de prevenção à violência e criminalidade, que estabeleça uma gestão multidisciplinar na implementação de projetos preventivos, buscando atuar com foco nos problemas locais e reduzindo a vulnerabilidade criminal de adolescentes e jovens; prevenção à violência contra população em situação de rua, população LGBT, negros, idosos, crianças e adolescentes; apoiar a implantação de projetos voltados ao controle externo e interno da atividade policial, com vistas a redução da letalidade policial.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
201E Política Pública sobre Drogas	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	277.000	Apoiar a execução de despesas referentes a Termos de Cooperação com Estados em decorrência da realização de feilões (16 acordos firmados com Estados e DF) e 27 projetos especiais (Departamento da Polícia Federal, Justiça Federal, Ministério Público e outros – Lei 7.560/86 e 11.343/2006). Custeio das despesas de fiscalizações de Comunidades Terapêuticas, bem como as dos feilões realizados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). Manter a meta de funcionamento do serviço de tele-atendimento - Disque 132. Manutenção de 10.000 vagas de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso e ou abuso do crack e outras drogas com 450 comunidades terapêuticas. Produzir e distribuir gratuitamente 275.000 materiais educativos e informativos (livretos, gibis, folders, entre outros) destinados a apoiar as Políticas Públicas sobre Drogas nos estados, municípios e o Distrito Federal, bem como para organizações da sociedade civil, visando a redução da demanda e da oferta de drogas, custo médio do material produzido R\$ 29,28.	
20R9 Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas	Projeto apoiado	unidade	Serviços	240.000	Capacitação de 36.000 professores da rede pública de ensino, bem como a realização de eventos e campanhas de prevenção de uso do Crack, álcool e outras drogas. Também a capacitação de 5.000 agentes da PRF e do sistema de justiça, com formação presencial, seminários regionais, em parceria com escolas do sistema de justiça. Fomentar a manutenção dos CRR's com oferta de 10.000 vagas para capacitação presencial, para formação de profissionais da saúde e assistência social, prestadores de serviços, voluntários e trabalhadores de Comunidades Terapêuticas e lideranças comunitárias. Também apoiará a realização de pesquisas, em âmbito nacional, as quais norteiarão a Política Pública sobre Drogas, cuja finalidade será o aprimoramento das ações preventivas, de redução de danos e reinserção social de pessoas com transtornos decorrentes do uso e ou abuso de drogas e em vulnerabilidade social, bem como de seus familiares. Estão previstas as realizações das seguintes pesquisas em 2015: Pesquisa no sistema prisional e sistema socioeducativo; Manutenção da série histórica com a realização do VII Levantamento Nacional entre estudantes do ensino fundamental e médio; Pesquisa sobre a efetividade de novas abordagens terapêuticas para tratamento da dependência química de álcool, crack e outras drogas; Pesquisa a ser realizada pelo IPEA na	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	
Justificativa					
abordagem das Comunidades Terapêuticas, visando a melhoria da prestação de serviços; Realização do II Levantamento Nacional sobre consumo de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários, entre outras. Realização do edital de chamamento público para financiamentos de 73 projetos de prevenção e reinserção social com municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, 3º setor. Em 2015 serão financiados 120 novos projetos cujo objeto trate da articulação de redes intersectoriais de base territorial para a atenção às pessoas em sofrimento decorrente do abuso de crack, álcool e outras drogas. Também o apoio, mediante chamamento público, de 80 projetos de intervenção e formação no território, de modo a promover e apoiar a reinserção e inclusão social de pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas através da geração de trabalho e renda e moradia digna.					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
32000 Ministério de Minas e Energia						
32101 Ministério de Minas e Energia						
13E4 Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META	Contrato executado	percentual de execução física	Serviços	1.069,055	1 – CONTEXTO A Lei nº 10.683/2003, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, define como competência de atuação do Ministério de Minas e Energia, as áreas de: a) geologia, recursos minerais e energéticos; b) aproveitamento da energia hidráulica; c) mineração e metalurgia; e d) petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear. 1.1 Para o cumprimento da competência institucional do MME, após o cumprimento de todos os trâmites legais, em 1º de março de 2012 o Governo Brasileiro assinou com o Banco Mundial o Acordo de Empréstimo nº IBRD nº8085, no valor de US\$ 49.604.127,00, com perspectiva de uma nova contratação de igual valor relativa a uma 2ª Fase, que somaria o total de US\$ 98.208.254,00 de fonte externa. Como contrapartida, o Governo Brasileiro entrou com o montante de US\$ 6.944.578,29 dos quais US\$4.039.286,85 foram destinados à Primeira Fase do Projeto. 1.2 Os recursos serão destinados à execução de ações do MME por meio de assistência técnica e investimentos em pesquisas, beneficiando as atividades de suas Secretarias finalísticas e os órgãos e entidades vinculadas com atribuições na formulação e execução de políticas setoriais dos setores de energia, geologia e transformação mineral. 1.3 Essas ações, inseridas no Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META, tem como objetivo contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineral, dando apoio à competitividade e o crescimento econômico sustentável do País, bem como a modernização institucional desses setores, envolvendo áreas estratégicas do MME, quais sejam: • Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira; • Geologia, Mineração e Transformação Mineral; • Monitoramento e Controle do Setor Elétrico; • Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Recursos de todas as fontes					
R\$ 1,00					
Social:					
- Fontes Alternativas e Eficiência Energética; - Petróleo e Gás; - Segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN; e - Fortalecimento Institucional.					
1.4 Considerando grande expectativa de realização, elaborou-se proposta orçamentária para o exercício de 2012, no montante R\$ 65.700.000,00 (R\$ 63.966.012,00 referente a Fonte Externa e R\$ 1.733.988,00 de Contrapartida Nacional), o qual foi consignado na LOA do exercício de 2012.					
1.5 Após acompanhamento e avaliações, concluiu-se que não haveria realizações significativas no ano de 2012. Nesse sentido, foi concedido pela SOF (Portaria SOF nº 51/2012), limite de movimentação e empenho de R\$ 14.879.000,00, sendo R\$ 14.707.000,00 de Investimento e R\$ 172.000,00 de Custeio. Desse total foi empenhado e inscrito em Restos a Pagar R\$ 12.121.640,32.					
1.6 Devido aos problemas técnicos enfrentados na execução do Projeto, principalmente quanto a demora na obtenção da "NÃO OBJEÇÃO" do Banco Mundial para as contratações, cancelamento de processo licitatório, dentre outros, apenas três atividades foram contratadas em 2012, no total de R\$ 523.172,55, sendo R\$ 367.199,55 da Fonte 0148 e R\$ 155.973,00 da Fonte 1100.					
1.7 Para o exercício de 2013, a SOF concedeu um referencial monetário de R\$ 14.983.000,00, semelhante ao limite de movimentação e empenho de 2012.					
1.8 Considerando que o referencial monetário concedido para 2013 não seria suficiente para realização das atividades previstas para o período, apesar da apresentação da proposta orçamentária com o limite do referencial concedido, foi também apresentada uma outra previsão, solicitando ampliação.					
1.9 Por fim, foi aprovado na LOA 2013 o valor de R\$ 52.983 mil, ou seja, com uma ampliação de R\$ 38.000 mil.					
1.10 Fazendo-se uma avaliação da execução das atividades do Projeto no exercício de 2013, verificou-se que o valor necessário para o ano seria da ordem de R\$ 29.110.808,00, passando posteriormente para R\$ 22.259.879,00 como limite de movimentação e empenho. Nesse exercício foi empenhado e inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20L9 Informações de Alerta de Cheias e Inundações	Município atendido	unidade	Serv. / Invest.	413.333	200.000,00; b) Fiscalização e conclusão das obras de recuperação ambiental bem como abertura do processo licitatório para contratação dos serviços de monitoramento da área Ex-Patrimônio, orçados em R\$ 2.189.000,00; c) Início das obras, obras de recuperação ambiental nas áreas Itanema I, Santa Luzia e Rio Pio, bem como da realização do processo licitatório de fiscalização e da fiscalização dos trabalhos, orçados em R\$ 26.400.000,00; d) Início do processo licitatório para contratação das obras de recuperação ambiental das áreas Itanema II, Santana e Rio América orçadas em R\$ 300.000,00.
					Os valores para as licitações de obras, fiscalização e monitoramento foram estimados a partir da experiência anterior na Área Ex-Patrimônio (2013). Os valores estimados para as obras foram baseados nos PRAD's das respectivas Áreas, a exceção da Área Beluno, cujo valor é contratual. Os valores estimados para a fiscalização basearam-se no valor contratual para realização da fiscalização das obras de recuperação ambiental da Área Beluno. Os valores estimados para o monitoramento foram baseados no monitoramento da Área Beluno (R\$ 165.707 / ano.
					Os recursos serão aplicados basicamente nas seguintes atividades: * Operação e manutenção de nove Sistemas de Alerta Hidrológico - SAH existentes; * Implantação de três novos SAH's (rios Xingu, Uruguai e das Velhas); * Incorporação, em parceria com a ANA e Estados, de três novos sistemas de alerta hidrológicos; * Desenvolvimento de três Sistemas de Previsão de Vazão associado às manchas de inundações; * Aquisição de kits de hidrometria para medição de descargas líquidas, plataformas de coleta de dados - PCD's de Chuva e de Nível; * Realização de obras civis para as instalações das salas de operação de SAH.
					Os valores foram obtidos pela estimativa de gastos por município atendido na implantação e operação de sistemas de alertas de cheias e inundações.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20LA Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos	Mapa de risco gerado	unidade	Serv. / Invest.	40.793	Os recursos serão aplicados na elaboração de Mapas de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações em 240 municípios e de Cartas Municipais de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes em 75 municípios, de forma a cumprir as metas pactuadas no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.		
20LC Levantamentos Geológicos Marinhos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	129	O valor foi adotado pela média de gastos por município beneficiados com setorização de riscos e mapeamento de suscetibilidade. Os recursos serão aplicados nas seguintes atividades: * Expedição marítima à Elevação do Rio Grande: considerando a aprovação pela ISBA do Plano de Trabalho Brasileiro para exploração desta região, será realizada, conforme contrato a ser firmado pelo Governo Brasileiro, uma primeira expedição para adquirir dados geofísicos e oceanográficos na área proposta, usando métodos hidroacústicos e geocústicos, bem como amostragem de água e medição de parâmetros físico-oceanográficos, termodinâmicos e cinemáticos; * Realização de Programa de Treinamento, também previsto no contrato firmado pelo Brasil, com participação de técnicos brasileiros e de dois cientistas estrangeiros (a serem indicados pela ISBA), em atividades em terra e nos seus cruzeiros, durante 8 semanas; O valor foi adotado pela média de gastos por município beneficiados com setorização de riscos e mapeamento de suscetibilidade.		
213Y Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras	Área analisada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	65	Os recursos serão aplicados na realização de mapeamentos geológicos em 40 folhas na escala 1:100.000, em dois Levantamentos Aerogeofísicos e em Levantamentos Geoquímicos Prospectivos numa área de 121 mil km2.		
2397 Levantamentos Hidrogeológicos	Levantamento realizado	unidade	Serv. / Invest.	500.000	Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada, em função da experiência em trabalhos anteriores. Os recursos serão aplicados nas seguintes atividades: * Operação e Manutenção da Rede Integrada de Monitoramento das		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2399 Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	380	Águas Subterrâneas – RIMAS, atualmente com 308 poços em monitoramento; * Ampliação da RIMAS com a perfuração de 120 novos poços nos aquíferos das regiões Norte (Alter do Chão, Parecis e Iça), Nordeste (Barreiras, Cabeças, Poti Piauí e Serra Grande), Sudeste (Bauri-Caiuá e Guarani), Centro-Oeste (Bauri-Caiuá, Guarani e Parecis) e Sul (Costeiro e Guarani); * Operação da rede hidrometeorológica em Urucua (102 estações); * Gestão e ampliação do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS (240 mil poços cadastrados atualmente + 20 mil poços a serem cadastrados em 2015) * Elaboração de oito Mapas Hidrogeológicos, dois Estudos de Bacia e três Estudos de Qualidade de Água; * Aquisição de kits de perfuração geofísica, plataformas de coleta de dados - PCD's de Chuva e de Nível Dágua de Poços.	
					Valor addtado pela estimativa dos serviços a serem realizados, baseada na experiência anterior com empreendimentos desta natureza. Os recursos serão aplicados nas seguintes atividades: * Reavaliação de áreas sobre as quais a CPRM detém os direitos minerários. Serão criadas e/ou otimizadas as bases de dados e efetuada a modelagem geométrica e a avaliação econômica destes depósitos, com posterior avaliação sócio-ambiental; * Identificação de áreas favoráveis e eventuais alvos para prospecção mineral nas ARIM's - Áreas de Relevante Interesse Mineral. Serão produzidos mapas com as informações integradas de geologia, geofísica e geoquímica, apontando as anomalias redundantes. * Realização de projetos temáticos para identificação de áreas favoráveis à prospecção de minerais agrícolas, principalmente fosfato e potássio, bem como de bens minerais de consumo popular (areia, brita, argilas, etc).	
					Valor addtado pela estimativa da área a ser levantada, através de média ponderada entre os vários tipos de levantamentos e estudos, baseado na experiência anterior.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2B51 Gestão da Informação Geológica	Informação fornecida	terabyte	Serv. / Invest.	241.667	Os recursos solicitados serão aplicados nas seguintes atividades: * Aquisição e manutenção de licença de softwares; * Redes de comunicação de dados entre as 13 unidades da CPRM; * Mão de obra terceirizada; * Aquisição de estantes, caixas de armazenamento de amostras e mobiliário para Bibliotecas; * Despesas Operacionais de oito Bibliotecas; * Despesas relacionadas a eventos técnicos (apoio institucional, locação de espaço, estandes, publicações, vídeos, etc).	
2B53 Produção Laboratorial de Análises Minerais - LAMIN	Análise realizada	unidade	Serv. / Invest.	80	Valor adotado pela estimativa do quantitativo de informações fornecidas no Portal da CPRM em TB. Os recursos serão aplicados nas seguintes atividades: * Manutenção dos equipamentos existentes e aquisição de novos equipamentos; * Aquisição de gases, reagentes, vidrarias, etc; * Contratação de mão de obra terceirizada (laminadores, auxiliares de laboratório, etc); * Despesas Operacionais dos 4 laboratórios analíticos e dos 12 laboratórios de preparação; * Conclusão das instalações do Lamin de Caeté (bancadas, capelas, armários, elevador de carga, etc).	
2D62 Levantamentos da Geodiversidade	Mapa divulgado	unidade	Serv. / Invest.	183.333	Valor adotado pela estimativa do quantitativo de análises realizadas. Os recursos serão aplicados na elaboração de seis Mapas de Distritos Mineiros, suportando a análise ambiental da avaliação de áreas para licitação no âmbito do novo Marco Regulatório da Mineração.	
2D84 Levantamentos Geoquímicos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	4	Valor adotado pela estimativa do quantitativo de levantamentos realizados, baseados na experiência da CPRM em trabalhos semelhantes. Os recursos serão aplicados na coleta e análise de 6 mil amostras de sedimentos, solos, águas de drenagem e de abastecimento público em	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
7112 Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	Área avaliada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	666	uma área equivalente a 400 mil km².
					Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada, baseado em levantamentos anteriores realizados pela CPRM.
					Os recursos serão aplicados na execução de Levantamento a Laser Aerotransportado na Plataforma Continental Rasa e na zona costeira adjacente de Pernambuco, e outros levantamentos batimétricos por métodos convencionais.
					Valor adotado pela estimativa da área a ser levantada, baseado na experiência anterior da CPRM em levantamentos desta natureza.
	32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM				
14UE Aquisições de Imóveis para Unidades do DNPM	Edifício adquirido	unidade	Investimentos	1.000.000	Aumentar o patrimônio da Autarquia por meio da aquisição de imóvel.
15AL Reforma de unidades do DNPM	Reforma efetivada	unidade	Serv. / Invest.	3.300.000	As reformas buscam a instalação e adequação das estruturas utilizadas pela Autarquia para fornecer um ambiente seguro para o funcionamento das atividades desempenhadas pela instituição, reduzindo os riscos de perdas e sinistros causados por problemas estruturais.
20TZ Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração	Tecnologia mineral difundida	unidade	Serviços	75.000	Promover a formalização de atividades minerais, promover o suporte técnico e gerencial da pequeno e médio empreendimento mineral em áreas de conflito, realizar a difusão do conhecimento geocientífico, tecnológico, econômico mineral, a partir da publicidade de produtos (estudos) e serviços (sistemas de tecnologia da informação), visando o fortalecimento da mineração brasileira, e contribuir para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento regional integrado e sustentável
20WT Fiscalização das Atividades Minerárias	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	396	Fiscalizar os empreendimentos de pesquisa mineral e lavra com vistas a assegurar a realização da exploração dirigida para a descoberta de novas jazidas e garantir o seu aproveitamento racional dos recursos minerais. Por

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2377 Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção de Direitos Minerários	Título mantido	unidade	Serviços	66	meio dessa atribuição é que são executados os trabalhos de acompanhamento e cobrança de responsabilidades dos titulares e concessionários de títulos minerários, bem como a cobrança de práticas de atividades minerárias ilegais e evasão de receitas.	
4336 Avaliação de Distritos Mineiros	Distrito avaliado	unidade	Serviços	100.325	Promover a análise para a outorga e a disponibilidade de títulos minerários relativos à exploração e lavra dos recursos minerais, com agilidade, segurança e transparência, exercendo a missão constitucional de poder concedente, visando democratizar o acesso aos recursos minerais, em conformidade com a legislação minerária.	
8890 Informações e Estudos do Setor Mineral	Estudo realizado	unidade	Serviços	75.000	Estimular investimentos em empreendimentos minerais em riscos de exploração reduzidos, sobretudo para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas de mineração.	
					Realizar estudos e estatísticas do Setor Mineral e efetuar o acompanhamento dos mercados doméstico e internacional de bens minerais, com a finalidade de subsidiar o planejamento e à instrumentalização da Política Pública Mineral do País.	
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP						
2050 Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospeção de Petróleo e Gás Natural	Bacia sedimentar avaliada	unidade	Serviços	60.000.000	Esta ação visa ampliar o conhecimento de bacias sedimentares brasileiras, abrindo novas fronteiras exploratórias que são as chaves para a descoberta de novas acumulações que irão repor/incrementar as reservas de petróleo e gás natural. Além disso, esta ação visa realizar levantamentos sísmicos, que são essenciais para o conhecimento da bacia e delimitação de componentes fundamentais do sistema petrolífero. Não é possível analisar custo médio global da meta física informada nem compará-las com exercícios anteriores, por serem serviços muito específicos para cada uma das 2 bacias sedimentares a serem avaliadas.	
212J Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Agente regulado	unidade	Serv. / Invest.	622	Esta ação tem por objetivo controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, bem como assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest.	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212K Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural	Agente regulado	unidade	Serv. / Invest.	272,044	derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País. Estes objetivos devem ser alcançados por meio de: - outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis; - fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional; - realização de auditorias e outras ações especiais voltadas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP.	
					Esta ação traz como meta física o quantitativo de agentes regulados do mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis que são regulados pela ANP. O custo médio estimado refere-se à divisão da dotação orçamentária (R\$69.038.292) pela meta física prevista para 2015 (111.000 agentes regulados).	
					Esta ação tem como principais objetivos: - organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; - assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; - oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País. Esta ação tem como meta física o quantitativo de agentes regulados do mercado que atuam na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural que são regulados pela ANP. O custo médio estimado refere-se à divisão da programação orçamentária (R\$ 30.741.059) pela meta física prevista para 2015 (113 agentes regulados). A previsão de dispêndios em 2015 leva em consideração as demandas da ANP para a consecução dos objetivos da ação, com as devidas adequações ao referencial monetário disponibilizado para a montagem da peça orçamentária da Agência.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212L Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Agente regulado	unidade	Serv. / Invest.	27.158	Esta ação abrange as seguintes atividades: - A fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP, com o intuito de assegurar que estejam adequadas do ponto de vista da sua segurança operacional, permitindo a oferta destes produtos no mercado. - A outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso. - A definição das prioridades de pesquisa no âmbito das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis com aplicação de recursos através de bolsas de estudo e de pesquisa, implementação de campos-escolas e formação de mão-de-obra técnica. Destaca-se que os campos-escolas são campos de petróleo existentes onde o pessoal é treinado na prática, o que gera gastos com manutenção de equipamentos e laboratórios. Esta ação tem por meta física o quantitativo de agentes regulados do mercado que atuam na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis que são regulados pela ANP. O custo médio estimado refere-se à divisão da programação orçamentária (R\$ 23.888.661) pela meta física prevista para 2015 (880 agentes regulados). A previsão de dispêndios em 2015 leva em consideração as demandas da ANP para a consecução dos objetivos da ação, com as devidas adequações ao referencial monetário disponibilizado para a montagem da peça orçamentária da Agência.	
32266 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL						
4880 Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	26.390	Contratação de serviços técnicos de apoio às fiscalizações; contrato de metas para a realização de atividades descentralizadas; diárias e passagens para os fiscais; aquisição de equipamentos de informática e	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE						
20LF Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica	Documento produzido	unidade	Serviços	965.385	desenvolvimento de sistemas para apoio às atividades de fiscalização; materiais de consumo e pequenos serviços em viagem.	OBS: o custo médio informado considera a expansão aprovada pela SOF.
20LG Estudos de Expansão de Transmissão de Energia Elétrica	Documento produzido	unidade	Serviços	1.314	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de estudos de viabilidade de aproveitamentos Hidrelétricos, Estudos de Inventário e Avaliação Ambiental Integrada.	
20LH Estudos para Expansão da Malha de Gasodutos	Documento produzido	unidade	Serviços	775.000	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de estudos de Planejamento de Transmissão, incluindo o Estudo de Transmissão R3, Estudos Regionais de Transmissão e Estudos de Transmissão de Aproveitamentos na Amazônia.	
20LI Estudos para o Planejamento do Setor Energético	Documento produzido	unidade	Serv. / Invest.	44.872	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de produtos desenvolvidos pela empresa: PEIMAT - Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Duoviário e Definição do gasoduto de referência.	
213E Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares	Estudo realizado	unidade	Serviços	210.000	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de estudos multidisciplinares de abrangência regional, que envolvem pesquisas, investigações e levantamentos de dados técnicos e socioambientais, nas bacias sedimentares brasileiras terrestres ou marinhas.	
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	unidade	Serviços	2.455	Valor calculado considerando os custos dos cursos programados e necessidades de capacitações em cada área, analisada por Avaliação de Desempenho periódica.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
34000 Ministério Público da União						
34101 Ministério Público Federal						
10TY Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Aracaju-SE para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
1132 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	75.000	A Construção busca atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
11KE Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	600.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre-RS para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
11SD Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	300.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Belém-PA para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
1203 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	470.588	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Porto Alegre-RS para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
12B6 Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina - PI	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	166.666	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Teresina-PI para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
139B Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Arapiraca - AL	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	76.923	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Arapiraca-AL para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
13BX Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém - PA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	88.235	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Santarém-PA para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
7E53 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	250.000	que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em João Pessoa-PB para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	
7J45 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Vitória-ES para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
36000 Ministério da Saúde						
36211 Fundação Nacional de Saúde						
10GD Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Município beneficiado	unidade	Investimentos	5.910,780	O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, cuja correção tem sido realizada anualmente a partir do INCC - Índice Nacional da Construção Civil elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, levando-se, ainda, em consideração os custos médio de projetos apresentados no segundo processo seletivo do PAC 2, os quais visam a universalização dos sistemas de saneamento implantados. Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa por meio da Portaria da FUNASA nº 808, de 07 de dezembro de 2011 e Portaria n.º 372 de 05 de maio de 2014, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais. A atuação será dirigida para elaboração de projetos, implantação de obras e serviços de infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa.	
10GE Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Município beneficiado	unidade	Investimentos	10.639,404	O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, cuja correção tem sido realizada anualmente a partir do INCC - Índice Nacional da Construção Civil elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, levando-se, ainda, em consideração os custos médio de projetos apresentados no segundo processo seletivo do PAC 2, os quais visam a universalização dos sistemas de saneamento implantados. Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa por meio da Portaria da FUNASA nº 808, de 07 de dezembro de 2011 e Portaria n.º 372 de 05 de maio de 2014, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de esgotamento sanitário, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais. A atuação será dirigida para elaboração de projetos, implantação de obras e serviços de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
10GG Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Município beneficiado	unidade	Investimentos	1.140.039	infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa. O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, cuja correção tem sido realizada anualmente a partir do INCC - Índice Nacional da Construção Civil elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Os recursos de programação são aplicados em municípios a serem selecionados a partir dos menores índices de cobertura por rede de coleta e tratamento de resíduos sólidos (Censo/2010), piores taxas de mortalidade potenciais riscos a saúde devido a fatores sanitários e ambientais. Os recursos serão executados mediante transferências voluntárias, via termos de convênios a serem celebrados com prefeituras municipais, governos estaduais ou consórcios públicos. A atuação da Ação 10GG é dirigida para obras e serviços de infraestrutura na área de manejo de Resíduos Sólidos, contribuindo assim para a redução das doenças causadas pela proliferação de vetores relacionados ao gerenciamento inadequado de resíduos sólidos, para proteção do meio ambiente incluindo os recursos hídricos, objetivando ainda a melhoria da qualidade de vida da população.	
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	Município beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	200.000	O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, tendo sido considerada menor que o custo do ano anterior tendo em vista a atuação da Funasa neste último ano e prevista para os demais, o qual promoveu ganho de escala na atuação com consequente diminuição dos custos. Os recursos serão aplicados nos municípios a serem selecionados a partir dos indicadores de gestão (plano diretor instituído, em desenvolvimento ou em aprovação; e que apresentem prestação de serviços em saneamento estruturada (departamento, autarquia municipal, empresa pública, sociedade economia mista, consórcios públicos e outros). Os recursos serão executados mediante transferências voluntárias, via termos de convênios a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais. A Cooperação Técnica, por sua vez, é uma importante ferramenta, por meio da qual possibilitará a continuidade e a sustentabilidade das ações de saneamento decorrentes da aplicação	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
desses recursos, mediante						
20AM Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	Unidade apoiada	unidade	Investimentos	102.581	A atuação da Ação 20AM tem como objetivo fomentar a implantação do acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis. A seleção das cooperativas e associações é realizada através de edital de chamamento público com critérios de seleção e de priorização as Associações ou Cooperativas constituídas há pelo menos um ano e integradas exclusivamente por catadores de materiais recicláveis. Os recursos de programação são aplicados diretamente nas associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis para a execução de serviços, relacionados a coleta e destinação final dos resíduos sólidos, como a construção de galpões de triagem e aquisição de veículos e equipamentos. O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa, tendo sido considerada menor que o custo do ano anterior tendo em vista a atuação da Funasa neste último ano e prevista para os demais, o qual promoveu ganho de escala na atuação com consequente diminuição dos custos.	
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	Município beneficiado	unidade	Investimentos	500.000	A atuação da Ação 3921 é dirigida para obras de melhorias habitacionais com o objetivo de contribuir para a redução da proliferação do vetor da Doença de Chagas. Os recursos de programação são aplicados em municípios pertencentes à área endêmica da doença de Chagas, com a presença de vetor no intra ou peridomicílio e com a existência de habitações que favoreçam a colonização do Triatômíneo transmissor da doença de Chagas, que sejam classificados como de alto risco de transmissão da doença, conforme dados da Secretaria de Vigilância em Saúde. Mantido o custo do ano anterior tendo em vista que esse tem sido o valor máximo disponibilizado por município.	
7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Município beneficiado	unidade	Investimentos	500.000	A atuação da Ação 7652 é dirigida para a implantação de soluções individuais de saneamento domiciliar com tecnologias adequadas com o objetivo de contribuir para a redução dos índices de morbimortalidade provocados pela falta ou inadequação das condições domiciliares de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
7656 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Localidades, Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Comunidade beneficiada	unidade	Investimentos	600.000	saneamento. Os recursos de programação são aplicados em municípios a serem selecionados a partir dos menores índices de cobertura de saneamento, piores taxas de mortalidade infantil e de potenciais riscos a saúde devido a fatores sanitários e ambientais. Os recursos serão executados mediante transferências voluntárias, via termos de convênios a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais. Mantido o custo do ano anterior tendo em vista que esse tem sido o valor máximo disponibilizado por município. O custo médio foi calculado a partir de série histórica dos investimentos financiados pela Funasa. Os recursos serão aplicados nos empreendimentos selecionados por meio da Portaria n.º 808 de 07/12/2011 e Portaria n.º 372 de 05/05/2014, bem como no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "Água Para Todos" - Plano Brasil Sem Miséria, instituído pelo Decreto Decreto nº 7.535/2011, para o qual tem metas a cumprir, tais como a implantação de sistemas para retenção de água da chuva, implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades quilombolas e rurais.	
36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária						
157K Construção da Sede da Coordenação de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados do Estado de São Paulo	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	1.611	Construção da sede da CVPAF/SP em terreno cedido pela SP/USP em 2013, com garantia de início da construção até 2015. Trata-se de obra nova, com demolição da casa existente no terreno. A obra foi aprovada na reunião da Diretoria Colegiada, conforme Extrato de Deliberação da Dicol da reunião ordinária nº 18/2013. O valor da construção civil foi estimado com preços do m² de construção civil na cidade de São Paulo, e está estimado em R\$ 4 milhões com margem de reserva técnica de 10% (R\$ 400 mil). O valor do m² está saindo por R\$ 1.611,00; pois a obra terá 2.482 m². A execução da obra está prevista para ser realizada em 01 (um) ano, com previsão para conclusão em abril 2016.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	unidade	Serviços	3.264	A previsão da quantidade de servidores que serão capacitados foi feita a partir do acréscimo de 10% em relação ao número de servidores capacitados em 2013, uma vez que em 2014 houve o ingresso de 314 novos servidores oriundos do concurso público. O recurso está dividido da seguinte forma: Capacitações individuais: R\$783.000,00 Do recurso de capacitações individuais foi alocado R\$ 100.000,00 para as capacitações relacionadas às Iniciativas Estratégicas do Planejamento Estratégico da Anvisa e R\$683.000,00 de inscrições para capacitações técnicas específicas, incluindo-se as licenças para capacitação. Capacitações Setoriais: R\$44.000,00 Capacitações Corporativas: R\$1.373.000,00 Espera-se um aumento nos gastos de capacitações corporativas em 2015, uma vez que em 2014 não foi possível contratar as Especializações em Vigilância Sanitária (R\$ 300.000,00) e em Gestão Pública (R\$ 440.000,00). Haverá o início do Programa de Desenvolvimento de Equipes e do Programa de Desenvolvimento Gerencial, bem como deve-se considerar o ingresso dos novos servidores. Lembra-se que nestes valores estão previstos os cursos corporativos a serem incluídos no Plano Anual de Capacitação 2015, os quais não se conhece, o Programa de Idiomas (R\$ 200.000,00), o Programa de Pós-graduação (R\$ 110.000,00) e as capacitações dos Programas de Formação Básica dos cargos de nível superior e nível médio, cujos valores também ainda não são conhecidos. DESPESAS DE CUSTEIO - GGPAF (nível central) Passagens e Diárias: R\$2.500.000,00 Contrato de Manutenção de Veículos: R\$320.000,00 Contrato de Fornecimento de combustíveis: R\$280.000,00 Outras despesas diversas: R\$200.000,00 - Coordenações de PAF (estados)	
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	Risco sanitário controlado	percentual	Serv. / Invest.	1.777.777		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
manutenção das PAFs (incluindo diárias e passagens); R\$9.700.000,00						
DESPESAS DE CAPITAL						
- Coordenações de PAF (estados)						
Equipamentos de informática + Veículos = R\$2.000.000,00						
Reformas e adequações das coordenações de PAFs : R\$1.000.000,00						
8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	unidade	Serv. / Invest.	32.800.000	Esta Ação engloba todas as ações finalísticas realizadas pela Anvisa e para que estas atividades fins estejam contempladas foi realizada previsão orçamentária que inclui os contratos, convênios, diárias, passagens, serviços gráficos, cobertura de eventos e repasse de recursos para estados, DF e municípios e laboratórios.	
36901 Fundo Nacional de Saúde						
125H	Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa	percentual	Serv. / Invest.	4.000.000	Investimentos previstos para a implantação do Complexo Integrado do INCA, que têm como premissa básica a garantia de ampliação do acesso com qualidade para a população. Assim, o Complexo se alinha às diretrizes e compromissos do Ministério de Saúde no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.	
12L4	Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	unidade	Investimentos	1.825.000	Ação específica, contemplada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h). Os recursos alocados são para repasse de incentivo de investimento de segundas e terceiras parcelas e para 80 unidades construídas do PAC.	
12L5	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	unidade	Investimentos	71.207	Os recursos previstos financiarão as 5318 propostas de construção de UBS contempladas, como também 2771 propostas habilitadas de UBS dentro do Programa de Aceleração do Crescimento.	
2016	Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	unidade	Serv. / Invest.	1.070.000.000	Manutenção da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde - SECNS e das ações anuais desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Saúde.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20AD Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	Equipe mantida	unidade	Serviços	291.304	Os recursos previstos serão alocados para implantação de equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde, equipes de saúde bucal e consultórios de rua nos municípios, visando à reorientação das práticas assistenciais básicas, com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde. Trata-se de repasse mensal de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde ou, excepcionalmente, para os Fundos Estaduais de Saúde.	
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	Município apoiado	unidade	Serviços	5	Conforme a Portaria nº 1.555 de 30 de julho de 2013, define as regras de repasse. Sendo assim os recursos orçamentários previstos para o ano de 2015 foram estimados considerando o valor percapita R\$ 5,10 e a população IBGE 2013, exceto no caso de municípios que tiveram redução da população, para os quais manteve-se a população estimada no IBGE 2009 ou 2011.	
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	Serviço apoiado	unidade	Serv. / Invest.	38.103	Conforme previsto no Plano Plurianual 2012-2015, o objetivo de garantir a Assistência Farmacêutica no SUS tem sido executado por meio de diferentes programas, estratégias, iniciativas e ações pelo Ministério da Saúde. Em 2012, por meio da ação funcional programática 20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS, com a iniciativa - Fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão de Assistência Farmacêutica, buscou-se articular o conjunto das estratégias, iniciativas e ações por meio do QUALIFAR-SUS, instituído pela Portaria GM/MS 1.215/2012. Para 2015, a meta para o Eixo Estrutura do QUALIFAR-SUS, na Atenção Básica, é habilitar 675 municípios elegíveis constantes do Plano Brasil Sem Miséria e manter o recurso de custeio aos habilitados em 2012, 2013 e 2014, totalizando os 2.257 municípios apoiados (100% dos municípios elegíveis constantes do Plano Brasil Sem Miséria), o que representa a transferência de R\$ 63.408.000,00; sendo R\$ 9.240.000,00 para despesa de capital e R\$54.168.000,00 para despesa de custeio. No eixo cuidado do QUALIFAR-SUS, a fim de capacitar e implantar o serviços de clínica farmacêutica nos municípios serão transferidos aos municípios R\$ 6.592.000,00, para despesa de custeio.	
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Para Casa)	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	4.691	O repasse é realizado a partir do cadastro geral dos beneficiários em potencial e da inclusão dos mesmos no Programa de Volta para Casa, é voltado também a fomentar a constituição de comissões de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20B0 Atenção Especializada em Saúde Mental	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	3.629.629	acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa nos Estados, Municípios e DF.	
20B1 Serviços de Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional	Equipe constituída	unidade	Serviços	177.777	Transferência de recursos para implantação e custeio de leitos de atenção integral de saúde mental em Unidades de Acolhimento para crianças, adolescentes e adultos; incentivos de CAPS ad III (novos e qualificados); como também para financiar serviços residenciais terapêuticos e projetos de inclusão social pelo trabalho.	
20B8 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários	Hospital beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	10.333.333	Os recursos desta ação orçamentária financiarão a manutenção das equipes por meio do repasse de incentivos mensais e também a utilização dos componentes: reforma, construção e aquisição de equipamentos para estruturação dos ambientes de saúde prisional.	
20K3 Qualificar a Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	Processo analisado	percentual	Serviços	0	Recursos alocados para apoiar 45 Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com objetivo de ampliar e qualificar a oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares prestados pelos Hospitais Universitários aos usuários do SUS.	
					A Secretaria Executiva da CONITEC, exercida pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGI/TS) da SCTIE, vem atuando de forma a cumprir a legislação que criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, especialmente no que se refere aos processos de demandas por de inclusão, alteração ou exclusão de tecnologias no âmbito do SUS, que devem ser analisados e finalizados com recomendação do Plenário da CONITEC e com a Decisão Final do Secretário no prazo previsto na Lei 12.401 de 28 de abril de 2011 (180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias). Para tanto, tem ampliado e fortalecido a rede de parceiros em hospitais de ensino visando a produção de avaliações que subsidiem as recomendações da CONITEC; tem desenvolvido estratégia para o desenvolvimento de ações de Monitoramento do Horizonte Tecnológico, a fim de antecipar avaliações em áreas estratégicas para o SUS; está desenvolvendo um software para a gestão de demandas submetidas à CONITEC com vistas obter melhor controle dos prazos legais para avaliação de matérias na Comissão; está priorizando a pactuação de acordo para compartilhamento de informações de estudos e análises realizados pela ANVISA, ANS e CMEB; está estabelecendo canais de comunicação com o poder judiciário e gestores e profissionais de saúde no SUS, a fim	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20K4 Apoio ao Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	Projeto analisado	unidade	Serv. / Invest.	12.632	de promover o uso racional de tecnologias em saúde e reduzir a judicialização; e, vem adotando medidas para ampliar cada vez mais a transparência do processo de incorporação e aumentar a participação e o controle social, a fim de assessorar o Ministério da Saúde, com recomendações baseadas em evidências técnico-científicas, quanto à atualização do SUS. Pelo exposto, solicita-se aprovação da ação orçamentária para 2015 no valor proposto de R\$16.504.330,00, a fim de viabilizar o adequado funcionamento da CONITEC e do DGITS. Desenvolver atividades que compõe o apoio ao sistema de ética em pesquisa com seres humanos de natureza regulatória e, por isso, devem assegurar um fluxo contínuo, regular e informatizado de submissão dos projetos de pesquisa. Após a submissão dos projetos, os mesmos serão analisados para elaboração de pareceres técnicos, cujo conteúdo pode indicar aprovação ou reprovação de execução. Para isso, faz-se necessário desenvolver atividades de capacitação técnica dos membros dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), assim como de revisão de marcos regulatórios quanto aos aspectos éticos das atividades de pesquisa dos seres humanos e o aperfeiçoamento do Sistema Plataforma Brasil, buscando também a integração com o Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec). Tais ações são essenciais para o aperfeiçoamento do sistema de ética em pesquisa envolvendo seres humanos, prioridade ministerial, e para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Atualmente encontra-se em fase de elaboração as Resoluções complementares da Resolução CNS N°466/12 no que concerne às Pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas, Acreditação do Sistema CEP/Conep e Pesquisas Estratégicas para o SUS. Os grupos de trabalho compostos por membros da Conep são responsáveis por elaborar as resoluções complementares e apresentá-las ao Conselho Nacional de Saúde. As principais atividades dos grupos referem-se às reuniões periódicas com membros da Conep e Decit, inclusive com representantes de outros estados, por isso faz-se necessário a continuidade do investimento nessa iniciativa no exercício de 2015. Soma-se a essa iniciativa, o aperfeiçoamento constante da Plataforma Brasil que tem como objetivo oferecer maiores informações		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest.	333.333	para o pesquisador sobre o trâmite da análise do projeto de pesquisa em tempo real. Esse aperfeiçoamento permitirá maior transparência ao processo de análise, e para tanto necessita de recursos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas versões.	
					Outra iniciativa prevista para o ano de 2015, refere-se ao processo de acreditação dos Comitês de Ética, que objetiva melhorar a qualidade do processo de revisão ética, buscando padronização de procedimentos e descentralizando a análise de protocolos, particularmente para aqueles de maior risco. O Decit/SCITE contratou consultoria para realizar um levantamento de sistemas de acreditação em outros países e o produto desse trabalho foi apresentado para subsidiar as discussões que estão ocorrendo no GT. A acreditação de Comitês de Ética exigirá um aporte de recursos para a capacitação dos CEP.	
20K7 Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	11.000.000	As despesas previstas para o ano de 2015 estão de acordo com as necessidades de investimentos em infraestrutura no Sistema CEP - Conep, tais como, consultoria, cursos, seminários e treinamentos, além de despesas com passagens e diárias.	
					Justificativa para 2015: municípios e estados serão selecionados por meio do 4º edital, o qual contemplará 3 modalidades de apoio a projetos: a) apoio à estruturação e consolidação da AF em PMF no âmbito do SUS; b) apoio à estruturação e consolidação de APLs no âmbito do SUS; c) apoio ao desenvolvimento e registro sanitário de medicamentos fitoterápicos da Rename, por meio de Laboratórios Públicos. Além disso, o recurso apoiará atividades transversais ao apoio a municípios e estados, como a elaboração/atualização e publicação de monografias sobre segurança e eficácia de plantas medicinais de interesse do SUS, o que subsidiará a incorporação de fitoterápicos na Rename, o aprimoramento de legislações sanitárias e a disponibilização de informações qualificadas aos profissionais de saúde e à sociedade, e a capacitação de profissionais de saúde, visando o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. E com isso atender aos objetivos e princípios do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.	
20K7 Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	11.000.000	O PPA 2012-2015 contemplou o desenvolvimento do componente tecnológico do Complexo Industrial da Saúde, no âmbito do Programa	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					de Desenvolvimento Produtivo (2055), com o objetivo de ampliar a produção nacional de fármacos, biológicos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde, fortalecendo o Complexo Industrial da Saúde. O estabelecimento da iniciativa de "Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS" culminou com a criação do PROCIS (Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde), materializado nas Funcionais Programáticas: 20k7 - Apoio À Modernização Do Parque Produtivo Industrial Da Saúde; E 2e47 - Estruturação de Laboratório Oficial Público E Produção De Medicamentos, Soros, Vacinas E Insumos Estratégicos Aparelhamento, Reforma E Produção. Não obstante as potencialidades do incremento tecnológico nacional, a garantia da manutenção dos investimentos previstos no atual PPA representa não só um incremento no montante investido no parque produtivo público, como na produção e no fornecimento de tecnologias estratégicas para o SUS. A descontinuidade das Ações ou a redução dos recursos do PROCIS representa um retrocesso dessa estratégia, não concretizando a expectativa de produção pública nacional gerada pelas PDP's, resultando na descontinuidade do processo que vem gerando redução contínua nos preços dos medicamentos comprados pelo MS. Além disso, compromete processos em andamento e adequação dos produtores às normas regulatórias da ANVISA, com destaque para: O desenvolvimento do componente tecnológico é fundamental para ampliar a inovação e a produção nacional de fármacos, biológicos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde, fortalecendo o Complexo da Saúde e reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde. Nessa perspectiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Saúde (MS), em cooperação com a FINEP, o BNDES e o CNPq, lançaram o Programa Inova Saúde para apoiar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) em projetos de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam nos segmentos do Complexo da Saúde. O Programa está inserido no Plano Inova Empresa, com dotação prevista de R\$ 1,9 bilhão e duração até 2016. Com essa amplitude, o Inova Saúde tem por objetivo apoiar o desenvolvimento e o domínio de tecnologias prioritárias para a saúde, articular e integrar as ações de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20QH Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	Unidade federativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	83.978	governo nessa área, intensificar o fomento tecnológico em campos fundamentais para o desenvolvimento do País, em consonância com as prioridades do Ministério da Saúde e as orientações estratégicas do Governo Federal. Nessa perspectiva, com o propósito de viabilizar a implementação desta política pública, faz-se necessário o aporte efetivo de recursos nos projetos aprovados nos Editais de Seleção Conjunta FINEP/MCT/MS/BNDES e nos projetos prospectados pelo Ministério da Saúde que atendam as diretrizes de promoção, desenvolvimento e domínio de tecnologias, estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS), e, como consequência, promovam a ampliação do acesso da população a bens e serviços de saúde.	
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	Equipe instituída	unidade	Serv. / Invest.	176.000		
20R4 Apoio à Implementação da Rede Cegonha	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	98		
20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	Transplante realizado	unidade	Serv. / Invest.	1.988		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20Y1 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde	Ente federativo apoiado	unidade	Serv. / Invest.	4.040.740	Transplante de Órgãos, Tecidos e Células, para aumentar a disponibilidade de serviços especializados em transplante. Estão previstos, ainda, a realização de campanha educativa para doação de órgãos, monitoramento e avaliação das centrais de transplantes e qualificação de profissionais.	
					Os recursos desta ação financiarão a implementação de Políticas de Atenção à Saúde que tem como objetivo geral promover a atenção integral à saúde da população, apoiar a implementação das redes de atenção à saúde nos estados e municípios, com especial atenção a áreas e populações de maior vulnerabilidade. Engloba a política da saúde da Criança, do Adolescente e Jovem, da Pessoa com Deficiência, das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional e do Homem.	
20Y0 Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade	População beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	149.714	Piano Nacional de Educação Permanente para o Controle Social; continuidade de Termos de Cooperação e Assistência Técnica entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS; publicações; apoio ao plano de formação permanente para os conselheiros de saúde e agentes comunitários de saúde de endemias; realização de eventos para o fortalecimento da participação social e da mobilização social em defesa do SUS; apoio à descentralização dos Comitês de Políticas de Promoção da Equidade. Apoio à mobilização e educação em saúde para as comunidades quilombolas e as populações ciganas, em situação de rua, LGBT, campo e floresta e negra. Ações educativas sobre o Combate ao Racismo Institucional; Realizar Campanha que desenvolva ações educativas para a melhoria da saúde das populações do campo, floresta e água que encontra-se exposta a riscos, agravos e doenças, em virtude do ambiente, das condições sociais em que vivem, e conflitos rurais de terra e água; Continuidade do Programa de Inclusão Digital (componente equipamentos) para os Conselhos Municipais de Saúde. Para definir o custo médio, tomamos como referência o quantitativo de 35.000 pessoas beneficiadas com ações de capacitações e mobilizações. Ou seja, dividimos a PLOA 2015 (52.400.000,00) pelo 35.000, obtendo um custo médio de R\$ 1.497,14 per capita.	
20Y0 Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	64.750.000.000	Desenvolvimento, pesquisa e incorporação de tecnologias de informática e comunicação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	População indígena beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	215.559	saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde; integração operacional de bases de dados e de sistemas desenvolvidos e implantados no âmbito do SUS. Ação 20YP - PLOA 2015- R\$ 1.330.000.000 - Quantitativo: 617.000 - Custo médio: R\$ 2.155,59 -(Fonte:SOF/MPO-19.8.14) SERVIÇO/CUSTEIO: PLOA - R\$ 1.280.000.000 - Custo médio: R\$ 2.074,55 Despesas com aquisição de MMH e Medicamentos(RENAME); despesas com deslocamentos das equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena(EMS) com a inclusão de 286 médicos do Projeto Mais Médicos para o Brasil.; despesas com Horas-vôo; despesas com manutenção de veículos terrestres e fluviais; e de imóveis; despesas com alimentação-gêneros e fornecimento- para pacientes que se encontram em tratamento de saúde nas CASAI; combustíveis e lubrificantes para a frota de veículos existente e em aquisição no exercício de 2015.	
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	Farmácia mantida	unidade	Serviços	72.949	INVESTIMENTO: PLOA- R\$ 50.000.000 - Custo médio: R\$ 1.470.588,24 - (34 unidades) Despesas com aquisição de mobiliário em geral, equipamentos e material permanente-MMH e Odontológico para os 34 DSEI; 23 reformas e ampliações sendo: 10 CASAI, 2 Polo Base e 11 Unidades Básica de Saúde Indígena; 15 novas construções, sendo: 3 CASAI, 3 Polo Base e 9 Unidades Básica de Saúde Indígena. Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, Portaria nº 2.587, de 6 de dezembro de 2004, Portaria nº 185, de 3 de Fevereiro de 2011, Portaria nº 971, de 15 de Maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012 e Portaria nº 1.146 de 04 de junho de 2012. Manutenção e funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil, tanto nas unidades da Rede Própria como nas farmácias e drogarias da Rede Privada credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular. A ação garantirá a gratuidade dos medicamentos do elenco do 'Saúde Não Tem Preço' definidos pelo Ministério da Saúde e	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento	Farmácia mantida	unidade	Serviços	71.725	mediante apresentação de receita médica e demais documentos, conforme previsto na portaria nº 971 de 15 de Maio de 2012. A definição da orçamentação para 2015 do Programa Farmácia Popular do Brasil, o DAF utilizou da mesma metodologia aplicada para os anos anteriores.	
211V Estruturação de unidades da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil	Farmácia implantada	unidade	Serviços	50.000	Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, Portaria nº 2.587, de 6 de dezembro de 2004, Portaria nº 185, de 3 de fevereiro de 2011, Portaria nº 971, de 15 de Maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012 e Portaria nº 1.146 de 04 de junho de 2012. Manutenção e funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil com as farmácias e drogarias da Rede Privada credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular. A ação atuará no sistema de co-pagamento, para medicamentos definidos pelo Ministério da Saúde e mediante apresentação de receita médica e demais documentos, conforme previsto na portaria nº 971 de 15 de Maio de 2012. A definição da orçamentação para 2015 do Programa Farmácia Popular do Brasil, o DAF utilizou da mesma metodologia aplicada para os anos anteriores.	
2B42 Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde	Cooperação técnica apoiada	unidade	Serviços	750.000	Viabilizar a implantação de unidades da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil em áreas estratégicas e segundo critérios de padronização estabelecidos pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – DAF/SCTIE, padronizando as instalações das Unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil. Ampliação da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil em mais 34 municípios do Plano Brasil Sem Miséria - BSM não atendidos pelo programa e que não tenham farmácia/drogaria em seu território. A ação 2B42 está voltada à promover e fomentar ações de cooperação científica, no âmbito nacional e internacional, com organismos e instituições de excelência, incentivando o desenvolvimento de pesquisas em saúde no país, de modo a atender as necessidades da saúde pública e as prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS). Estas parcerias são extremamente importantes, pois aumentam nossa capacidade de investir no desenvolvimento de pesquisa em saúde, já que os parceiros também alocam recursos. A EU-LAC HEALTH é um	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					projeto de 5 anos (2011 a 2016) da Comunidade Europeia para a construção de uma proposta de estrutura e processo para a gestão e cooperação em pesquisa em saúde entre Europa, América Latina e Caribe. A iniciativa visa a elaboração de uma estratégia de atuação conjunta, fornecendo subsídios aos tomadores de decisão e aos agentes políticos dos países participantes sobre as melhores práticas na gestão e coordenação das ações de cooperação em saúde, alinhando prioridades de pesquisa dentro das seis áreas elencadas pela coordenação do projeto: promoção e prevenção; serviços de saúde; doenças crônicas; câncer, infecção e doenças neurológicas. O Governo brasileiro é parceiro do projeto EU-LAC Health por intermédio da FIOCRUZ, além de ser líder, juntamente a Espanha, do Grupo de Trabalho em Saúde, lançado pela Iniciativa Conjunta para Pesquisa e Inovação EU-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe), durante a última Senior Official Meeting (SOM), realizada em Abril de 2013 na cidade de Bruxelas. Por ocasião do Workshop das Agências de Fomento do Projeto ERANet -LAC, realizado em Tenerife (Espanha), foi aprovado pelos membros do citado consórcio os seguintes tópicos para efeito de lançamento da 1ª Chamada Conjunta ERANet-LAC: Doenças Crônicas: "Evaluation of low-threshold interventions to tackle obesity, diabetes and other metabolic disorders in EU and LAC countries". Doenças infecciosas: "Research in prevention of infectious diseases and promotion of well-being". Quanto às ações de cooperação com o NIH em financiar estudos com ênfase em doenças infecto parasitárias como HIV, Hepatite, Tuberculose e Câncer, os Institutos Nacionais de Saúde (NIH), dos EUA, o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), assinaram Carta de Intenções para cooperação conjunta em pesquisa biomédica, tendo por objetivo: o apoio integrado a projetos de pesquisa envolvendo pesquisadores brasileiros e estadunidenses; desenvolver parcerias e redes visando à colaboração em pesquisa básica, aplicada e clínica; desenvolver pesquisa colaborativa translacional em parcerias e redes; intercambiar material científico e informação; facilitar e simplificar os requerimentos regulatórios e de inspeção; coordenar, planejar e convocar encontros científicos, conferências, visitas a centros de pesquisa, consultas e capacitações; e outras atividades que poderão ser mutuamente identificadas e acordadas. Os eixos temáticos abrangidos	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	Paciente atendido	unidade	Serv. / Invest.	31.108	por esta cooperação são de grande aplicabilidade e visam buscar soluções em áreas de grande relevância na área da pesquisa biomédica, buscando atender a problemas hoje enfrentados pelas populações dos dois países. As atividades de cooperação com a Fundação Bill & Melinda Gates se concentram nas áreas de saúde materno-infantil e cuidados para a gestante, mãe e bebê. A cooperação entre Decit e a referida fundação busca o tratar aspectos da prematuridade, envolvendo a importância da nutrição e alimentação no desenvolvimento do bebê durante os primeiros mil dias de vida, da concepção ao segundo ano de vida.	
4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	Procedimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	82	Os recursos visam a disponibilização de medicamentos pró-coagulantes para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias. O valor solicitado justifica-se com base na recomendação do Acórdão 2.236/2007 do Tribunal de Contas da União, que indica a necessidade de implementação de estoque regulador para os medicamentos pró-coagulantes.	
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos	Medicamento adquirido	unidade	Serviços	1	Este recurso contempla as ações a serem realizadas mediante cooperação com a Marinha do Brasil, para manutenção de unidade de atenção à saúde das populações ribeirinhas da região amazônica, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde.	
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	Paciente atendido	unidade	Serviços	2.227	O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica tem o objetivo de disponibilizar medicamentos para o tratamento de doenças de perfil endêmico, com impacto socioeconômico e outras consideradas como de caráter estratégico no âmbito do SUS, quais sejam: Cólera, Controle do Tabagismo, Dengue, Doença de Chagas, Doença do Exerto Contra Hospedero, Esquistossomose, Febre Maculosa, Filariose, Geohelminthase, Hanseníase, Intoxicação po Clanelo, Leishmaniose, Lúpus, Malária, Meningite, Meloma Múltiplo, Prevenção da Infecção pelo Vírus Sincial Respiratório, Traçoma, Tuberculose, Tuberculose Multidroga-Resistência.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
6146 Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS	Pesquisa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	733.333	As linhas de pesquisas prioritizadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Decti/SCITE/MS) buscam alinhar as prioridades definidas na Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) aos estudos definidos no documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS). Esses temas prioritários refletem as necessidades de pesquisa do gestor federal e estão em consonância com os objetivos estratégicos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para o exercício de 2015 definiram-se ações para o fomento à pesquisa em saúde nos seguintes temas: Doenças Negligenciadas, Doenças Endócrinas e Metabólicas, Pesquisa Clínica, Doenças Cardiovasculares, Doenças Neurodegenerativas, Distúrbios Neuropsiquiátricos e Bioengenharia Têxtil. De acordo com o último relatório de Carga de Doença – Brasil, 2008 – os distúrbios neuropsiquiátricos são a principal causa de incapacitação da população, atingindo principalmente as mulheres. Considerando a prevalência atual destes distúrbios, o Decti/SCITE apoiará pesquisas para o desenvolvimento de novas terapias ou intervenções visando à melhoria da qualidade de vida desses doentes. Além disso, de acordo com a Organização Mundial da Saúde as doenças neurodegenerativas representam cerca de 11% da carga de doença mundial, ainda que sejam responsáveis apenas por 1% das mortes. A prevalência dessas doenças tende a aumentar exponencialmente com a idade. Considerando a prevalência, o Decti pretende investir no desenvolvimento de novas terapias ou intervenções visando à melhoria da qualidade de vida desses pacientes. Ademais, o Ministério da Saúde brasileiro definiu um conjunto de nove doenças negligenciadas consideradas problemas de saúde pública do país que demandam ações estratégicas para a eliminação, o controle ou a redução drástica da carga dessas doenças. Neste grupo estão incluídas as seguintes doenças: Dengue, Doença de Chagas, Esquistossomose, Hanseníase, Helminthíases, Leishmaniose, Malária, Tracoma e Tuberculose. Para a consecução plena desse objetivo, o Decti propõe apoiar, por meio de uma chamada pública, o desenvolvimento de pesquisas cujos resultados possam vir a contribuir de modo efetivo para o aprimoramento dos programas de vigilância, controle, erradicação e prevenção das doenças negligenciadas.	

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Também a Bioengenharia Tecidual, embora de modo ainda incipiente, já chegou à aplicação clínica. A combinação de matrizes naturais ou artificiais às células-tronco abre grandes perspectivas para a medicina regenerativa, com especial ênfase na área de transplante de órgãos, onde a escassez de doadores pode encontrar solução na bioengenharia. Diante de tal relevância, o Decit/SCITE apoiará uma chamada pública com o objetivo de promover a realização de estudos sobre novas tecnologias que poderão ser incorporadas ao sistema de saúde. A rápida ascensão das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) representa um grande desafio para o setor de saúde. Dentro a diversidade de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, destacam-se os distúrbios endócrino-metabólicos. Em 2013, o Decit/SCITE lançou a Chamada Pública em Doenças Endócrinas e Metabólicas com grande êxito no número de propostas recebidas para avaliação. Diante da importância do tema, bem como o número e a qualidade dos projetos submetidos à chamada citada, o Decit pretende continuar com o apoio aos projetos nessa temática. Ademais, de forma a contribuir para a diminuição da dependência tecnológica e para o aumento da competitividade das empresas públicas e privadas do Complexo Industrial e de Inovação em Saúde, o Decit tem estimulado pesquisas clínicas estratégicas para o SUS no âmbito da Rede Nacional de Pesquisa Clínica. Busca-se apoiá-las na capacidade de enfrentar a concorrência global, promovendo um processo de substituição de importação de produtos e insumos em saúde de maior densidade de conhecimento e que sejam prioritários às necessidades de saúde da população brasileira. Desta forma, o Decit visa promover, por meio de chamadas públicas e encomendas diretas de produtos estratégicos para o SUS, o desenvolvimento de estudos nas fases de ensaios clínicos de medicamentos, produtos, procedimentos, equipamentos e dispositivos para diagnósticos em seres humanos, de acordo com os requisitos éticos nacionais e internacionais, bem como as Boas Práticas Clínicas e as normas de Vigilância Sanitária. Outros projetos de grande importância científica quanto ao objetivo e respectiva execução permanecerão com investimentos, tais quais os projetos Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA) e Estudo Longitudinal de Saúde do Idoso (ELSI), que por suas características de estudos longitudinais necessitam de maior tempo de pesquisa.					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	Procedimento realizado	unidade	Serviços	526	A transferência de recursos financeiros à Associação das Pioneiras Sociais (APS) programados para desenvolvimento de ações e serviços de saúde, como: atendimentos, consultas, exames, tratamentos, internações, cirurgias, reabilitação e outros procedimentos complementares na área da medicina do aparelho locomotor, bem como para atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde.	
6175 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Mulher beneficiada	unidade	Serviços	1	Esses recursos financiarão a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. É uma ação voltada às atividades relacionadas à saúde da mulher como o fortalecimento da política dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSDR), a prevenção e controle do câncer de útero e mama, o fortalecimento ao parto, aborto e nascimento humanizados; as linhas de cuidados para segmentos vulneráveis da população feminina; entre outras.	
6178 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	370.370	A memória de cálculo será de R\$ 12.000.000 dividido por 66.000.000 de mulheres beneficiadas, resultando em um valor médio de R\$ 0,19 centavos.	
6182 Ouvidoria Nacional de Saúde	Ouvidoria ativa realizada	unidade	Serviços	63.200.000	Os recursos previstos serão alocados para implementação do modelo de atenção integral à Saúde da Pessoa Idosa; capacitação de profissionais de saúde; bem como a implantação de instrumentos de qualificação do cuidado à pessoa idosa nos estados. Manutenção e aperfeiçoamento do Disque Saúde 136. Realização de pesquisas no Programa Rede Cegonha. Disseminação de informações por vários meios, e outras ações de ouvidorias ativas, com foco na Carta SUS e Rede Cegonha; implantação e apoio às ouvidorias por meio da disponibilização do Sistema Ouvidor SUS. Capacitações aos componentes das ouvidorias estaduais e municipais; Publicações, eventos; e Continuidade do Termo de Cooperação com a OPAS/OMS. Para definir o custo médio, tomamos como referência a meta de realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, o apoio à implantação de 125 ouvidoria como sistema OuvidorSUS. Logo, dividindo o valor previsto na PLOA 2015 (R\$ 79.000.000,00) pelo número de ouvidoria implantadas com o sistema OuvidorSUS, obtemos um custo de R\$	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
NÚMERO 231 o 1º Termos Simplificado de Ajuste Orçamentário ao TC 12/2011."						
7684 Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	Aldeia beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	13.333.333	Total geral de obras: 450 sendo - Implantação Sistemas de Abastecimento de Obras 220 - Ampliação e Melhorias 150 - Melhorias e Esgotamento Sanitário 80	
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	Serviço estruturado	unidade	Serv. / Invest.	1.407.407	incluindo contratos de manutenção necessários ao funcionamento dos sistemas de abastecimento de água, melhorias sanitárias e esgotamento sanitário	
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	Serviço estruturado	unidade	Serv. / Invest.	1.407.407	Recursos voltados à reestruturação dos serviços de hematologia e hemoterapia com foco na implantação do Projeto Hemorrede Sustentável	
7833 Implantação de Unidades e Centros de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON e CACON	Centro implantado	unidade	Serv. / Invest.	11.500.000	Recursos voltados para implantar programa de incentivo de qualidade para as ações e os serviços da área de oncologia de forma a dar prosseguimento aos atendimentos para prevenção e tratamento do câncer.	
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e da Gestão Compartilhada do SUS	Contrato firmado	unidade	Serviços	1.400.000	Ações voltadas à celebração do Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP nas 437 regiões de saúde: i) Apoio ao funcionamento das Comissões Intergestores Regionais - CIR e ii) Planejamento Regionalizado; Apoio às instituições de representação dos estados e dos municípios - Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems; Apoio aos 26 Conselhos das Secretarias Municipais de Saúde - Cosems; Manutenção da rede de apoiadores descentralizados; Apoio ao fortalecimento das instâncias de governança regional do SUS; e implementação da II etapa do Projeto Estudo e Pesquisa Nacional para análise da implantação do COAP, em parceria com a Fiocruz. Publicações, eventos, e Continuidade do Termo de Cooperação com a OPAS/OMS. O custo unitário médio utilizado é calculado dividindo-se o valor previsto na PLOA 2015 (R\$ 70.000.000,00) pelos 88 COAP previstos para 2015, totalizando em R\$ 795.454,56 por região de COAP.	
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	Unidade estruturada	unidade	Serv. / Invest.	2.670.000	Os recursos estão previstos para financiar a estruturação e manutenção de pontos de atenção especializada à saúde, para apoiar a expansão dos serviços habilitados que realizam procedimentos de alta	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8573 Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	3.883.888	complexidade em doenças crônicas; além da habilitação de novos serviços para realização de exames de diagnóstico. Também está planejado realizar construção, reforma e ampliação de Centros Especializados em Reabilitação; estruturação de unidades de atenção especializada para oferecer serviços de prevenção ao câncer; bem como, aquisição de aceleradores lineares e equipamentos para Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento das Lesões Precursoras do Câncer de Colo do Útero; e construção de CAPS e de Unidade de Acolhimento.	
					A Ação Orçamentária prevê recursos para capacitação dos profissionais de saúde da Atenção Básica para terem conhecimento sobre a Estratégia e-SUS e o sistema de informação para a Atenção Básica (SISAB).	
					Realizar a verificação in loco do conjunto de padrões de qualidade dos processos de trabalho das equipes de atenção básica, equipes de saúde bucal, centro de especialidades odontológicas, núcleos de apoio ao saúde da família, atenção domiciliar e consultórios na rua , no âmbito do PMAQ, com objetivo de subsidiar o processo de certificação de qualidade e a tomada de decisão na definição de parâmetros de qualidade para melhoria, expansão das ações de atenção e prevenção em todo território nacional.	
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	Município beneficiado	unidade	Serviços	966.606	Previsão orçamentária dos recursos para transferência regular e continuada do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de saúde e do Distrito Federal visando ofertar manutenção de equipes e estruturas mínimas da atenção básica.	
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	Serviço estruturado	unidade	Investimentos	3.263.157	Os recursos previstos nessa ação financiarão a expansão e qualificação de pontos de atenção na atenção básica. Para atendimento de populações ribeirinhas, os recursos consignados servirão para aquisição de 19 (dezenove) embarcações que funcionarão como Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSFIs).	
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	Procedimento realizado	unidade	Serviços	18	Os recursos previstos financiarão o custeio de atividades para melhoria de gestão e pagamento de procedimentos de Média e Alta Complexidade de Atenção à Saúde. Trata-se de transferência direta de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais e Estaduais, conforme critérios definidos no art. 35 da Lei	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8636 Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	2.580	8.080/90 e pactuados com os demais gestores do SUS nas instâncias colegiadas - Comissões Intergestores Bipartite, Comissão Intergestores Tripartite e Conselho Nacional de Saúde. O PPA 2012-2015, no campo do desenvolvimento do componente tecnológico, evidenciou a necessidade de ampliar a inovação e a produção nacional no âmbito do Complexo da Saúde. Diante deste desafio, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Saúde (MS), em cooperação com a FINEP, o BNDES e o CNPq, lançaram o Programa Inova Saúde (para apoiar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P-D&I) em projetos de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam nos segmentos do Complexo da Saúde. Os projetos aprovados em edital e as encomendas tecnológicas contratadas (http://www.finep.gov.br/editsais/encerrados.asp) e no âmbito do Inova Saúde (http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_inovasaude) saíram a conta da dotação da Ação 8636 - INOVAÇÃO E PRODUÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A SAÚDE. Nessa perspectiva, com o propósito de viabilizar a implementação desta política pública, faz-se necessário o aporte efetivo por parte do MS nos projetos aprovados e contratados, promovendo o desenvolvimento e o domínio de tecnologias, estratégias para o Sistema Único de Saúde (SUS), que como consequência, promovam a ampliação do acesso da população a bens e serviços de saúde. O desenvolvimento do componente tecnológico é fundamental para ampliar a inovação e a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde, fortalecendo o Complexo da Saúde e reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde. Nessa perspectiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Saúde (MS), em cooperação com a FINEP, o BNDES e o CNPq, lançaram o Programa Inova Saúde para apoiar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P-D&I) em projetos de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam nos segmentos do Complexo da Saúde. O Programa está inserido no Plano Inova Empresa, com dotação prevista de R\$1,9 bilhão e duração até 2016. Com essa amplitude, o Inova Saúde tem por objetivo apoiar o desenvolvimento e o domínio de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
8708	Auditoria do Sistema Único de Saúde	unidade	Serv. / Invest.	14.000	Realização de 1000 ações de Controle Interno; fazer articulação intra e interinstitucional com as Comissões Intergestores Regionais; realizar eventos para fortalecimento da gestão e do Sistema Nacional de Auditoria - SNA; Fórum Nacional do SNA; encontros regionais do SNA; Colegiado Ampliado de Gestores do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - SUS - Denasus; Encontro de Trabalho com as Chefias dos Núcleos Estaduais do Denasus; Acolhimento aos servidores relatórios; Curso de capacitação para os novos auditores; Apoio às ações do SNA; apoio técnico para auditoria do Municípios das 437 Regiões de Saúde; apoio técnico para auditoria do Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP; publicações (normativos do SNA); continuidade do Termo de Cooperação com a OPAS/OMS; aquisição de material permanente para o nível central e as Unidades Desconcentradas. O custo unitário médio utilizado é calculado dividindo-se as 1.000 ações de controle interno previstas pelos R\$ 14.000.000,00 da PLOA 2015, totalizando em R\$ 14.000,00 por ação de auditoria realizada.		
8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	unidade	Serv. / Invest.	16.200.000	O valor total proposto da ação 8715 de R\$16.200.000, sendo R\$ 15.460.000,00 para serviço e R\$ 740.000,00 para investimento. O recurso utilizado para serviço justifica-se pelo contrato Contrato de serviços de pré-impressão, impressão de pequenas tiragens e acabamento gráfico, que atende todo o Ministério da Saúde. Contrato de manutenção preventiva e corretiva dos arquivos		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	Central de regulação implantada	unidade	2.930.233	deslizantes. Continuidade do Convênio firmado entre o MS e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/BIREME) para a manutenção e desenvolvimento da BIREME. continuidade da Cooperação Técnica firmada entre o Ministério da Saúde e a OPAS para os projetos de Gestão do Conhecimento Materiais de consumo para atendimento das demandas da Coordenação de Arquivo. Realização do IV Fórum de Informação em Saúde.	
8730	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	Unidade equipada	unidade	234.782	O recurso utilizado para investimento justifica-se pela reforma do Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS) e materiais permanentes para atender as demandas da Coordenação. Os recursos previstos financiarão a expansão na quantidade de centrais de regulação e atividades de capacitação. Além disso, pretende-se incrementar a atividade de controle e avaliação da atenção em saúde. Os recursos objetivam concretizar as diretrizes da política nacional de saúde bucal, por meio da transferência de recursos aos estados e municípios para implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), que envolve manutenção, compra de equipamentos, reforma e ampliação dos CEOS já implantados, como também, aquisição de equipamentos às Equipes de Saúde Bucal. Está previsto recursos mensais aos Estados e Municípios para realizarem a adesão dos CEOS à Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência.	
8735	Alimentação e Nutrição para a Saúde	Unidade da Federação apoiada	unidade	1.185.185	Serviços Os recursos previstos serão destinados para implementar a estratégia nacional de alimentação complementar saudável, que compreende na compra e distribuição de cápsulas de vitamina A para suplementação de crianças de 6 a 59 meses em municípios prioritários e de sachês de múltiplos micronutrientes em pó para suplementação da alimentação de crianças em creches participantes do Programa Saúde na Escola. Também, pretende-se transferir recursos às Secretarias Estaduais de Saúde para aquisição de fórmulas nutricionais especializadas para alergia à proteína do leite de vaca (APLV).	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8739 Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	370,370	Os recursos previstos serão aplicados no desenvolvimento de atividades para qualificação das instâncias de gestão do SUS, das redes de serviços do SUS e das tecnologias de intervenção nos territórios para implementação de dispositivos de humanização da gestão e da atenção.	
8753 Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS	Componente implantado	unidade	Serviços	6.000,000	A estimativa orçamentária relativa ao ano de 2015 utilizou-se como referência a média de despesas previstas no ano anterior no tocante a Termos de Cooperações já contratados e em negociação, a assessorias técnicas para o alinhamento estratégico, cursos de aprimoramento, bem como a aquisição de materiais e de equipamentos de informática, visto que o Demas pretende continuar ampliando melhorias da estrutura física do departamento. Em 2015, no intuito de contribuir para o incremento científico e tecnológico em saúde no país no campo de Monitoramento e Avaliação, o Demas estabelecerá um termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para operacionalizar o fomento à pesquisa em monitoramento e avaliação. Caso esta receta não seja aprovada, será comprometido o desempenho de alguns Termos de Cooperações em andamento ou em vias de negociação, bem como a qualidade das ações desenvolvidas no âmbito do departamento.	
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	Atendimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	754	O Departamento dará continuidade às ações de aperfeiçoamento e incorporação da informação e comunicação das bases de dados gerenciais do Ministério da Saúde.	
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	Atendimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	1.142	Os recursos desta ação financiarão o aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em cardiologia. O Instituto Nacional de Cardiologia (INC) oferece serviços diferenciados na investigação diagnóstica e no tratamento das doenças cardiovasculares.	
					Os recursos desta ação financiarão o aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia. O INCA desenvolve e coordena as ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. Essas ações compreendem a assistência médico-hospitalar, prestada direta e gratuitamente aos pacientes com câncer como parte dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, e a atuação em áreas estratégicas, como prevenção e detecção precoce, formação de profissionais especializados, desenvolvimento da pesquisa e geração de informação epidemiológica.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	Atendimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	987	Os recursos desta ação financiarão o aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em traumatologia e ortopedia. O INTO desenvolve e coordena as ações integradas em traumatologia e ortopedia. Essas ações compreendem a assistência médico-hospitalar, atendimentos, atendimentos cirúrgicos, distribuição de multitecos, qualificações e pesquisas relacionadas ao tema.	
8761 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	Serviço mantido	unidade	Serviços	306.748	O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e suas Centrais de Regulação tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido um agravio à sua saúde (de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras) que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, garantir atendimento e/ou transporte adequado para um serviço de saúde devidamente hierarquizado e integrado ao SUS. O SAMU e suas Centrais de Regulação são um dos componentes da Rede de Atenção às Urgências, conforme o disposto na Portaria 1.600 de 07 de julho de 2011. Os recursos previstos nesta ação orçamentária serão utilizados para custear unidades do SAMU.	
8762 Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravio	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	99.259	Esses recursos financiarão a implementação de ações e serviços às populações em localidades estratégicas e vulneráveis de agravio, por meio do fomento à cultura de direitos humanos, do conhecimento das necessidades específicas desta população e do apoio à implementação da Rede de Atenção à Saúde (RAS).	
8933 Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	Unidade estruturada	unidade	Serv. / Invest.	1.192.052	Os recursos previstos financiarão a implementação de dispositivos de qualificação, integração e continuidade do cuidado para linhas prioritárias no campo da atenção às urgências e emergências. Estão previstos recursos para a ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada hospitalares de urgência e emergência, ou seja, melhoria da infra-estrutura e da capacidade operacional do que atualmente é tido como um dos nós críticos do SUS.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
38101 Ministério do Trabalho e Emprego						
0A26	Concessão de Auxílio-Financeiro - ProJovem	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	600	Valor destinado ao Pagamento da Bolsa Auxílio prevista para o jovem participante do ProJovem Trabalhador.
20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	Empreendimento apoiado	unidade	Serv. / Invest.	11.528	Ampliar a Política Nacional de Assistência Técnica com a formação de Núcleos Estaduais de Assistência Técnica
20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	150	"Recursos financiarão despesas com diárias, passagens, material de consumo em geral, colaborador eventual e pesca jurídica, de forma a permitir melhor condição em segurança e saúde, visando promover e proteger a vida nos ambientes de trabalho, por meio de intervenções nos fatores de riscos determinantes dos agravos à saúde dos trabalhadores."
20YV	Democratização das Relações de Trabalho	Ator social alcançado	unidade	Serv. / Invest.	3	Valor destinado a capacitação e disseminação de conhecimentos na área de relações de trabalho e temas de interesse geral relativos à atualização da legislação sindical e trabalhista e de avanços na negociação coletiva.
20ZL	Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	355	"Recursos destinados ao estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária nas esferas federal, estadual e municipal incluindo a expansão e fortalecimento de políticas públicas locais e regionais de economia solidária"
2374	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	2.130.000	custear despesas com aquisição de equipamentos e material permanente para apoio a projetos.
2599	Formulação, Articulação e Execução da Política Laboral de Imigração e Emigração	Atendimento realizado	unidade	Serviços	428	Levar informações e apoio do MTE aos trabalhadores e trabalhadores brasileiros que retornem ao Brasil, por meio de Parceria com Prefeituras

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	3.000	e ONGs. Manutenção do núcleo em São Paulo e inauguração/manutenção de 02 núcleos novos	
2C45 Agenda Nacional de Trabalho Decente	Política formulada	unidade	Serviços	1.000.000	Elevação da escolaridade de jovens dentro de Programa Piloto do Empreendedorismo.	
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuais com Resíduos Sólidos	Pessoa apoiada	unidade	Serviços	5.136	custear despesas com atividades relativas a formulação da política Nacional do Trabalho Decente.	
8885 Centro de Referência do Trabalho no Brasil	Centro de referência mantido	unidade	Serviços	1.000.000	Recursos para fomentar a geração de trabalho e renda para parcela significativa da população no âmbito do plano Brasil sem miséria em compromissos de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis.	
38201 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho						
20YW Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho	Estudo/pequisa publicado(a)	unidade	Serv. / Invest.	11.627.907	Manutenção dos centros de referência do trabalho.	
38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador						
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	Atendimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	4	Recursos destinados a realização de pesquisas e estudos sobre fatores determinantes de acidentes e doenças relacionados ao trabalho	
20YX Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego	Cadastro mantido	unidade	Serviços	28.023.651	Valores serão transferidos a Estados e ao Distrito Federal; a Municípios e; a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, com a finalidade de modernização, ampliação e manutenção da rede de atendimento do programa do Seguro-Desemprego pelo SINE.	
					"Processamento de informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando identificar os beneficiários do Abono Salarial, subsidiar o pagamento do benefício do Seguro-Desemprego."	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Relatório emitido	unidade	Serviços	1.802.325	Desenvolvimento de Metodologia de Análise Comparativa do Mercado de Trabalho local e Qualificação Social para Apoio à Gestão das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Trabalhador qualificado	unidade	Serviços	460	Recursos alocados visando ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho, com ênfase em setores econômicos em desenvolvimento, ou em segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade social.	
20Z3 Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	Benefício processado	unidade	Serv. / Invest.	1	"Pagamento dos serviços operacionais necessários ao pagamento dos benefícios do Seguro-desemprego e do Abono Salarial, executados por pessoas jurídicas públicas e privadas: exceto agentes financeiros"	
2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	Carteira de trabalho emitida	unidade	Serv. / Invest.	4	Permitir a inserção do cidadão por intermédio da emissão de CTPS, utilizando sistema informatizado que permita o controle da distribuição e emissão de CTPS.	
2B12 Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	Instituição apoiada	unidade	Serviços	166.667	Desenvolver a capacidade gerencial e organizacional das instituições operadoras do microcrédito produtivo orientado visando a melhoria de sua eficiência, bem como a ampliação dos beneficiários do programa.	
20C43 Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Fórum apoiado	unidade	Serv. / Invest.	5.554.103	Não há produto definido para esta Ação	
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	Família ocupacional atualizada	unidade	Serviços	924.017	Valores serão usados para atender despesas com a modernização e atualização, por meio de estudos constantes, da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, visando sua adequação à realidade do mercado de trabalho, bem como, para atender a demanda específica de ações de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego, de qualificação profissional e de estatísticas do trabalho, dentre outras. Editar e distribuir o documento Classificação Brasileira de Ocupações.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4741 Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda	Sistema implantado	unidade	Serviços	106.789.494	Manutenção do sistema. Envolve pagamento pelos serviços de desenvolvimento, processamento e consolidação de dados do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	
4767 Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFT	Sistema mantido	unidade	Serviços	6.122.002	"Manutenção e desenvolvimento do SFT mediante módulos que vão desde a emissão de Ordem de Serviços - OS para dar início a uma ação fiscal, passando pela inserção de relatórios pelo corpo de Auditores Fiscais do Trabalho - AFT"	
4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest.	263.655	O valor será utilizado para apoio ao funcionamento e manutenção das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, com suas agências e grêmios responsáveis pelo atendimento da população que procura o MTE. O objetivo é manter os contratos de manutenção (limpeza, vigilância, água, energia etc), adquirir equipamentos de informática entre outros, reformar e/ou construir novos prédios.	
6405 Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional	Metodologia desenvolvida	unidade	Serviços	9.100	Valores serão destinados a projetos especiais de qualificação - implantação de metodologia e tecnologia social adequadas ao provimento de ações em qualificação profissional.	
8617 Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Crédito controlado	unidade	Serviços	160	Valores serão destinados a elaboração, execução e análise de rotinas e planos de controle, monitoramento e avaliação da aplicação dos recursos dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT nas ações de concessão de crédito, inclusive por meio de ações de supervisão in loco nas operações de crédito, e acompanhamento das ações via sistemas de informação.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
39000 Ministério dos Transportes						
39000 Ministério dos Transportes						
00BU Manutenção da Malha Ferroviária	Manutenção realizada	quilômetro	Investimentos	31.566	Na manutenção da malha ferroviária está contemplada a operação de licenciamento dos trens, construção de edificações e aquisição de sistemas de controle de tráfego, comunicação e ações compensatórias e mitigadoras de riscos ambientais, dentre outros da Ferrovia.	
00BV Construção da Ferrovia Oeste-Leste	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	6.500.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão, desapropriação e obras complementares.	
00BW Construção da Ferrovia Norte-Sul	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	6.500.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão, desapropriação e obras complementares.	
xx10 Adequação de Trecho Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	1.817.000	Limite inferior: R\$ 1.680.859,24 - Solução 3aFaixa c/revest.CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 1.952.548,91 - Solução 3aFaixa c/revestimento CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm	
xx11 Construção de Trecho Rodoviário	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	2.940.000	Limite inferior - R\$ 2.427.892,31 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior - R\$ 3.452.088,87 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.	
xx12 Construção de Acesso Rodoviário	Trecho construído	quilômetro	Investimentos	2.940.000	Limite inferior - R\$ 2.427.892,31 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior - R\$ 3.452.088,87 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.	
xx13 Adequação de Acesso Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	5.560.000	Limite inferior: R\$ 3.489.097,04 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapam: Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Alasamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 7.630.928,11 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Alasamentos CBUQ 10cm.	
xx14 Adequação de Acesso Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	1.817.000	Limite inferior: R\$ 1.680.859,24 - Solução 3aFaixa c/revest.CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 1.952.548,91 - Solução 3aFaixa	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
xx17 Adequação de Anel Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	5.560.000	c/revestimento CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm Limite inferior: R\$ 3.489.097,04 - Solução Pista Nova c/revest CBUQ 6 cm, recapam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 7.630.928,11 - Solução Pista Nova c/revest CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm. Limite inferior: R\$ 1.680.859,24 - Solução 3aFaixa c/revest CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 1.952.548,91 - Solução 3aFaixa c/revestimento CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm Limite inferior - R\$ 2.427.892,31 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior - R\$ 3.452.088,87 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.	
xx18 Adequação de Anel Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	1.817.000	Posto para operação de equipamentos de pesagem fixos: Custo médio obtido em função de avaliação do novo modelo de posto de pesagem sendo elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina.	
xx19 Construção de Anel Rodoviário	trecho construído	quilômetro	Investimentos	2.940.000	RESTAURAÇÃO Limite inferior: R\$ 361.057,71 - Solução c/ revestimento em CBUQ 3cm-Pista e TSD-Acostamento. Limite Superior: R\$ 1.125.946,53 - Solução c/ Fresagem 5cm+reposição CBUQ 5cm (100%)+ Recapeamento CBUQ 5 cm-Pista e Acostamento.	
xx20 Implantação de Postos de Pesagem	Posto implantado	unidade	Investimentos	4.090.000	RECONSTRUÇÃO Limite inferior: R\$ 1.183.628,18 - Solução c/ revestimento em CBUQ	
xxx1 Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	quilômetro	Investimentos	744.000	3cm-Pista e TSD-Acostamento. Limite Superior: R\$ 1.933.859,54 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e CBUQ 10cm-Acostamento.	
xxx2 Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	quilômetro	Investimentos	1.559.000	RESTAURAÇÃO C/MELHORAMENTOS Limite inferior: R\$ 1.101.767,94 e Limite Superior: R\$ 1.436.085,53.	
xxx3 Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	quilômetro	Investimentos	1.269.000	CREMA 1ª ETAPA - Contratos de recuperação e manutenção da rede rodoviária federal. Limite inferior: R\$ 198.357,40 a Limite Superior: R\$ 298.850,50.	
xxx4 Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	quilômetro	Investimentos	249.000		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes				R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
xxx5 Manutenção de Trecho Rodoviário	Trecho mantido	quilômetro	Investimentos	647.000	CREMA 2ª ETAPA - Contratos de recuperação e manutenção da rede rodoviária federal. Limite inferior: R\$ 596.713,20 a Limite Superior: R\$ 697.455,50.
xxx6 Construção de Contorno Ferrovário	Contorno construído	quilômetro	Investimentos	11.500.000	Valores atualizados pela CGPLANCOVIDE, baseados no índice da FGV, no valores atualizados do SICRO2 e, no caso de materiais betuminosos, nos valores divulgados pela ANP.
xxx7 Construção de Contorno Rodoviário	Contorno construído	quilômetro	Investimentos	2.940.000	Limite inferior: R\$ 2.427.892,31 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior: R\$ 3.452.088,87 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.
xxx8 Adequação de Travessia Urbana	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	5.560.000	Limite inferior: R\$ 3.489.097,04 - Solução Pista Nova c/revest CBUQ 6 cm, capeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Alasamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 7.630.928,11 - Solução Pista Nova c/revest CBUQ 16cm, capeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Alasamentos CBUQ 10cm.
xxx9 Adequação de Trecho Rodoviário	Trecho adequado	quilômetro	Investimentos	5.560.000	Limite inferior: R\$ 3.489.097,04 - Solução Pista Nova c/revest CBUQ 6 cm, capeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Alasamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 7.630.928,11 - Solução Pista Nova c/revest CBUQ 16cm, capeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Alasamentos CBUQ 10cm.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					
R\$ 1,00					
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
202R Política Produtiva e Inovação Tecnológica	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	2.166.667	Estimular a criação de tecnologias inovadoras visando à melhoria, eficiência e a competitividade do setor de telecomunicações, apoiando projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que aproveitam as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência nas comunicações, para ampliar o domínio nacional. Os projetos de inovação tecnológica são custosos e mobilizam consideráveis recursos humanos especializados e equipamentos de última geração.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
42000 Ministério da Cultura						
42101 Ministério da Cultura						
13E1 Implantação do Canal de Cultura	Canal implantado	percentual de execução física	Serviços	212.000	Estudos e Contratações e Consultorias para operação de Infraestrutura e de promoção da produção independente e programação Regional do Canal de Cultura.	
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serviços	250.330	O valor unitário refere-se ao custo médio unitário para instalação de uma unidade do CEU das Artes 220-380V (a maioria dos previstos). O custo do CEU das Artes inclui: Obra, aquisição de equipamentos e mobiliário, Uso e Programação, e Mobilização social. O custo estimado esta baseado na SINAP de junho/2013, e a contrapartida financeira será segundo a LDO vigente. As propostas envolvem obras de construção, reforma ou adaptação de espaços culturais; aquisição de equipamentos e mobiliário; e mobilização social. O custo é variável e apresentado com justificativa pelo proponente. A contrapartida financeira é apresentada conforme determina a LDO ou o FNC.	
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	62.102	Cabe ao Programa da Capacitação de em Gestão de Projetos e Empreendimentos Criativos, a descrição do inciso II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados. O Programa que tem como objetivo capacitar artistas, técnicos e produtores e agentes culturais, em gestão de projetos e empreendimentos criativos, por meio de ensino à distância e presencial, abordando planejamento estratégico e ferramentas de gestão e outros conteúdos relacionados à produção cultural e suas formas de organização. Serão selecionados cerca de 200 participantes para o módulo de formação de facilitadores. Além disso, estarão previstas publicação de conteúdos em mídias e um seminário no 2º semestre de 2015.	Valor correspondente ao 2º edital de fomento a incubadoras de empreendimentos da economia criativa e ao 2º edital de apoio à formação de profissionais e empreendedores criativos, dirigidos às

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
202G Formulação e Gestão da Política Cultural	Política implementada	unidade	Serviços	3.246.474	Realização de estudos, pesquisas, projetos e atividades que contribuem para formulação, conceituação, implementação, gestão e melhoria de políticas culturais. Acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão da Política e do Plano Nacional de Cultura e dos Planos Setoriais, além do apoio aos Planos Estaduais e Municipais de Cultura. - Formação de Gestores e Conselheiros Culturais - Oficinas de apoio a construção de Sistemas de Cultura; - Apoio a elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Cultura; - Implantação da Comissão Inter gestores Tripartite do Sistema Nacional de Cultura; - Apoio a Formulação de Políticas, não tem custo médio, os valores previstos são para os gastos com participação em reuniões, fóruns, conferências, audiências públicas, cursos e outros, conforme demanda para viabilizar o Sistema Nacional de Cultura. É previsto a implantação de Grupo de Trabalho – Transversalidade da Cultura.	
202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Bem preservado	unidade	Serviços	100.000	Realização de projetos e atividades que contribuem direta ou indiretamente para a preservação de bens e acervos culturais, incluindo o desenvolvimento de estudos, pesquisas, normas, monitoramento, fiscalização e acompanhamento, além de eventos que contribuem para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.	
202M Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	340.872	Fomento e produção de estudos e pesquisas nas áreas de letras, filologia, direito, história, ciências sociais; documentação - arquivologia, biblioteconomia e museologia - e ciência da informação; e nas áreas de ciência da conservação e de preservação de coleções, edifícios e sítios históricos; e concessão de bolsas na área do conhecimento científico e cultural. Fomentar e produzir estudos e pesquisas na área do conhecimento científico, literário e cultural, bem como contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à produção e criação literária, científica e artística e da memória bibliográfica documental.	
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	19	Preços obtidos por licitação para contratação de serviços. Garantir as atividades e acessibilidade ao público.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	300.000	Promoção do funcionamento de equipamentos e espaços culturais, permanentes ou provisórios, provendo de meios que garantam a sua atualização, modernização, segurança, dentre outros, em padrões técnicos e operacionais satisfatórios, oferecendo ao produtor cultural e aos artistas uma alternativa para o desenvolvimento de suas atividades, de modo a garantir a atratividade e acessibilidade de público, e criar condições para sua sustentabilidade.	
					Execução de atividades por meio de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais - OS nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que celebrarem contratos de gestão com órgãos e entidades do Governo Federal, relativas a:	
					I) Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, e aos estudos prospectivos;	
					II) Manutenção e custeio da infraestrutura física, laboratorial e pessoal;	
					III) Desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a pesquisa, fomento, fiscalização e constituição de acervo nas áreas de cultura, saúde e educação;	
					IV) Prestação de serviços nas áreas específicas de atuação das OS, dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.	
					As atividades mencionadas serão realizadas nos seguintes temas: educação, florestas, desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação – TICs, redes, oceanografia, hidrografia, matemática pura e aplicada, disseminação do conhecimento, energia, materiais, nanotecnologia, biotecnologia, biotecnologia, biotecnologia, bioetanol, engenharias, transferência de tecnologias, produtos e processos industriais; e temas correlatos.	
213W Preservação, Digitalização e Difusão de Acervos Audiovisuais na Cinemateca Brasileira	Bem preservado	unidade	Serviços	15.085	Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer. Programação e funcionamento dos espaços e ambientes artístico-culturais da União. Atividade de funcionamento da Cinemateca Brasileira tais como: manutenção dos equipamentos de ar	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
42201 Fundação Casa de Rui Barbosa						
20ZH Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Bem preservado	unidade	Serviços	3.356	condicionado, manutenção elétrica, bombeiros, limpeza e conservação, copiagem, serviços de reprografia, controle de pragas, manutenção de elevadores, vigilância desarmada, recepção e auxílio de manutenção predial, fornecimento de água e energia, telefonia e aquisição de materiais e outras manutenções e aquisições.	
					A Fundação Casa de Rui Barbosa reúne preciosos acervos arquivísticos e bibliográficos que exigem medidas constantes de conservação, bem como iniciativas de catalogação, indexação e digitalização, para que possam estar disponíveis para consulta.	
20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	24.897	"Esta programação é a mais importante inicial na formação de recursos humanos na área da pesquisa, tarefa necessária à reprodução de quadros no trabalho acadêmico tanto no campo humanístico como no tecnológico. . Também é o melhor procedimento para agregar pesquisadores aqueles projetos que demandam maior trabalho de levantamento de dados ou ao estudo de objetos originais. Publicação de livros e revistas científicas resultantes das pesquisas realizadas na FCRB e em instituições parceiras. Premiação de pesquisa realizada a partir de acervos da FCRB."	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação		Produto	Un. Medida	Serv. / Invest.	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
42202 Fundação Biblioteca Nacional - BN							R\$ 1,00
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	47.610	O custo médio foi calculado sobre a série histórica dos últimos exercícios, além de beneficiar projetos de caráter inovador na área do livro e leitura, cujos custos só poderão ser validados a partir da sua execução.	
20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Bem preservado	unidade	Serv. / Invest.	1	Os custos unitários médios para serviços e investimentos foram calculados segundo série histórica de despesas nessas ações que são atividades finalísticas de execução continuada.	
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serv. / Invest.	1	O custo médio foi calculado sobre a série histórica dos últimos exercícios.	
42203 Fundação Cultural Palmares							

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serviços	48.807	" No P.O. 0001 estão previstas contratações de serviços voltados à modernização do arquivo e biblioteca da FCP, tais como: manutenção de sistemas informatizados de gerenciamento, arquivístico de documentos e sistema de biblioteca e elaboração do plano museológico e expográfico para o Museu Nacional Afro-brasileiro de Cultura e Memória."	
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	17.492	" O custo médio do P.O. 0001 corresponde à prestação de assistência jurídica a 18 comunidades remanescentes de quilombos e a realização de oficina para capacitação de 30 Defensores Públicos, em parceria com a DPU, que possibilitará a ampliação do nº de Comunidades Remanescentes de Quilombos atendidas em casos de conflitos e processos relevantes ligados à proteção dos territórios certificados e titulados como Quilombos."	
					" No P.O. 000K estão previstas 03 iniciativas, que desdobradas em planos internos possibilitarão a realização de ações que visam valorização cultural, a certificação de comunidades quilombolas, e principalmente a preservação e proteção das expressões, celebrações, lugares e manifestações da Cultura Negra."	
					O custo médio do P.O. 000J é composto de 04 iniciativas, que desdobradas em planos internos possibilitarão o apoio a 18 projetos que visam o fomento e o apoio a projetos que promovem e valorizam a cultura Negra. Os projetos são executados principalmente por edital, política adotada desde 2009.	
20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	89.193	" No P.O. 0001 estão previstas 02 iniciativas que desdobradas em planos internos possibilitarão o apoio/realização de 11 projetos que visem a realização de pesquisas, estudos e mapeamento sobre cultura e patrimônio afrobrasileiro e também na produção de publicações	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	328.938	Valor do Plano Interno: R\$6.578.754,90- Quantidade: 20. Seleção de projetos para promoção do funcionamento de equipamentos culturais, permanentes ou provisórios, provenientes de meio que garantam sua atualização, modernização, segurança, dentro de requisitos e padrões técnicos e operacionais, visando oferecer condições de produção cultural a artistas e a uma alternativa para o desenvolvimento de suas atividades, de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade de público, e criar condições para sua sustentabilidade.	
5538 Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	Projeto realizado	unidade	Investimentos	1.700.000	Valor da Ação: R\$170.000.000,00- Quantidade: 100. Execução das obras selecionadas no programa pela Portaria a) PHAN nº 383 de 20 de agosto de 2013, através de execução de projeto de PHAN, o por parte de outros entes federados, visando a preservação do patrimônio cultural brasileiro, no que tange especificamente às 44 cidades participantes.	
42205 Fundação Nacional de Artes						
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	130.891	O custo médio adotado na elaboração da ação teve como parâmetro a série histórica das atividades desenvolvidas por meio de seleção pública de projetos e dos eventos realizados e / ou apoiados pela Funarte, pelo valor programado na ação. Funcional - 20ZF-0001.0786.035B.0001 O custo médio adotado na elaboração da ação teve como parâmetro a realização do projeto "Blenal de Música Brasileira Contemporânea". Funcional - 20ZF-0001.0786.035B.0002 O custo médio adotado na elaboração da ação teve como parâmetro a realização de oficinas para capacitação de artistas nas áreas do Teatro, Dança, Circo, Música, Artes Visuais e Artes Integradas, pelo valor programado na ação. Funcional -	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	unidade	Serviços	25	2027.202F.0001.0786.035B.0003	O custo médio utilizado teve por base de cálculo a relação entre despesas com a contratação de serviços especializados para o tratamento do acervo e o número de bens preservados.
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	unidade	Serv. / Invest.	115		O custo médio adotado teve como referência valores utilizados nos contratos e serviços de vigilância, limpeza, manutenção predial, brigada de incêndio, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, manutenção dos equipamentos, modernização, reequipamento, programação cultural e outras despesas dos espaços da Funarte nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal garantindo um dos compromissos fundamentais que norteiam os equipamentos culturais: a gratuidade das condições técnicas minimamente necessárias para o acontecimento artístico em troca de um ingresso mais acessível à população, o que se traduz, a médio prazo, em formação de plateias.
42206 Agência Nacional do Cinema						
202I	Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1/2001)	unidade	Serviços	66.857	"Somatório das metas físicas dos projetos que compõem a ação: a. Apoio financeiro à participação em festivais internacionais: 10 b. Legendas para participação em festivais (descentralização CTAV): 10 c. Prêmio Adicional de Renda: 70 d. Fomento à co-produção, distribuição e comercialização de obras cinematográficas e audiovisuais no exterior (Acordos Bilaterais): 14"	
202J	Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual	unidade	Serviços	18		Soma das metas físicas dos planos orçamentários componentes da ação (Fiscalização e Regulamentação)
212H	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	unidade	Serviços	5.650.000		Manutenção do monitoramento de canais realizado 24 horas por dia. O contato com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP para a criação de um Serviço de Monitoramento da Programação de Acesso Condicionado, substancial para que se exerça a regulamentação e a fiscalização do setor especialmente no que diz respeito ao cumprimento

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
15CQ Implantação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente	Espaço cultural implantado	unidade	Serv. / Invest.	8.000.000	Implantação e criação do Museu Nacional da Memória Afrodescendente com objetivo de difundir e comunicar a diversidade sociocultural que envolve o tema das culturas africanas e afro-brasileiras e do negro na formação sociocultural brasileira.	
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	25.164	Serão desenvolvidas ações de fomento à cultura por meio do tratamento dos espaços e processos de exposição (permanentes e temporárias, de longa, curta ou média duração). Busca-se democratizar e ampliar o acesso do público aos museus, por meio de eventos que reafirmem identidades; valorizem a memória e os saberes; promovam a integração das comunidades locais; e sensibilizem sobre a importância de conhecer e preservar a memória nacional. Serão desenvolvidas ações de divulgação e popularização de projetos e atividades da instituição, além de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional. O projeto promove a visibilidade dos museus, bem como a democratização e ampliação do acesso ao patrimônio museológico. Semana Nacional de Museus, como parte de campanha nacional periódica realizada no mês de maio em comemoração ao Dia Internacional de Museus, são realizadas exposições, atividades educativas e culturais, palestras, oficinas e outros eventos programados em torno de um mesmo tema, proposto pelo Ibram. Conforme Decreto Presidencial, de 31 de maio de 2004, o Ibram propõe tema atual a fim de promover eventos que integrem os museus brasileiros e intensifiquem a sua relação com a sociedade. Primavera dos Museus, realização de campanha nacional periódica, no mês de setembro, são realizadas exposições, atividades educativas e culturais, palestras, oficinas e outros eventos programados em torno de um mesmo tema,	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20ZG Formulação e Gestão da Política Cultural	Política implementada	unidade	Serviços	36.667	Ações de fiscalização sobre as atividades do Ibram, inclusive em decorrência do Estatuto de Museus. Fiscalizar a movimentação de bens culturais musealizados; inventariar e monitorar ocorrências de roubo e de desaparecimento de obras museológicas; fiscalizar a manutenção da integridade dos acervos culturais de interesse museológico relevantes à Nação. O fomento ao sistema de fiscalização e monitoramento é uma estratégia relevante na promoção ao direito à memória e na defesa do patrimônio museológico brasileiros.	proposto pelo Ibram. O projeto busca promover a diversidade cultural, intensificar a relação dos Museus Ibram com a sociedade e incentivar o interesse do público em conhecê-los.
20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	350.000	Serão desenvolvidas ações de processamento e disseminação de informações, por meio de pesquisas institucionais e projetos voltados para estudos diversos (de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional, acervos, dentre outros) e ações de capacitação dos profissionais do campo museal, servidores públicos ou não, por meio de cursos, oficinas, pesquisas, estudos e intercâmbios. Busca a geração e a circulação de conhecimentos e informações do campo museal, estimulando a excelência em serviços e viabilizando ainda a modernização da gestão dos museus.	
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	46	Serão desenvolvidas ações de apoio ao funcionamento das unidades museológicas Ibram, que possibilitem o pleno acesso aos serviços culturais (despesas de manutenção administrativa, de conservação e de adequação dos espaços museológicos, entre outras). Visa à continuidade das atividades do museu e a preservação de seus acervos em padrões técnicos e operacionais satisfatórios, de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade do público de forma sustentável.	
42902 Fundo Nacional de Cultura						
8106 Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual	Projeto apoiado	unidade	Serviços	808.500	Concessão de recursos não-reembolsáveis para projetos e atividades audiovisuais específicos de acordo com as diretrizes aprovadas pelo	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	
Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, com vistas a proporcionar condições de viabilidade a projetos e atividades audiovisuais específicos para o desenvolvimento do setor audiovisual.					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
44000 Ministério do Meio Ambiente						
44101 Ministério do Meio Ambiente						
101V Implantação de Corredores Ecológicos	Integração realizada	unidade	Serviços	25.000	O valor estimado garantirá a realização de 4 reuniões de articulação e apoio à implementação e integração de projetos especiais para integração da consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), além de permitir o repasse de recursos para articulação de ações nos Estados e Municípios para a integração de ações para a consolidação do SNUC.	
10TT Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	Plano implantado	percentual de execução física	Serviços	12.667	Subsidiar a defesa da União nos autos da execução provisória nº 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública), em que a União é ré solidária com as empresas de mineração de carvão da região sul catarinense. O custo médio da ação refere-se ao projeto apresentado ao Tribunal de Justiça. No custo estão envolvidas despesas com perfuração de poços, aquisição de material de uso em laboratório, despesas com viagens técnicas e realização de reuniões técnicas.	
20LU Conservação de Espécies Aquáticas	Ação desenvolvida	unidade	Serviços	30.000	A estimativa visa à promoção da conservação e uso sustentável de espécies aquáticas, com ênfase naquelas ameaçadas, raras ou sensíveis a determinados impactos, por meio da elaboração de estudo para revisão da INI 10/2011 nos regimes sudeste e sul e produção de materiais de divulgação sobre conservação de espécies.	
20LX Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	Projeto apoiado	unidade	Serviços	15.000	A estimativa subsidiará a organização de reuniões de articulação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com o Governo Federal, Estados e Municípios, e colegiados do Departamento de Áreas Protegidas (DAP); a impressão de material para divulgação do SNUC (compêndio da Lei, manuais para municípios, roteiros); e apoio à atividades de Criação de Unidades de Conservação (UCs).	
20LY Eficiência Energética nos Principais Setores Produtivos Usúrios de Lenha e Carvão Vegetal	Unidade adequada	unidade	Serviços	100.000	Custo estimado para articulação junto às unidades produtivas, visando adoção de medidas de eficiência energética. No valor em tela foram considerados gastos com logística, produção de material gráfico e sensibilização de atores locais para garantir o atingimento de 1 (uma) Unidade Adequada.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20M4 Promoção de Modelos Produtivos Rurais Sustentáveis	Projeto apoiado	unidade	Serviços	266.667	O custo médio para cada Projeto apoiado foi estimado com base em convênios e outras parcerias já firmadas com Organizações da Sociedade Civil no âmbito do MMA. Ou seja, para a viabilização de instrumentos de modelos produtivos ambientalmente que consigam obter ganhos econômicos, sem a necessidade de promover novos desmatamentos, foram considerados gastos com manuais de boas práticas, eventos de capacitação e sensibilização, além de publicações e outros gastos logísticos para as mobilizações em tela, com base em projetos exitosos apresentados pela sociedade civil.	
20M8 Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)	Plano de ação executado	unidade	Serviços	630.000	Os custos unitários médios do Plano Orçamentário (PO) 000C - Implementação da política nacional de compras e contratações públicas sustentáveis, referente ao Programa 2050 – Mudanças Climáticas, Objetivo 0698, Ação 20M8, se refere a contratação de uma consultoria que elaborará estudo alinhado aos critérios de sustentabilidade de 3 famílias de bens, comumente adquiridos pela Administração Pública Federal, para que os gestores públicos possam utilizá-los em seus editais e, dessa forma, passem a realizar compras de bens mais sustentáveis e/ou menos impactantes ao meio ambiente. A dotação referente a este estudo tem como base outras contratações realizadas ao longo dos últimos dois anos.	
20TS Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira	Ação implementada	unidade	Serviços	28.634	A estimativa subsidiará ações fundamentais para a conservação e uso sustentável da Biodiversidade Brasileira, voltadas para a implementação da Convenção da Diversidade Biológica e estruturação da gestão da biodiversidade, para políticas e ações em nível de biomas e assuntos estratégicos para a biodiversidade, como a economia dos ecossistemas. Além disso, permitirá a continuidade de políticas de promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Acesso e Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado com a Atualização do Marco Legal de Acesso e Repartição de Benefícios.	
20VN Conservação de Ecossistemas Aquáticos	Ação desenvolvida	unidade	Serviços	9.714	Visa ao desenvolvimento de ações para a conservação e o uso sustentável de ecossistemas costeiros e marinhos, garantindo a manutenção das espécies e de seus processos ecológicos, por meio da realização de reuniões do Comitê Nacional de Zonas Unidas (CNZU);	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20VO Conservação, Promoção de Uso, Manejo e Biossegurança de Espécies da Fauna e Flora	Ação implementada	unidade	Serviços	53.000	da elaboração do Programa de Recifes de Coral; da publicação das Revistas de Ramsar e Conduta Consciente; e de reuniões do Comitê Executivo do Plano Nacional de Contingenciamento. Serão desenvolvidas atividades no sentido de: desenvolver novas articulações com órgãos do Governo Federal que possuem programas e atividades relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional e divulgação de resultados do Projeto "Biodiversidade para Alimentação e Nutrição"; apoiar reuniões relacionadas à Conservação, Uso Sustentável e Caracterização de Variedades Crioulas e Parentes Silvestres, com vistas a criação de Reserva Genética; divulgar os resultados do levantamento das espécies da flora brasileira de importância econômica atual ou potencial, com ênfase para a Região Centro-Oeste e Norte; divulgar as informações relativas ao I Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, especialmente as que afetam o ambiente terrestre e a saúde humana; e, participar de reuniões para o desenvolvimento de ações e estratégias relacionadas ao uso de OGMs e seus impactos à biodiversidade.	
20VP Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE	Família atendida	unidade	Serviços	1.325	Valor estimado para pagamento de 4 (quatro) benefícios anuais, de R\$ 300,00 cada, a 73.000 famílias que estarão inseridas no Programa Bolsa Verde até o final de 2014; mais o pagamento de 2 (dois) benefícios anuais, de R\$ 300,00 cada, a outras 7.000 famílias que serão inseridas no Programa ao longo de 2015. Desse modo, ter-se-á a meta de 80.000 famílias atendidas até o final de 2015. Além disso, tem-se os custos administrativos inseridos, tais como: pagamento dos serviços do Agente Operador (Caixa); monitoramento da cobertura vegetal, cadastramento de novas famílias, além de atividades voltadas à capacitação e assistência técnica dos beneficiários. Desse modo, chega-se ao custo médio anual de R\$ 1.325,00 para atender 80.000 famílias no Programa Bolsa Verde ao longo de 2015.	
20VQ Gestão Socioambiental em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares	Família beneficiada	unidade	Serviços	6.000	O custo médio de R\$ 6.000,00 foi estimado para apoiar 100 famílias na implementação de atividades/projetos que envolvam a sensibilização/capacitação de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares na gestão socioambiental, conservação da agrobiodiversidade e em boas práticas para o uso sustentável com os produtos da sociobiodiversidade. Além disso, foi considerado ainda a	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20VR Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	Sub-bacia com intervenção realizada	unidade	Serv. / Invest.	207.407	implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPECT. Desse modo, no custo em tela estão inseridos também gastos com estudos, encontros, capacitações, boas práticas, logística e demais atividades de sensibilização que, ao final de 2015, terão impacto direto nas 100 famílias beneficiadas pela Ação. Recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais de bacias hidrográficas, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas à recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo ações de reflorestamento; a recuperação de áreas de proteção permanente; a recomposição da cobertura vegetal; a redução dos processos erosivos; a mitigação de impactos ambientais; a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros; a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos hídricos. Aliam-se a estas ações a difusão de práticas de recuperação e preservação ambiental, a promoção da educação ambiental, da mobilização e capacitação socioambiental, da articulação inter-institucional e sociocultural, como também apoio e disseminação de técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades eco-turísticas e socioambientais, entre outras.	
20VS Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	Política formulada	unidade	Serviços	2.897.210	Os recursos serão aplicados, prioritariamente: no funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; na implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e no apoio aos Estados no planejamento dos planos. Financiará, também, a contratação de estudos relacionados ao aumento do conhecimento técnico sobre os recursos hídricos nacionais e processos de gestão.	
20VT Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	Zoneamento concluído	percentual	Serviços	9.494	Custo médio estimado para a unidade percentual do zoneamento concluído. Para chegar a esse valor, foram considerados todos os custos com estudos, revisão da metodologia de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), considerando as especificidades das porções continental, costeira e marinha do território nacional, bem como a necessidade de aproximação com outros	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20VU Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	Política estabelecida	unidade	Serviços	200.000	instrumentos de gestão ambiental e territorial e de fortalecimento de sua implementação. Além desses, foram considerados também, no cálculo do custo médio, os gastos inerentes à sistematização, estruturação e documentação das bases de dados e informações das iniciativas de ZEE continental, ZEE costeiro e planejamento espacial marinho, além do desenvolvimento do Atlas Interativo do MacroZEE do Cerrado.	
20VV Prevenção, Preparo e Resposta a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo e por Substâncias e Produtos Químicos Perigosos	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	354.667	Desenvolvimento de estratégias e apoio a outros órgãos na gestão e implementação da política nacional de Controle de Queimadas e Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. No custo estão envolvidas despesas com material de divulgação, realização de seminários e reuniões técnicas. Os recursos previstos visam apoiar o cumprimento do Termo de Cooperação estabelecido com o CNPQ para o mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das bacias sedimentares marítimas e apoiar projetos estaduais para o mapeamento de áreas de risco e a estruturação dos sistemas estaduais de prevenção, controle e atendimento a emergências ambientais. No custo do projeto envolve despesas com: diárias e passagens para vistorias de acompanhamento, reuniões técnicas, impressão e distribuição de material gráfico, aquisição de material de prevenção e combate às emergências ambientais.	
20VX Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental	Projeto apoiado	unidade	Serviços	364.000	A ação visa fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos referentes a estudos e inventários que visem a melhoria da qualidade ambiental, em especial aqueles que permitam a gestão sustentável de contaminantes e a construção de capacidade técnica para a gestão de químicos. Estão envolvidas despesas com diárias e passagens, contratação de empresas especializadas em eventos, impressão e divulgação de material gráfico e contratação de serviço de consultoria.	
20VY Apoio à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental	Plataforma educacional formulada	unidade	Serviços	1.075.000	Atuamos com ações de formação presenciais como oficinas, cursos e seminários; formação à distância (EaD), onde os cursos são disponibilizados na plataforma de EaD do MMA; e formações semipresenciais onde o material é disponibilizado na plataforma EaD mas com momentos presenciais. Os custos envolvidos nesses processos formativos variam com a	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					estratégia adotada, contudo alguns custos são comuns a todos os cursos como a elaboração de material didático, outros são específicos como a transcrição para a linguagem de EaD, tutoria, locação de espaço e infraestrutura e publicação, distribuição de materiais impressos, diárias e passagens.	
					Para 2015, prevemos a formação de 3000 educadores ambientais a um custo médio unitário de R\$ 302,00, contudo, como já foi mencionado, os valores variam conforme a estratégia adotada.	
					Valores de referência para os processos formativos:	
					1. Realização de curso semipresencial de educação ambiental - Aluguel de espaço; passagens e diárias para os momentos presenciais; produção e impressão de materiais; tradução do conteúdo para linguagem EaD; e tutoria e supervisão (quando houver). Valor unitário por aluno - R\$ 270,00;	
					2. Realização de curso à distância - Produção de conteúdo; tradução do conteúdo para linguagem EaD; e tutoria e supervisão (quando houver). Valor unitário por aluno - R\$ 60,00;	
					3. Aluguel de espaço e infraestrutura, instrutores; passagens e diárias, e produção e impressão de materiais - Aluguel de espaço e infraestrutura; instrutores; passagens e diárias; e produção e impressão de materiais - valor unitário por aluno - R\$ 576,00;	
					VALOR MÉDIO R\$ 302,00.	
20W0 Políticas para a Gestão Ambiental e Territorial da Zona Costeira	Instrumento elaborado	unidade	Serviços	750.000	A execução da Ação se pauta em uma série de atividades para construção de estratégia para monitoramento e redução do lixo marinho no Brasil, a partir de levantamentos sobre o assunto. A ação responde a uma das deliberações da IV CNMA, realizada em 2013 e será realizada por meio de contratação de instrumento, via o Projeto de Cooperação Técnica com a Unesco, tendo como objeto o fortalecimento de instrumentos de planejamento e gestão integrada do território nacional.	
20W1 Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima	Política implementada	unidade	Serviços	1.000.000	Essa ação visa o acompanhamento e implementação dos planos de mitigação e adaptação em desenvolvimento. Além disso, deve apoiar a elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Mudança do Clima, bem como promover a disseminação de informações, educação e capacitação sobre a temática. O custo é composto por despesas com diárias e passagens, contratação de serviço de consultoria, impressão de material de divulgação.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20W2 Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação dos Efeitos da Seca e Convivência com a Semiáridéz	Plano implementado	unidade	Serviços	60.000	Plano Estadual de Combate à Desertificação, que envolve consultorias e outras atividades desenvolvidas no âmbito dos Projetos de Cooperação para o Combate ao Desmatamento e convivência com o semiárido e também da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). Além desses, foram inseridos também, no custo médio de cada Plano realizado, eventuais gastos com ações de mobilização e sensibilização de atores locais para a implementação do mesmo.	
20W3 Apoio à Gestão Ambiental em Áreas Urbanas	Apoio realizado	unidade	Serviços	4.000	Para o período de 2015, pretende-se ampliar a parceria com estado e municípios na implementação de instrumentos inovadores de gestão ambiental urbana. Nesse contexto, as principais ações estão voltadas para apoiar a elaboração de uma estratégia federal de atuação na gestão ambiental nos espaços urbanos, bem como, na elaboração das Cartas de Vulnerabilidades Ambientais das principais regiões metropolitanas do país. Essas iniciativas constam no planejamento estratégico do MMA como iniciativas prioritárias da SRHU.	
20W4 Gestão Ambiental em Terras Indígenas	Projeto apoiado	unidade	Serviços	100.000	Custo médio para apoiar a implementação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas, por intermédio de instrumentos firmados no âmbito de Projetos de Cooperação Técnica Internacional.	
					O custo unitário foi estimado com base em PGTIs já firmados no âmbito do MMA e da FUNAI.	
20W5 Apoio a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos Industriais e Perigosos	Projeto apoiado	unidade	Serviços	500.000	Elaboração de manuais de gerenciamento de risco dos diversos resíduos gerados, armazenados ou provenientes das atividades industriais ou de transporte em conformidade com as normas técnicas vigentes. Os manuais serão baseados principalmente nos preceitos de produção com tecnologias limpas, as quais propiciam a economia de água, energia e matéria prima e garantem a competitividade de empresas no mercado, geram lucro, possibilitam a redução de custos de produção, promovem a imagem da indústria nacional e a colocação de seus produtos em mercados internacionais que exigem o cumprimento de exigências relacionadas ao controle de resíduos.	
20W6 Gestão da Política Nacional de Resíduos Sólidos	Política implementada	unidade	Serviços	4.772.628	Implementação dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Apoio à elaboração de Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, Microrregionais, de Regiões Metropolitanas e de Aglomerações	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20W8 Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	Agenda implementada	unidade	Serviços	25 600	Urbanas: Planos Municipais e Inter Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, implementação do Sistema Nacional de Informação e Gestão de Resíduos Sólidos – SINIR, com base na Lei nº 12.305/2010. Apoio a formação de consórcios. Implementação da logística Reversa. O custo unitário da ação foi levado em consideração: a elaboração de publicações técnicas; a organização de cursos de capacitação presencial e a distância; a elaboração de material informativo como folhetos, cartazes e adesivos; disponibilização de material de capacitação para alunos; criação de sistema de monitoramento e avaliação; avaliação da implementação das agendas in loco; apoio técnico para implementação das agendas; organização dos Fóruns e Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade; contratação de estudos sobre sustentabilidade; cooperação com universidades para o desenvolvimento de programas de sustentabilidade; organização de Banco de Melhores Práticas de Sustentabilidade	
6087 Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agrícolas Familiares	Projeto desenvolvido	unidade	Serviços	200 000	Valor estimado para a elaboração de um instrumento voltado à disseminação de atividades produtivas sustentáveis com foco na sociobiodiversidade e em práticas agroecológicas, incluindo-se aí os custos administrativos e de divulgação do mesmo.	
6618 Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica	Ação desenvolvida	unidade	Serviços	27 500	A estimativa objetiva garantir que as atividades brasileiras na Antártica sejam desenvolvidas conforme o Protocolo do Tratado da Antártica de Proteção ao Meio Ambiente – Protocolo de Madrid. As atividades previstas consistem na realização de reuniões do Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR e no desenvolvimento de sistema eletrônico para realização da avaliação de impacto ambiental das atividades brasileiras na Antártica.	
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	Pessoa apoiada	unidade	Serviços	375	Os recursos alocados nessa ação correspondem à participação técnica e financeira do Ministério do Meio Ambiente no projeto Cataforte, vinculado ao Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CISCO). Nesse contexto, esses recursos serão descentralizados no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em atendimento aos compromissos já assumidos para o período 2013-2015.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
8288 Recuperação da Cobertura Vegetal de Áreas Degradadas	Projeto apoiado	unidade	Serviços	50.000	A estimativa visa à implementação das ações voltadas para a recuperação da cobertura vegetal dos biomas brasileiros, por meio do diagnóstico da cadeia produtiva de sementes e mudas nativas associadas à recuperação de áreas degradadas do cerrado e do desenvolvimento de metodologias de recuperação que deverão ser avaliadas, testadas e compiladas para serem disponibilizadas para a sociedade.		
8308 Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação	Sistema implantado	percentual	Serv. / Invest.	743.664	O custo médio estimado, para cada ponto percentual do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) implantado, leva em consideração todos os gastos envolvidos na instrumentalização e suporte dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs): aquisição de imagens de satélite de alta resolução; gastos previstos com demais iniciativas estruturantes para viabilizar e facilitar a inscrição dos imóveis rurais no CAR, além de parcerias com órgãos governamentais (MAPA, MDA) e organismos internacionais (BIRD, IICA), os quais também fornecerão aportes para a contatação de serviços de apoio a Estados e Municípios, visando, em especial, mobilização da participação dos órgãos de assistência técnica e extensão rural.		
8695 Dessalinização de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria	Sistema implantado	unidade	Serv. / Invest.	284.543	Desse modo, observa-se que a implementação do SICAR é o produto final desse conjunto de Ações para a efetiva regularização ambiental dos imóveis rurais nas Unidades da Federação. São realizadas ações de recuperação e instalação de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas, captadas através de poços tubulares e, onde as condições o permitirem, associados à implantação de sistemas produtivos locais sustentáveis, que possuem como base o aproveitamento múltiplo do concentrado resultante deste processo, com base nos princípios da economia popular, solidária e sustentável, aumento de renda e segurança alimentar. Onde não for possível o aproveitamento múltiplo, esse concentrado será submetido a tratamento, de modo a não comprometer o meio ambiente. O desenvolvimento da ação seguirá o estabelecido no Documento Base do PAD e nos Planos Estaduais de implementação do Água Doce, construídos de forma descentralizada e participativa. O PAD é uma das iniciativas que integram o Programa Água para Todos, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, juntamente com construção de cisternas e		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
8990 Sustentabilidade Ambiental no Turismo	Projeto desenvolvido	unidade	Serviços	100.000	sistemas simplificados de abastecimento, onde assumiu a meta de aplicar a metodologia do programa na recuperação, implantação e gestão de 1.200 sistemas de dessalinização até 2015, beneficiando mais de 500 mil pessoas. (O custo médio informado difere do consta do PLOA2015, uma vez que o quantitativo foi alterado de 330 para 287 sistemas implantados, no entanto a referida alteração não foi solicitada em tempo hábil para publicação do Projeto de Lei.)		
44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB					Custo estimado para apoiar 1 (um) projeto de ecoturismo de base comunitária. Ressalta-se que no custo médio foram considerados ainda gastos com a campanha de divulgação do turismo verde.		
20WA Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	63.760	Embora o produto da ação seja pessoa beneficiada, os produtos intermediários são pessoas capacitadas e iniciativas apoiadas. Assim como na LOA 2013 e 2014, a leitura correta do produto da ação é projeto apoiado. Portanto, a justificativa será por projeto apoiado. O custo com pessoal temporário, diárias e passagens é de R\$ 13.470,00 por projeto apoiado, totalizando R\$ 646.579,00. São estimados, por projeto apoiado, R\$ 29.039,00 para contratação de pessoas jurídicas, R\$ 417,00 para aquisição de material permanente e R\$ 20.833,00 para obras de construção.		
20WB Pesquisa e Informações Florestais	Informação disponibilizada	unidade	Serv. / Invest.	16.315	Os valores de R\$ 2.938.750,00, em investimentos, e R\$ 235.000,00, em custeio, na fonte de recurso 0195, serão destinados aos sistemas de produção silvicultura com espécies nativas difundidas e adotadas e adaptação e difusão de técnicas para utilização de resíduos florestais para a produção energética. Para produzir e disponibilizar informações sobre florestas, Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais e Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais serão alocadas R\$ 194.980,00 para contratação de pessoa jurídica. E, R\$ 601.961,00, de custeio, na fonte 195, fruto de acordo de Cooperação Técnica com o BID para implementação do Inventário Florestal Nacional – IFN, no Bioma Cerrado e para consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF. O custo com pessoal temporário, diárias e passagens é de R\$ 523.838,00. O valor de R\$ 200.000,00, em		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20WC Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais	Área de florestas sob concessão	hectare	Serviços	3	investimentos, será para atender a aquisição de uma máquina universal de testes (Instron) para o Laboratório de Produtos Florestais, com a finalidade de medir a resistência de pranchas de madeira. A atividade de concessão florestal engloba as fases de planejamento florestal, gestão das concessões e monitoramento das áreas concedidas. A demanda por contratação de pessoa jurídica está estimada em R\$2.030.494,00, contemplando as chamadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), com recursos arrecadados das concessões florestais, e elaborar e publicar o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF de 2015 e finalização do II Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal e a contratação de estudos técnicos que subsidiem a elaboração dos editais de concessão florestal na fase de gestão e, por fim, a contratação de serviços, sobretudo aqueles relacionados ao monitoramento remoto, para o monitoramento das áreas concedidas e implantar o sistema de rastreamento das concessões florestais, desenvolvendo o SCC - aplicativo móvel. O valor de R\$ 100.500,00 em diárias e passagens se justifica para monitorar a execução dos contratos de concessão, treinar concessionários no uso do Sistema de Rastreamento Florestal e realização de levantamento de preços para o edital, realizar audiências públicas para o edital de UMFs remanescentes, lançar e divulgar o edital de UMFs. No ano de 2015, a GEPLAN executará o componente 6 do projeto de doação - KfW, no valor de R\$ 1.872.300,00.		
20WD Inventário Florestal Nacional	Área inventariada	hectare	Serv. / Invest.	9	Os valores orçados de R\$ 29.121.299,00 do Fundo Amazônia (fonte 0196) serão destinados para dar continuidade às atividades de implementação do Inventário Florestal Nacional na Amazônia previstas no projeto com recursos do Fundo Amazônia. Considerando que as coletas de dados em campo foram iniciadas em 2014, por meio de contratos que permanecerão vigentes ao longo de 2015, são necessários para garantir a continuidade desses trabalhos. Ainda serão R\$ 15.868.984,00, em custeio, e 73.500,00, em investimentos, na fonte 195, do Acordo de Cooperação Técnica com o BID, para dar continuidade às atividades de implementação do Inventário Nacional e consolidação do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF, previstas no projeto "Informações Florestais para uma gestão orientada		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA						
155X Construção do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado do Mato Grosso	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	500	à conservação e valorização dos recursos florestais do Cerrado pelos setores públicos e privados". As diárias e passagens no valor de R\$ 35.000,00 serão necessárias para capacitação de equipes de campo e parceiros, controle de qualidade de dados. O valor de R\$ 115.751,00 será necessário para pagamento de temporário para área de Cooperação Internacional / Acompanhamento de Acordos Internacionais. Portanto, o valor da ação é necessário para realizar o mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando à produção de relatório quinzenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas brasileiras pela internet.	
155Y Construção do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado do Paraná	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	500	Construção de prédio, com área de 2.500 m², com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no Estado do Mato Grosso.	
155Z Construção do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado de Santa Catarina	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	500	Construção de prédio, com área de 2.400 m², com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no Estado do Paraná.	
156A Construção do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado da Bahia	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	500	Construção de prédio, com área de 2.500 m², com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no Estado de Santa Catarina.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
156B Construção do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado do Maranhão	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	500	demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no Estado da Bahia.	
156C Reforma do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado do Rio Grande do Norte	Prédio reformado	percentual de execução física	Investimentos	500	Construção de prédio, com área de 2.700 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no estado do Maranhão.	
156D Reforma do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado de Tocantins	Prédio reformado	percentual de execução física	Investimentos	500	Reforma de prédio, com área de 1.596,41 metros quadrados, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no Estado do Rio Grande do Norte.	
156E Construção do Edifício Sede da Superintendência do IBAMA no Estado do Mato Grosso do Sul	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	500	Reforma de prédio, com área de 1.505,27 m², com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no Estado de Tocantins.	
					Construção de prédio, com área de 3.000 m², com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
156F Reforma do Edifício Seda da Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá	Prédio reformado	percentual de execução física	Investimentos	500	condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços prestados pelo IBAMA no estado de Mato Grosso do Sul. Reforma das instalações elétricas e da estrutura de informática (rede estrutura, voz e dados) e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, que propiciem o bem estar e a melhoria da prestação de serviços prestados pelo IBAMA no Estado do Amapá.	
156G Construção da Sede do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	45.000	Construção de prédio na área localizada na SCEN Trecho 2 - Brasília-DF, com área de 1.400 m² (depósito, oficina e nova sede), com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público, com a finalidade atender as demandas com promoção, apoio, coordenação e execução de atividades educativas, pesquisa, monitoramento, controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais em todo território nacional.	
20MM Promoção de Ações de Gestão de Riscos, Preparação e Atendimento a Emergências Ambientais	Ação realizada	unidade	Serviços	10.334	Custos com diárias e passagens, relacionados à Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos a Gestão de Risco de Emergências Ambientais, a preparação e atendimento a ocorrência de acidentes ambientais com produtos perigosos.	
20WE Fiscalização dos Recursos da Biodiversidade	Operação de fiscalização realizada	unidade	Serviços	958	Custo médio resultante da previsão dos gastos com o aprimoramento dos instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade, bem como com a Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade. Esses custos envolvem gastos com locação de veículos e barcos, diárias e passagens e com Tecnologia da Informação.	
20WF Avaliação dos Estoques e do Potencial Sustentável dos Recursos Pesqueiros	Estudo desenvolvido	unidade	Serviços	98.000	Custo médio resultante da previsão dos gastos voltados à realização de estudos para subsidiar avaliação e obtenção de disponibilização de informações sobre os principais recursos pesqueiros, garantindo a conservação e a utilização sustentável desses recursos, com custos	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
20WG Estruturação da Gestão Nacional dos Recursos Faunísticos	Acordo implementado	unidade	Serviços	80.000	associados à contratação de profissionais e deslocamentos de servidores. Custos derivados de despesas com diárias e passagens aéreas e disponibilização aos Estados de sistemas informatizados de gestão dos recursos faunísticos, com a elaboração, avaliação e revisão das normas para o acesso ao uso e manejo de espécies, com o controle e monitoramento do uso das espécies silvestres e dos produtos e subprodutos dela derivados, com a elaboração de protocolos, guias e manuais com embasamento técnico e científico. Capacitação dos órgãos estaduais para a gestão dos recursos faunísticos. Concessão de autorizações para captura, coleta e manejo na necessidade de ação supletiva.		
20WH Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos	Avaliação realizada	unidade	Serviços	30	Custos associados ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e controle voltados à prevenção da contaminação e da poluição ambiental (estudos, análises, vistorias e emissões de autorizações para os produtos, substâncias e resíduos controlados pelo Ibama (agrotóxicos, dispersantes de óleo, licenças para circulação de veículos automotores, selo ruído, programa silêncio, etc).		
212R Avaliação das Medidas de Ordenamento do Uso de Recursos Pesqueiros	Medida avaliada	unidade	Serviços	50.000	Custo com diárias e passagens dos Analistas Ambientais para realização da avaliação, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, das medidas de ordenamento dos recursos pesqueiros, em conjunto com o Ministério da Pesca e Agricultura, das melhores práticas de gestão e de áreas de manejo de pesca; proposição de regulamentações para o uso e conservação desses recursos; desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas e procedimentos de comando e controle; capacitação e educação ambiental visando avaliar a eficiência e eficácia das medidas de ordenamento com vistas a propor ajustes e melhorias e com a elaboração, implementação e manutenção do Documento de Origem do Pescado – DOP.		
2976 Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção	Espécie recuperada	unidade	Serviços	1.000	Custos estimados para a elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas de extinção e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental. Elaboração de Planos e Manejo florestais sustentáveis para promover programas de		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4969 Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres	Animal recuperado	unidade	Serv. / Invest.	85	conservação das espécies nativas, com ênfase nas espécies ameaçadas de extinção e nas de importância socioeconômica. Aprimoramento do gerenciamento do comércio internacional de espécies ameaçadas.	
6037 Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental	Unidade fortalecida	unidade	Serviços	113.208	Custo médio para recepção, manutenção, recuperação e reintegração dos animais mantidos nos CETAS aos ambientes originais e contratação de tratadores.	
6074 Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas	Combate registrado	unidade	Serv. / Invest.	6.900	Custo médio relacionado às despesas com diárias e passagens, gastos com contratações de serviços de tecnologia da informação, despesas com capacitação dos Agentes Federais Ambientais, e outros que visem fortalecer e aprimorar a estrutura de fiscalização do IBAMA, em nível nacional.	
6124 Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes	Fiscalização ambiental realizada	unidade	Serviços	1.842	Custos derivados das contratações, Seleção, capacitação de brigadistas, para a formação de brigadas de prevenção e combate aos incêndios florestais em municípios críticos; locação de aeronaves e veículos para o combate aos incêndios, equipamentos, diárias e passagens para apoiar as ações de controle e combate a queimadas e incêndios florestais.	
6307 Fiscalização de Atividades de Desmatamento	Área de risco monitorada	percentual	Serv. / Invest.	1.114.920	Custo médio derivado das despesas com diárias e passagens aos servidores do Ibama e locação de veículos nas ações de fiscalização das atividades potencialmente degradadoras, poluentes e/ou contaminantes.	
6329 Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais	Área monitorada	quilômetro quadrado	Serviços	3	Custo médio das operações de fiscalização de atividades ilegais de desmatamento, incluindo gastos com diárias e passagens a servidores e colaboradores eventuais (Estaduais e Municipais), com contratos de locação de veículos e aeronaves, bem como locação de máquinas e aquisição de equipamentos, materiais e serviços de tecnologia da Informação.	
					Custo com diárias e passagens, locação de meio de transportes (Veículos e Aeronaves), com despesas de comunicação de dados e serviços de tecnologia da informação, uso a aquisição de imagens para ao monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
6925 Licenciamento Ambiental Federal	Licença concedida	unidade	Serviços	16.989	Custo médio derivado dos gastos com diárias e passagens, com despesas de comunicação de dados e serviços de tecnologia da informação, com aquisição de equipamentos, com locações de softwares possibilitando as análises, vistorias e concessões de licenças ambientais a empreendimentos e reuniões técnicas com empreendedores, consultorias e interessados.	
8286 Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental	Evento organizado	unidade	Serviços	8.333	Custos relativos a despesas com diárias e passagens a servidores envolvidos com projetos de desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, para grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental, aquisição de materiais e serviços gráficos.	
8294 Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada	Parceria firmada	unidade	Serviços	118.519	Custo derivado das despesas com pagamento de diárias e passagens para realização de reuniões técnicas e capacitação e gastos com desenvolvimento de sistema e melhoria na utilização de processos e sistemas de gestão da informação, tais como o Sistema Compartilhado de Informações Ambientais SISCOM, Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais - LAF, Sistema de Controle do Fluxo dos Produtos Florestais - DOFe desenvolvimento e manutenção dos sistemas de Cadastro Ambiental Rural - CAR	
8296 Autorização e Controle das Atividades Florestais	Autorização concedida	unidade	Serviços	1.660	Custos derivados das despesas com pagamento de diárias e passagens aos servidores envolvidos nas análises e vistorias de planos de reposição e manejo florestais e de emissão de licenças/autorizações de supressão de vegetação e despesas com comunicação de dados e serviços de tecnologia da informação.	
44205 Agência Nacional de Águas - ANA						
12DS Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	200.000	O novo prédio será construído em terreno de propriedade do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Setor Policial Sul, em Brasília - DF, com área total de 4.760 m², dispostos em dois pavimentos. Os valores decorrem de estimativa e detalhamento do cronograma de obra, cuja planilha prevê a execução de 40% da obra no exercício de 2015, à um custo estimado de R\$ 8,0 milhões. Observa-se que não há proporcionalidade na relação de % físico da obra e custo, pois depende das especificidades de cada etapa.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2378 Operação da Rede Hidrometeorológica	Informação produzida	unidade	Serv. / Invest.	8	O valor médio por informação gerada foi calculado com base na composição de todos os custos operacionais para a coleta, o armazenamento e a geração das informações, em cerca de 4600 estações sob responsabilidade da ANA, operadas por meio de entidades parceira, contratadas e conveniada. A modernização da Rede contempla a aquisição de novos equipamentos para essas estações, com a instalação de equipamentos automáticos de medição e de transmissão de dados hidrológicos via satélite, telefone ou outros meios de comunicação, dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados. Além disso, dentro desta ação encontra-se um Termo de Cooperação com a AEB para a construção e lançamento de um satélite para auxiliar na captação de dados da rede instalada, no valor de R\$ 10.000.000,00.	
4926 Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	Usuário regularizado	unidade	Serviços	6.652	Os valores são estimados com base nos custos operacionais para alcançar a regularização dos usuários de recursos hídricos, incluindo os serviços regulados pela ANA. A previsão é de regularização de 1100 usuários em 2015, com um custo médio de R\$ 3.427,00 por usuário. Observa-se que houve aumento do custo médio em relação ao ano anterior devido ao acréscimo das novas atribuições da Agência e a sua estruturação, que se referem a fiscalização da segurança de barragens e a fiscalização dos serviços públicos federais de adução de água bruta e dos contratos de concessão de serviços públicos de irrigação. Para 2015, foi prevista a realização de 55 campanhas de fiscalização a um custo global de R\$ 3.913.000. O custo médio por campanha ficou estimado em R\$ 71.145,00, observando-se contudo que as campanhas apresentam custos diferenciados em relação à complexidade da apuração, tempo de fiscalização, e deslocamentos (distância e meio de locomoção). Além disso, observa-se que o custo total da fiscalização não engloba somente as campanhas de fiscalização propriamente ditas mas também ações complementares de suporte a atividade, conforme especificado.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ						
20WK Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira	Pesquisa publicada	unidade	Serv. / Invest.	28.966	O custo médio da ação é obtido pelo valor total dividido pelo quantitativo de pesquisas publicadas.	
20WL Proteção e ampliação de coleções vivas em jardins botânicos	Espécime cultivado	unidade	Serv. / Invest.	2.092	O custo médio é obtido pela divisão do valor total da ação pelo número de espécimes conservados.	
2972 Educação para Conservação da Biodiversidade	Pessoa informada	unidade	Serv. / Invest.	16	O custo médio é obtido pela divisão do valor total da ação pelo número de pessoas informadas no exercício.	
4909 Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente	Aluno matriculado	unidade	Serv. / Invest.	7.522	O custo médio é obtido pela divisão do valor total da ação pelo número de alunos atendidos.	
44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade						
20WM Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	Unidade atendida	unidade	Serv. / Invest.	301.270	O Custo Médio sofre alterações a cada exercício devido ao aumento das despesas de manutenção das unidades e pela criação de novas UCs. (Cadastramento de Famílias/ Diagnósticos das atividades produtivas e de acesso a políticas públicas pelas famílias beneficiárias das Unidades/ Aquisição de Equipamentos / elaboração de formulário/questionário eletrônico; desenvolvimento de software para aplicação do formulário/ Diagnósticos Rápidos Participativos/ Visitas Técnicas/ Realização de Oficinas e Capacitações/ Formação de Grupo de Trabalho).	
20WN Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	Projeto apoiado	unidade	Serviços	434.091	O Custo Médio do Projeto esta sendo afetado pelos valores utilizados para realizar a manutenção dos Centros de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico. (Elaboração de Planos de Ação / Oficinas de Avaliação / Realização de Oficinas Temáticas/ Realização de Monitorias)	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
44901 Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA						
20M6 Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	266.943	Os custos unitários médios dos projetos nesta ação foram calculados usando o valor médio de projetos de Demanda Espontânea nos últimos Exercícios (R\$250.000 cada, para quatro projetos), e o valor médio previsto para a segunda parcela de 10 projetos do Edital 01/2013-Educação Ambiental na Agricultura Familiar (R\$ 273.720,50 cada).	
20M1 Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	240.000	Os custos unitários médios dos projetos nesta ação foram calculados usando o valor médio de projetos de Demanda Espontânea nos últimos Exercícios (R\$250.000 cada, para quatro projetos) e o valor previsto da primeira parcela de um projeto de capacitação para a produção de sementes e mudas nativas (R\$ 200.000).	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
47101 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
11W0 Modernização de Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública Federal - PROSIS	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	3.899.112	Previsão de gastos referente ao componente SEGER. Contratação de instituição para coletar, consolidar e sistematizar, em repositório único um arcabouço de normas, informações e conceitos que tratam dos direitos, deveres e vantagens referentes aos servidores públicos federais vinculados ao Poder Executivo Federal.
20U0 Gestão e Aprimoramento do Planejamento	Plano gerido	unidade	Serviços	1.500.000.000	Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito dessa ação podem ser citadas: contratação de prestadores de serviços e de institutos de pesquisa; celebração de convênios e acordos de repasse com entidades para apoiar o desenvolvimento e/ou a implementação das atividades necessárias à gestão de políticas e programas de governo; celebração de contratos de prestação de serviços e de infraestrutura relativos aos sistemas de informação; treinamento do corpo técnico; aquisição de softwares e/ou hardware; contratação e/ou desenvolvimento de sítios, tutoriais, sistemas ou formatos de divulgação de dados e metodologias relativos ao Plano Plurianual e seus instrumentos de elaboração e gestão; acompanhamento e manutenção de dados da plataforma INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais; gerenciamento e validação de propostas do Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - SISPAC; gerenciamento, monitoramento do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP; no âmbito da Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR, a manutenção da estrutura para vídeo conferência, a contratação de serviços técnicos especializados, a realização de cursos de capacitação e deslocamentos de colaboradores e convidados; participação do Brasil no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN); através das atividades inerentes a Agenda Prioritária de Projetos para Integração Sul-americana, desenvolvimento de estudos conforme o Plano de Ação Estratégico do COSIPLAN por meio de realização de eventos e participação em reuniões do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN, incluindo despesas com diárias e passagens; realização de atividades inerentes à elaboração,

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20U2 Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Logística do Serviço Público Federal	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	1.638.875	monitoramento e avaliação dos programas temáticos do Plano Plurianual – PPA de acordo com previsão Constitucional, o gerenciamento do aplicativo PPA, a implementação de Agendas de Desenvolvimento Territorial – ADTs por meio de realização de oficinas de capacitação de entes federados, a contratação de serviços técnicos especializados, a realização de eventos, a capacitação, incluindo despesas com diárias e passagens de colaboradores e convidados, elaboração, revisão e publicação de Relatórios. Com a publicação do Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013, e da Portaria Interministerial nº 141, de 2 de maio de 2014, as comunicações de dados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação seguros. Dentre os serviços que deverão ser contratados dos órgãos e entidades estatais está o serviço de voz sobre IP – VoIP. Atualmente existem 47 centrais telefônicas em 30 órgãos conectados no serviço de voz da INFOVIA. Ocorrerá um aumento da demanda pelo serviço, com uma perspectiva de crescimento inicial de até 91 órgãos, que é o número de órgãos atualmente conectados à rede INFOVIA Brasília. Esse serviço possui como principal diferencial o aumento da segurança nas telecomunicações, dado que as ligações telefônicas entre os órgãos governamentais conectados trafegam exclusivamente dentro da rede INFOVIA Brasília, sem passar pela rede pública de telefonia – RPT. Além disso, todas as chamadas são criptografadas. Outra vantagem é a redução de gastos, uma vez que as chamadas telefônicas entre órgãos conectados não são cobradas individualmente. A implantação de uma nova solução de segurança (SBC- Session Border Controller), também permitirá a conexão com outras redes VoIP de governo ampliando ainda mais a economia entre os órgãos conectados. Os recursos solicitados permitirão a aquisição da nova solução de segurança (SBC) e do novo tarifador para o serviço de voz da INFOVIA, de modo a possibilitar aos órgãos conectados realizarem o controle das suas chamadas telefônicas e do consumo com telefonia, também permitindo melhor gerenciamento dos serviços pelo órgão central do SISP. Tanto o módulo de segurança quanto o tarifador usados atualmente foram adquiridos em 2006 com a implantação do serviço, e encontram-se defasados tecnologicamente e	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
					expostos a problemas de desempenho, segurança e disponibilidade. Por isso a necessidade de atualizá-los. O valor estimado foi de R\$ 2.500.000,00 para aquisição das duas soluções. A rede INFOVIA Brasília é uma importante rede de comunicação do Governo Federal em que trafegam dados, voz e imagem. Atualmente essa rede atende 91 órgãos em 190 pontos distintos na cidade de Brasília, atendidos por meio de 150 km de fibras óticas. Tal projeto estruturante e estratégico para a comunicação governamental é suportado por meio de contrato com a Companhia Energética de Brasília – CEB e pela contratação de obras de expansão da infraestrutura da rede INFOVIA. Em relação à CEB, os recursos solicitados são para prorrogação do contrato nº 33, de 2011, de compartilhamento de infraestrutura de rede, ou seja, a fim de remunerar o aluguel de postes e dutos da empresa, em que estão alojadas as fibras óticas da rede INFOVIA Brasília. Em relação à contratação de obras de expansão da rede, os recursos solicitados servirão para aumentar a infraestrutura ótica da INFOVIA, atender novos órgãos, bem como realizar as mudanças de endereços dos órgãos já participantes e realizar adequações na parte central da rede. Além disso, os recursos servirão para ajudar os órgãos a seguir a política governamental de comunicação mais segura, uma vez que as comunicações realizadas pelos órgãos utilizando a INFOVIA Brasília possuem grande compatibilidade com as determinadas pelo Decreto nº 8.135, de 2013 e Portaria Interministerial MP/ICMID nº 141, de 2014. O valor previsto para esses itens é de R\$ 965.000,00. Para atender a Norma Complementar nº 04 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e com os Acordãos 1.233/2012, 2308/2010 e 1.603/2008 do Tribunal de Contas da União (TCU), é necessário que a Administração Pública Federal identifique, analise e avalie os riscos aos quais os ativos de informações estão sujeitos, com o objetivo de reduzi-los a níveis aceitáveis. Neste sentido, serão elaboradas metodologia e ferramenta de gestão de riscos de segurança a serem disponibilizadas aos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, com valor estimado de R\$ 1.100.000,00.	R\$ 1,00

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
					relações com Escolas de Governo, universidades, centros tecnológicos, entre outros. Para tanto, o planejamento de 2015, contempla a realização de capacitações para 30 turnos de 40 alunos, no valor correspondente a R\$ 1.024.530,00. Estes alunos seriam capacitados no intuito de disseminar os conhecimentos. Ainda, o advento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) poderá acarretar um volume maior de treinamentos para estas entidades, pois os processos de transferências para elas serão administrados pelo SICONV.	
					Os recursos destinados ao pagamento de Técnicos Temporários são da ordem de R\$ 600.000,00. Igual valor (R\$ 600.000,00) será destinado à capacitação de Analistas em Tecnologia da Informação (ATI) e servidores detentores de Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (GSISP).	
					O valor de R\$ 1.500.000,00 será destinado ao desenvolvimento de um sistema estruturante para o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF, o qual tem a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI como órgão central. O sistema estruturante visa dar apoio aos órgãos, disponibilizando, inicialmente, ferramentas automatizadas para contratações de TI, elaboração e o monitoramento do PDII dos órgãos; recrutamento, seleção, alocação e avaliação de pessoal de TI; gestão de inventário de software e hardware da APF; monitoramento da EGTIC; gestão do conhecimento das áreas de TI dos órgãos em um ambiente colaborativo de compartilhamento de experiências entre os órgãos. A automatização desses processos de forma estruturada dentro de um grande sistema para o SISF possibilitará ao Governo Federal aprimorar significativamente a gestão estratégica da TI da APF, com ganhos efetivos de evolução da maturidade da TI e racionalização do uso de recursos. Não só a SLTI, como órgão central, será positivamente impactada, como também os mais de 220 órgãos integrantes do sistema.	
					O total de R\$ 600.000,00 será dirigido à evolução do Portal do Software Público Brasileiro - SPB, o qual foi lançado em 2007. Na prática, ele é um sistema web que se consolida como um ambiente de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20U4 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	Ativo registrado	unidade	Serviços	8.488	compartilhamento de projetos de software. Oferece um espaço (comunidade) para cada software, o qual é composto por funcionalidades como fórum, notícias, chat, armazenamento de arquivos e downloads, wiki, lista de prestadores de serviços, usuários, coordenadores, entre outros. O SPB registrou crescimento expressivo e, atualmente, possui mais de 60 comunidades de desenvolvimento e mais de 200.000 usuários cadastrados. A plataforma escolhida na ocasião da criação foi descontinuada. Por isso, atualmente é necessária a evolução para novas tecnologias, que ofereçam maior suporte das comunidades de desenvolvimento, que utilizem linguagens de programação com maior velocidade e permitam a integração com ambientes colaborativos externos, em especial, redes sociais. Além disso, é preciso realizar a manutenção evolutiva das funcionalidades existentes e também o desenvolvimento de novas funcionalidades.	
					Para a modernização da Logística Pública, as diversas necessidades estão relacionadas a: necessidade de elaboração e atualização de cadernos técnicos para estabelecer valores limites dos serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação. Serão elaborados 54 cadernos; necessidade de capacitação de usuários (desenvolvimento e aplicação de cursos presenciais e a distância; necessidade de contratação de consultoria para definição de critérios para implementação de itens sustentáveis em compras públicas; necessidade de contratação de consultoria para construção, padronização, monitoramento e avaliação de Planos de Logística Sustentável); necessidade de contratação de serviços de consultoria para especificação de itens sustentáveis para o Catálogo de Materiais; necessidade de realização de eventos técnico-gerenciais direcionados a gestores de logística pública, com valor estimado de R\$ 914.715,00. A Ação é voltada para a caracterização, regularização, incorporação e destinação de imóveis da União com a finalidade de garantir que cada imóvel cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora e em apoio aos programas estratégicos do governo federal. Mesmo sendo composta por atividades diversificadas, todas são complementares, etapas ou níveis diferentes do processo de gestão dos imóveis do patrimônio da União. As atividades de gestão do patrimônio	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
211Y Gestão Integrada de Tecnologia da Informação	Ação realizada	unidade	Serviços	2.212.389	finalizam com a produção de diferentes atos de gestão, que espelham os produtos materiais da ação da SPU. Contratação direta do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro – para a prestação de serviços especializados e estratégicos de TI, consistindo na manutenção de ambiente de sistemas, manutenção de ambiente colaborativo, desenvolvimento e manutenção de sistemas, serviços de apoio à infraestrutura, serviços de consultoria e outros serviços técnicos, todos voltados, direta ou indiretamente, ao suporte necessário para manutenção dos sistemas estruturantes de governo, atendendo as unidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP em todo o território nacional.	
4743 Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	900.000	Os recursos alocados nessa ação são utilizados para o desenvolvimento de atividades pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Dentre essas atividades destacam-se: -Pagamento de diárias e passagens para servidores; -Realização de eventos, como seminários e palestras; -Contratação de empresas para impressão de material gráfico; -Realização de cursos de capacitação.	
8861 Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário	Processo aprimorado	unidade	Serv. / Invest.	2.550.000	Ação formada por 3 POs. Seguem as justificativas: a) PO-0001: Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário. No que tange a Gestão, adquirir recursos e infraestrutura de trabalho, bem como realizar atividades de apoio administrativo necessárias ao cumprimento das etapas previstas no processo orçamentário. Quanto ao aprimoramento, prevê-se a realização de seminários relacionados a orçamento público; instituição do Prêmio SOF de Monografia; elaboração de estudos e pesquisas para aprimoramento e aperfeiçoamento dos paradigmas e marcos teóricos orçamentários, bem como sobre o caráter participativo da sociedade no processo de alocação dos recursos públicos; estabelecimento de intercâmbio de cooperação técnica com Estados e Municípios; participação no grupo de estudos sobre a sistemática de apuração de custos do setor público; e implementação de outras iniciativas que visem à racionalização, melhoria ou otimização dos resultados do processo orçamentário brasileiro. Com a finalidade de promover a implementação de medidas que visem ao gerenciamento e aperfeiçoamento do processo	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
47205 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística						
20U6 Pesquisas e Estudos Estatísticos	Resultado divulgado	unidade	Serviços	346.234	orçamentário federal. b) PO-0002: Gestão da Tecnologia e da Informação Orçamentária: Essa iniciativa tem por finalidade o desenvolvimento, a manutenção e a implementação de melhorias nos sistemas e subsistemas de Planejamento e Orçamento, informatizados ou não, bem como os demais componentes da estrutura de informações de Planejamento e Orçamento; expandir, adequar e manter o parque computacional instalado na SOF, com vistas a garantir sua atualização e compatibilidade com a natureza e a qualidade requerida das atividades desenvolvidas pela Secretaria, de forma a planejar, coordenar e gerenciar as atividades relativas à tecnologia e à informação orçamentária, visando maior eficiência e eficácia no desenvolvimento e no aprimoramento do processo orçamentário da União. c) PO-0003: Formação Continuada dos Servidores do Processo Orçamentário: Essa iniciativa visa promover a qualificação profissional, o aperfeiçoamento técnico e o desenvolvimento individual contínuo dos servidores que integram o Sistema de Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, mediante participação em cursos, seminários, conferências, fóruns e intercâmbios promovidos por entes públicos e privados, em nível nacional ou internacional, participação em atividades presenciais e à distância, grupos formais de estudos e ensaios, aprendizagem em serviço, entre outros, com a finalidade de melhorar a eficiência, eficácia e qualidade das atividades desenvolvidas pelos servidores que integram o Sistema de Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios. Para a realização das 18 pesquisas e de 2 projetos desta Ação, serão efetuados gastos com diversos tipos de serviços, tais como: manutenção de veículos que são utilizados na coleta de informações (R\$ 1.215.260); locação de equipamentos de informática (R\$ 1.227.238) e serviços técnicos profissionais de TI para manutenção e desenvolvimento de sistemas (R\$ 3.902.640). Além dessas despesas faremos gastos de pequena monta com outros serviços. O custo médio foi calculado pelo total de gastos com serviços da Ação (R\$ 7.083.778) dividido por 20 (18 pesquisas e de 2 projetos).	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20U8 Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	Informação disponibilizada	unidade	Investimentos	282	O custo médio unitário refere-se à pesquisa de preços praticados na venda de equipamento técnico de medição e orientação, na área de geodésia e cartografia, para aquisição de 2 gravímetros no valor total de 500.000, 4 Níveis Digitais no valor total de R\$ 240.000 e 17 receptores GPS, sendo 4 no valor total de R\$ 280.000 e 13 no valor total de R\$ 216.000. Tais aquisições são necessárias para a medição da aceleração da gravidade em estações gravimétricas que compõem a Rede Gravimétrica Brasileira, necessárias ao refinamento das altitudes; medição de desníveis em referências de nível necessários a determinação de altitudes que compõem a Rede Altimétrica Brasileira; e implantação de estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo ampliando a oferta de informações de coordenadas (latitude, longitude e altitude) com precisão de poucos centímetros para diversas aplicações e atividades profissionais que são realizadas em diferentes áreas, por exemplo, na engenharia, na navegação aérea e marítima, nos cadastros rural e urbano, agricultura de precisão, entre outras. Os equipamentos fazem parte do processo de modernização da produção dessas informações ampliando a oferta e qualidade das informações geoespaciais disponibilizadas à sociedade.
47210 Fundação Escola Nacional de Administração Pública					
20U9 Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	225	Esta ação contabiliza despesas com capacitação continuada de servidores públicos, principalmente, gerencial (presencial e à distância), bem como, cursos de especialização, de formação de carreiras, e ainda, publicações diversas na área de gestão pública. O valor total da ação é de R\$ 6.731.169,00, com meta física de 30.060 capacitações (tendo em vista a correção da meta do PO 0002 de 2 para 150) e disseminação de 275.000 exemplares de publicações diversas e em diversos formatos (eletrônico; impresso...). Como a meta física inclui diferentes produtos, principalmente, capacitações com diversas características, faz-se necessário demonstrar os custos médios por Plano Orçamentário – PO.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
PO - 0005 - Atividades de Cooperação Técnica e Participação em Fóruns Internacionais:					
Meta física: 530 capacitações e valor total de R\$ 523.237,00. O custo médio é R\$ 987,27 por capacitação. Principais custos utilizados na proposta são: compra de passagens nacionais e internacionais, R\$ 38.458,00; pagamentos de diárias no Brasil e no exterior, R\$ 19.509,00; contratação de docentes, R\$ 31.690,00; e gastos com serviços necessários a realização de eventos internacionais (serviços de tradução, fornecimento de almoços e lanches, reprografia, entre outros), R\$ 136.483,00. Além disso, há a previsão de transferência de R\$ 297.097,00 para ABC/MRE para a realização de cursos internacionais no contexto do programa acadêmico da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPPI/CLAD).					
PO 0006 - Aperfeiçoamento de Carreiras:					
Meta física: 1.300 alunos capacitados e valor total de R\$ 490.642,00. O custo médio é R\$ 377,42 por aluno capacitado. Desse valor, aproximadamente 87,5%, R\$ 429.358,00, referem-se à contratação de docentes e pagamento dos encargos patronais (20% do valor pago a pessoa física). O valor da hora/aula média paga aos docentes é de R\$ 150,00. Além disso, há previsão de despesas com compra e passagens nacionais, R\$ 36.774,00 e pagamento de diárias, R\$ 2.505,00; e gastos com serviços de reprografia e serviços e de fornecimento de lanches, R\$ 22.005,00.					
PO 0007 - Projetos Especiais de Desenvolvimento Institucional					
Meta física: 100 alunos capacitados e valor total de R\$ 244.777,000. O custo médio é R\$ 2.447,77 por aluno capacitado. Desse valor, aproximadamente 77,80%, R\$ 190.418,00, referem-se à contratação de docentes e pagamento dos encargos patronais (20% do valor pago a pessoa física). O valor da hora/aula média paga aos docentes é de R\$ 150,00. Além disso, há previsão de despesas com compra e passagens nacionais, R\$ 9.300,00 e pagamento de diárias, R\$ 4.650,00; e gastos com serviços de reprografia, tradução e fornecimento de lanches, R\$ 40.409,00.					
PO 0008 - Educação Mediadas por Tecnologias					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	
Justificativa					
Meta física: 19.700 alunos capacitados e valor total de R\$ 2.222.938,00. O custo médio é R\$ 112,84 por aluno capacitado. Desse valor, aproximadamente 47,00% referem-se à contratação de docentes e pagamento dos encargos patronais (20% do valor pago a pessoa física), R\$ 1.051.490,00. O valor da hora/aula média paga aos docentes é de R\$ 100,00. Além disso, cerca de 35% do valor total, R\$ 777.809,00, serão destinados a concessão de auxílio a bolsistas para o desenvolvimento da Escola Virtual da ENAP, parte de Termo de Cooperação firmado entre FUB/UnB e Enap.					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	Agricultor segurado	unidade	Serviços	297	O Fundo Garantia Safra é composto por recursos da União (R\$ 297,50 por agricultor participante), dos Estados (R\$ 76,50), dos municípios (R\$ 38,25) e dos agricultores (R\$ 12,75). O valor arrecadado no fundo corresponde à 45 % do valor do prêmio em caso de sinistro, que é de R\$ 850,00 por agricultor assegurado. Com a alteração da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, a nova composição do Fundo Garantia Safra, aponta nova composição de aportes, passando de: 1% do agricultor para 1,5%, de 3% do município para 4,5% e a contribuição anual do Estado, a ser adicionada às contribuições do agricultor e do Município, deverá ser em montante suficiente para complementar a contribuição de 15,0%, e a União aportará anualmente, no mínimo, recursos equivalentes a 30% no ano de 2015.	
152M Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal	Município atendido	unidade	Investimentos	333.333	os recursos serão destinados para a compra de : Pá Carregadeira – Pá carregadeira sobre pneus com potência líquida de 120HP, cçamba de capacidade nominal de 2m³ com dentes e força de desagregação ou arranque de 8 ton; Caminhão Pipa – Caminhão 6x4 (trucado e traçado), PBT de 23 ton, equipado com sistema (tanque) com capacidade volumétrica mínima de 12.000 litros de água potável; Motoniveladora – Motoniveladora com peso operacional de 14,5 ton e potência líquida no volante de 140HP (em todas as marchas); Caminhão Caçamba – Caminhão Caçamba "toco" 4x4 (ou similar) com peso total bruto (PTB) de no mínimo 16 ton e carga útil máxima de pelo menos 11 ton;	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	Agricultor assistido	unidade	Serv. / Invest.	1.282	Rolo Compactador – Rolo compactador vibratório com peso operacional mínimo de 11 ton;	
					Retroescavadeira – Retroescavadeira com potência bruta mínima de 84 HP, tração 4x4 e caçamba com força de escavação de 4,9 ton, com dentes;	
					Escavadeira Hidráulica – Escavadeira Hidráulica com potência líquida mínima de 124 HP, capacidade da caçamba de 0,37 a 1,1 m³ e peso operacional mínimo de 17,5 ton	
210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	Mulher atendida	unidade	Serviços	6.284	Com a implementação da Lei Geral de ATER nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a ação é executada por meio de contratação de entidades governamentais e privadas credenciadas e que preencham os requisitos na forma da lei, e que atuem em atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural. O MDA lança chamadas públicas de projetos, nas quais estão as diretrizes das políticas públicas para o setor. O custo médio pode sofrer variação conforme as atividades e os locais em que são executadas.	
					Os recursos de custeio são utilizados no pagamento dos contratos firmados pela execução das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural nas 27 unidades federativas da União. Haverá ainda recursos de custeio e investimento para continuidade dos convênios e contratos de repasse firmados anteriores a Lei nº 12.188, de 2010, e que ainda estão passíveis de liberação e alocação.	
					As desigualdades de gênero no meio rural determinam o menor acesso das mulheres as políticas públicas e limitam os seus direitos sociais e econômicos, assim como a ausência destas nos espaços de decisão e gestão. As políticas públicas para as mulheres da agricultura familiar e da reforma agrária visam construir sua autonomia, reconhecendo sua contribuição na economia rural estimulando o seu protagonismo nos espaços de gestão e participação. A ação orçamentária em tela busca ampliar e qualificar o acesso das	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
210X Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Território apoiado	unidade	Serv. / Invest.	206.251	trabalhadoras rurais e assentadas da reforma agrária às políticas públicas, garantindo os direitos sociais e econômicos por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, formação em políticas públicas, fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais, apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas territoriais e nos comitês gestores de políticas e promoção de estudos e pesquisas.	
					Esta Ação tem por finalidade apoiar investimentos na implantação e modernização de infraestrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais, ao fortalecimento da gestão social do processo de desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões: econômica, ambiental, socio-cultural-educacional e político-institucional, e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares contribuindo para o enfrentamento das condições de pobreza do rural brasileiro.	
2B81 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	Agricultor familiar beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	4.805	O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Abastecimento, Planejamento e Orçamento e Fazenda. O programa possui como objetivos principais: i) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; ii) contribuir para formação de estoques estratégicos governamentais e pelos próprios agricultores familiares, bem como iv) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.	
					Os recursos previstos para o MDA permitem a operacionalização de duas modalidades : Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar.	
					Os recursos desta ação são repassados à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab que é a executora do programa na esfera federal. Tal recurso permite que as ações de aquisição cumpram de fato seu papel que é chegar atender as demandas por comercialização da agricultura familiar. Permitem tanto a execução das etapas logísticas referentes a armazenagem dos produtos nos armazéns da Conab, o transporte e deslocamento destes estoques para outras regiões quando	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
210S Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família assistida	unidade	Serviços	1.236	Envolve os PO referentes ao BSM, Territórios da Cidadania e ATER propriamente dita. Os recursos destes POS têm por objetivo prestar ATER às famílias assentadas que tem renda abaixo de R\$ 70.00/indivíduo, visando, em conjunto com a disponibilização de outras políticas públicas (ex.: fomento) aumentar a qualidade de vida dos assentados; prestar ATER às famílias assentadas por meio de contratação de entidades (públicas ou particulares) selecionadas nas chamadas públicas, de acordo com a Lei nº 12.188/2010. Ou seja, com definição de valores anuais a serem gastos, atividades a serem realizadas e critérios de seleção das entidades prestadoras. Estima-se um custo unitário médio de R\$ 1236,28 por família em cada ano.	necessário no cumprimento da regulação de preços, bem como contribui no custeio referente ao deslocamento, diária e demais despesas do corpo técnico da Conab responsável pelas atividades de capacitação, avaliação e monitoramento da execução do programa. Além disso, servem para a execução das vendas dos produtos, custeio de insumos dos produtos e correção e pagamento de serviços de terceiros.
211A Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	Família atendida	unidade	Serv. / Invest.	2.220	Fomento: o custo médio de R\$ 416,00 envolve a execução de projetos básicos de desenvolvimento sustentável e agroecológicos com a participação integral dos trabalhadores rurais assentados; construção e comercialização dos produtos desenvolvidos nos assentamentos a serem expostos e comercializados em feiras nacionais de agricultura familiar.	Titulação: Os valores praticados por documentos emitidos estão variando entre R\$ 45,00 e R\$ 85,00 os quais imbuem emissão de laudo de vistorias para fins de destinação de bens que perderam a vocação agrícola e com a indenização de benfeitorias de assentados desistentes do programa de reforma agrária. A ocorrência de custos altos ocorre quando a Unidade Gestora decide pela prioridade de emissão de TD – Título de Domínio que em função de ser um instrumento de transferência definitiva, requer vistoria in-loco e coletas de informações pertinentes a família assentada. Os custos baixos ocorrem quando a

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					preferência se dá pela emissão de CCU – Contrato de Concessão de Uso, uma vez que o dispêndio para sua emissão é bem menor. Supervisão ocupacional: O custo unitário médio foi estabelecido na ordem de R\$ 250,00. Destaca-se que o custo médio é, invariavelmente, impactado pela região onde ocorrerão os trabalhos, motivo pelo qual tal valor está em processo de depuração. As despesas são relativas a diárias, passagens, combustíveis e materiais de consumo, em sua maioria aplicáveis às atividades de supervisão da ocupação de parcelas dos assentamentos com a intenção de garantir que as terras públicas estejam, de fato, ocupadas por famílias de trabalhadores rurais oficialmente autorizadas. Implantação e recuperação de infra-estrutura: As obras de infraestrutura básica são compostas pela implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica, principalmente estrada e abastecimento d' água, priorizando os Projetos de Assentamento com previsão para construção de habitações no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em nível nacional, o custo unitário médio gasto com famílias para este Plano Orçamentário é estimado em R\$: 9.830,00, podendo este custo sofrer variações de acordo com as regiões e/ou tipo de obra. Gestão ambiental: Do total da dotação deste PO, 70% são para Cadastro Ambiental Rural, com custo médio R\$ 150,00 = 28.000 CAR, e 30% para licenciamento ambiental com custo médio de R\$ 16.000 = 112 assentamentos, o que gera um custo médio unitário do PO em R\$ 10.000,00. Supervisão do crédito: O custo médio de R\$ 450,00 está baseado na média dos gastos para realização de fiscalização e entrega de crédito instalação nas diversas modalidades. Demarcação: O custo médio unitário deste PO no valor de R\$ 600,00, sendo que o custo por família ou por parcela foi obtido a partir de médias nacionais, adotando-se a parcela média de 40 ha e o custo de R\$ 15,00/ha.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
211B Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária	Área obida	hectare	Investimentos	2.424	Pagamento de indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária - A estimativa do custo médio de R\$ 2.000 por hectare, visando pagamento de indenizações complementares nos processos de desapropriação para fins de reforma agrária foi baseado na média dos últimos anos. Vale ressaltar que esse valor pode sofrer variação conforme as peculiaridades de cada imóvel rural com respectiva decisão judicial. Pagamento de Indentização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária- O custo médio de R\$ 2.000,00 visando pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais foi baseado na média do ano de 2012, principalmente, visto que naquele ano a média do Valor Total por Hectare - VTI/ha avaliado girou em torno de R\$ 1.951,35/ha. Desse modo, arredondou-se o valor para R\$ 2.000,00/ha.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
51000 Ministério do Esporte						
51101 Ministério do Esporte						
09HW Concessão de Bolsa a Atletas	Bolsa concedida	unidade	Serviços	26.695	Despesas destinadas ao auxílio financeiro mensal para manutenção pessoal e esportiva de atletas de Alto rendimento, com o objetivo de dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições, investimentos prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos. Para 2015 estão previstos aproximadamente 308 atletas contemplados pelo Plano Medalha e cerca de 9.315 atletas contemplados pelo Bolsa Atleta.	
14TP Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	Infraestrutura implantada	unidade	Investimentos	22.900.000	Gastos com construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento e à prática de atividades esportivas de alto rendimento, obedecendo a especificações técnicas legalmente estabelecidas, observando as especificações de acessibilidade a portadores de necessidades especiais, visando o aperfeiçoamento de atletas, a promoção da imagem do Brasil no exterior, bem como o desenvolvimento de ações de implantação, modernização e ampliação de infraestrutura para realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Apresenta as demandas que foram represadas em 2013 e em 2014, em razão de ausência de disponibilidade orçamentária. Bem como, os empreendimentos previstos ao Plano Brasil Medalha (Natação, Vela e Basquete)	
20D8 Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	Projeto apoiado	unidade	Serviços	905.351	Custos com administração e custeio das despesas necessárias com a preparação, organização, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com preparação de atletas; realização de eventos testes; contratação de serviços especializados de consultoria; apoio às ações de inteligência e segurança pública; ação de manutenção de instalações esportivas; apoio a confederações, federações e demais entidades nacionais de administração do desporto brasileiro, objetivando a busca por melhores resultados, a preparação e qualificação de atletas que comporão a delegação que representará o Brasil nos Jogos de 2016; e despesas diversas com outros serviços necessários. Para 2015 estão previstos despesas com a continuidade	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	33	do Contrato com a CAIXA (prestação de serviços para execução das ações geridas pelo ME nos Jogos Rio 2016); Parcela de Gestão de Aquisições e Requisitos (serviços especializados de apoio à gestão das aquisições, à gestão de requisitos e ao controle integrado no desenvolvimento de ações do Governo Federal referentes às instalações esportivas e não esportivas para os Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos de 2016); Parcela de Custos (dentre outras atribuições, serviço de monitoramento, comissionamento de requisitos técnicos e análise de orçamento das intervenções olímpicas financiadas pelo ME); Parcela de Projetos para Novo Autódromo RJ (apoio ao atendimento à Instrução Técnica do INEA e apoio à Elaboração e Execução de Audiência Pública para a Apresentação do Relatório de Impacto Ambiental). Trata-se de 4 consultorias contratadas, além de 30 entidades classificadas para a Chamada Pública 2014, processos são plurianuais. Contrato para aquisição de sistemas para viabilizar os Jogos Rio 2016.	
					Alterações no formato das parcerias (por exemplo: tempo de parceria, ações financeiras, empenho em 2 parcelas, aumento na maliz de valor por núcleo e por programa etc...) levam a mudanças nos custos médios de 2013 para 2015; assim como dificuldade em encontrar custo médio em um mesmo Plano Orçamentário (em função da diversidade na aplicação de diferentes formas de implantação dentro do mesmo PO). PO 0001, por exemplo: Programa Segundo Tempo se for padrão tem um custo médio, se for universitário outro, se for núcleos adaptados outro e se for o Esporte da Escola no Mais Educação outro também. PO 0002 se for PELC tem um valor e se for Vida Saudável tem outro. Isso faz com que no ato da elaboração do PLOA optar por uma média e na PLOA seguinte sofrer alteração pois será levado em conta o que de fato ocorreu no ano anterior.	
20YA Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	102.244	Apoio financeiro complementar para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de material e equipamento técnico-esportivo e de apoio e material administrativo; apoio à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento;	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
52000 Ministério da Defesa						
52101 Ministério da Defesa						
201G Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	122	Preparo e emprego das equipes desportivas militares brasileiras, objetivando sua participação em competições nacionais e internacionais, envolvendo atletas de alto rendimento, e a manutenção da higiene psicofísica dos militares como condicionante para o desempenho de suas funções. Além disso, a ação abrange as despesas com as equipes esportivas e suas comissões técnicas. Implementação do Programa "Forças no Esporte" (PROFESP) no sentido de promover, por meio da prática desportiva, a integração social, o reforço escolar, a promoção da saúde preventiva, a prevenção da marginalidade e da violência entre crianças e jovens, gerando mecanismos que possibilitem a inclusão social, a valorização da cidadania pelo trabalho e pela prática continuada de atividades físicas desportivas e de lazer, como um processo de desenvolvimento social e de preservação da soberania.	
20X3 Mobilização e Logística para a Defesa Nacional	Ação implementada	unidade	Serviços	2.650.000	Ações de Logística e de Mobilização nos programas, projetos e planos dos órgãos da esfera Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, de forma direta ou descentralizada, tais como: realização de exercícios e adestramentos contínuos do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB); formação e qualificação de recursos humanos, com ênfase na Logística e na Mobilização Nacional, no país ou no exterior, para alcançar a efetiva operacionalidade do SINAMOB; realização de estudos de campo acerca de sistemas, da estrutura, da doutrina e da articulação da Logística e da Mobilização em outros países; participação em eventos relativos aos planejamentos de emprego conjunto das Forças Armadas e seus respectivos exercícios; realização e participação em palestras, seminários, simpósios, estágios, painéis, entre outros, com o propósito de divulgar e atualizar a doutrina e as atividades ligadas à Logística e à Mobilização Nacional, para proporcionar a integração e a interação com a sociedade brasileira; implementação, operação, manutenção e aperfeiçoamento de sistemas de interesse da Logística de Defesa e da Mobilização Nacional; e o apoio à pesquisa científica e tecnológica, para desenvolvimento de projetos de interesse da Logística	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20X6 Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	1.021.285	de Defesa e da Mobilização Nacional. Adequação e manutenção de Unidades Militares da região do Programa Calha Norte contribuindo para a manutenção da soberania nacional e integridade territorial da região abrangida pelo Programa, além de suporte logístico às missões realizadas para fiscalizações, recebimento de obras e visitas técnicas.	
20X7 Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas	Operação realizada	unidade	Serviços	1.806.118	Preparação dos Comandos Militares do Ministério da Defesa de forma a permitir a atuação conjunta e/ou combinada no cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas (FA), bem como preparar e realizar Operações militares com FA de países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira.	
2452 Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte	Pelotão adequado	unidade	Serviços	1.823.640	Adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira, manutenção da infraestrutura instalada necessária ao seu pleno funcionamento de forma a contribuir para a garantia da segurança do território brasileiro ao longo da faixa de fronteira, mediante a aquisição de materiais, manutenção do complexo de instalações e linhas de distribuição das pequenas centrais elétricas que atendem aos Pelotões Especiais de Fronteira e às comunidades.	
6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	Militar habilitado	unidade	Serviços	1.144	Formação dos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívico-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho.	
8425 Apoio ao Projeto Rondon	Universitário capacitado	unidade	Serviços	4.444	Planejamento, coordenação e execução das operações do Projeto Rondon. O Projeto viabiliza a participação de estudantes universitários no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, com ênfase na busca de soluções para problemas sociais, além de fortalecer a consciência cidadã do participante, de forma a contribuir, no âmbito federal, estadual e municipal, para a formulação de políticas públicas, participativas e emancipadoras.	

52111 Comando da Aeronáutica

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
123B Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)	Aeronave desenvolvida	percentual de execução física	Investimentos	64.246.555	Desenvolvimento e fornecimento de 02 (dois) protótipos de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento - Projeto KC-390. A meta física é de 21,2%, sendo que ao final do exercício será atingido o percentual acumulado de 81,9% da aeronave desenvolvida. Em 2014 está previsto o voo do primeiro protótipo.	
13D8 Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica	Unidade habitacional disponibilizada	unidade	Investimentos	148.716	Aquisição, construção e adequação de unidades habitacionais para os militares da ativa da Aeronáutica e seus dependentes.	
14T0 Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	Aeronave adquirida	unidade	Investimentos	500.000.000	Aquisição de aeronaves de caça multi-emprego: com armamentos; simuladores de voo; logística inicial; transferência de tecnologia; serviços de suporte logístico; serviços de integração de sistemas e armamentos; proporcionará a capacidade da Força Aérea Brasileira de realizar suas missões constitucionais de defesa do espaço aéreo nacional.	
14T2 Implantação e Adequação da Defesa Antiáerea na Força Aérea Brasileira	Artilharia antiáerea implantada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	3.000.000	O aporte desses recursos orçamentários propiciará o preparo (treinamento), a capacidade de emprego dos Grupos de Defesa Antiáerea (GDAe), dentre eles, o da cidade de Anápolis - GO, que está sendo implantado para suprir a Defesa Antiáerea na Base Aérea de Anápolis (BAAN), na qual estão sediadas as aeronaves da Defesa Aérea do território brasileiro, em especial da área da Capital Federal. Esta dotação orçamentária prevê a aquisição, implantação e adequação dos Sistemas de Artilharia Antiáerea de baixa e de média altura, que comporão o Sistema de Artilharia Antiáerea de Autodefesa da Força Aérea Brasileira (FAB); bem como, a aquisição e modernização de materiais, serviços, armamentos, munições, equipamentos, softwares e logística. Parte destes recursos servirá para capacitação de recursos humanos; treinamento operacional; modernização de armamentos, munições, equipamentos e softwares, produtos do desenvolvimento de tecnologia nacional, além de propiciar a manutenção dos mesmos; tudo associado à operação e à logística desses Sistemas de Artilharia Antiáerea de baixa e de média altura, o que decorrerá na proteção das infraestruturas do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) dos meios da FAB em um Teatro de Operações (TO) e, quando julgado necessário, das infraestruturas estratégicas do País.	
14VX Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR em Lagoa Santa - MG	Centro implantado	percentual de execução física	Investimentos	5.000.000	Concluir a construção e mobilar o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), localizado na cidade de Lagoa Santa - MG,	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
14XJ Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas	Aeronave adquirida	unidade	Investimentos	400.000.000	visando dotar o Comando da Aeronáutica de um pólo de formação do Sistema de Ensino da Aeronáutica, atendendo a demanda de Oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB).	
156K Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	unidade	Investimentos	11.179.666	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas - Projeto KC-390, nacional, a fim de suprir as necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB), destacando-se as ações de transporte aéreo logístico em território nacional e/ou global (tropa e carga), reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo, bem como a logística inicial associada à aeronave.	
2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	Aeronave disponibilizada	unidade	Serv. / Invest.	1.908.023	Ampliação e manutenção da capacidade operativa da Força, no cumprimento de suas missões institucionais, por meio da aquisição de aeronaves que estejam adequadas ao cenário operacional e tecnológico presente.	
201H Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	Aeronave modernizada	unidade	Investimentos	15.368.456	A destinação deste aporte orçamentário é para aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais de apoio; contratação de serviços de manutenção, armazenagem, embalagem e transporte de material aeronáutico e aeronaves; aquisição de publicações técnicas de aeronaves e equipamentos de aplicação aeronáutica, tudo com a finalidade de suprir e manter a disponibilidade da frota de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). Estas aeronaves disponíveis deverão ser empregadas no adestramento e nas operações militares da FAB. Os recursos são aplicados conforme orientação da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB) e supervisão do Comando Geral de Apoio (COMGAP) da FAB.	
20XA Aprestamento da Aeronáutica	Organização militar manida	unidade	Serv. / Invest.	124.534	Recuperação ou ampliação da capacidade operacional das aeronaves da frota da Força, por meio de sua revitalização e/ou modernização, com incorporação de novos sistemas e equipamentos.	
					Realização de todas as ações necessárias para proporcionar o devido suporte às atividades de treinamento e adestramento de tripulações e tropas terrestres; às atividades de contra-incêndio; às atividades que dependem de simuladores; às atividades de engenharia e de emprego militar com uso de armamento; às atividades de saúde em campanha e de apoio às operações; às atividades de transporte logístico de superfície e às atividades de suprimento de material de intendência.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20XB Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	Setor aeroespacial adequado	unidade	Serv. / Invest.	5.330.000	Realização de fomento da indústria aeroespacial brasileira; realização de pesquisas meteorológicas nas regiões de localização dos Centros de Lançamento; realização da qualificação profissional dos técnicos na área de ciência e tecnologia; execução de pesquisas e desenvolvimento de projetos nas áreas espacial e de defesa; realização de atividades voltadas à manutenção e expansão do conhecimento científico no segmento aeroespacial.	
212H Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais	Serviço prestado	unidade	Serviços	14.700.000	Transferência de recursos para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (OS) para fins de consolidação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica como referência internacional em pesquisa e ensino de engenharia.	
2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	Militar atendido	unidade	Serviços	1.854	A presente proposta de despesa visa apresentar a necessidade de recursos para a aquisição e confecção de Fardamento fornecido aos militares da ativa do Comando da Aeronáutica de graduação inferior a terceiro-sargento e, em casos especiais, a outros militares, bem como a concessão do Auxílio-Fardamento aos militares da ativa do Comando da Aeronáutica, conforme estabelecido na legislação em vigor.	
2868 Combustíveis e Lubrificantes de Aviação	Combustível adquirido	metro cúbico	Serviços	3.784	Aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação para atendimento do esforço aéreo previsto para 2015.	
7U72 Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)	Frota de aeronaves modernizada	percentual de execução	Investimentos	1.071.426	Possibilitar que as aeronaves de caça-bombardieiro-reconhecedor ligeiro AM-X (Projeto A-1M) readquiram a sua capacidade operacional original e adequada às novas exigências técnico-aeroespaciais do Comando da Aeronáutica no contexto militar atual.	
52121 Comando do Exército						
13DB Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiáerea	Equipamento obtido	unidade	Serv. / Invest.	1.237.500	O custo médio refere-se a meta física de 8 entregas, no valor total de R\$ 9.900.000,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 13DB para 2015. Vale ressaltar que o valor de R\$ 1.237.000,00 refere-se a uma média, pois cada uma dos 8 itens previstos, que se constituem na meta física para 2015, não possuem o mesmo valor unitário.	
147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	3.666.666	O custo médio refere-se a meta física de 15 entregas, no valor total de R\$ 55.000.000,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 147F para 2015. O valor das entregas é composto pelas seguintes atividades: capacitar	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
141W Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	11.325.000	pessoal, ampliar e padronizar o arcabouço normativo, montar a estrutura física adequada para o funcionamento do Centro e Defesa Cibernética, dotar o Exército de infraestrutura para proteger e defender os ativos de informação da Força Terrestre, proporcionar condições para que o Sistema de Ciência e Tecnologia realize pesquisa e desenvolvimento do Setor Cibernético, desenvolver a cultura de segurança da informação e comunicações (SIC) em todos os escalões do Exército, produzir conhecimento que se fizerem necessários à atividade de inteligência, bem como gerar capacidade para desencadear ações de defesa cibernética. O custo médio refere-se a meta física de 8 entregas, no valor total de R\$ 90.600.000,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 141W para 2015. O valor das entregas é composto pelas seguintes atividades: desenvolvimento do Missil Tático de Cruzeiro de alcance de 300 km; desenvolvimento do Foguete Guiado SS 40 G; aquisição de viaturas para um novo Grupo de Mísseis e Foguetes; modernização das viaturas do Sistema ASTROS do Exército Brasileiro; aquisição e implantação de Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP); contribuir com as ações de reorganizar a Artilharia de Mísseis e Foguetes, dotando o Exército Brasileiro de novas capacidades de Apoio de Fogo, Planejamento e Coordenação de Fogos, bem como Busca de Alvos; implantar e construir as Organizações Militares, denominado de Forte Santa Bárbara, sediado em Formosa/GO, como base física (infraestrutura) para a Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro e aprimorar os procedimentos logísticos do Sistema ASTROS, por meio de uma metodologia adequada de Suporte Logístico Integrado (SLI) e utilizando-se a estrutura do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes.	
141T4 Aquisição de Blindados Guarani	Viatura adquirida	unidade	Investimentos	3.571.540	O custo médio refere-se a meta física de 56 entregas, no valor total de R\$ 200.006.252,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 141T4 para 2015. O valor das entregas é composto pelas seguintes atividades: adequar a infraestrutura física das Organizações Militares a serem contempladas com a NFBR; obter a capacidade de desenvolver e produzir a munição de calibre 30 mm de dotação do sistema de armas da NFBR; implantar	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
14T5 Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	Sistema implantado	percentual de execução	Serv. / Invest.	142.500.000	um sistema de simulação para a capacitação dos operadores da NFBR; planejar, implantar e executar o suporte logístico integrado necessário para a operação da NFBR; capacitar, qualificar e treinar os recursos humanos (RH) para operar a NFBR no Brasil e no exterior; integrar os diferentes sistemas componentes da NFBR, estabelecendo uma interface com os sistemas conexos (Cibernética, Guerra Eletrônica etc); gerenciar os contratos e acordos celebrados relacionados à pesquisa, desenvolvimento, produção, industrialização e implantação da NFBR; implantar os planos de compensação comercial, tecnológico e industrial. O custo médio refere-se a meta física de 2 entregas, no valor total de R\$ 285.000.000,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 14T5 para 2015. PO-001 SISTEMA DE SENSORIAMENTO E APOIO À DECISÃO O montante de R\$ 238,8 milhões será destinado prioritariamente ao pagamento das obrigações assumidas por meio de contrato assinado com o Consórcio TEPRO, para a implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão do Piloto do SISFRON. PO-002 SISTEMA DE APOIO À ATUAÇÃO O montante de R\$ 22,3 milhões permitirá a consecução dos objetivos do SISFRON, referentes ao Sistema de Apoio à Atuação Operacional Interagências, nas áreas da 4ª Bda C Mec, 18ª Bda Inf Fron, 13ª Bda Inf Mtz, 17ª Bda Inf Si e 15ª Bda Inf Mec, contribuindo para dar maior efetividade no combate aos delitos transfronteiriços e na redução dos índices de criminalidade dos grandes centros. PO-003 OBRAS DE INFRAESTRUTURAS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISFRON O montante de R\$ 23,9 milhões é necessário para honrar os compromissos assumidos em decorrência dos contratos já estabelecidos: pagamento de mão-de-obra temporária, contratada em 2013 e 2014; pagamento de obras de construção prioritárias do Projeto Piloto, contratadas em 2013 e 2014; pagamento de obras de reparo e adequação das redes elétricas, necessárias e urgentes, para as obras do SISFRON em OMCMO contratadas em 2014; pagamento de obras	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
de construção contratadas em 2012 para a Cnst 9º B Com GE).						
1476 Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	Sistema implantado	percentual de execução	Investimentos	33.000.000	O custo médio refere-se a meta física de 1 entrega, no valor total de R\$ 33.000.000,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 1476 para 2015. O valor das entregas é composto pelas seguintes atividades: PO-001 - Implantação do Sistema de Apoio à Atuação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Projeto PROTEGER); o montante de R\$ 150.000,00 visa atender às necessidades mínimas de capacitação da Força Terrestre. PO 002 - Obras de Infraestrutura para Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas terrestres (Projeto PROTEGER); o montante de R\$ 150.000,00 visa realizar a adequação, adaptação, recuperação e reparação de instalações e organizações militares abrangidas pelo Escopo do Projeto. PO 003 - Implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Projeto PROTEGER); o montante de R\$ 32.700.000,00 visa possibilitar a aquisição de meios de Comando e Controle e de sistemas de defesa para uso no ambiente operacional Interagências e a continuidade dos estudos para a definição dos produtos e para a contratação de serviços para implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (SISCOTI). A Ação 156N tem por finalidade atingir o nível mínimo de 80% dos Quadros de Dotação de Material - QDM, das Organizações Militares Operacionais - OM Op, deixando a Força Terrestre em condições de cumprir as suas missões constitucionais. A atual proposta de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) contribuirá para o atingimento desse nível de complemento dos QDM, porém esse percentual seria atingido caso a referida ação fosse contemplada anualmente com o valor R\$ 1.500.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) por um período de dez anos. - PO 0004 - GND 3 R\$	
156N Obtenção de Meios do Exército	Meio militar disponibilizado	unidade	Serv. / Invest.	19.633		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20XX Logística Militar Terrestre	Organização militar atendida	unidade	Serv. / Invest.	588.423	890.000,00 e GND 4 R\$ 17.600.000,00 - aquisição de viaturas, material de estacionamento, aeroterrestre, equipamento individual, fardamento, suprimento, fardamento e manutenção de meios, material de saúde de campanha, ração operacional, e adestramento da força terrestre. - PO 0005 - GND 3 R\$ 30.525.000,00 e GND 4 R\$ 41.150.000,00 - bens e serviços relacionados à manutenção e recuperação de blindados, Artilharia de Campanha. - PO 0006 - GND 3 R\$ 4.000.000,00 e GND 4 R\$ 6.000.000,00 - bens e serviços relacionados à manutenção e recuperação de blindados. - PO 0007 - GND 3 R\$ 2.562.000,00 e GND 4 R\$ 22.797.000,00 - aquisição de armamento, equipamento de visão e pontaria, material de estacionamento, aeroterrestre, equipamento individual e fardamento, equipamentos de Artilharia de Campanha. - PO 0008 - GND 3 R\$ 4.800.000,00 - aquisição de munição letal e não letal. - PO 0009 - GND 3 R\$ 3.660.000,00 e GND 4 R\$ 25.110.000,00 - aquisição de embarcações e material de engenharia de combate. - PO 000A - GND 3 R\$ 1.256.000,00 e GND 4 R\$ 8.750.000,00 - aquisição de material de estacionamento, aeroterrestre, equipamento individual e fardamento, material de guerra eletrônica e comunicações, e adestramento da força terrestre. - PO 000B - GND 4 R\$ 60.000,00 - aquisição de armamento. - PO 000C - GND 4 R\$ 800.000,00 - aquisição de simuladores para emprego militar terrestre. - PO 000D - GND 3 e GND 4 R\$ 40.000,00 - obtenção de meios do exército - despesa diversas.	
					O custo médio refere-se a meta física de 622 entregas. no valor total de R\$ 353.559.357,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 20XX para 2015.	
					O valor das entregas é composto pelas seguintes atividades: atender as 622 Organizações Militares com diversos itens de suprimento (combustível, munição, material de intendência, material de aviação, material e equipamento militar) para assegurar o adestramento da tropa e o estado de prontidão das Organizações Militares do Exército.	
2120 Movimentação de Militares	Militar atendido	unidade	Serviços	15.134	O custo médio refere-se a meta física de 35000 entregas. no valor total de R\$ 529.698.850,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 2120 para 2015.	
					O valor das entregas é composto pelas seguintes atividades: concessão de ajuda de custo ao militar destinada ao custeio das despesas de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	Militar atendido	unidade	Serv. / Invest.	1.322	locomotoção e instalação nas movimentações com mudança de sede, bem como a indenização de transporte relativa ao custeio das despesas nas movimentações por interesse de serviço, nelas compreendidas a passagem e a transição da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixara residência dentro do território nacional, de modo a elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.	
					O custo médio refere-se a meta física de 181115 entregas, no valor total de R\$ 239.600.965,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 2865 para 2015.	
					PO 0001 - Fardamento de Militares das Forças Armadas de graduação inferior a 3º sargento	
					O montante de R\$ 125.579.773,00 visa atender a aquisição parcial de fardamento de uso comum; uniformes especiais, escolares e históricos; equipamentos de Tiro de Guerra e equipamentos de proteção individual.	
					PO 0002 - Auxílio Fardamento aos Militares da Ativa	
					O montante de R\$ 114.021.192,00 visa atender a concessão de auxílio fardamento aos militares	
3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército	Sistema de aviação implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	40.000.000	O custo médio refere-se a meta física de 3 entregas, no valor total de R\$ 120.000.000,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 3138 para 2015.	
					O valor das entregas é composto pelas seguintes atividades: aquisição de componentes reparáveis dos helicópteros (COUGAR) para montagem do estoque inicial, serviço de apoio ao ensino, construção de um hangar em Manaus-AM; construção de um hangar bipartido, do pátio e acessos para estacionamento e operação das aeronaves e de edificação para simulador de voo, todos em Taubaté- SP e a construção de 3 Blocos Próprio Nacional Residencial (12 aptos em cada bloco).	

52131 Comando da Marinha

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infraestrutura implantada	percentual de execução física	Investimentos	120.195.296	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a construção de um estaleiro e a construção de uma Base de Submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, que visa: - a Intensificação das atividades de presença, vigilância, proteção e defesa das áreas onde se encontram as instalações marítimas de petróleo e gás no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva; - Contribuição para o desenvolvimento, dinamização e a sustentabilidade da Indústria Naval Brasileira; - Convênios e parcerias com Universidades; - Fomento de diversos setores que geram insumos e serviços para a construção naval; - Incremento na arrecadação de impostos; - Candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU; - Salto tecnológico: OFFSET/Nacionalização; e - Complexidade: Entrelaçamento dos Projetos e Aspectos não Constantes dos Contratos.	
123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	Submarino construído	percentual de execução física	Investimentos	39.644.612	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a aquisição de materiais necessários à construção de um submarino com propulsão nuclear, bem como a efetiva construção, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país, propiciando um aumento na geração de empregos diretos e indiretos. A Ação Orçamentária engloba também o custeio da Transferência de Tecnologia, da Transferência de "Know How", da Prestação de Assistência Técnica, da Transferência de Documentos, do Treinamento e Suporte (DTS) e da Transferência de Informações Técnicas e Expertise necessárias à elaboração do projeto de definição, do processo de construção e das especificações técnicas detalhadas do Submarino com Propulsão Nuclear. O não atendimento ao Montante implicará em atrasos na conclusão dos Projetos e na construção tanto do Submarino quanto da Propulsão (esta de responsabilidade exclusiva da Marinha), comprometendo o cronograma de construção do Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR) previsto em contrato, com sérias consequências financeiras para a Marinha relativas ao pagamento de multas contratuais. Poderá provocar uma desmobilização do Estaleiro Construtor provocando demissões. Haverá também reflexos negativos na indústria Nacional com o desaquecimento das encomendas e consequentes perdas de capacidade tecnológica.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
1231 Construção de Submarinos Convencionais	Submarino construído	percentual de execução física	Investimentos	206.219.008	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a aquisição de materiais necessários à construção de quatro novos submarinos convencionais, bem como a efetiva construção, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, sobretudo a defesa das reservas de petróleo do pré-sal e do comércio exterior, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país, através de transferência de tecnologia para o crescimento da indústria nacional no setor, gerando o crescimento de empregos diretos e indiretos para o país. Adicionalmente, a Ação Orçamentária contempla também o custeio da Transferência de Tecnologia, da Transferência de "Know How", a Prestação de Assistência Técnica, da Transferência de Documentos, do Treinamento e Suporte (DTS) e da Transferência de Informações Técnicas e Expertise necessárias a elaboração do projeto de definição do processo de construção e das especificações técnicas detalhadas do Submarino Convencional. A construção dos quatro submarinos convencionais possibilita a aquisição de "Know How" para a construção do submarino com propulsão nuclear, o que permite ao país maior crescimento e visibilidade externa nos setores econômico, tecnológico e geopolítico, haja vista que coloca o país na antessala do seleto grupo das cinco nações (França, EUA, Rússia, Reino Unido e China) detentoras de uma das mais avançadas tecnologias militares do mundo (noticiado no site da BBC Brasil em 19/07/2011). O não atendimento acarretaria a impossibilidade de cumprir obrigações contratuais resultando em penalidades financeiras para o Brasil, com potenciais desdobramentos comerciais e políticos; atraso no Programa de Reaparelhamento da Marinha, com perda da capacitação adquirida para construir submarinos e, por conseguinte, sendo inviabilizada a transferência de tecnologia para a Indústria Nacional, passível de emprego dual (militar e civil), prejuízo no cumprimento da missão constitucional da MB, notadamente quanto à garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil.	
1477 Tecnologia Nuclear da Marinha	Sistema construído	percentual de execução	Investimentos	52.726.668	Dolar a Marinha com recursos a serem empregados para desenvolver o projeto, construir e operar um protótipo que servirá de modelo para a posterior construção de um reator nuclear destinado a gerar energia	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					para a propulsão naval, protótipo do que será empregado na propulsão de submarinos movidos a energia nuclear, a serem empregados na proteção e defesa da Amazônia Azul e dos recursos econômicos nela existentes. É importante destacar que esse desenvolvimento possui estreita relação com o acordo de cooperação estratégica, no âmbito da Defesa, que o Brasil assinou com a França em 2009. Viabilizar testes e pesquisas complementares que possam dar continuidade à construção de um protótipo de reator nuclear, para que este projeto impacte de forma positiva outras pesquisas na área nuclear, provocando o chamado arraste tecnológico. Proporcionar a efetividade da realização de pesquisas, estudos específicos e projetos técnicos sobre a aplicação da tecnologia nuclear na área de geração de energia e propulsão naval, em conjunto com Universidades, órgãos de pesquisa e empresas públicas e privadas. Esta linha de ação converge para melhorar a capacitação de recursos humanos nacionais. O não recebimento desses recursos implicará na perda de capacitação tecnológica e do conhecimento adquirido, bem como no atraso, em cerca de 3 anos, na implantação do Laboratório de Geração Nucleo-Elétrica (LABGENE), que, consequentemente, impactará no cronograma de construção do Submarino com Propulsão Nuclear, acarretando o descumprimento da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da França, podendo resultar, inclusive, em descrédito na capacidade política externa brasileira de honrar compromissos e impactar diretamente nos planos do Brasil de ocupar lugar de destaque no Conselho de Segurança da ONU. Cabe acrescentar, que o não atendimento levará à indesejável desmobilização de diversas empresas, com o consequente fechamento de cerca de 1.600 empregos diretos e indiretos, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, devido à inviabilidade do prosseguimento do ritmo de execução atualmente empregado no Programa Nuclear da Marinha (PNM), além dos prejuízos não calculados com uma futura renovação, perda de pessoal capacitado, multas contratuais, aumento dos custos de manutenção das obras e usinas interrompidas.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa		
14T8 Implantação da 2ª Esquadra	Infraestrutura implantada	percentual de execução	Investimentos	1.000.000	A Ação Orçamentária em tela tem por objetivo custear a implantação de infra-estrutura para a construção, manutenção e apoio à implantação da 2ª Esquadra da Marinha do Brasil. Para consecução do objetivo em tela faz-se necessária: construção da Base Naval da 2ª Esquadra; Construção dos respectivos Comandos, Centros de Instrução e de Organizações de Apoio; Construção das instalações da 2ª Força de Fuzileiros Navais (2ª FFE); Construção da Base de Abastecimento da Marinha da 2ª Esquadra; Construção de Centro de Mísseis e patóis de munição da 2ª Esquadra; e Construção da Base Aérea Naval e Comando da Força Aeronaval.		
14Xk Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Marinha	Unidade habitacional disponibilizada	unidade	Investimentos	119.146	Refere-se à prioridade de construção de Próprios Nacionais Residenciais para os militares servindo fora de suas sedes (Estados de Origem), particularmente em regiões insípidas, com significativo ganho na qualidade de vida dos militares e de seus dependentes. Ressalta-se que o projeto contribuirá para a geração de empregos diversos, diretos e indiretos, na área da construção civil, principalmente em regiões carentes do Território Nacional, além de fomentar a indústria da construção civil em diversas localidades. O não atendimento da referida Ação, irá causar prejuízo para a qualidade de vida dos militares e de seus familiares, em face da impossibilidade de, em determinadas localidades, obterem a infraestrutura necessária, além de que gastos com moradia reduzem, consideravelmente, as receitas dos militares.		
1560 Obtenção de Meios da Marinha	Meio militar disponibilizado	unidade	Serv. / Invest.	15.032.376	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a obtenção, abrangendo os estudos prévios necessários, de novos meios navais, aeronavais e de sistemas operativos para emprego nesses meios e de novas embarcações e a obtenção de materiais e equipamentos e realização de serviços visando dotar os meios operativos da Marinha de tecnologias atualizadas, a fim de assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima, bem como o funcionamento dos meios navais dentro dos necessários parâmetros de desempenho e segurança. Tudo isso encontra-se no escopo do Programa de Reaparelhamento da Marinha e no Plano de Articulação e Equipamento do Ministério da Defesa - As seguintes metas são amparadas pela presente Ação Orçamentária: 1) Meios Navais - Modernização do Navio Desembarque de Docas Ceará,		

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
157M Desenvolvimento e implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)	Sistema desenvolvido	percentual de execução física	Investimentos	9.000.000	das Fragatas Classe Niterói, do Navio Aeródromo São Paulo (NAe São Paulo), da Corveta Imperial Marinho, dos Navios Patrulha da Classe Roraima, do Navio Patrulha Fluvial Pedro Teixeira, dos Navios de Instrução (das diversas Instituições de Ensino da Marinha), do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rangel, e dos Navios de Assistência Hospitalar (aplicado em operações de assistência social, médica e odontológica nas populações ribeirinhas) e modernização dos sistemas de armas dos submarinos convencionais. Além disso, os recursos serão aplicados nos sistemas de comunicações, sistemas de combates e aquisição de torpedos, armas e munição para os mesmos meios navais, bem como na construção de Embarcações para Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA). 2) Meios Aeronavais - Atividades de apoio aos programas AF-11A "Skyhawk", Aeronaves C-1A Carrier-on-board Delivery (projeto COD/AAR), e Helicóptero Multiemprego (HME). A Ação Orçamentária tem por objetivo custear o desenvolvimento do SisGAAZ, que ocorrerá em quatro módulos, sendo cada um deles um subconjunto plenamente funcional do Sistema, restrito a uma região geográfica específica e com objetivos técnicos necessários para o pleno funcionamento desse módulo. A mensuração do atingimento das metas planejadas será realizada em percentuais de execução física, a partir do monitoramento e fiscalização conduzidos. São os seguintes os módulos em que será subdividido o SisGAAZ: Módulo 1 - Região onde se encontram tanto os principais portos do país como toda a península petrolífera do pré-sal. Módulo 2 - Foz do Rio Amazonas e região nordeste, onde se encontram as novas descobertas de bacias petrolíferas, incluindo a bacia de Sergipe. Módulo 3 - Será completado todo o espaço marítimo do litoral, cobrindo plenamente todos os portos e áreas de interesse. Módulo 4 - Atenderá as bacias fluviais do Amazonas, Paraguai, Tietê-Paraná e Araguaia-Tocantins. Os recursos programados para 2015, serão utilizados para o desenvolvimento do software ou programa de computador principal do SisGAAZ, permitindo o desenvolvimento das funcionalidades iniciais.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
157N Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANTF	Brigada adequada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	23.129,090	A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a aquisição do sistema lançador múltiplo de foguetes ASTROS do Corpo de Fuzileiros Navais 2020 Itará nova capacitação para a Marinha do Brasil, permitindo ao País aumentar seu poder de persuasão, bem como, proporcionará ao Corpo de Fuzileiros Navais estender seu poder de combate. A aquisição de uma viatura oficina faz-se necessária tendo em vista o elevado custo de aquisição do sistema, demandando, com isso, uma manutenção adequada com o veículo adequado para tal fim, permitindo aumentar a vida útil e operacionalidade do meio. Cabe ressaltar a crença da Marinha na Indústria de Defesa Nacional. A aquisição da viatura oficina veicular é parte integrante do Sistema ASTROS e é de salutar importância e sua funcionalidade está em dar suporte direto às viaturas em reparos, de forma que as viaturas possam, caso ocorram alguma avaria, ser reparadas nas proximidades da área de operação, diminuindo, com isso, o tempo de inoperância de um componente eletrônico ou mecânico. A aquisição do sistema lançador múltiplo de foguetes ASTROS do Corpo de Fuzileiros Navais 2020 Itará nova capacitação para a Marinha do Aquisição de sete unidades de viaturas Semi-Reboque, para atender a totalidade das dez novas viaturas de transporte pesado tipo Cavalo. Mecânico, visto que três unidades já foram adquiridas no ano de 2013. As referidas unidades de transporte servem para realizar o deslocamentos. de Carros de Combate, viaturas pesadas que utilizam lagartas para sua movimentação como a viatura blindada M113 e o Carro Lagarta Anfíbia. Cabe destacar que a utilização desses meios no auxílio às Forças de Segurança no Estado do Rio de Janeiro. Destina-se a atender das necessidades de equipagens operativas visando o reacomplimento das dotações existentes e das que estão sendo atualizadas, a reposição do material gasto ou danificado, e ainda a introdução de novas equipagens no acervo do Corpo de Fuzileiros Navais, que tem como propósito substituir o material obsoleto em uso de modo a manter no "Estado da Arte" a prontificação operativa das Organizações Militares do Corpo de Fuzileiros Navais. Na vertente social, destaca-se a relevante oportunidade de geração de empregos diretos e indiretos.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 5000)	Navio construído	unidade	Investimentos	90.963,168	Dar prosseguimento à construção de cinco Navios-Patrolha de quinhentas toneladas a serem empregados nas mais variadas missões. E possível realçar as seguintes tarefas: - operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar os quais respondem por mais de 80% da produção nacional; - patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) com o fito de cobrir ilícitos transfronteiriços. As patrulhas visam a garantir os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e nas plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar, além de contribuir para a defesa dos portos; - promover a fiscalização que vise ao resguardo de recursos naturais e estratégicos dentro dos 8.500 km de litoral nacional e dos 3,5 milhões de km2 de Zona Econômica Exclusiva (ZEE); - missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, além do combate ao contrabando/narcotráfico e apoio aos órgãos governamentais; apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana no mar na respectiva área de responsabilidade do governo brasileiro. Podem ser citadas, como exemplo, as ações de busca realizadas no acidente aéreo da Air France ocorrido em 2009; e - transporte de pessoal e material em ações de Defesa Civil. É relevante destacar que nessa proposta estão incluídos os recursos para a nacionalização da construção de armamentos (atualmente adquiridos no exterior), promovendo o desenvolvimento da indústria nacional e gerando empregos na área de construção naval. Vale ressaltar também que a Marinha deixará de honrar compromissos contratuais, acarretando penalizações financeiras, ações ordinárias/mandado de segurança no âmbito da Justiça Federal.	
1N56 Desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio	Projeto desenvolvido	percentual de execução física	Investimentos	4.379.982	Destina-se ao Gerenciamento Executivo e Consultoria Técnica ao Projeto de Desenvolvimento do Missil Antinavio Nacional; ao Desenvolvimento de Unidade de Medida Inercial para Missil Superfície-Superfície; à Elaboração de Especificações, Acompanhamento, Apoio e Suporte Técnico necessários ao Desenvolvimento de um (1) Sistema de Lançamento de Terra para o Missil Superfície-Superfície Nacional; ao Desenvolvimento de Protótipo de Plataforma Inercial para o Missil Superfície-Superfície Nacional; à Elaboração de Especificação de um	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14NVL Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	Estação científica reconstruída	Investimentos	1.909.090	Sistema de Navegação e respectivo Acordo de Interfaces para o Sistema de Guiagem e Controle; ao Acompanhamento da Produção do Lote-Piloto do Sistema de Guiagem, Navegação e Controle; a Elaboração de Estudo para Implantação de uma Raia de Testes para Missil Superfície-Superfície; e, Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Gerenciamento Complementar para o Desenvolvimento do Missil Antinavio Nacional de Superfície. Espera-se, com a execução desta meta, obter um alto emprego da capacitação nacional na área de mísseis e foguetes. Também, que seja mitigada a perda de divisas na importação de sistemas, com maior oportunidade de investimento em empresas nacionais e ampliação das possibilidades de expansão de mercado da Indústria de Defesa Nacional, no Brasil e no exterior. Haverá geração de empregos no setor da indústria de defesa, cabendo ressaltar a necessidade de honrar compromissos contratuais com a empresa nacional envolvida.	
		percentual de execução física			Recurso necessário para realização da obra de reconstrução da nova EACF. Realização de obras civis; contratação de projetos, obras, serviços e estudos; aquisição, reparo e aluguel de equipamentos e meios de transporte para pleno funcionamento do apoio logístico; preparo do local; e serviços de infraestrutura para permitir a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz. A reconstrução da nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) irá permitir ao Brasil dar continuidade de presença na Antártica, por meio de apoio as diversas pesquisas que são conduzidas pelo país. Além do mais, a presença do país na Antártica é um projeto de Estado e o Brasil é membro do Tratado Consultivo da Antártica com direito de voto. A reconstrução da EACF trará diversos benefícios ao país a saber: desenvolvimento de tecnologia em técnicas de construção na Antártica, maior visibilidade no cenário mundial do país devido a reação expedita após o incêndio, a possibilidade de contar com uma Estação com equipamentos mais modernos contribuindo assim com o aprimoramento da pesquisa.	

52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
4528 Produção de Material de Emprego Militar	Material produzido	unidade	Serv. / Invest.	215	O custo médio refere-se a meta física de 438.773 entregas, no valor total de R\$94.355.329,00 previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 4528 para 2015. O valor das entregas é composto pela quantidade de Material de Emprego Militar produzido.	
52222 Fundação Osório						
20XS Ensino Assistencial na Fundação Osório	Aluno formado	unidade	Serv. / Invest.	2.689	O custo médio refere-se a meta física de 730 entregas, no valor total de R\$ 1.963.336,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 20XS para 2015. O valor das entregas é composto pela quantidade de alunos formados.	
52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas						
20XT Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	Paciente atendido	unidade	Serv. / Invest.	108	A Ação visa o desenvolvimento, manutenção e operação da infraestrutura médico-hospitalar do Hospital das Forças Armadas para prestar assistência médica, odontológica e hospitalar aos militares da ativa e inativos e seus dependentes, servidores do HFA, Ministério da Defesa, Presidência da República, Corpo Diplomático e demais órgãos conveniados. Atender demandas relacionadas com os serviços finalísticos, para suprir necessidades de materiais, serviços, obras e equipamentos afinentes à manutenção da Unidade. A Ação visa ainda proporcionar treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público, para capacitar o servidor do HFA no desempenho de suas funções institucionais. Seus recursos atendem ao suprimento dos inúmeros materiais de uso médico-odontológico-hospitalares, ao custeio da contratação de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos hospitalares e, ainda, ao fornecimento de equipamentos para a atividade-fim, entre outros. Planeja-se a aquisição de equipamentos que possibilitarão realizações de exames, diagnósticos e tratamentos de alto custo que oneram os sistemas (Fusma, Saram, Fusex) dentre outros equipamentos e mobiliários.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	
Justificativa					
Despesas com contratos e serviços:					
- contratos de manutenção e conservação de equipamentos médico-hospitalares, serviços de alimentação aos baixados, acompanhantes, lactantes, alimentação especial, concessionárias, serviços de limpeza e conservação hospitalar, residência médica.					
Despesas com materiais:					
- material hospitalar (incluindo materiais para as áreas de cirurgia ortopédica, cirurgia geral, emergência, UTI, etc.), material farmacológico, material de laboratório, material odontológico, gases medicinais e outros materiais.					
Obras e investimentos:					
- modernização e revitalização de instalações do HFA;					
- construção do centro de fisioterapia;					
- linhas de ações decorrentes do relatório do grupo de trabalho para interação e otimização dos serviços médico-hospitalares prestados pelas unidades militares sediadas em Brasília;					
- construção do Serviço Integrado de Oncologia-Sion;					
- construção do centro de pesquisa clínica;					
- construção do serviço de emergência.					
PO 001 – Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas					
Valor da PLOA 2015 para o PO: R\$ 54.059.670,00					
A meta física para este PO é de 500.000 pacientes atendidos.					
Custo Médio: R\$ 108,12/paciente					
PO 002 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação					
Valor da PLOA 2015 para o PO: R\$ 100.000,00					
A meta física para este PO é de 60 servidores capacitados					
Custo Médio: R\$ 1.666,67/capacitação					
Valor total da PLOA 2015 para a Ação: R\$ 54.159.670,00					
A meta física total para esta Ação é de 500.060 pacientes					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
52911 Fundo Aeronáutico						
14TH Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	unidade	Serv. / Invest.	8.333.333	Aquisição, desenvolvimento e implantação de sistemas voltados à operação das atividades militares, relacionadas à missão da Força Aérea Brasileira (FAB). Realização de capacitação e treinamento ao pessoal que desenvolve e opera os sistemas, de forma a fomentar a independência do Comando da Aeronáutica na produção e manutenção de seus próprios sistemas bélicos, o que estrategicamente é desejável.	atendidos/servidores capacitados. Custo Médio Total da Ação: R\$ 108,31
2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	Aeronave disponibilizada	unidade	Serviços	1.894.745	A destinação deste aporte orçamentário é para contratação de serviços de manutenção, armazenagem, embalagem e transporte de material aeronáutico e aeronaves; aquisição de publicações técnicas de aeronaves e equipamentos de aplicação aeronáutica, tudo com a finalidade de suprir e manter a disponibilidade da frota de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). Estas aeronaves disponíveis deverão ser empregadas no adestramento e nas operações militares da FAB. Os recursos são aplicados conforme orientação da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB) e supervisão do Comando Geral de Apoio (COMGAP) da FAB.	
20XB Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	Setor aeroespacial adequado	unidade	Serv. / Invest.	23.490.000	Realização de fomento da indústria aeroespacial brasileira; realização de pesquisas meteorológicas nas regiões de localização dos Centros de Lançamento; realização da qualificação profissional dos técnicos na área de ciência e tecnologia; execução de pesquisas e desenvolvimento de projetos nas áreas espacial e de defesa; realização de atividades voltadas à manutenção e expansão do conhecimento científico no segmento aeroespacial.	
20XV Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	1.475.318.733	Desenvolvimento e manutenção de todas as atividades que compõem o SISCEAB, por meio da aquisição de novos equipamentos, treinamento de pessoal e contratação de serviços necessários, buscando elevar os níveis de confiabilidade e excelência do Sistema como um todo. Manutenção dos acordos internacionais firmados, na área de controle do espaço aéreo.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	Unidade farmacêutica produzida	milhar	Serv. / Invest.	8	Suprir a demanda de medicamentos, além de possibilitar a regulação de preço e qualidade dos produtos que tem por fim atender aos programas governamentais de assistência farmacêutica.	
2916 Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica	Militar adestrado	unidade	Serv. / Invest.	4.614	Desenvolvimento e manutenção das atividades de capacitação técnica, física e operacional do efetivo da Força Aérea Brasileira (FAB).	
52921 Fundo do Exército						
13D9 Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército	Unidade habitacional disponibilizada	unidade	Serv. / Invest.	157.575	O custo médio refere-se a meta física de 33 entregas, no valor total de R\$ 5.200.000,00, previstos para a PLOA da Ação Orçamentária 13DB para 2015. O valor das entregas é composto pela disponibilização de trinta apartamentos e três casas.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
53000 Ministério da Integração Nacional						
53101 Ministério da Integração Nacional						
10GM Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Investimentos	2.812.000	Elaboração de diagnósticos, estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, de pré-viabilidade, de viabilidade e ambientais (EIA's), planos e projetos básicos para serem utilizados como subsídios na confecção de projetos de obras de infraestruturas hídricas de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, visando ampliar a oferta de água e a segurança hídrica para abastecimento humano.	
127A Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	5.100.000	Construção de redes e galerias de águas pluviais, dragagem e canalização de cursos de água, implantação de parques lineares e construção de reservatórios de amortecimento de cheias, entre outras atividades, visando a execução de obras de drenagem urbana e o manejo de águas pluviais para minimizar os efeitos das chuvas e controlar as enchentes e inundações em áreas urbanas e rurais.	
14RL Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	21.058.776	Intervenções de caráter local ou regional, mediante a execução de obras de sistemas de contenção de cheias, reservatórios, desassoreamento e contenção de margens, recuperação de erosões, além da elaboração de estudos e projetos necessários às intervenções, visando a redução dos impactos causados por cheias e inundações.	
14VI Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	Obra executada	unidade	Investimentos	18.644.166	Implantação de infraestruturas hídricas, em especial barragens, adutoras, canais e suas estruturas associadas, além da elaboração de estudos e projetos, visando ampliar a oferta de água e a segurança hídrica para abastecimento humano.	
14XU Estudos e Projetos para Implantação de Projetos de Irrigação	Estudo realizado	unidade	Investimentos	3.333.333	Elaboração de diagnósticos, estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, de pre-viabilidade, de viabilidade e ambientais (EIA's), planos e projetos básicos e executivos para a implantação de empreendimentos hidroagrícolas, visando subsidiar a implantação de projetos de irrigação.	
212Y Apoio a Projetos de Implantação de Sistemas Simplificados de Irrigação	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	1.046.600	Apoio a projetos de implantação de sistemas simplificados de irrigação compostos de captação de água, adução, bombeamento, reservação, distribuição, irrigação das parcelas e outras estruturas inerentes e necessárias a sua implantação. Visa a melhoria nas condições de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF						
10GM Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Investimentos	232.558	produção da agricultura familiar, com geração de emprego e aumento da renda das famílias.	
10RM Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	Sistema implantado	unidade	Investimentos	6.250.000	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
10RP Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	Projeto concluído	unidade	Investimentos	10.834.856	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
10ZW Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba	Obra concluída	unidade	Investimentos	2.000.000	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
116F Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos	Sistema implantado	unidade	Investimentos	6.428.571	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
12FT Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/lenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	437.500	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
12G5 Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 355 km no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	10.000	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
13RU Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguauçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururé, Tourão-Poçoas, Itapicuru e Vaza-Barrits (Eixo Sul) - na Região Nordeste	Projeto implantado	percentual de execução física	Investimentos	88.000	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
140C Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Serião Alagoano no Estado de Alagoas	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	1.392.307	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
141H Construção do Canal do Serião Pernambuco no Estado do Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
141J Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba	Obra executada	unidade	Investimentos	625.000	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
14RP Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura recuperada	unidade	Investimentos	418.181	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
14PX Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	288.709	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
14VI Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	Obra executada	unidade	Investimentos	10.333.333	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
1692 Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 24.504,90 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	2.380.952	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
20WP Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro reabilitado	unidades por ano	Investimentos	1.477.294	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5280 Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	405.405	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5308 Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	687.500	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5314 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 47.924,50 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	428.571	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5322 Implantação do Perímetro de Irrigação Jalba no Estado de Minas Gerais	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	937.500	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5330 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	212.037	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5348 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Miroto com 2.145 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	281.953	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5354 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	1.477.294	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5368 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	119.097	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5370 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Goutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	590.793	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
5378 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	216.704	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
5442 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	54.969	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
7G88 Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução	Investimentos	375.000	Custo Médio calculado dividindo-se o valor da PLOA 2015 pela meta física	
53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia						
20N8 Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e a inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	Tecnologia aplicada	unidade	Serv. / Invest.	520.000	Apoiar iniciativas do Plano Brasil sem Miséria visando Aprimorar a cadeia produtiva do queijo e de frutas nativas do Marajó para a elevação da renda das comunidades pobres do Marajó	
20N9 Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	Organização apoiada	unidade	Serv. / Invest.	500.000	Fortalecer as ações do eixo Temático do Ministério da Integração Nacional e da SUDAM de SUPERAR DESIGUALDADES REGIONAIS E ERRADICAR A MISÉRIA com prioridades a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e ao apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio. Ampliar as ações iniciadas em 2014 para outros estados da Amazônia apoiando a realização de mais 01 cursos	
20NE Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca	Projeto implementado	unidade	Serv. / Invest.	750.000	O projeto visa beneficiar as populações a zona costeira paraense que utilizam da pesca do caranguejo oferecendo alternativas de renda e emprego através da implantação de parques aquícolas para a criação de organismos marinhos em especial a criação de mexilhões e ostras projeto que esta na SUDAM apresentado em 2013 com a Universidade Federal Rural da Amazônia para implantação de unidades experimentais em maricultura. Implantar laboratórios de pesquisa em amicultura nos municípios de Belém-PA e Macapá-AP, para desenvolvimento de tecnologias de produção de sementes de moluscos bivalves com ênfase nas ostras	
20NK Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest.	500.000	O Pará é o maior produtor nacional de açaí, com uma produção anual de 851.829 toneladas de fruto, gerando, para economia paraense, um valor aproximado de R\$ 677,2 milhões. Grande parte desse produto é oriunda dos municípios do Marajó, região que concentra os menores IDH do país, alvo de programas governamentais como o Plano Marajó Sustentável.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8172 Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	Entidade apoiada	unidade	Serv. / Invest.	300.000	As qualidades intrínsecas do fruto, relacionadas com o suprimento de vitaminas, minerais e, principalmente, como excelente energético, abriam ótimas alternativas para sua comercialização no País e no exterior. A ação objetiva promover o desenvolvimento com diversificação da base econômica regional e verticalização da produção por meio da apropriação de métodos de intervenção em cadeias produtivas e APL, visando a estruturação da produção com ganho de produtividade com alcance dos mercados regional, nacional e internacional e ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios. APOIAR AÇÕES DE FORTALECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DAS CEDECS E COMDECS VISANDO A PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO À DESASTRES NA REGIÃO APOIAR AÇÕES DE FORTALECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DAS CEDECS E COMDECS VISANDO A PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO À DESASTRES NA REGIÃO	
	Iniciativa apoiada	unidade	Investimentos	700.000		
8902 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica					A construção da Feira permanente com foco na Agricultura Familiar e Economia Solidária, pretende dar suporte e apoio a agricultores familiares, melhorando sua renda através da venda direta ao consumidor, eliminando o atravessador e diminuindo o valor de seus produtos. A construção da Feira insere-se numa política de desenvolvimento econômico e social, orientada para geração de emprego e renda aos setores sociais de baixa renda, marginalizados e fragilizados do núcleo central do processo produtivo da economia local e regional. Visa aglutinar forças entorno de políticas públicas capazes de estimular a geração de emprego e renda e a cidadania a fim de promover e fortalecer a expansão da infraestrutura produtiva na Amazônia	
53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste						
20N7 Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.000.000	Trata-se de ação que pertence ao Projeto Brasil Sem Miséria e das Rotas da Integração do Ministério da Integração Nacional, que atende regiões de mais baixa renda cobrindo as famílias registradas no	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
Cadastro Único para programas.						
20N9 Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	Organização apoiada	unidade	Serv. / Invest.	1.000.000	Trata-se de ação que pertence aos Projetos Brasil Sem Miséria e Rotas da Integração do Ministério da Integração Nacional que atende regiões de baixa renda.	
4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade	Pessoa capacitada	unidade	Serv. / Invest.	1.100.000	Ação que engloba o Projeto Mulheres na Construção que tem como objetivo promover a inclusão social e produtiva por meio da oferta de qualificação profissional no setor da construção civil, atendendo preferencialmente mulheres e beneficiários de programas sociais de transferência de renda em parceria com os Institutos Federais da área de atuação da SUDENE.	
8340 Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação	Rede implantada	unidade	Serv. / Invest.	1.211.233	Os recursos destinados a essa ação tem como objetivo estruturar uma rede regional de inovação, estruturando um Centro de Vocações Tecnológica por Estado que pertença a área de atuação da SUDENE. A escolha desse objetivo foi um acordo realizado entre os Secretários de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Estados que pertencem a área de atuação da Sudene e utiliza 1,5% das liberações dos recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.	
53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS						
100N Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodi com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.290.721	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta realizada considerando o limite orçamentário estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional e o valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento.	
10DC Construção da Barragem Olítica no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	3.054.295	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada considerando o limite orçamentário estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional e o valor remanescente previsto para a continuidade dos serviços das obras de implantação do barramento.	
11AA Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	3.359.724	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento.	
12FS Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro São Bernardo com 5.598 ha no Estado do Maranhão	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	3.054.295	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
12FV Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	138.831	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento.	
12OB Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro irrigado transferido	unidade	Serv. / Invest.	812.500	O valor médio apresentado baseia-se na razão entre o total de recursos necessário para cumprir a participação financeira do governo no ano de 2015 (Portaria MI 1529, 02/10/2007) e o número de contratos celebrados (cada instrumento possui suas especificidades).	
140N Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas	Obra apoiada	unidade	Investimentos	11.800.000	Obras a serem realizadas com recursos do PAC. Custo médio proposto com base no limite disponibilizado pelo ministério, sendo o mínimo necessário para pequenas obras de revitalização/recuperação e adequação de infraestruturas hídricas e de ações complementares para assegurar a continuidade do abastecimento de água.	
140X Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação	Regularização efetivada	unidade	Serv. / Invest.	250.000	Recurso necessário ao atendimento de legislações ambientais e fundiárias, objetivando a regularização dos perímetros públicos de irrigação. Proposta realizada considerando o limite orçamentário estabelecido pelo órgão setorial e os custos médios históricos.	
14LA Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	610.859	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento.	
1M49 Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Projeto executado	percentual de execução física	Serv. / Invest	458.333	Custo médio proposto com base no limite disponibilizado pelo ministério, a ser utilizado para execução do contrato DNOCS 42/2012 relativo ao serviço continuado de sustentação e administração do ambiente de rede do DNOCS, em consonância com ação A27 - Contratar/renovar serviço de sustentação da Infraestrutura de Redes (PETI-PDTI 2013-2015). Recursos também utilizados para apoiar Projeto de Gestão Eletrônica Documental (GED) (contrato DNOCS 10/2013) de acordo com ação A33 - Implantar projeto de gestão eletrônica de documentos (PETI-PDTI 2013-2015).	
1M51 Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	153.846	Custo médio proposto com base no limite disponibilizado pelo ministério para a realização de investimentos, que compreendem as reformas dos pavimentos, abrangendo, inclusive a parte estrutural, fachadas, escadas, etc.; intervenções nos sistemas hidráulico-sanitários, detecção, incêndio, elétrica, telefone, lógica, som e ar-condicionado; além de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
projeto de segurança do prédio, constando de câmeras, cancelas, catracas, etc., e implantação do projeto de rede sem fio. Considerando que o custo de cada reforma varia de acordo com especificidades próprias, utilizou-se como parâmetro, o valor médio de mercado.						
1N64 Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	6.312.209	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor médio previsto para essa fase do empreendimento, como aquisição de tubos e equipamentos e demais serviços de implantação da adutora.	
1O12 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.188 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	1.832.577	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor remanescente previsto no planejamento da 2ª Etapa do projeto.	
1O21 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	3.353.987	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento para dar continuidade aos serviços das obras civis, bem como a contatação das obras elétricas e a construção do reassentamento.	
1O25 Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	394.614	Obra realizada com recursos do PAC. Proposta mensurada com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento para dar continuidade à implantação da área irrigada, bem como a implantação dos equipamentos "on-farm" e do Desmatamento Racional.	
20WP Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro reabilitado	unidades por ano	Investimentos	7.330.379	Ação realizada com recursos do PAC. Recurso mensurado para o atendimento de ações de recuperação, revitalização e modernização da infraestrutura de uso comum, além de supervisão, fiscalização e implantação de obras.	
212Y Apoio a Projetos de Implantação de Sistemas Simplificados de Irrigação	Projeto apoiado	unidade	Serviços	125.000	Custo médio proposto com base no limite disponibilizado pelo ministério, visando atender comunidades rurais difusas e com escassez de água, minimizando ou solucionando seu problema de abastecimento através da implantação de sistema de água simplificado, tais como poços, pequenas adutoras, etc.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212Z Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest.	671.208	Valores estimados com base no custo mensal por estação e considerando limites orçamentários estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional. Estes recursos darão suporte e apoio às estações e centros de pesquisa em aquicultura implantadas no semiárido brasileiro, viabilizando o desenvolvimento de conhecimentos e metodologias para a produção e a conservação de espécies nativas da ictiofauna, por meio da formação de plantéis de matrizes e reprodutores, produção de larvas, pós-larvas e alevinos para distribuição, povoamento e repovoamento de corpos d'água públicos, desenvolvimento de pacotes tecnológicos para cultivo de peixes em viveiros, tanques-rede e canais de irrigação, capacitação de técnicos, produtores, pescadores artesanais e estudantes em técnicas de manejo e criação de peixes, associativismo e gestão de empreendimentos aquícolas, prestação de assistência técnica e realização e publicação de pesquisas em aquicultura, de forma a promover a sustentabilidade da pesca e o desenvolvimento da aquicultura na área de atuação do DNOCS.	
3715 Construção da Barragem Bertal no Rio Pardo no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.036.196	Obra a ser realizada com recursos do PAC. Custo médio mensurado com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento, para dar continuidade à construção da barragem, bem como dos serviços de implantação das obras do barramento, das desapropriações e do atendimento às condicionantes ambientais.	
3735 Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.443.436	Obra a ser realizada com recursos do PAC. Custo médio mensurado com base no valor remanescente previsto no planejamento do empreendimento, com o objetivo de dar continuidade à construção da barragem, bem como dos serviços de implantação das obras do barramento, realização de desapropriações e do atendimento às condicionantes ambientais.	
5464 Implantação de estações de piscicultura e centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura	Estrutura implantada	unidade	Investimentos	350.000	O recurso será utilizado para equipar uma estação já implantada e sem condições de funcionamento por falta destes equipamentos. Custo	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
5980 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402 ha - No Estado da Paraíba	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	6.108.590	médio baseado no histórico das estações que já foram equipadas e no limite orçamentário disponibilizado pelo ministério. Obra realizada com recursos do PAC. Custo médio proposto com base no limite disponibilizado pelo ministério para a execução de ações de modernização e recuperação da infraestrutura de uso comum; supervisão, fiscalização e implantação de obras; solucionar entraves fundiários e ambientais; e promover a gestão do Perímetro.	
5984 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491 ha - No Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	916.288	Obra realizada com recursos do PAC. Custo médio proposto com base no limite disponibilizado pelo ministério para a execução de ações de modernização e recuperação da infraestrutura de uso comum; supervisão, fiscalização e implantação de obras; solucionar entraves fundiários e ambientais; e promover a gestão do Perímetro.	
7014 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Açu com 5.168 ha - No Estado do Rio Grande do Norte	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Serv. / Invest	181.818	Custo médio proposto com base no limite disponibilizado pelo ministério, visando transferir a gestão do perímetro público de irrigação aos seus produtores, bem como à recuperação das instalações elétricas e à recuperação do sistema de automação e controle de Estações de Bombeamento.	
53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO						
8902 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	Iniciativa apoiada	unidade	Investimentos	15.000.000	Após a suplementação de R\$ 10.000.000,00 nesta ação, autorizada pela SOF após o período inicial de definição do Quantitativo da LOA, há previsão orçamentária suficiente para a elaboração do Projeto Executivo do Trem Brasília-Luziânia. O EVTEA já foi contratado e tem previsão de conclusão em 2015. O valor tem em conta o porte esperado do projeto, estimado em centenas de milhões de reais.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

					Recursos de todas as fontes	
					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
54000 Ministério do Turismo						
54101 Ministério do Turismo						
10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	Projeto realizado	unidade	Investimentos	1.428.571	Tal valor justifica-se para fazer frente as ações estruturantes em conformidade com a Portaria nº 112, e também os 65 Destinos Indutores e apoiar, ainda outras obras em execução que necessitam de recursos adicionais. O cálculo baseou-se na média dos projetos apoiados no exercício de 2014. Estima-se 35 projetos no valor total de R\$ 50.000.000,00.	
14TJ Participação da União na Implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur	Projeto realizado	unidade	Investimentos	3.984.150	O valor representa o custo médio dos projetos elegíveis para o PRODETUR, segundo a Portaria nº 112. A estimativa é que sejam implantados no exercício 2015, 20 projetos ao custo total de R\$ 79.683.000,00.	
20Y3 Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	2.232.307	Para esta Ação, pelo critério de materialidade orçamentária, o principal produto/serviço/investimento esperado é a realização de "Campanhas promocionais". O Projeto inicial da LOA prevê atualmente R\$ 88,0 milhões para este objeto, com a respectiva realização de 4 Campanhas, o que resulta no custo médio unitário igual a R\$ 14,5 milhões.	
20Y4 Articulação e Ordenamento Turístico	Apoio realizado	unidade	Serviços	421.408	Para esta Ação, o principal produto/serviço/investimento esperado é "Estudo/acompanhamento realizado". O Projeto inicial da LOA prevê atualmente R\$ 23,9 milhões para este objeto, com a respectiva realização de 71 Estudos/acompanhamento realizado, o que resulta no custo médio unitário igual a R\$ 0,4 milhão.	
20C1 Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	500.000	Esse valor representará a contratação de 2 (dois) estudos/pesquisas e a promoção e ou participação deste departamento em 08 (oito) eventos, seminários, fóruns e conferências, nacionais e internacionais, articulando Estados e Municípios em parceria com o setor privado na promoção e divulgação de oportunidades de investimentos nos setores produtivos do turismo.	
4590 Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo	Pessoa qualificada	unidade	Serviços	500.000	O valor representa o custo médio dos projetos elegíveis para o DCPAT, segundo a Portaria nº 112. A estimativa é que sejam implantados no exercício 2015, 14 projetos ao custo total de R\$ 7.000.000,00	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
54201 EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo						
20Y5	Promoção Turística do Brasil no Exterior	Divisa gerada	Serviços	14.610	Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo passou a ser a unidade responsável, exclusivamente, pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior. Essa mudança de foco exigiu do Instituto uma profunda reformulação da sua atuação para posicionar o Brasil como destino turístico competitivo no mercado internacional.	
		milhão de dólares norte-americanos			Dentro desse contexto, foi desenvolvido o Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, lançado em 2005, com o objetivo de ser uma matriz de planejamento e orientador dos programas e ações criadas pelo Instituto.	
					Atualmente em sua terceira fase, o Plano Aquarela 2020, lançado em 2009, define as estratégias, metas e objetivos de marketing internacional do turismo brasileiro e as ações a serem realizadas nesta década, considerando especialmente que o Brasil iria realizar grandes eventos internacionais ao longo deste período, a exemplo da Copa do Mundo FIFA™ 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.	
					Existem vários exemplos de como um país pode impulsionar sua economia, transformar cidades e mudar ou melhorar sua imagem como destino turístico a partir de imensa exposição obtida antes, durante e depois da realização de grandes eventos.	
					Esses eventos são oportunidades únicas para o turismo de qualquer país que os recebe e o Brasil, que já é líder na América do Sul e um dos destinos turísticos emergentes no mundo, ganha condições de atingir um novo patamar na sua promoção como destino turístico global.	
					O planejamento é de extrema importância para o sucesso das políticas públicas em todos os setores. Por isso tem que se valorizar o papel do Plano Aquarela na construção de uma nova imagem do Brasil para o mundo, que já vê hoje o País com outros olhos.	

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	---------------	------------------------	---------------

O concurso foi realizado em três etapas e as votações foram encerradas no dia 18 de julho passado. O vídeo da Embraer levou a melhor na segunda e terceira fases do processo. Para a Embraer o título "Dance" foi a peça que fez com que o Brasil como sede da Copa do Mundo, iniciado há quatro anos atrás, durante a Copa da África do Sul. Desde então, as peças e campanhas publicitárias do Instituto têm buscado emocionar, impactar e motivar as pessoas a visitarem o País, ressaltando o estilo de vida dos brasileiros, o tempo e a intensidade do nosso povo. O objetivo é incrementar o fluxo de turistas estrangeiros, estimular o aumento da permanência e dos gastos desses visitantes e, ao mesmo tempo, tornar o País mais conhecido no exterior, divulgando novos atrativos e destinos turísticos.

A campanha foi planejada para chegar a 1,3 bilhão de pessoas, e foi veiculada em televisão, na internet, nas redes sociais e nas ruas públicas em 14 países (EUA, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, México, Alemanha, Reino Unido, Portugal, Espanha, Itália, Canadá, Holanda, França). De acordo com o histórico de propaganda e marketing utilizado pela Embratur, percebe-se um ponto muito forte presente em todas as campanhas de divulgação do Brasil no exterior. De uma forma ou de outra, o jêto de viver e a receptividade do nosso povo esteve sempre em evidência e o vídeo 'Dance' mostra muito bem isso.

Assista ao vídeo premiado:
<http://www.youtube.com/watch?v=kp7STkFn-rk>

Ademais, pesquisa realizada com jornalistas estrangeiros que participaram da Copa do Mundo revela que profissionais da mídia avaliaram positivamente o Brasil com destino turístico. Mais de 98% dos entrevistados aprovaram os atrativos turísticos. Os dados fazem parte do levantamento do Ministério do Turismo, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Os itens relacionados à infraestrutura do País e aos serviços tiveram aprovação superior a 80%, o que comprova a capacidade do Brasil para receber grandes eventos.

Para a EMBRATUR, outro dado importante revelado pela pesquisa é

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
durante a Copa, expandiu o monitoramento para outros países da América do Sul.						
Como demonstrado no Plano Aquarela, o sucesso alcançado não pode ser uma situação transitória. Para que os ganhos se tornem perenes se faz necessário o aprofundamento da estratégia de promoção desenvolvida pela EMBRATUR. Foi nessa perspectiva que o orçamento de 2015 foi elaborado. Ainda não se está no patamar orçamentário ideal, mas, dentro da realidade imposta é o mínimo necessário para continuação desse trabalho.						

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
20GD Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	Família atendida	unidade	Serviços	2.422	Transferência de recursos financeiros não reembolsáveis no valor de até R\$ 3.000 por família (agricultores familiares, famílias de povos de comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária) a ser distribuído em três parcelas anuais, com o objetivo de estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários	
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Família beneficiada	unidade	Serviços	57	Custo médio de R\$ 57 por cesta para a aquisição e distribuição de seis cestas de alimentos anuais para famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e aos grupos populacionais específicos, em situação de insegurança alimentar e nutricional.	
2798 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	Família agricultora beneficiada	unidade	Serviços	5.295	R\$ 5.295 é o custo médio de cada família beneficiada de agricultores familiares pela CONAB, Estados e Municípios (cerca de 23 Estados e 500 Municípios), sendo que o custo médio da tonelada de alimentos é de R\$ 1.400.	
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	Família atendida	unidade	Serviços	161	O custo médio desta ação é determinado pelo Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. O benefício básico mensal é de R\$ 77,00, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza. Ao benefício básico pode-se adicionar o benefício variável, no valor mensal de R\$ 35,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 175,00 por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição: gestantes; nutrízes; crianças entre 0 e 12 anos; ou adolescentes até 15 anos. Também, o benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 42,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 84,00 por família em situação de pobreza que tenham em sua composição adolescentes com idade de 16 a 17 anos matriculados em estabelecimentos de ensino.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8929 Apoio à Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos	Equipamento apoiado	unidade	Serviços	240.304	Custo médio de R\$ 240 mil para cada equipamento ou serviço público implantado, abrangendo a implantação, modernização e qualificação de sistemas locais de apoio à produção, abastecimento e consumo, bem como apoio às ações de gestão e formação em segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA.	
8948 Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	Tecnologia implantada	unidade	Serviços	5.185	Serão produzidos 55.000 mil equipamentos para acesso à água para consumo humano e produção de alimentos; abrangendo cisternas adaptadas para roça, tanques de pedra e barragens subterrâneas, além da capacitação de recursos humanos; custo médio de R\$ 3.000,00 as unidades básicas e R\$ 10.000,00 as que incluem estações de tratamento.	
55901 Fundo Nacional de Assistência Social						
2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Benefício processado	unidade	Serviços	1	Dotação resultante do pagamento de R\$ 0,99 por benefício do BPC e RMV processado.	
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	23.738	O orçamento desta ação é composto por cofinanciamento federal para os serviços de proteção social básica. Com relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF existe capacidade de atendimento mensal de 26.319.333 famílias referenciadas, cada uma ao custo mensal de R\$ 2,40. Para o ScFV - Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos são atendidos 5.072 municípios, correspondendo a 1.680.580 usuários mensais ao custo individual de R\$ 50,00 por mês. Nesta ação também constam despesas com equipes volantes e manutenção de lanchas.	
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	17.237	Co-financiamento federal no âmbito dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro POP e Centro Dia, é calculado a partir do porte do Município. O custo mensal de manutenção das 2.339 unidades do CREAS/PAEFI é de R\$19.222.400,00, totalizando R\$ 230.668.800,00 no exercício. Para as Regionais CREAS, o custo mensal para atendimento de 181 unidades é de R\$ 3.620.000,00, totalizando R\$ 43.440.000,00. Com relação às	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	15.947	Medida Socioeducativas em Meio Aberto, a capacidade de atendimento é de 2.416 grupo de jovens, ao custo mensal de R\$ 5.315.200,00. Os Serviços Especiais POP Rua possuem 304 unidades e seu custo mensal é de R\$ 4.919.000,00. Finalmente, os Serviços Especiais para as Pessoas com Deficiência (Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC) têm o custo mensal de R\$ 6.444.699,00 e estão presentes em 1.558 municípios.	
					Repasse mensal no âmbito do PBSM, abrange a habilitação e reabilitação de famílias em situação de extrema pobreza, atendendo pessoas com deficiência, abrigo para crianças, adolescentes, pessoas idosas e os Centros de Referências Especializados para a População de Rua - CREASPOP. Com respeito ao acolhimento institucional, o custo mensal é de R\$ 3.317.280,00 para até 32.260 vagas, resultando em despesa anual de R\$ 39.807.360,00. Para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes, a capacidade do sistema é 33.040 beneficiados ao custo mensal total de R\$ 16.520.000,00, implicando em gasto total de R\$ 132.160.000,00. Com respeito ao Atendimento à População de Rua, a capacidade de atendimento é de 24.975 beneficiados ao custo mensal total de 4.983.000,00, o que resulta em despesa total de R\$ 59.796.000,00. O atendimento à migrantes tem a capacidade para 5.400 vagas e o custo mensal de R\$ 1.107.000,00, totalizando R\$ 13.284.000,00. Finalmente, os serviços de atendimento em caso de calamidades dispõem de 38.768 vagas, ao custo mensal de R\$ 833.335,00.	
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	356.654	Este montante viabilizará a construção de 130 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ao custo médio de R\$ 350.000,00 cada.	
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	474.457	Ação inserida no âmbito do PBSM a fim de aumentar e aprimorar as unidades públicas que ofertam serviços às pessoas em situação de extrema pobreza. Os recursos em pauta serão utilizados para a construção de 23 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, ao custo médio de R\$ 450.000,00 cada.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8662 Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	Família beneficiada	unidade	Serviços	34	Custo de R\$ 40,00 por mês por beneficiário para os municípios com mais de 250 mil habitantes, capitais e municípios de regiões metropolitanas; nos demais municípios e zona rural o valor é de R\$ 25,00 por mês por beneficiário.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
56000 Ministério das Cidades						
56101 Ministério das Cidades						
00AF Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	Volume contratado	unidades por ano	Investimentos	65.000	Valor correspondente a média das contratações na referida ação orçamentária em 2014.	
00CW Subvenção Econômica Destinada à Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)	Volume contratado	unidade	Serviços	4.619	Valor correspondente a média das contratações na referida ação orçamentária em 2014.	
00CX Subvenção Econômica Destinada à Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)	Volume contratado	unidade	Serviços	30.126	Valor correspondente a média das contratações na referida ação orçamentária em 2014.	
00CY Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)	Volume contratado	unidade	Serviços	63.000	Valor correspondente a média das contratações na referida ação orçamentária em 2014.	
0E64 Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)	Volume contratado	unidade	Serviços	26.924	Valor correspondente a média das contratações na referida ação orçamentária em 2014.	
10S3 Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários	Intervenção apoiada	unidade	Investimentos	8.430.000	Média ponderada com peso diferenciado: 40% para o valor destinado aos serviços de urbanização e 60% para produção/aquisição de unidade habitacional, a partir dos limites estabelecidos nos Manuais dos Programas do Ministério das Cidades.	
10S5 Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou de Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Família beneficiada	unidade	Investimentos	13.000	Para o cálculo das famílias beneficiadas pela ação 10S5 adotou-se o critério de um indicador médio de custo no valor de R\$ 13.000,00 por família.	
10SC Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Família beneficiada	unidade	Investimentos	3.656	Para o cálculo das famílias beneficiadas pela ação 10SC adotou-se o critério de um indicador médio de custo no valor de R\$ 3.656,00 por família.	
10SS Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	16.064.457	Custo médio de obras de corredores estruturais de transporte coletivo	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
1N08 Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	Família beneficiada	unidade	Investimentos	4.357	urbano. Para o cálculo das famílias beneficiadas pela ação 1N08 adotou-se o critério de um indicador médio de custo no valor de R\$ 4.357,00 por família	
56902 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNNHIS						
10S6 Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	Intervenção apoiada	unidade	Investimentos	388.000	Média ponderada com peso diferenciado: 40% para o valor destinado aos serviços de urbanização e 60 % para produção/aquisição de unidade habitacional, a partir dos limites estabelecidos nos Manuais dos Programas do Ministério das Cidades.	
10SJ Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social	Intervenção apoiada	unidade	Investimentos	79.592	Média ponderada com peso diferenciado: 40% para o valor destinado aos serviços de urbanização e 60% para a produção/aquisição de unidade habitacional, a partir dos limites estabelecidos nos Manuais dos Programas do Ministério das Cidades.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura						
58101 Ministério da Pesca e Aquicultura						
0080 Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	Óleo diesel subvencionado	litro	Serviços	56	O valor da proposta atinge o montante de R\$ 18.617.634,00, sendo que a previsão é subvencionar 35 milhões de litros de óleo diesel a embarcações pesqueiras com um custo de R\$0,63.	
000N Apoio ao Funcionamento de Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade de Outros Entes	Terminal apoiado	unidade	Serviços	500.000	O custo da ação é justificado pela necessidade de manutenção de terminais pesqueiros, os gastos compreendem o pagamento de serviços de vigilância ostensiva, apoio administrativo, energia elétrica e água e esgoto.	
153U Construção e Ampliação de Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União	Terminal pesqueiro implantado	unidade	Investimentos	1.000.000	o valor alocado permitirá a adequação de dois terminais a serem definidos pela Secretaria de Investimento e Fomento - SEIF	
20XZ Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola	Iniciativa realizada	unidade	Serv. / Invest.	8.916	A ação contempla as atividades de adaptação da estrutura física e de recursos humanos da rede oficial de laboratórios para diagnósticos de doenças, análises de resíduos e contaminantes, os quais estão relacionados ao monitoramento de biotoxinas marinhas. Além disso, o crédito permitirá a celebração de convênios com Agências de Defesa Sanitária Animal nas Unidades da Federação para atividades em Defesa Sanitária Animal. Tais atividades de defesa sanitária para organismos aquáticos na maior parte dos estados é inexistente ou precária, dessa forma é necessário fazer a estruturação do Serviço Veterinário Oficial garantindo segurança para Saúde Pública e sustentabilidade da produção aquícola e pesqueira. Adicionalmente, a ação também prevê recursos para a estruturação da Rede de Epidemiologia do MPA a ser criada ainda esse ano, que inclui estruturação física de laboratórios de epidemiologia veterinária, compra de equipamentos e softwares para o desempenho das atividades de estudos epidemiológicos.	
20Y0 Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola	Iniciativa de fomento implementada	unidade	Serv. / Invest.	2.722	Os recursos alocados na ação orçamentária permitirão atender 7.500 pessoas em assistência técnica e extensão rural, sendo 2.670 localizadas em territórios cidadania, promover a execução de 10 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, apoiar 3 unidades	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
20Y1 Desenvolvimento da Infraestrutura Pesca e Aquícola	Unidade da cadeia produtiva disponibilizada/manida	unidade	Serv. / Invest.	1.635.132	produtoras de formas jovens, realizar estudos de zoneamento e ordenamento, implantar sinalização náutica e monitorar parques aquícolas continentais. Além disso, desenvolver ações voltadas a promoção do pescado no mercado nacional e internacional com apoio à realização de duas feiras internacionais, buscando canais de comercialização e formas de escoamento de produção já oriunda das ações de fomento do Plano Safra. O crédito é justificado, ainda, pela manutenção de ações de apoio à criação e consolidação de associações e cooperativas, bem como promoção de atividades de qualificação da gestão de empreendimentos da pesca e aquicultura, visando a adoção ou construção de modelos de autogestão. Apoio aos projetos de desenvolvimento de embarcações modelos a serem utilizadas pelo Programa Revitaliza, com a previsão de atendimento de 400 projetos.	
20Y2 Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas	Iniciativa realizada	unidade	Serv. / Invest.	2.581.310	Os créditos alocados na ação permitirão aquisição de patrulhas mecanizadas compostas por escavadeiras hidráulicas e tralhes de esteira. Além disso, os recursos promoverão a ampliação, recuperação e manutenção de infraestruturas das cadeias produtivas do setor pesqueiro, bem como o apoio à gestão de tais cadeias, inclusive em localidades consideradas Territórios da Cidadania. Existe, ainda, a previsão de gastos com a aquisição de caminhões frigoríficos.	
213F Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União	Terminal mantido	unidade	Serv. / Invest.	1.440.250	os custos da ação envolvem a realização do monitoramento da atividade pesqueira e aquícola, por meio do O custo da ação é justificado pela necessidade de manutenção de terminais pesqueiros, os gastos compreendem o pagamento de serviços de vigilância ostensiva, apoio administrativo, energia elétrica e água e esgoto. Além do custeio dos terminais, o valor alocado permitirá a aquisição de equipamentos.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos						
61101 Secretaria de Assuntos Estratégicos						
6662 Formulação e Desenvolvimento da Política de Planejamento Estratégico de Longo Prazo	Política formulada	unidade	Serviços	3.345.000	A ação abrange todas as atribuições institucionais da Administração Direta da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Essas atribuições são diversas e torna difícil a mensuração por meio de um produto. Além disso, não é possível agrupá-las num só produto. O Planejamento Estratégico da SAE prevê alguns indicadores que poderiam ser apontados como produtos, mas a ação orçamentária só aceita um. Por essas razões, fica difícil estabelecer um único produto para a ação. Em 2013 a ação não possuía produto/unidade de medida. Já em 2014, por exigência do órgão setorial de orçamento, a unidade estipulou um produto para a ação, com respectivas unidade de medida e meta física, o que se constituiu numa medida pró-forma, considerando que não é possível resumir em um só produto a integralidade das realizações da SAE no cumprimento da sua atribuição primeira, que é de assessorar o(a) Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional, conforme dispõe a Lei nº 10.683, de 2002. As realizações da SAE no cumprimento dessa sua missão podem, ou não, incluir a formulação e/ou a entrega formal de propostas de políticas públicas.	
61201 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada						
00M6 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	29.455	O custo médio informado acima, refere-se ao custo anual por Bolsa Concedida, ficando tomando o custo médio mensal por Bolsa Concedida em R\$ 2.455,00	
4727 Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro	Estudo realizado	unidade	Serv. / Invest.	700.000	Os custos médios de custeio e despesas correntes de um Estudo Realizado pelo IPEA, está estimado em R\$ 700.000,00 ano, podemos realizar até 6 seis Estudos com os recursos alocados na Ação	Os custos médios dos gastos com Investimentos nesta Ação, estão direcionados para área de Tecnologia da Informação, onde estimamos a aquisição de pelo menos 50 licenças classificadas em Tecnologia da

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	
Informação.					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
62000 Secretaria de Aviação Civil						
62201 Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC						
20SW Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil	Profissional capacitado	unidade	Serviços	974	Bolsas para pilotos privados e comerciais: * 20 bolsas ao custo de R\$ 1.400.000; custo médio de R\$ 70.000	
					Eventos nacionais de educação para profissionais da aviação civil: * 1.500 atendimentos em eventos nacionais; custo de R\$ 80.000; custo médio de R\$ 53.	
					Custo médio total de R\$ 1.480.000 / 1520 = R\$ 974	
2912 Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	Item fiscalizado	unidade	Serv. / Invest.	3.270	Ações voltadas às atividades finalísticas da Agência, como fiscalização, vistorias, inspeções e diligências, nas áreas de Regulação Econômica, Aeronavegabilidade, Infraestrutura Aeroportuária, Padrões Operacionais e Ação Fiscal.	
					Inclui a aquisição de itens de informática e a evolução e manutenção dos sistemas informatizados para permitir o acompanhamento e controle das atividades da agência.	
					Custo médio = R\$ 63.770.955 / 19.500 ações = R\$ 3.270	
6640 Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo	Estudo desenvolvido	unidade	Serviços	50.000	Há o planejamento para a realização de estudos em parceria com universidades brasileiras, notadamente ITA e UNB, nas áreas de ruído aeronáutico, metodologia para avaliação de serviços relacionados à aviação civil, integração de bases de dados para apoio às atividades de vigilância e análise das operações aéreas, análise dados e projeções a partir dos relatórios de investigação de acidentes.	
					Não obstante, dada a limitação orçamentária e considerando os compromissos já assumidos, bem como as ações finalísticas da	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
62901 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC						
14UB Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	Aeroporto adequado	unidade	Investimentos	21.307,692	Os custos unitários médios dos investimentos alocados na ação 14UB para o exercício de 2015 foram obtidos com base na média dos valores previstos nos Estudos de Viabilidade Técnica desenvolvidos para os aeroportos contemplados no "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos" e com base na previsão de que as obras tenham duração média de 2 anos.	Agência, será possível iniciar apenas um estudo em 2015.
14UC Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal	Aeroporto adequado	unidade	Serv. / Invest.	6.069,658	Os custos unitários médios dos principais serviços e investimentos alocados na ação 14UC para o exercício de 2015 foram baseados, prioritariamente, nos custos e índices da construção civil divulgados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para os custos e índices não encontrados no SINAPI foi feita uma composição baseada em outras tabelas específicas e/ou regionais, tal como o Sistema de Custos Rodoviários - SICRO, mantido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e em pesquisas de mercado, em conformidade com o que regula a nº Lei 8.666/1993 e o Decreto nº 7.983/2013, que determina que os custos do SINAPI/SICRO sejam utilizados como referências para a razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais do Orçamento Geral da União. Os processos plurianuais sofrem reajustes de acordo com os índices em vigor e são submetidos à avaliação da Comissão de Fiscalização da respectiva obra.	
20SW Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil	Profissional capacitado	unidade	Serv. / Invest.	9,252	Os recursos solicitados (R\$ 11.934.720,00) são necessários à capacitação de 1.290 profissionais de aviação civil, por meio dos projetos listados abaixo:	Projeto 1 – Capacitação e qualificação de profissionais que atuam no

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2111	Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil	Diagnóstico elaborado	unidade	11.642.000	Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis (SESCINC), de modo a atender os requisitos técnicos introduzidos na Resolução ANAC nº 279; mitigar os eventuais déficits de contingentes operacionais decorrentes do impacto regulatório nos aeroportos civis; e garantir o contingente requerido para a operação dos aeródromos civis regionais brasileiros.	
					Projeto 2 – Capacitação de profissionais que atuam no corpo gerencial em diferentes áreas dos aeroportos regionais civis que receberam ou receberão investimentos em infraestrutura como também daqueles que terão suas frequências de voos regulares elevadas ou que passarão a receber esses voos.	
					Projeto 3 - Capacitação de profissionais para a aviação civil, mediante a oferta de bolsas de estudos para formação prática de pilotos privados de aviação e bolsas de estudos para formação prática de piloto comercial com habilitação Multi e IFR (Instrument Flight Rules).	
					O custo unitário médio foi estimado com base nos parâmetros das contratações realizadas em 2014.	
			Serviços		Por se tratar de Termo de Cooperação destinado à realização de estudos e pesquisas para o planejamento e diagnóstico do sistema aeroportuário brasileiro, os custos unitários médios dos principais serviços alocados na ação 2111 para o exercício de 2015 foram definidos com base em pesquisa/cotação de mercado (preço de passagem aérea praticado pelas empresas, tabela salarial praticada por Fundações de Apoio, tabela Datafolha e consultoria do DNIT), valores constantes do Decreto nº 6.907/2009, bem como em outros Termos de Cooperação desenvolvidos pela Instituição Federal de Ensino Superior com outros órgãos da administração pública federal.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
63000 Advocacia-Geral da União						
63101 Advocacia-Geral da União						
10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU	Sistema implantado	Investimentos	150.000	percentual de execução física	
					A Tecnologia da Informação - TI exerce importante papel no desempenho da função constitucional da Advocacia-Geral da União, fornecendo suporte ao negócio da instituição, permitindo integração com órgãos do Poder Judiciário, e apoiando as suas áreas intermediárias e os órgãos centrais. A fim de permitir uma atuação efetiva e eficaz, a área de TI necessita que haja um perfeito alinhamento de suas estratégias e ações com as estratégias organizacionais. Assim, este Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI apresenta-se como o instrumento institucional de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de tecnologia da Informação da Advocacia-Geral da União. A partir do diagnóstico que busca compreender a situação atual da TI na organização e identificar as necessidades de informação para o negócio, é efetuado o planejamento de ações e metas, conforme prioridades definidas pela Alta Administração.	
					A abrangência deste PDTI atinge as unidades organizacionais da AGU, como se segue:	
					1. Gabinete do Advogado-Geral da União;	
					2. Procuradoria-Geral da União;	
					3. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;	
					4. Consultoria-Geral da União;	
					5. Corregedoria-Geral da Advocacia da União;	
					6. Secretaria-Geral de Contencioso;	
					7. Secretaria-Geral de Consultoria;	
					8. Procuradoria-Geral Federal;	
					9. Procuradoria-Geral do Banco Central;	
					10. Secretaria-Geral de Administração;	
					11. Escola da Advocacia-Geral da União;	
					12. Ouvidoria da Advocacia-Geral da União;	
					13. Adjutoria de Gestão Estratégica e	
					14. Departamento de Tecnologia da Informação.	
					Tratamos das despesas de manutenção do Centro de	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2674 Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	Processo judicial analisado	unidade	Serv. / Invest.	57	Processamento de Dados da AGU, aqui são mantidos os sistemas que devem ter interoperabilidade com o Poder Judiciário, os contratos de rede, contratos de segurança da informação, além de equipamentos de grande porte, como firewall, computadores, switches, equipamentos de videoconferência e servidores para backup, modernização da sala de servidores devido a obsolescência de equipamentos. Em anexo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da AGU, nele constam às fls 34 a 37 tabelas que demonstram a necessidade do orçamento para T.I. seja em 2014 de R\$ 144.879.500,00 e em 2015 de R\$ 153.693.640,00. No entanto, cientes da dificuldade orçamentária e financeira do País estamos adiantando alguns dos projetos de T.I. e solicitando apenas os R\$ 126.000.000,00 para 2015.	
					A necessidade de orçamento da AGU para o exercício de 2015 é da ordem de R\$ 489.110.000,00, basicamente esse valor se resume às três principais ações: 1 -) R\$ 268.400.000,00 Despesas de funcionamento – Basicamente são despesas que mantêm as 135 instalações da AGU, com 193 unidades, 62 Escritórios de Representação, funcionando por todo o País, tais como despesas como água e esgoto, energia elétrica, telefone, condomínio, locação de imóvel, limpeza, vigilância, recepção e manutenção predial. Segue em anexo planilha com a demonstração das 12 principais despesas, que representam 70% do custeio desta Ação no ano de 2013 e a projeção para 2015 (Comparativo 2013 – PLOA 2015). Custeio – R\$ 286.400.000,00 Capital – R\$ 2.000.000,00 2 -) R\$ 126.000.000,00 Despesa com Tecnologia da Informação – Tratamos das despesas de manutenção do Centro de Processamento de Dados da AGU, aqui são mantidos os sistemas que devem ter interoperabilidade com o Poder Judiciário, os contratos de rede, contratos de segurança da informação, além de equipamentos de grande porte, como firewall, computadores, switches, equipamentos de videoconferência e servidores para backup, modernização da sala de servidores devido a obsolescência de equipamentos. Em anexo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da AGU, nele constam às fls 34 a 37 tabelas que demonstram a necessidade do orçamento para T.I. seja	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	
					em 2014 de R\$ 144.879.500,00 e em 2015 de R\$ 153.693.640,00. No entanto, cientes da dificuldade orçamentária e financeira do País estamos adiando alguns dos projetos de T.I. e solicitando apenas os R\$ 126.000.000,00 para 2015.
					Custeio – R\$ 91.000.000,00
					Capital – R\$ 35.000.000,00
					3 -) R\$ 94.710.000,00 Instalações Eficientes e Sustentáveis – Essa ação corresponde a expansão da AGU, ela é necessária para atender 64 instalações da AGU espalhadas pelo Brasil as quais encontram-se em situação precária, impedindo que a AGU possa acompanhar a interiorização da Justiça Federal. Em anexo, segue planilha com demonstrativo das principais prioridades para 2015.
					Custeio – R\$ 68.890.000,00
					Capital – R\$ 25.820.000,00
					Acréscenta-se que o crescimento da Justiça Federal pressiona a expansão das atividades da AGU. Destacamos abaixo as competências da Justiça Federal que estão diretamente correlacionadas com as competências da AGU:
					Compete à Justiça Federal, resumidamente, processar e julgar as causas em que a União, autarquias e fundações forem interessadas como autoras, réus, assistentes ou oponentes; as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País; as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional; os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas; os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente; as causas relativas a direitos humanos; os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira; os habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento prover de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição; os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal; os crimes executados os casos de competência dos tribunais federais; os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Recursos de todas as fontes R\$ 1,00					
desenvolvimento do País.					
Atualmente, existem aproximadamente 3 milhões de processos judiciais sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União -PGU, órgão responsável pela defesa judicial da União em processos que tramitam na Justiça Federal, na Justiça Trabalhista, na Justiça Eleitoral, na Justiça Militar e na Justiça Estadual, desde o 1º grau até os Tribunais Superiores, exceto o Supremo Tribunal Federal. Em 2013, o Poder Judiciário encaminhou 261.182 sentenças e acórdãos para a PGU e seus órgãos de execução, o que significa uma atuação em cerca de 1.000 decisões judiciais por dia útil. Ocorre que a AGU não apenas defende a União nas ações em que figura como ré, como também auxilia e acompanha as denominadas ações "proativas" que objetivam a recuperação de valores devidos aos cofres públicos. Neste contexto, cumpre mencionar que o valor efetivamente arrecadado pelo Grupo Proativo calculado a partir dos valores que ingressaram no Tesouro Nacional atingiu R\$ 115 milhões em 2012 e R\$ 154 milhões em 2013, segundo os dados extraídos do SIAFI. Registra-se que a interiorização da Justiça Federal, com a abertura de novas varas de forma concentrada no interior do país, acabou impactando de forma direta no volume de trabalho dos Advogados Públicos. Isto porque, além de facilitar o acesso da população à Justiça, o que propiciou o ajuizamento de um número significativamente maior de processos judiciais, aumentou o número de viagens realizadas para participação em audiências e despachos com magistrados. Cabe mencionar também que a expansão das Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais, com juízes atuando exclusivamente nestes órgãos, vem aumentando de forma contínuo a celeridade na tramitação dos processos nessa instância e, consequentemente, o volume de trabalho dos Advogados Públicos responsáveis por estes processos. Por fim, a informatização vivenciada pela Justiça Federal implica maior velocidade na tramitação de processos. O que provoca aumento no volume de trabalho dos Advogados Públicos, que passam a ter que atender a mais atos judiciais em um menor período de tempo. Alguns Advogados Públicos recebem cerca de 400 processos/dia e participam					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	
					rurais – Valor 2,9 milhões;
					• Vitória histórica no STJ envolvendo o setor Sucroalcooleiro: com essa vitória, o valor que será pago de indenização aos usineiros que reclamavam reajuste de preços será reduzido em várias dezenas de bilhões de reais (o valor exato ainda está sendo calculado);
					• GARANTIA JURÍDICA DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO NO BRASIL;
					• AGU está garantindo a realização da Copa do Mundo ao impedir na Justiça a realização de várias greves: Polícia Federal, Receita Federal, Ministério da Cultura, Eletrobrás, Aeroviários do Rio de Janeiro e Rodoviários do Rio Grande do Norte;
					• Também garante mobilidade para a realização da Copa do Mundo ao impedir na Justiça as interdições a aeroportos e rodovias: Aeroportos do Rio de Janeiro e entorno, rodovias federais e locais no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe;
					• Garante segurança a realização da Copa do Mundo ao possibilitar através da justiça a convocação de policiais militares para a segurança da COPA;
					• Combate Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, que pedia a suspensão de trabalho voluntário na Copa;

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
64000 Secretaria de Direitos Humanos						
64101 Secretaria de Direitos Humanos						
0083 Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9, 140, de 1995)	Indenização concedida	unidade	Serviços	100.000	No dia 4 de dezembro de 1995, por meio da Lei nº 9, 140, o Estado brasileiro, após 30 anos da instauração da ditadura civil-militar, reconheceu como mortas dezenas de pessoas que, em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, encontravam-se desaparecidas. Em 18 de dezembro de 1995, por meio de Decreto, fora criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP. Em 14 de agosto de 2002, por meio da Lei nº 10.536, a Comissão Especial passou a examinar e reconhecer casos de morte ou desaparecimento ocorridos até 05 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição brasileira, a "Constituição Cidadã." A partir da Lei 10.875, de 1º de julho de 2004, os critérios para reconhecimento das vítimas da ditadura civil-militar foram ampliados e dezenas de pessoas vitimadas por agentes públicos em manifestações públicas, conflitos armados ou que praticaram suicídio na prisão de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura, foram reconhecidas. A ação é implementada desde o momento em que a Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, acolhe o requerimento solicitando a indenização. A CEMDP, de acordo com as exigências da Lei nº 9,140/95, se encarrega da análise dos processos de reparação, avaliando caso a caso, aprovando-os ou não, com base nos critérios exigidos pela Lei. Uma vez julgado como procedente o requerimento, a Comissão promove a autorização para liberação dos recursos destinados a reparação indenizatória. O piso da indenização foi fixado em R\$ 100 mil pela CEMDP.	
14UF Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes	Unidade apoiada	unidade	Investimentos	2.500.000		A ação contempla o apoio para a implantação de núcleos de atendimento integrado e inicial a crianças e adolescentes vítimas de violência e, de modo particular, para o fortalecimento técnico e financeiro a projetos que visem o enfrentamento ao abuso e exploração

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
202N Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	250.000	sexual, através de ações integradas e referenciais, programas preventivos e de sensibilização, incluindo a promoção da responsabilidade social das empresas e trabalhadores, especialmente na cadeia produtiva do turismo. Inclui também o fomento a ações de responsabilização dos agressores e programas de atendimento aos autores de violência a fim de evitar a reincidência. A ação prevê o incentivo ao reordenamento das unidades de semiliberdade e internação; a implantação de núcleos de atendimento inicial para adolescentes autores de ato infracional; a efetivação de processo de municipalização das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade; bem como o fomento à defesa técnica visando a garantia do direito constitucional de ampla defesa e de acordo com os princípios e marco legal do SINASE. Inclui-se, de modo geral, a formulação e implementação de parâmetros de atendimento de crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, como no caso de protocolos para preparação de adotantes e para atendimento de adolescentes com diversidade sexual e a atenção a crianças e adolescentes em situação de desastre ou no contexto de grandes obras e eventos. Também viabiliza a equipagem, reforma, construção e estruturação de Conselhos Tutelares. Criação ou manutenção de conselhos e órgãos de natureza colegiada ou executiva; apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão com os Centros de Referência em Direitos Humanos, atendendo a pessoas idosas, população LGBT, população de rua, vítimas de violência, etc; promoção de ações de educação e de produção e disseminação de conhecimentos; ações de promoção do Direito à Verdade e à Memória; promoção de intercâmbio de informações e cooperação técnica internacional; promoção do fornecimento de documentação civil básica; ações de combate à tortura e ao trabalho escravo; apoio à construção de política de drogas e voltadas às pessoas com transtorno mental; promoção de segurança pública e fortalecimento do fórum nacional de ouvidores de polícia; e, apoio a projetos que, tendo por base o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3, visem à promoção e defesa dos direitos humanos.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
210G Proteção a Pessoas Ameaçadas	Pessoa protegida	unidade	Serv. / Invest.	40.000	Oferecer assistência jurídica, psicológica e social a testemunhas e a vítimas de crimes, monitoramento e manutenção dos programas estaduais de assistência a testemunhas ameaçadas. Assegurar proteção às pessoas que, comprovadamente, estejam sendo ameaçadas e que venham a colaborar voluntariamente com a Justiça na elucidação de crimes, buscando a sua reinserção social. Capacitar continuamente agentes operadores dos serviços de proteção a testemunhas (estaduais e federal). Coordenar e implementar medidas urgentes para a garantia da proteção aos defensores dos direitos humanos ameaçados, bem como na articulação de medidas preventivas que atuem nas causas das ameaça. Tais medidas serão implementadas por meio da capacitação e instrumentalização dos agentes públicos responsáveis pela proteção; de campanhas de sensibilização da sociedade voltadas para a importância da atuação dos defensores dos direitos humanos; da capacitação e orientação de autoproteção aos defensores dos direitos humanos; do monitoramento dos casos de violações contra defensores dos direitos humanos; e de visitas "in loco" a situações de risco iminente aos defensores dos direitos humanos. Proporcionar aos defensores dos direitos humanos de todo o País condições para que desempenhem suas atividades com segurança e apoiá-los quando envolvidos em situações de ameaça ou risco iminente a sua integridade física. Retirar as crianças e adolescentes ameaçados do local de risco e inseri-los em comunidades seguras que possibilitem que sejam assistidos por serviços de saúde, educação, esporte e outros que se façam necessários para o desenvolvimento saudável desta população, promovendo atendimento por psicólogos, advogados e assistentes sociais e garantindo moradia, alimentação e demais despesas no período de inserção na comunidade de proteção, além da inclusão dos familiares adultos dos ameaçados em atividades laborais como forma de assegurar a convivência familiar. Enfrentar a violência letal contra crianças e adolescentes. O Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAAM trabalhará com equipes locais formadas por psicólogos, advogados e assistentes sociais que diagnosticarão a ameaça de morte e a modalidade de proteção necessária para o caso,

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
210M Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	250.000	identificação locais para a proteção e acompanhamento os protegidos no período de inclusão. Capacitar e treinar, por meio de programas especializados, advogados, psicólogos, assistentes sociais e demais técnicos responsáveis pela operacionalização dos programas de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte. Realização de ações de capacitação, publicidade, publicações; implementação de serviços de atendimento; apoio a fóruns de participação e conselhos de direitos; cooperação internacional; articulação intra e intergovernamental; e, financiamento de projetos, que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo por base as diretrizes presentes na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 e no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Implantação e fortalecimento de serviços de atendimento; desenvolvimento e divulgação de estudos e pesquisas; realização de cursos, seminários, oficinas, encontros técnicos e capacitações de recursos humanos (técnicos, agentes sociais, gestores públicos e profissionais); e, elaboração, produção, e difusão de publicações sobre a temática que tratem dos direitos da pessoa com deficiência e de seus respectivos conselhos estaduais e municipais, abrangendo temas relativos à acessibilidade e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, visando instigar a mobilização social, de universidades, de instituições governamentais e não-governamentais e de particulares, gerando conhecimento e desenvolvendo ações articuladas, nas localidades em que forem implantados os serviços de atendimento ao cidadão, relativas à acessibilidade e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, estimulando e qualificando a participação das pessoas com deficiência nas políticas públicas estaduais e municipais por meio de órgãos representativos do controle social.	
210N Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	250.000		
4906 Disque Direitos Humanos	Denúncia encaminhada	unidade	Serviços	150.000	Elaboração, implantação e manutenção de um modelo de Disque Direitos Humanos, para teleatendimento, análise e classificação de cada denúncia e o seu envio ao Ministério Público, com mecanismos e instrumentos técnicos e administrativos que fundamentem a constituição da base de informações, normalizadas e sistematizadas. Estruturação	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8810 Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais	Projeto apoiado	unidade	Serviços	250.000	física e funcional da Ouvidoria dos direitos da cidadania. Realização de seminários com as organizações e instituições estaduais que atuam com disques e SOS, envolvimento diretamente com o Disque Direitos Humanos, como forma de oferecer à sociedade brasileira um canal rápido de acesso ao Estado para a garantia de seus direitos, que prime pela resposta rápida e pela solução prática das queixas apresentadas. Realização de encontros, seminários e eventos; apoio à instalação e funcionamento de centros de pesquisas em universidades; apoio a fóruns e conselhos de direitos estaduais e municipais; realização de estudos e pesquisas, visando consolidar e divulgar informações e conhecimentos sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais; sobre as formas de prevenção de violações, promoção e defesa de seus direitos; e, a mobilização e controle social das políticas públicas.	
8819 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Projeto apoiado	unidade	Serviços	250.000	Definição de diretrizes gerais, princípios e currículos para realização de cursos de capacitação sobre direitos humanos dos idosos e prevenção da violência; e estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa (universidades, centros de pesquisa) para a realização de estudos e pesquisas, visando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os direitos da pessoa idosa de forma a oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de atenção aos idosos e de defesa e proteção de seus direitos bem como informar a população sobre os direitos desse grupo populacional.	
64901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA						
210M Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	250.000	Realização de ações de capacitação, publicidade, publicações; implementação de serviços de atendimento; apoio a fóruns de participação e conselhos de direitos; cooperação internacional; articulação intra e intergovernamental; e, financiamento de projetos, que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo por base as diretrizes presentes na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 e no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	

64902 Fundo Nacional do Idoso - FNI

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8819 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Projeto apoiado	unidade	Serviços	250.000	Definição de diretrizes gerais, princípios e currículos para realização de cursos de capacitação sobre direitos humanos dos idosos e prevenção da violência; e estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa (universidades, centros de pesquisa) para a realização de estudos e pesquisas, visando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os direitos da pessoa idosa de forma a oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de atenção aos idosos e de defesa e proteção de seus direitos bem como informar a população sobre os direitos desse grupo populacional.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres						
65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres						
14XS Construção da Casa da Mulher Brasileira	Unidade implantada/aparelhada/adequada	unidade	Investimentos	5.246.153	Os recursos destinam-se à construção ou reforma e equipamento de 13 Casas da Mulher Brasileira a serem localizadas nos estados do Acre, Alagoas, Sergipe, Tocantins, Rio Grande do Sul, Piauí, Paraná, Roraima, Maranhão, Bahia, São Paulo, Ceará, Espírito Santo, Dessas, 8 Casas tem recursos parcialmente assegurados em 2014 e as demais, em número de 5, serão integralmente apoiadas à conta do Orçamento de 2015, com um custo estimado de R\$ 8,2 milhões/Casa.	
210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	138.385	Apoio técnico e/ou financeiro para a criação e/ou o fortalecimento de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres, bem como para a realização de fóruns; seminários; oficinas; diálogos; workshops; cursos; concursos; prêmios; publicações; produções culturais; estudos; diagnósticos; análises; formação de profissionais e outros eventos para a promoção da igualdade e dos direitos das mulheres, em especial no que se refere aos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPW.	
210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	Serviço apoiado	unidade	Serv. / Invest.	327.540	Os recursos destinam-se ao apoio de 163 serviços de assessoria técnica e financeira a estados e municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher, incluindo a manutenção das Casas da Mulher Brasileira, ação do Programa Mulher: Viver sem Violência, e adequação dos serviços não especializados, envolvendo as ouvidorias e os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação, de forma a assegurar um atendimento adequado, humanizado, integrado, multissetorial e em rede às mulheres em situação de violência. Além disso, prevê-se a realização de eventos para discussão e capacitação desta temática junto aos profissionais dos serviços e à sociedade em geral e divulgação dos serviços para ampliar o conhecimento e o acesso da população. Note-se que as iniciativas tem custo médio unitário bastante diferenciados, como o caso da Casa da Mulher Brasileira que equivale a	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	Atendimento realizado	unidade	Serviços	7	aproximadamente R\$ 2,8 milhões/Casa/Ano. Os recursos destinam-se ao fortalecimento e ampliação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), elaboração, implantação e manutenção de um modelo de Disque-Denúncia, de abrangência nacional e internacional, para teleatendimento, análise e classificação de cada denúncia e o seu envio aos órgãos especializados, com mecanismos e instrumentos técnicos e administrativos que fundamentem a constituição da base de informações, normalizadas e sistematizadas, com previsão de 1.500.000 atendimentos a serem realizados.	
8843 Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	383.015	Os recursos destinam-se ao apoio a iniciativas de promoção da autonomia econômica das mulheres e da equidade de gênero e raça no mundo do trabalho, visando a modificação da divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país. Estima-se que serão apoiadas 25 iniciativas, incluindo a realização de encontros, seminários, eventos, apoio a instalação e funcionamento de centros de pesquisas em universidades, realização de estudos e pesquisas para promover a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes

R\$ 1,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
66000 Controladoria-Geral da União					
66101 Controladoria-Geral da União					
14UP Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	57.142	Início da construção do edifício-sede da CGU-RPE, com previsão de execução de 14% da obra. Custo unitário corresponde a 1% da obra.
14UQ Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	66.666	Início da construção do edifício-sede da CGU-RMA, com previsão de execução de 12% da obra. Custo unitário corresponde a 1% da obra.
14UR Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	9.090	Construção do edifício-sede da CGU-RIAM, com previsão de execução obra de 22%. Custo unitário corresponde a 1% da obra.
14US Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	50.000	Construção do edifício-sede da CGU-R/PB, com previsão de execução de 4% da obra. Custo unitário corresponde a 1% da obra.
14UT Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	38.209	Construção do edifício-sede da CGU-R/RN, com previsão de execução de 59% da obra. Custo médio corresponde a 1% da obra.
14UJ Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	47.058	Construção do edifício-sede da CGU-R/PI, com previsão de execução de 17% da obra. Custo médio corresponde a 1% da obra.
156S Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	50.000	Construção do edifício-sede da CGU-R/TO, com previsão de execução de 1% da obra.
156T Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	66.666	Construção do edifício-sede da CGU-R/ES, com previsão de execução de 3% da obra. Custo médio corresponde a 1% da obra.
2D58 Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição	Ação realizada	unidade	Investimentos	3.626	As principais ações da CGU estão divididas da seguinte forma: Ouvidoria Geral da União - 22 eventos; Corregedoria Geral da União - 1.500 ações de correição; Fiscalização - 11.500 ações de controle e Combate à Corrupção - 1.300 ações. Além disso existem as despesas com manutenção administrativa da CGU sede e Regionais e as despesas com tecnologia da informação.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
67000 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial						
67101 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial						
210H Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	321.429	Será destinado R\$ 926.963,00 (novecentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e três reais) para formalização de convênios com Estados e R\$ 801.871,00 (oitocentos e um mil, oitocentos e setenta e um reais), com Municípios, com a finalidade de fomentar ações afirmativas e outras iniciativas para a promoção da igualdade racial. Será aplicado, ainda, R\$ 2.771.166,00 (dois milhões, setecentos e setenta e um mil, cento e sessenta e seis reais), em ações de apoio a outras iniciativas, como, atividades de mobilização, pactuação e capacitação das instituições componentes da Rede de Atendimento do Disque Igualdade Racial.	
213Q Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais e Municipais para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	Organização apoiada	unidade	Serv. / Invest.	212.500	Desenvolvimento e implantação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, por meio de Convênios com Estados e Municípios, sendo metade em serviços e metade em investimento.	
214D Atendimento a Pessoas Vítimas de Preconceito Racial - Disque Igualdade Racial	Denúncia encaminhada	unidade	Serviços	9	- Implantação do Disque Igualdade Racial: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Contact Center para implantação, operação e apoio à gestão do Disque Igualdade Racial, com Funções de Ativo e Receptivo, na forma humana e eletrônica e Teledendimento Ativo na forma humana, englobando os equipamentos e sistemas de atendimento, os recursos humanos para atendimento, supervisão, monitoramento e gestão da qualidade, as instalações físicas, infraestrutura de hardware e software, mobiliário, telefonia, equipamentos e aplicativos.	
6440 Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais	Comunidade atendida	unidade	Serviços	24.692	Serão aplicados R\$ 1.816.286 (um milhão, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e seis reais) em Convênios e Termos de Execução Descentraliza, bem como 2.183.734,00 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais) em outras despesas, visando a promoção, de forma sustentável, do desenvolvimento das Comunidades Tradicionais e Quilombolas.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
68000 Secretaria de Portos						
68101 Secretaria de Portos						
122A Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.205.882	O custo unitário médio apresentado refere-se à mais recente composição de preços unitários relativos à ação em tela. Cabe ressaltar que há uma variação significativa nos custos unitários médios de dragagem, que são expressos em m³, devido a particularidade de cada empreendimento, levando em consideração o tipo de equipamento a ser utilizado e o material a ser dragado. Assim o custo médio unitário de dragagem para referida Ação é de R\$ 22,31 por M³.	
122E Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	5.000.000	O custo unitário médio apresentado refere-se à mais recente composição de preços unitários relativos à ação em tela. Cabe ressaltar que há uma variação significativa nos custos unitários médios de dragagem, que são expressos em m³, devido a particularidade de cada empreendimento, levando em consideração o tipo de equipamento a ser utilizado e o material a ser dragado. Assim o custo médio unitário de dragagem para referida Ação é de R\$ 22,48 por M³.	
122O Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.702.128	O custo unitário médio apresentado refere-se à mais recente composição de preços unitários relativos à ação em tela. Cabe ressaltar que há uma variação significativa nos custos unitários médios de dragagem, que são expressos em m³, devido a particularidade de cada empreendimento, levando em consideração o tipo de equipamento a ser utilizado e o material a ser dragado. Assim o custo médio unitário de dragagem para referida Ação é de R\$ 18,01 por M³.	
122X Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	1.131.707	Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida (1%) em sua execução física, o que corresponde ao aprimoramento e à implementação do sistema Porto Sem Papel em um bloco de Terminais de Uso Privativo - TUP.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
12K7 Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.400.000	Execução de obras para alinhamento e reforço de 490 m de cais com larguras variáveis. O custo médio informado foi calculado em função da área de cais implantada (aproximadamente 12 mil m²). Trata-se de obra com implantação de fundações em profundidades variando de -32 a -60 m e utilização de estacas pranchas metálicas para contenção do aterro. Assim o custo médio unitário para referida Ação é de R\$ 11.250,00 por M².	
12KP Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	756.809	Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida (1%) em sua execução física, o que corresponde a etapas de implementação do sistema Cadeia Logística Portuária Inteligente nos portos contemplados pelo programa.	
12KQ Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	411.417	Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida (1%) em sua execução física, o que corresponde à implantação a etapas de implementação do sistema Sistemas de Gerenciamento de Infraestrutura Portuária (Infraport) nas Administrações Portuárias contemplados pelo programa.	
12KR Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	1.606.438	Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida (1%) em sua execução física, o que corresponde a etapas de implementação do sistema Vessel Traffic Management Information System - VTMS - Sistema de Informação de Gerenciamento do Tráfego de Embarcações nos portos contemplados pelo programa.	
12KS Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em Portos Marítimos	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	1.350.000	Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida (1%) em sua execução física, o que corresponde a etapas de implementação do projeto Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos Portos Marítimos Brasileiros nos portos contemplados pelo programa.	
138Y Implantação de Dispositivos de Controle de Saúde em Portos Organizados Marítimos	Sistema implantado	unidade	Investimentos	500.000	Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida em sua execução física, o que corresponde a implementação de 1 projeto específico que trate de Dispositivos de Controle de Saúde nos	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
portos contemplados pelo programa.						
20B9 Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - PAC	Estudo realizado	unidade	Investimentos	3.783.333	P.O I - Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida em sua execução física, o que corresponde a um a contratação de 1 estudo demandado pela Secretaria de Políticas Portuárias para a execução de suas atribuições legais.	
2101 Desenvolvimento do Setor Portuário	Estudo realizado	unidade	Investimentos	1.000.000	P.O II - Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida (1%) em sua execução física, o que corresponde	
Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida em sua execução física, o que corresponde a um a contratação de 1 dos estudos demandados para amparar a Elaboração de Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário Brasileiro.						
212A Dragagem de Manutenção e Serviços de Sinalização e Balizamento em Portos	Porto atendido	unidade	Investimentos	45.375.000	O custo unitário médio apresentado refere-se à mais recente composição de preços unitários relativos à ação em tela. Cabe ressaltar que há uma variação significativa nos custos unitários médios de dragagem, que são expressos em m³, devido a particularidade de cada empreendimento, levando em consideração o tipo de equipamento a ser utilizado e o material a ser dragado. Assim o custo médio unitário de dragagem para referida Ação é de R\$ 14,22 por M³.	
7L25 Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	1.000.000	Execução de obras para a construção de 1.125 m de cais com largura de 11,2 m. O custo médio informado foi calculado em função da área de cais implantada (aproximadamente 12.600 m²). Trata-se de obra com implantação de fundações em profundidades de até -22 m e contenção do terrapleno com enrocamento e alforamento. Assim o custo médio unitário para referida Ação é de R\$ 9.524,00 por M².	
7U41 Implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário nos Portos Brasileiros	Projeto implantado	percentual de execução	Investimentos	2.130.000	Necessidade de recursos para que o projeto avance uma unidade de medida (1%) em sua execução física, o que corresponde a elaboração de 1 Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA necessário para o projeto de implementação das Áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPs nos portos contemplados pelo programa.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes						RS 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários						
2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	Outorga concedida	unidade	Serviços	7,467	O valor do custo médio representa o gasto da atuação da ANTAQ no campo regulatório, no exercício de suas competências legais para que a prestação dos serviços portuários aos clientes/usuários tenha qualidade e preços competitivos, com marcos regulatórios estáveis, visando atender tanto os investidores na área portuária, como aos demandantes destes serviços na área da navegação interior no que diz respeito à produção de conhecimento setorial, bem como as ações na área de navegação marítima e de apoio na supervisão, orientação e coordenação das ações de outorga, afretamento, desenvolvimento e regulação dos quatro tipos de navegação marítima e de apoio: longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário, conforme previsto em seu planejamento estratégico, dentro da sua missão. Atuando assim na defesa dos direitos dos usuários dos serviços de transporte aquaviário.	
2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	Empresa fiscalizada	unidade	Serviços	835	O valor do custo médio a ser utilizado tem o objeto de atender a competência institucional da Agência de Fiscalizar a prestação dos serviços de transportes aquaviários, de apoio marítimo, de apoio portuário e na exploração da infraestrutura aquaviária e portuária e ainda atuar no sentido de assegurar o cumprimento dos termos de outorga e a defesa dos interesses dos usuários. O procedimento de fiscalização origina-se a partir da aprovação do Plano Anual de Fiscalização - PAF pela Diretoria.	
2010C Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	Estudo realizado	unidade	Serviços	1.000.000	O custo médio destina-se aos estudos que serão executados por meio de assinaturas de convênios e termos de cooperação técnica e operacional que servirão para o aprimoramento da concessão, regulação e da fiscalização, os quais ajudarão a Agência na sua competência institucional de regular e fiscalizar a prestação dos serviços de transportes aquaviários.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
69000 Secretaria da Micro e Pequena Empresa						
69101 Secretaria da Micro e Pequena Empresa						
147K Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores	Centro implantado	unidade	Serviços	3.755.955	Gerir e manter os atuais sistemas informatizados para os serviços de abertura, alteração e baixa de registro e legalização de empresas no país. Supervisão, coordenação e compartilhamento de conhecimento ligados ao Sistema Nacional de Registro Mercantil e REDESIM. Modernização e informatização dos processos de registro mercantil e legalização de empresas, aquisição de equipamentos de informática. Desenvolvimento e manutenção evolutiva dos sistemas informatizados necessários ao aprimoramento do ambiente de negócios no País e sua equiparação com o ambiente global, condição fundamental para a continuidade do processo de desenvolvimento socioeconômico atualmente vivenciado País, de forma a que os serviços de registro mercantil sejam executados em todo o País de maneira uniforme, harmônica, interdependente, célere e integrada com todos os órgãos e entidades responsáveis pela legalização de empresas, bem como sejam atendidas obrigações legais. Participação em reuniões com órgãos e entidades de coordenação do registro mercantil no país, seminários, encontros e mecanismos de consulta pertinentes a setor, para o aprimoramento de conhecimentos técnicos, compartilhamento de informações e atualizações relacionadas à simplificação e desburocratização do registro mercantil com as Juntas Comerciais. Dar continuidade a implantação do Sistema Integrador Estadual, acompanhar a instalação e o desenvolvimento do sistema nos órgãos de licenciamento dos estados de AC, TO, RS, GO, PR, MS, CE, SE, RR, PI e RO, bem como o levantamento das necessidades nos órgãos sobre as soluções adotada para a implementação do sistema, em conjunto com a JUCEMG, coordenação de reuniões de levantamento, infraestrutura, treinamento e divulgação, implantação e acompanhamento do sistema. 39-Dar continuidade a execução do Contrato nº 3/2014-SMPE/PR de prestação de serviços de venda de produtos que entre si celebraram a União, por intermédio da SMPE e a	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
2031 Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins	Ato registrado	unidade	Serv. / Invest.	5	Empresa Brasileira de Correios e Telegráficos, que tem por objeto a prestação de serviços e vendas de produtos concernentes à impressão de dados variáveis, postagem e remessa do Carnê da Cidadania referente ao Programa Microempreendedor Individual, contemplando-se uma estimativa anual de postagem e remessa de 4.744.000 objetos ao custo unitário reajustado de R\$ 1,74.	
					Metas: Números de registros referentes a constituições, alterações e extinções de empresa no país: previsão de 2.247.908 até dezembro de 2015. JUSTIFICATIVA: Vale salientar que o registro empresarial costuma apresentar uma oscilação negativa entre os meses de janeiro a fevereiro e novembro a dezembro por serem meses com menor quantitativo de registros que os meses entre março a outubro, além de que os atos registrados são encaminhados por meio de relatórios estatísticos, conforme demanda, de atos registrados nas Juntas Comerciais no País. Reduzir em 5% o número de horas para decisão de processos de constituição, alteração e baixa de empresa nas Juntas Comerciais. NÚMEROS: Previsão até dezembro de 2015 de 15 horas.	
					Gerir e manter os atuais sistemas informatizados para os serviços de abertura, alteração e baixa de registro e legalização de empresas no país. Supervisão, coordenação e compartilhamento de conhecimento ligados ao Sistema Nacional de Registro Mercantil e REDESIM. Modernização e informatização dos processos de registro mercantil e legalização de empresas, aquisição de equipamentos de informática.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv. / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas	Empresa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	5	registros que os meses entre março a outubro, além de que os atos registrados são encaminhados por meio de relatórios estatísticos, conforme demanda, de atos registrados nas Juntas Comerciais no País. Reduzir em 5% o número de horas para decisão de processos de constituição, alteração e baixa de empresa nas Junta Comerciais. NUMEROS; Previsão até dezembro de 2015 de 15 horas.	
					O PQ 0008 - tem como finalidade a implantação em produção do Portal Empresa Simples, portal de serviços do governo para o setor empresarial que visa essencialmente a redução do peso da burocracia no ambiente de negócios e a melhoria da competitividade das micro e pequenas empresas. O Portal possibilitará o atendimento a aproximadamente 8 milhões de empresas, com serviços relacionados ao registro e baixa de empresas, acesso a mercados, crédito, inovação, capacitação e certificação. O portal está sendo desenvolvido por meio de contrato entre a SMPEPR e o SERPRO. A proposta orçamentária para 2015 contempla os serviços de manutenção e hospedagem do porta, desenvolvimento de novas funcionalidades e consultoria para suporte técnico aos usuários do Portal, conforme detalhamento abaixo: 1) 33.90.39.08 - Contrato SERPRO - SMPE nº 04/2013 - Serviço de manutenção em ambiente de homologação/produção de sistemas do Portal Empresa Simples, no valor de R\$ 2.139.364,00. 2) 33.90.39.28 - Contrato SERPRO - SMPE nº 04/2013 - Serviço de atendimento a usuários do Portal Empresa Simples (consultoria técnica,	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados
Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
- 33.90.39.08 - Contrato SERPRO - SMPE nº 04/2013 - Serviço de manutenção em ambiente de homologação/produção de sistemas Portal Artesanato Brasileiro, no valor de R\$ 1.388.056,00, conforme memória de cálculo anexa;					
- 44.90.39.92 - Contrato SERPRO - SMPE nº 04/2013 - Serviço de desenvolvimento de funcionalidades dos sistemas do Portal do Artesanato Brasileiro, numa estimativa de 200 pontos por função, totalizando R\$ 222.496,00, conforme memória de cálculo anexa; e					
- 44.90.39.92 - Contrato SERPRO - SMPE nº 04/2013 - Serviço de manutenção evolutiva de sistemas do Portal do Artesanato Brasileiro, numa estimativa de 150 pontos por função, totalizando R\$ 166.872,00, conforme memória de cálculo anexa.					
A meta física informada corresponde ao apoio à realização das 13 feiras previstas mais o apoio à implantação do Portal do Artesanato Brasileiro.					

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
212Q Racionalização e Simplificação de Exigências Estadais	Iniciativa realizada	unidade	Serviços	88.826	Realização de estudos e pesquisas para mapeamento de obrigações legais existentes, dos atores envolvidos nos três entes da federação e de propostas de melhoria. Traçar os diferentes cenários possíveis para a melhoria do ambiente de negócios e sua viabilidade técnico, política e jurídica, em função do potencial de benefício para os micro e pequenos empresários. Preparar ao menos três propostas de normas no âmbito legal e infralegal, bem como consolidação, explicação e divulgação das normas já existentes. Realização de reuniões com interlocutores estaduais e municipais envolvidos no processo de formalização de empresários e pessoas jurídicas.	

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	Recursos de todas as fontes
71000 Encargos Financeiros da União						
R\$ 1,00						

71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

00M4	Remuneração a Agentes Financeiros	Instituição financeira remunerada	unidade	Serviços	17.545.806	Atender despesas da PGFN com pagamento de agente financeiro originário da contratação de serviços de operacionalização do processo de liquidação e renegociação de créditos rurais inscritos em Dívida Ativa da União objetos das Leis nº 11.755/2009 e 12.844/2013.
------	-----------------------------------	-----------------------------------	---------	----------	------------	--

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

Recursos de todas as fontes					R\$ 1,00	
Ação	Produto	Un. Medida	Serv / Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
74000 Operações Oficiais de Crédito						
74901 Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA						
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	unidade	Investimentos	344.739	Concessão de financiamentos destinados ao agronegócio café, compreendendo o custeio, a colheita, a estocagem e a aquisição de café por terceiros, entre outros, a serem aprovados pelo poder público, em especial pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. O montante especificado advém da previsão de receita proveniente da amortização do principal dos financiamentos concedidos em anos anteriores, agregado dos encargos financeiros estabelecidos nos normativos que regem o assunto. Meta de 12000 contratos (12000 * 344.739,39 = 4.136.872.723)
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	Instituição financeira remunerada	unidade	Serviços	9.533.333	Equalização de taxas de juros destinando recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira para a cobertura da diferença existente entre o custo de captação dos recursos mais o spread e o retorno pago pelos mutuários nas operações alongadas, bem como em relação aos financiamentos concedidos a partir de 2001. Meta de 15 instituições financeiras (15 * 9.533.333,33 = 143.000.000)
74916 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente						
0014	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	10.000.000	A ação é executada por meio de contrato firmado entre o Ministério do Meio Ambiente -MMA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujo objeto é estabelecer as regras aplicáveis à transferência de recursos, pelo MMA ao BNDES, provenientes do FNMC, visando a gestão dos recursos financeiros reembolsáveis por parte do BNDES, de acordo com o Plano Anual de Aplicação dos Recursos.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015**ANEXO II
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2015**

III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.11.334.0902.0158.0001	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES - Nacional	459066	18.732.542.735

53000 - Ministério da Integração Nacional

74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0353.0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	459066	1.397.512.880

53000 - Ministério da Integração Nacional

74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0355.0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	459066	2.022.481.635

53000 - Ministério da Integração Nacional

74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0E83.0050	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009) - Na Região Centro-Oeste	459066	1.102.853.841

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2012.0A81.0001	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) - Nacional	459066	160.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.693.2024.0A84.0001	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	459066	2.000.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.693.2024.0267.0001	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	339045	1.594.691.000

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0343.0001	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001) - Nacional	459066	113.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.04.122.2110.0021.0001	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	459066	170.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP- Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.04.125.2110.0461.0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização - Nacional	459066	5.407.308

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
20.10.125.2115.0354.0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000) - Nacional	459066	13.170.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA - Min. do Desenv. Agrário

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.21.631.2066.0427.0001	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - Nacional	459066	946.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.05.482.0902.00GY.0001	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha - Nacional	459066	198.256.690

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - MAPA

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2014.0012.0001	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	459066	4.136.872.723

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - MAPA

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2014.0A27.0001	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	339045	143.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.12.694.0902.00IG.0001	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES - Nacional	459066	12.389.786.541

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.26.661.2055.0118.0001	Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval - Nacional	459066	6.291.463.885

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74905 - Recursos sob Supervisão do Fundo para o Desenv. Tecnol. das Telecomunicações/FUNTTEL - Min das Comunicações

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.24.572.2025.0505.0001	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações - Nacional	459066	200.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Min. do Desenv. Agrário

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.21.631.2066.0061.0001	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - Nacional	459066	300.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.695.2076.0454.0001	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional - Nacional	459066	44.081.358

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74910 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico/FNDCT - Min Ciência e Tecnologia

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.19.572.0902.0A37.0001	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas - Nacional	459066	1.000.000.000

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.19.572.2021.0A29.0001	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004) - Nacional	336045	214.605.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.123.2027.2D07.0001	Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais - Nacional	459066	900.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.006C.0001	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006) - Nacional	459066	130.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.0B85.0001	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991) - Nacional	459066	27.000.000

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0534.0010	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte - Na Região Norte	459066	2.301.614.678

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0029.0050	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste - Na Região Centro-Oeste	459066	2.301.614.678

PLDO-2015, Anexo II das Informações Complementares ao PLOA 2015

"III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;"

Programação relativa à concessão de empréstimos, com os respectivos subsídios

R\$ 1,00

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0030.0020	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste - Na Região Nordeste	459066	3.452.422.019

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0031.0020	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste - Na Região Nordeste	459066	3.452.422.019

74000 - Operações Oficiais de Crédito

74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.18.541.2050.00J4.0001	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima - Nacional	459066	360.000.000



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 344 páginas
(O.S. 13893/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

